



# TheoFrameAccountability

# **Relatório Final**

## Ficha Técnica

TheoFrameAccountability:

**Título:** Relatório Final

**Coordenadores:** Augusta da Conceição Santos Ferreira  
Rui Pedro Figueiredo Marques

**Autores:** Augusta da Conceição Santos Ferreira  
Rui Pedro Figueiredo Marques  
Alberto Jorge Daniel Resende Costa  
Ana Maria Alves Bandeira  
Carlos Alberto Lourenço dos Santos  
Cristina Maria Gabriel Gonçalves Góis  
Denise Pereira Curi  
Deolinda Maria Moreira Aparício Meira  
Graça Maria do Carmo Azevedo  
Helena Coelho Inácio  
Mafalda Sofia Soares de Jesus Marques  
Maria Brízida Faria de Sousa Tomé  
Maria Goreti Gonçalves Teixeira  
Patrícia Gonçalves Monteiro  
Rúben Diogo Freitas Duarte

**Editora:** UA Editora – Universidade de Aveiro

**Edição:** 1ª Edição – março 2022

**ISBN:** 978-972-789-747-6

**DOI:** <https://doi.org/10.48528/s3yn-nb49>

# ÍNDICE

---

1	INTRODUÇÃO .....	15
2	REVISÃO DA LITERATURA .....	18
2.1	Economia Social em Portugal .....	18
2.1.1	Definição, atores e princípios .....	18
2.1.2	Enquadramento jurídico das IPSS .....	21
2.1.2.1	<i>As IPSS na Constituição da República Portuguesa</i> .....	21
2.1.2.2	<i>O estatuto jurídico das IPSS</i> .....	21
2.1.2.3	<i>Formas jurídicas de IPSS</i> .....	23
2.1.2.3.1	<i>As associações</i> .....	23
2.1.2.3.2	<i>As fundações de solidariedade social</i> .....	24
2.1.2.3.3	<i>As IPSS por equiparação</i> .....	25
2.1.2.3.4	<i>As IPSS de grau superior</i> .....	26
2.1.2.4	<i>Finalidades não lucrativas e fontes de financiamento</i> .....	26
2.1.2.5	<i>Cooperação com o Estado</i> .....	27
2.1.2.6	<i>Estrutura orgânica</i> .....	29
2.1.3	As IPSS e as necessidades de informação .....	31
2.1.3.1	<i>Informação de carácter obrigatório</i> .....	31
2.1.3.2	<i>Informação de carácter voluntário</i> .....	33
2.1.4	Algumas notas sobre a caracterização do setor da economia social e das IPSS em Portugal .....	35
2.2	A <i>accountability</i> nas IPSS e a sua transversalidade .....	39
2.2.1	Conceito de <i>accountability</i> .....	39
2.2.2	<i>Accountability</i> nas IPSS .....	41
2.3	Governança .....	44
2.3.1	Conceito e evolução de governança .....	45
2.3.2	O papel dos órgãos de governança nas entidades da economia social .....	45
2.3.3	Governança para a economia social .....	47
2.4	Transparência .....	52
2.5	Sustentabilidade .....	55
2.6	Desenvolvimento sustentável.....	55
2.6.1	Sustentabilidade nas organizações da economia social .....	56
2.6.2	Responsabilidade social corporativa .....	59
2.7	<i>Frameworks</i> para avaliação da <i>accountability</i> das organizações da economia social .....	62
2.8	O papel das plataformas digitais .....	65
3	PROBLEMA E METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO .....	67
3.1	Problema de investigação.....	67

3.2	Metodologias para a conceptualização da <i>framework</i> .....	69
3.3	Metodologias para a conceptualização da plataforma digital.....	71
3.4	Recolha e tratamento de dados.....	72
4	CONCEPTUALIZAÇÃO DA FRAMEWORK E INDICADORES .....	75
4.1	Mapeamento das <i>frameworks</i> existentes com o processo produtivo.....	75
4.2	Perspetiva da engenharia organizacional .....	76
4.3	Proposta da <i>framework</i> para avaliação da <i>accountability</i> das IPSS .....	79
4.3.1	Indicadores da <i>framework</i> .....	81
5	CONCEPTUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL.....	89
5.1	Conceptualização da plataforma digital .....	89
5.2	Descrição das funcionalidades desenvolvidas.....	93
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	101
6.1	Análise dos resultados da amostra piloto .....	101
6.1.1	Dimensão <i>purpose</i> .....	101
6.1.1.1	<i>Subdimensão estratégia e perfil organizacional e governação</i> .....	101
6.1.2	Dimensão <i>partners</i> .....	103
6.1.3	Dimensão <i>performance</i> .....	106
6.1.4	Dimensão <i>proximity</i> .....	108
6.1.5	Dimensão <i>planet</i> .....	110
6.1.6	Dimensão <i>progress</i> .....	111
6.2	Apresentação dos resultados para a subdimensão transparência.....	113
6.3	Análise dos resultados da dimensão <i>performance</i> da amostra de IPSS do concelho do Porto .....	118
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
	AGRADECIMENTOS .....	127
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	128
	APÊNDICES .....	144
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA .....	145
	APÊNDICE 2 – FICHAS DE INDICADORES .....	148

# ÍNDICE DE FIGURAS

---

<b>Figura 1</b> - Processo produtivo das IPSS numa perspetiva de <i>accountability</i> .....	34
<b>Figura 2</b> - Fases do processo de investigação .....	69
<b>Figura 3</b> - Mapeamento de diversas <i>frameworks</i> sobre o processo produtivo .....	76
<b>Figura 4</b> - Elementos arquiteturais em função de diferentes vistas [(Sousa <i>et al.</i> , 2005)] .....	77
<b>Figura 5</b> - Detalhe dos elementos arquiteturais em função de diferentes vistas [(Sousa <i>et al.</i> , 2005)] .....	77
<b>Figura 6</b> - Mapeamento das dimensões de sustentabilidade sobre diversos elementos arquiteturais .....	79
<b>Figura 7</b> - Dimensões e subdimensões da <i>framework</i> de indicadores .....	80
<b>Figura 8</b> - Arquitetura funcional da proposta de solução .....	90
<b>Figura 9</b> - Diagrama de blocos da plataforma .....	91
<b>Figura 10</b> - Painéis de indicadores de desempenho .....	96
<b>Figura 11</b> - Exemplo de visualização de um indicador com representação gráfica .....	99
<b>Figura 12</b> - Exemplo de visualização de um indicador com representação em tabela .....	100

# ÍNDICE DE TABELAS

---

<b>Tabela 1</b> - Importância relativa das atividades desenvolvidas no setor da Economia Social.....	35
<b>Tabela 2</b> - Importância relativa das atividades desenvolvidas pelas IPSS, em 2016 .....	39
<b>Tabela 3</b> - Princípios de governação das entidades do setor da ES das <i>frameworks</i> referidas...	51
<b>Tabela 4</b> - Composição da amostra das IPSS a serem visitadas.....	70
<b>Tabela 5</b> - Modelo da ficha de indicadores .....	81
<b>Tabela 6</b> - Indicadores da dimensão <i>purpose</i> .....	82
<b>Tabela 7</b> - Índice de transparência <i>EAGLE Index</i> .....	84
<b>Tabela 8</b> - Indicadores da dimensão <i>partners</i> .....	85
<b>Tabela 9</b> - Indicadores da dimensão <i>performance</i> .....	86
<b>Tabela 10</b> - Indicadores da dimensão <i>proximity</i> .....	87
<b>Tabela 11</b> - Indicadores da dimensão <i>planet</i> .....	88
<b>Tabela 12</b> - Indicadores da dimensão <i>progress</i> .....	88
<b>Tabela 13</b> - Tipos de utilizador e respetivas descrições de utilização .....	92
<b>Tabela 14</b> - Resultados para os indicadores VAB, LG, SOL e FM.....	108
<b>Tabela 15</b> - Resultados para os indicadores da subdimensão investimento social, doadores e mecenato .....	110
<b>Tabela 16</b> - Presença <i>Online</i> Das IPSS do concelho do Porto e da CIRA .....	114
<b>Tabela 17</b> - Qualidade <i>online</i> , por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA .....	114
<b>Tabela 18</b> - <i>Accountability online</i> , por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA .....	115
<b>Tabela 19</b> - Serviços <i>online</i> , por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA .....	116
<b>Tabela 20</b> - <i>EAGLE Index</i> , por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA	117
<b>Tabela 21</b> - Dimensão Performance - Tipo de financiamento.....	120
<b>Tabela 22</b> - Dimensão Performance - Estrutura de custos .....	120
<b>Tabela 23</b> - Resultados para os indicadores VAB, LG, SOL e FM.....	121
<b>Tabela 24</b> - Indicador que permite avaliar as atividades principais desenvolvidas por qualquer entidade respondente .....	148
<b>Tabela 25</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio das atividades principais desenvolvidas pelas entidades respondentes .....	149
<b>Tabela 26</b> - Indicador que permite verificar se é exercida alguma atividade instrumental por qualquer entidade respondente .....	150
<b>Tabela 27</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de entidades que exercem atividades instrumentais, considerando a totalidade das entidades respondentes .....	151
<b>Tabela 28</b> - Indicador que permite verificar se existe plano estratégico de uma qualquer entidade respondente .....	152
<b>Tabela 29</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de plano estratégico das entidades respondentes .....	153

<b>Tabela 30</b> - Indicador que permite avaliar a existência de maturidade estratégia de uma qualquer entidade respondente .....	154
<b>Tabela 31</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da maturidade estratégia das entidades respondentes .....	155
<b>Tabela 32</b> - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade respondente dispõe de sistema de gestão da qualidade de uma qualquer entidade respondente .....	156
<b>Tabela 33</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de sistema de gestão da qualidade das entidades respondentes .....	157
<b>Tabela 34</b> - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade dispõe de modelos de avaliação de desempenho de uma qualquer entidade respondente.....	158
<b>Tabela 35</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de modelo de avaliação de desempenho das entidades respondentes .....	159
<b>Tabela 36</b> - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade dispõe de manual de descrição de funções de uma qualquer entidade respondente .....	160
<b>Tabela 37</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de manual de descrição de funções das entidades respondentes .....	161
<b>Tabela 38</b> - Indicador que permite avaliar a participação dos trabalhadores nos órgãos sociais de uma qualquer entidade respondente .....	162
<b>Tabela 39</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da participação dos trabalhadores nos órgãos sociais das entidades respondentes .....	163
<b>Tabela 40</b> - Indicador que permite avaliar a paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais de uma qualquer entidade respondente.....	164
<b>Tabela 41</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais das entidades respondentes.....	165
<b>Tabela 42</b> - Indicador que permite avaliar peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal (que não os órgãos de gestão) de uma qualquer entidade respondente .....	166
<b>Tabela 43</b> - Indicador que permite avaliar peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal das entidades respondentes .....	167
<b>Tabela 44</b> - Indicador que permite avaliar a transparência de uma qualquer entidade.....	168
<b>Tabela 45</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio a transparência .....	169
<b>Tabela 46</b> - Indicador que permite avaliar a capacidade da oferta de serviços de uma entidade à comunidade .....	170
<b>Tabela 47</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio dos utentes servidos das entidades respondentes .....	171
<b>Tabela 48</b> - Indicador que permite avaliar se uma dada entidade realiza a monitorização da satisfação dos utentes de uma qualquer entidade respondente .....	172
<b>Tabela 49</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de realização da monitorização da satisfação dos utentes das entidades respondentes .....	173
<b>Tabela 50</b> - Indicador que permite avaliar se uma dada entidade realiza a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes de uma qualquer entidade respondente .....	174
<b>Tabela 51</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes das entidades respondentes .....	175

<b>Tabela 52</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade realiza reuniões com os trabalhadores de uma qualquer entidade respondente .....	176
<b>Tabela 53</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da realização de reuniões com os trabalhadores das entidades respondentes .....	177
<b>Tabela 54</b> - Indicador que permite avaliar a rotatividade no emprego de uma qualquer entidade respondente .....	178
<b>Tabela 55</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da rotatividade no emprego das entidades respondentes .....	179
<b>Tabela 56</b> - Indicador que permite avaliar o recurso às medidas de emprego inclusivo de uma qualquer entidade respondente .....	180
<b>Tabela 57</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio o recurso às medidas de emprego inclusivo das entidades respondentes .....	181
<b>Tabela 58</b> - Indicador que permite avaliar a proporção de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores de uma qualquer entidade respondente .....	182
<b>Tabela 59</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores das entidades respondentes .....	183
<b>Tabela 60</b> - Indicador que permite avaliar a percentagem de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores de uma qualquer entidade respondente .....	184
<b>Tabela 61</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores das entidades respondentes .....	185
<b>Tabela 62</b> - Indicador que permite avaliar o número médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado de uma qualquer entidade respondente .....	186
<b>Tabela 63</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado das entidades respondentes .....	187
<b>Tabela 64</b> - Indicador que permite avaliar a se uma qualquer entidade monitoriza a satisfação dos trabalhadores de uma qualquer entidade respondente .....	188
<b>Tabela 65</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização da satisfação dos trabalhadores das entidades respondentes .....	189
<b>Tabela 66</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade monitoriza o tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores de uma qualquer entidade respondente .....	190
<b>Tabela 67</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes das entidades respondentes .....	191
<b>Tabela 68</b> - Indicador que permite avaliar a captação de voluntários de uma qualquer entidade respondente .....	192
<b>Tabela 69</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da captação de voluntários das entidades respondentes .....	193
<b>Tabela 70</b> - Indicador que permite avaliar a taxa de trabalho voluntário face ao trabalho total de uma qualquer entidade respondente .....	194
<b>Tabela 71</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da taxa de trabalho voluntário face ao trabalho total das entidades respondentes .....	195

<b>Tabela 72</b> - Indicador que permite avaliar o número médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado, de uma qualquer entidade respondente .....	196
<b>Tabela 73</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de horas de ações de informação e formação profissional no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado das entidades respondentes.....	197
<b>Tabela 74</b> - Indicador que permite avaliar o número médio de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, de uma qualquer entidade respondente .....	198
<b>Tabela 75</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de voluntários que frequentaram ações de informação e formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores das entidades respondentes.....	199
<b>Tabela 76</b> - Indicador que permite avaliar as compras a fornecedores de âmbito local, de uma qualquer entidade respondente .....	200
<b>Tabela 77</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de compras a fornecedores de âmbito local das entidades respondentes.....	201
<b>Tabela 78</b> - Indicador que permite avaliar os acordos de parceria, de uma qualquer entidade respondente .....	202
<b>Tabela 79</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria, das entidades respondentes.....	203
<b>Tabela 80</b> - Indicador que permite avaliar o Financiamento do Estado face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente .....	204
<b>Tabela 81</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio do Financiamento do Estado face ao financiamento total, das entidades respondentes.....	205
<b>Tabela 82</b> - Indicador que permite avaliar o financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente.....	206
<b>Tabela 83</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total, das entidades respondentes .....	207
<b>Tabela 84</b> - Indicador que permite avaliar o financiamento de investimento social face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente.....	208
<b>Tabela 85</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de investimento social face ao financiamento total, das entidades respondentes .....	209
<b>Tabela 86</b> - Indicador que permite avaliar o financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente.....	210
<b>Tabela 87</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total, das entidades respondentes .....	211
<b>Tabela 88</b> - Indicador que permite avaliar o financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente.....	212
<b>Tabela 89</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total, das entidades respondentes.....	213
<b>Tabela 90</b> - Indicador que permite avaliar os gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente .....	214
<b>Tabela 91</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio dos gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais, das entidades respondentes .....	215
<b>Tabela 92</b> - Indicador que permite avaliar os gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente.....	216

<b>Tabela 93</b> - Indicador que permite avaliar índice médio dos gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais das entidades respondentes .....	217
<b>Tabela 94</b> - Indicador que permite avaliar os gastos com pessoal face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente .....	218
<b>Tabela 95</b> - Indicador que permite avaliar índice médio dos gastos com o pessoal face aos gastos operacionais das entidades respondentes .....	219
<b>Tabela 96</b> - Indicador que permite avaliar a rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) de uma qualquer entidade respondente .....	220
<b>Tabela 97</b> - Indicador que permite avaliar índice médio da rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) das entidades respondentes .....	221
<b>Tabela 98</b> - Indicador que permite avaliar a rentabilidade dos fundos patrimoniais de uma qualquer entidade respondente .....	222
<b>Tabela 99</b> - Indicador que permite avaliar índice médio da rentabilidade dos fundos patrimoniais das entidades respondentes.....	223
<b>Tabela 100</b> - Indicador que permite avaliar o valor acrescentado bruto de uma qualquer entidade respondente .....	224
<b>Tabela 101</b> - Indicador que permite avaliar índice médio do valor acrescentado bruto das entidades respondentes.....	225
<b>Tabela 102</b> - Indicador que permite avaliar a liquidez geral de uma qualquer entidade respondente .....	226
<b>Tabela 103</b> - Indicador que permite avaliar índice médio da liquidez geral das entidades respondentes.....	227
<b>Tabela 104</b> - Indicador que permite avaliar o fundo maneiio de uma qualquer entidade respondente .....	228
<b>Tabela 105</b> - Indicador que permite avaliar índice médio do fundo maneiio das entidades respondentes.....	229
<b>Tabela 106</b> - Indicador que permite avaliar a autonomia financeira de uma qualquer entidade respondente .....	230
<b>Tabela 107</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de autonomia financeira das entidades respondentes.....	231
<b>Tabela 108</b> - Indicador que permite avaliar a solvabilidade de uma qualquer entidade respondente .....	232
<b>Tabela 109</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de solvabilidade das entidades respondentes.....	233
<b>Tabela 110</b> - Indicador que permite avaliar o endividamento de uma qualquer entidade respondente .....	234
<b>Tabela 111</b> - Indicador que permite avaliar o endividamento médio das entidades respondentes .....	235
<b>Tabela 112</b> - Indicador que permite avaliar a criação de emprego na comunidade de uma qualquer entidade respondente .....	236
<b>Tabela 113</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de criação de emprego das entidades respondentes.....	237
<b>Tabela 114</b> - Indicador que permite avaliar a representatividade de trabalhadores locais de uma qualquer entidade respondente .....	238

<b>Tabela 115</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da representatividade de trabalhadores locais das entidades respondentes.....	239
<b>Tabela 116</b> – Indicador que permite avaliar a satisfação da comunidade de uma qualquer entidade respondente.....	240
<b>Tabela 117</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de avaliação de satisfação da comunidade das entidades respondentes.....	241
<b>Tabela 118</b> - Indicador que permite avaliar a monitorização das reclamações/sugestões /elogios da comunidade de uma qualquer entidade respondente.....	242
<b>Tabela 119</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de monitorização das reclamações/sugestões /elogios da comunidade das entidades respondentes.....	243
<b>Tabela 120</b> - Indicador que permite avaliar a oferta de programas de informação/formação à comunidade de uma qualquer entidade respondente.....	244
<b>Tabela 121</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da oferta de programas de informação/formação à comunidade das entidades respondentes.....	245
<b>Tabela 122</b> - Indicador que permite avaliar a captação de investidores sociais de uma qualquer entidade respondente.....	246
<b>Tabela 123</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de investidores sociais das entidades respondentes.....	247
<b>Tabela 124</b> - Indicador que permite avaliar a captação de investidores sociais locais de uma qualquer entidade respondente.....	248
<b>Tabela 125</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de investidores sociais locais das entidades respondentes.....	249
<b>Tabela 126</b> - Indicador que permite avaliar a captação de mecenas e/ou doadores de uma qualquer entidade respondente.....	250
<b>Tabela 127</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de mecenas e/ou doadores das entidades respondentes.....	251
<b>Tabela 128</b> - Indicador que permite avaliar a captação de mecenas e/ou doadores locais de uma qualquer entidade respondente.....	252
<b>Tabela 129</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de mecenas e/ou doadores locais das entidades respondentes.....	253
<b>Tabela 130</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais de uma qualquer entidade respondente.....	254
<b>Tabela 131</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais das entidades respondentes.....	255
<b>Tabela 132</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social locais de uma qualquer entidade respondente.....	256
<b>Tabela 133</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social locais das entidades respondentes.....	257
<b>Tabela 134</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais de uma qualquer entidade respondente.....	258
<b>Tabela 135</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais das entidades respondentes.....	259
<b>Tabela 136</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades nacionais de uma qualquer entidade respondente.....	260

<b>Tabela 137</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades nacionais das entidades respondentes .....	261
<b>Tabela 138</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades locais de uma qualquer entidade respondente .....	262
<b>Tabela 139</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades locais das entidades respondentes .....	263
<b>Tabela 140</b> - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades internacionais de uma qualquer entidade respondente .....	264
<b>Tabela 141</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades internacionais das entidades respondentes .....	265
<b>Tabela 142</b> - Indicador que permite avaliar a captação de estágios curriculares de uma qualquer entidade respondente .....	266
<b>Tabela 143</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de estágios curriculares das entidades respondentes.....	267
<b>Tabela 144</b> - Indicador que permite avaliar a existência de medidas de eficiência energética de uma qualquer entidade respondente .....	268
<b>Tabela 145</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de medidas de eficiência energética das entidades respondentes.....	269
<b>Tabela 146</b> - Indicador que permite avaliar a existência de medidas de eficiência de consumo de água de uma qualquer entidade respondente .....	270
<b>Tabela 147</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de medidas de eficiência consumo de água das entidades respondentes .....	271
<b>Tabela 148</b> - Indicador que permite avaliar a existência de recolha seletiva de resíduos de uma qualquer entidade respondente .....	272
<b>Tabela 149</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de recolha seletiva de resíduos das entidades respondentes.....	273
<b>Tabela 150</b> - Indicador que permite avaliar a existência de reutilização de resíduos de uma qualquer entidade respondente .....	274
<b>Tabela 151</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de reutilização de resíduos das entidades respondentes.....	275
<b>Tabela 152</b> - Indicador que permite avaliar a existência de mitigação de resíduos de uma qualquer entidade respondente .....	276
<b>Tabela 153</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de mitigação de resíduos das entidades respondentes.....	277
<b>Tabela 154</b> - Indicador que permite avaliar a existência de consciencialização ambiental de uma qualquer entidade respondente .....	278
<b>Tabela 155</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de consciencialização ambiental das entidades respondentes.....	279
<b>Tabela 156</b> - Indicador que permite avaliar a existência de ligação à internet de uma qualquer entidade respondente .....	280
<b>Tabela 157</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de ligação à internet das entidades respondentes.....	281
<b>Tabela 158</b> - Indicador que permite avaliar a existência de rede de área local de uma qualquer entidade respondente .....	282

<b>Tabela 159</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de rede de área local das entidades respondentes.....	283
<b>Tabela 160</b> - Indicador que permite avaliar a existência de acesso a <i>virtual private network</i> de uma qualquer entidade respondente .....	284
<b>Tabela 161</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de <i>virtual private network</i> das entidades respondentes.....	285
<b>Tabela 162</b> - Indicador que permite avaliar a existência de TIC nas atividades de suporte de uma qualquer entidade respondente .....	286
<b>Tabela 163</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio das TIC nas atividades de suporte das entidades respondentes.....	287
<b>Tabela 164</b> - Indicador que permite avaliar a existência de TIC nas atividades operacionais de uma qualquer entidade respondente .....	288
<b>Tabela 165</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio das TIC nas atividades operacionais das entidades respondentes.....	289
<b>Tabela 166</b> - Indicador que permite avaliar a existência de uma plataforma online para transação de bens e/ou serviços de uma qualquer entidade respondente .....	290
<b>Tabela 167</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de plataforma online para transação de bens e/ou serviços das entidades respondentes.....	291
<b>Tabela 168</b> - Indicador que permite avaliar a existência de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores de uma qualquer entidade respondente .....	292
<b>Tabela 169</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores das entidades respondentes.....	293
<b>Tabela 170</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é facilitadora na promoção de utilização das TIC .....	294
<b>Tabela 171</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio como facilitador de promoção na utilização das TIC das entidades respondentes .....	295
<b>Tabela 172</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é facilitadora de interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC.....	296
<b>Tabela 173</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio como Facilitador de interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC das entidades respondentes.....	297
<b>Tabela 174</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente promove a disseminação da identidade cultural da comunidade .....	298
<b>Tabela 175</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da disseminação da identidade cultural da comunidade das entidades respondentes .....	299
<b>Tabela 176</b> - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é promotora de experiências intergeracionais por via das TIC.....	300
<b>Tabela 177</b> - Indicador que permite avaliar o índice médio da promoção de experiências intergeracionais por via das TIC das entidades respondentes .....	301

# ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

<b>Gráfico 1</b> - Distribuição das IPSS por famílias da Economia Social em 2013 e em 2016.....	37
<b>Gráfico 2</b> - Atividade das IPSS em 2016 .....	38
<b>Gráfico 3</b> - Representatividade das IPSS na ES – Grandes agregados – 2010, 2013 e 2016.....	38
<b>Gráfico 4</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Purpose</i> .....	102
<b>Gráfico 5</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Partners</i> .....	104
<b>Gráfico 6</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Performance</i> .....	106
<b>Gráfico 7</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Proximity</i> .....	109
<b>Gráfico 8</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Planet</i> .....	111
<b>Gráfico 9</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Progress</i> .....	112
<b>Gráfico 10</b> - Resultados para os indicadores da dimensão <i>Performance</i> .....	119

# 1 INTRODUÇÃO

---

Em Portugal, as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) desenvolveram um conjunto de respostas sociais em todo o território nacional, alicerçadas em valores de solidariedade social, revelando uma abordagem mais humana, mais próxima e mais benéfica para os cidadãos e menos onerosa para o Estado.

No plano legislativo, as IPSS têm sido alvo de uma intervenção particularmente intensa, com especial destaque para o Decreto-Lei n.º 172-A do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social Diário da República (2014), que alterou e republicou o Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (EIPSS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83 do Ministério dos Assuntos Sociais (1983).

O Decreto-Lei 172-A do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social Diário da República (2014) estabelece um novo modelo de supervisão financeira das IPSS baseado em regras imperativas mais exigentes para aumentar a transparência da gestão das IPSS. Desse modo, as IPSS enfrentam pressões crescentes por uma maior responsabilização dos gestores, para com os financiadores, os utentes e os cidadãos comuns designadamente, no que concerne à responsabilidade social.

Este decreto-lei é mais exigente em matéria de relato financeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º-A “o relato financeiro das instituições deve obedecer às Normas de Contabilidade para entidades do setor sem fins lucrativos legalmente aplicáveis e está sujeito à aprovação dos respetivos órgãos sociais”, e o n.º 2 estabelece que “o reporte financeiro do ano anterior deve ser divulgado no sítio da instituição na Internet até 31 de maio do ano seguinte”.

Relativamente ao n.º 1, a norma de contabilidade legalmente aplicável às IPSS é o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades Sem Fins Lucrativos (SNC-ESNL) - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 do Ministério das Finanças e da Administração Pública (2011). No entanto, dada a sua orientação para o setor privado, não considera as características específicas das IPSS. Um estudo de 2015 intitulado “Inquérito ao setor das ONG em Portugal” identifica esta falta de mecanismos de responsabilização (Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade Católica Portuguesa, 2015).

A exigência de maior responsabilização implica uma reflexão se o relato financeiro permite demonstrar: o nível de satisfação das necessidades económicas, sociais e culturais de quem

beneficia dos serviços das IPSS; a capacidade das IPSS garantirem as condições de sustentabilidade e utilização eficiente dos seus recursos financeiros (eficiência económica) e a qualidade das relações das IPSS com a comunidade (Tomé, Bandeira e Meira 2015).

Relativamente ao n.º 2 do artigo 14-A, n.º 2, são também colocadas questões de transparência e responsabilização, sendo do interesse das IPSS que exista a divulgação obrigatória das contas do exercício no seu *website* institucional. No entanto, de acordo com Ferreira, Marques, Santos, Azevedo e Mendes (2019), apenas cerca de 38% das IPSS possuem *website* (dados recolhidos em fevereiro de 2016 e novembro de 2016, respetivamente, antes e depois de terem de cumprir pela primeira vez a obrigação de publicar as contas no *website*). Das IPSS que possuíam *website*, apenas 6% e 23%, respetivamente, divulgavam informação financeira antes e depois da referida obrigação.

Em face destas circunstâncias pode estar em causa a responsabilização das IPSS e, simultaneamente, a dificuldade de avaliar o impacto destas entidades na sociedade e na economia.

Neste contexto, o projeto TFA foi desenvolvido com vista a responder ao seguinte problema de investigação: “Como promover a *accountability* (social, financeira e económica) no setor da economia social: o caso do IPSS?” e tem como grandes objetivos, plasmados na candidatura submetida à FCT:

- a criação de uma *framework* de indicadores que fornecerá às próprias entidades e às partes interessadas uma ferramenta com foco na agregação de valor económico, financeiro e social com vista a avaliar o nível de *accountability*;
- o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica inovadora que permita às IPSS:
  - a criação do seu *website* e, conseqüentemente, a divulgação (*online*) das suas contas anuais - a quem se vincula, e outras informações voluntárias que abranjam os aspetos sociais, financeiros e económicos da sua atividade;
  - a recolha e processamento de dados, com vista ao cálculo dos indicadores da *framework*;
- publicação de um anuário que caracterize globalmente as IPSS, dando uma visão geral do seu desempenho nas suas várias dimensões e da sua contribuição para a sociedade.

No seguimento dos objetivos do projeto, e conforme se pode analisar no presente relatório, foi desenvolvida a *framework*, foi desenvolvida a plataforma SomosIPSS e foram recolhidos dados com vista a testar se a *framework* cumpre com os objetivos de avaliação da *accountability* das IPSS.

A metodologia utilizada foi diversa e adequada a cada uma das fases do projeto, sendo que se usaram metodologias qualitativas e quantitativas. As metodologias qualitativas incluíram: revisão

de literatura, trabalho de campo, *focus group* e análise de conteúdo (análise de *websites* e ao relatório das entrevistas). As metodologias quantitativas foram utilizadas no tratamento dos dados relativos aos indicadores, designadamente, técnicas de estatística descritiva.

No que se refere à avaliação da *accountability*, embora por limitações que se enunciam no capítulo da metodologia, o número de instituições que compõem a amostra piloto seja reduzido, os resultados permitiram concluir que a partir da *framework* de indicadores é possível avaliar a *accountability* das IPSS em diversas dimensões, tendo evidenciado que ainda há, por parte das IPSS, um grande caminho a percorrer.

Para além desta introdução o presente relatório é organizado da seguinte forma: no capítulo 2 é apresentada a revisão da literatura, no capítulo 3 é definido o problema e a metodologia de investigação seguida para o alcance dos vários objetivos do projeto, no capítulo 4 é apresentada a conceptualização da *framework* de indicadores, no capítulo 5 apresenta-se a conceptualização da plataforma SomosIPSS, no capítulo 6 apresentam-se e analisam-se os resultados e, finalmente no capítulo 7 tecem-se as considerações finais.

# 2 REVISÃO DA LITERATURA

---

A revisão da literatura foi desenvolvida no sentido de suportar quer a conceção da *framework* para a avaliação da *accountability* das entidades da economia social, dando particular atenção às IPSS, quer a conceção da plataforma digital.

## 2.1 Economia Social em Portugal

### 2.1.1 Definição, atores e princípios

O conceito de economia social, é, em Portugal, um conceito legalmente ancorado na atividade desenvolvida, na forma jurídica da entidade que a desenvolve e nos princípios que orientam o seu funcionamento (Farjado Garcia, 2012; Meira, 2013). De salientar que o conceito de economia social é um conceito europeu e que existem diferenças de delimitação do que é considerado Terceiro Sector na abordagem anglo-saxónica e o que é economia social na abordagem continental-europeia, referindo-se a primeira à sua atividade e à (não) prossecução do lucro, ou seja inclui organizações *nonprofit* e *charities*, enquanto a segunda se centra no tipo de entidades demarcadas legalmente com base em três parâmetros: atividade/fim, forma jurídica e princípios orientadores. Contudo, economia social, terceiro setor e setor não lucrativo são expressões amplamente utilizadas como sinónimos.

A Lei n.º 30/2013 da Assembleia da República (2013), que aprovou a Lei de Bases da Economia Social (LBES), define a Economia Social (ES), no n.º 1 e no n.º 2 do seu artigo 2.º, como: “o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no artigo 4.º [...]”, atividades estas que “têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

Desta norma, resulta que o legislador associa a noção de ES a um objeto social específico, traduzido no exercício de uma atividade económico-social, a qual terá por finalidade a prossecução de um interesse geral.

A expressão ‘atividade económica’ significará, nas palavras de Namorado (2006, p. 9), uma atividade de “produção de bens e serviços, sob a égide de uma racionalidade que implique a

maximização dos resultados, a contenção dos custos e a reprodutibilidade das virtualidades produtivas”. Trata-se de uma atividade desenvolvida segundo critérios empresariais, ou seja, segundo critérios de racionalidade e sustentabilidade económica (Fajardo García, 2012).

Zurera (2011) enfatiza a ideia de que, não obstante a relevância da dimensão social, estas entidades assentam a sua atividade em critérios de rentabilidade, sujeitando-se à disciplina do custo-benefício. Deste modo, estamos perante entidades que desenvolvem uma atividade tendente a alcançar um menor custo dos bens ou serviços, em proveito dos membros ou da comunidade, do que aquele que se obteria por outros meios.

Contudo, esta atividade não é apenas uma atividade económica, mas também uma atividade social. Deste modo, o legislador pretende destacar que a atividade desenvolvida pelas entidades da ES não tem uma finalidade lucrativa, mas a finalidade de satisfazer as necessidades quer dos membros, mediante a participação destes na referida atividade (como é o caso das mutualidades), quer da comunidade (Fajardo García, 2012). Assim, se compreende que um dos princípios orientadores da ES seja o do “primado da pessoa e dos objetivos sociais”, sobre o capital. (Meira, 2013, p. 233)

Quanto à finalidade prosseguida — o interesse geral —, prende-se não apenas com o facto de estas entidades prosseguirem fins sociais, surgindo como parceiros do Estado Social e cooperando com este na garantia de um mínimo vital de direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (“uma parceria público-social”<sup>1</sup> assumida entre o Estado e as entidades da ES), mas também com o seu peculiar modo de organização e funcionamento, distinto do setor público e do setor privado, e refletido nos seus princípios orientadores, de entre os quais se destaca, a este propósito, o da “conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral” como daremos conta (Meira, 2013, p. 233).

Ora, quanto à prossecução deste interesse geral, a LBES admite que o mesmo possa ser prosseguido direta ou indiretamente através da promoção dos interesses dos membros, utilizadores e beneficiários.

Como exemplo de entidades que prosseguem diretamente fins de interesse geral, aponte-se o das entidades com o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (EIPSS), estatuto que enquadra pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa (Decreto-Lei n.º 172-A/2014):

“constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. (EIPSS, artigo 1.º).

---

<sup>1</sup> Expressão constante da *Carta de Cascais para a Economia Social*, aprovada pelo Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e apresentada no Congresso internacional subordinado ao tema «A economia social nos desafios do século XXI», em 29 de junho de 2013.

Estaremos, por isso, perante entidades que têm como principal objetivo a solidariedade social, com uma clara missão de apoio a situações de vulnerabilidade económica e social, assentando num paradigma assistencialista de intervenção social (Almeida, 2011a).

Nos termos do artigo 4.º da LBES, incorporam a Economia Social:

“as seguintes entidades, desde que constituídas em território nacional: a) cooperativas; b) associações mutualistas; c) misericórdias; d) fundações; e) instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social, previstos no artigo 5.º da presente lei, e que constem da base de dados da economia social.” (LBES, artigo 4.º).

Deste elenco resulta que estamos perante entidades privadas com personalidade jurídica e não pessoas físicas ou entidades públicas.

Acresce que a LBES não adota a forma jurídica das entidades como critério exclusivo de delimitação subjetiva. Efetivamente, o legislador, para além das formas jurídicas correspondentes à delimitação tradicional das famílias da economia social (cooperativas, mutualidades, associações e fundações), aborda, igualmente, um estatuto jurídico (o EIPSS), constante do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, e que foi profundamente alterado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro.

O artigo 5.º da LBES enuncia os princípios orientadores que devem ser observados pelas entidades da economia social no exercício da sua atividade e conseqüentemente na organização e funcionamento das mesmas (Meira, 2017). Consagra a referida norma que:

“as entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- a) o primado da pessoa e dos objetivos sociais;
- b) a adesão e participação livre e voluntária;
- c) o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- e) o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada”. (LBES, artigo 5º)

## 2.1.2 Enquadramento jurídico das IPSS

### 2.1.2.1 As IPSS na Constituição da República Portuguesa

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 prevê, no n.º 5 do artigo 63.º, a figura das IPSS (CRP, 2009). Efetivamente, nesta norma consagra-se que:

“O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º.” (CRP, 2019).

Assim, o texto constitucional reconhece o direito de constituição de IPSS, as quais são regulamentadas por Lei e estão sujeitas à fiscalização do Estado.

Da norma consta a expressão "O Estado apoia", o que significa que estas entidades beneficiarão de apoio público, em virtude de as mesmas prosseguirem fins sociais, surgindo como parceiras do Estado Social, cooperando com este na garantia de um mínimo vital de direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (Meira, 2013, p. 233).

Estes fins sociais são apelidados de fins de "solidariedade social" referidos no texto constitucional, num conjunto de normas.

Dentro do setor da economia social, o legislador coloca as IPSS dentro do chamado “sector social e solidário”. Efetivamente, o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho dispõe que “...entende-se por «sector social e solidário» o conjunto das instituições particulares de solidariedade social, ou legalmente equiparadas, definidas no artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares Solidariedade Social (EIPSS)”. No preâmbulo deste diploma refere-se que:

“as entidades do setor social e solidário, localizadas em todo o território nacional, constituem um pilar fundamental no suporte e apoio a todos aqueles que, por vicissitudes diversas, se encontram numa situação de vulnerabilidade, assumindo-se, assim, como um instrumento mais próximo dos cidadãos na prossecução de ações destinadas a minimizar as situações de carência ou de desigualdade social.” (EIPSS, 2014).

### 2.1.2.2 O estatuto jurídico das IPSS

Em 1979, foi aprovado o Estatuto das então designadas Instituições Privadas de Solidariedade Social, pelo Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro, objeto de revisão pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 29 de fevereiro e mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. Nesta última alteração, estas entidades passam a ser designadas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Será com base neste diploma que faremos a caracterização jurídica das IPSS.

As IPSS são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público (artigo 1.º). Consagra-se o dever de respeito pelos princípios orientadores da economia social, bem como pelo regime previsto no estatuto, o qual se aplicará, subsidiariamente às IPSS com regime especial, tais como as fundações e as associações mutualistas.

Deste conceito resulta que as IPSS são pessoas coletivas criadas por iniciativa particular e administradas por particulares. Constata-se ainda que as IPSS prosseguem fins de solidariedade e de justiça sociais, uma vez que nos termos da lei foram criadas com o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos.

Refira-se que estas entidades não têm fins lucrativos e não podem ser administradas por entidades públicas (Estado ou entidades autárquicas). Finalmente, da noção legal resulta que as IPSS prestam serviços e concedem bens com vista a prosseguirem objetivos diversificados, a saber:

- “a) Objetivos de segurança social (regimes complementares);
- b) Objetivos de ação social (apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho);
- c) Objetivos de promoção e proteção na saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- d) Objetivos de educação e formação profissional dos cidadãos;
- e) Objetivos de resolução dos problemas habitacionais das populações.” (EIPSS, 2014)

Esta enumeração de objetivos é meramente exemplificativa, pelo que as IPSS poderão prosseguir outros objetivos de solidariedade social. Tal é confirmado pelo artigo 1.º-B do EIPSS quando consagra que as IPSS podem prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos que sejam compatíveis com os objetivos enumerados no artigo 1.º-A.

Estamos, assim, perante um Estatuto jurídico destinado a instituições com clara missão de apoio a situações de vulnerabilidade económica e social. Os públicos-alvo destas entidades são os seguintes: crianças, jovens, terceira idade; outras categorias vulneráveis a situações de pobreza e exclusão crítica (por exemplo, desempregados, ex-reclusos, grávidas, sem-abrigo, toxicodependentes).

Nos termos do artigo 63.º, n.º 5, da CRP (Segurança Social e Solidariedade):

O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das IPSS e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º 1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º. (CRP, 2009)

### **2.1.2.3 Formas jurídicas de IPSS**

Quanto às formas jurídicas que as entidades podem adquirir o artigo 2.º do EIPSS refere as seguintes: as associações em geral que integram associações de solidariedade social; associações de socorros mútuos ou associações mutualistas; irmandades da Misericórdia (também consideradas associações); e as fundações de solidariedade social.

Podem ser equiparadas a IPSS (ver secção 2.1.2.3.3) as cooperativas de solidariedade social e as casas do povo que prossigam os fins legalmente cometidos às IPSS.

De seguida, faremos a análise das formas jurídicas que, face ao Estatuto, as IPSS podem assumir, agrupando-as em dois núcleos: (i) as associações e (ii) as fundações.

#### **2.1.2.3.1 As associações**

As IPSS que adotem a forma jurídica de associação, poderão fazê-lo como: a) Associação de solidariedade social; b) Associação de socorros mútuos.

Nos termos do artigo. 157.º do Código Civil, as associações são aquelas que “não tenham por fim o lucro económico dos associados”.

O atual EIPSS trata das associações de solidariedade social nos artigos 52.º a 67.º, mas não as define. Diversamente, o EIPSS de 1979 (Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro) caracterizava-as como sendo associações constituídas com o fim de exercer atividades de segurança social, abrangendo, por isso, a generalidade das “associações de beneficência” e que não se enquadrem em qualquer das outras formas especiais de associações: misericórdias, associações de voluntários e associações de socorros mútuos.

As associações de socorros mútuos ou associações mutualistas caracterizam-se como associações de fim não lucrativo que, por meio das quotizações dos seus sócios, prosseguem no interesse destes ou das suas famílias, fins de previdência e auxílio recíproco. De entre estes fins destacam-se os fins complementares dos sistemas de previdência ou de proteção da saúde.

Efetivamente, as associações mutualistas, cujo regime jurídico consta do Código das Associações Mutualistas (CAM) de 2018, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, são pessoas coletivas de direito privado que exercem uma atividade económica que visa, sem fins lucrativos e a título principal, a satisfação das necessidades dos seus membros. Nos termos do artigo 1.º do CAM: as mutualidades são “pessoas coletivas de direito privado”; têm um número ilimitado de associados; têm “fundos patrimoniais variáveis”; caracterizam-se pela “entregada e quotização dos seus associados”; devem funcionar respeitando os “princípios mutualistas”; o seu escopo é a prossecução, no interesse dos seus associados e das suas famílias, de “fins de auxílio recíproco de proteção social e desenvolvimento humano” (escopo mutualístico).

Quanto às irmandades da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia (artigos 68.º a 71.º), estaremos perante associações constituídas na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs, conforme o n.º 1 do artigo 68.º. Os seus estatutos denominam-se “compromissos” (n.º 2 do artigo 68.º) e o seu regime jurídico está previsto no EIPSS, mas sem prejuízo das sujeições canónicas que lhes são próprias (n.º 1 do artigo 69.º).

Fora deste regime jurídico específico, as irmandades da Misericórdia regulam-se pelas disposições aplicáveis às associações de solidariedade social (n.º 2 do artigo 69.º). Acresce que as disposições do EIPSS não são aplicáveis a tudo o que especificamente respeite às atividades estranhas aos fins de solidariedade social (n.º 3 do artigo 69.º).

As organizações religiosas em geral (exceto as da igreja católica) também mereceram a atenção do EIPSS, nos artigos 40.º a 43.º. Assim, os institutos fundados, dirigidos ou sustentados por organizações ou instituições religiosas e que se proponham a fins de solidariedade social ficam sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosos que os enformam (artigo 41.º).

As organizações religiosas que desenvolvam atividades de solidariedade social, tais como os Centros Paroquiais ou Congregações, ficam sujeitas ao regime das Fundações de Solidariedade Social (artigo 41.º).

#### ***2.1.2.3.2 As fundações de solidariedade social***

Quanto às IPSS que adotem a forma jurídica de fundação, apenas poderão fazê-lo como fundação de solidariedade social (artigos 77.º e 77.º-A).

A figura da fundação define-se a partir de um substrato patrimonial, constituindo a personalização de um património, afeto a uma determinada finalidade (artigos 185.º e seguintes do Código Civil).

Atualmente, as fundações têm uma Lei-Quadro que as regula — Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, na versão dada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

O n.º 1 do artigo 3.º desta Lei-Quadro define a fundação como "uma pessoa coletiva sem fim lucrativo, dotada de um património suficiente e irrevogavelmente afetado à prossecução de um fim de interesse social".

Por sua vez, o n.º 2 da mesma norma dispõe que se consideram fins de interesse social aqueles que se traduzem "no benefício de uma ou mais categorias de pessoas distintas do fundador, seus parentes e afins, ou de pessoas ou entidades a ele ligadas por relações de amizade ou de negócios".

Nos termos do artigo 6.º, as fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, sendo que o reconhecimento das fundações privadas é individual e compete ao Primeiro-Ministro, com possibilidade de delegação, enquanto o das fundações públicas resulta diretamente do ato da sua criação.

As Fundações de solidariedade social aparecem previstas nos artigos 39.º a 41.º da Lei-Quadro das Fundações.

O n.º 1 do artigo 39.º define-as como fundações privadas constituídas como IPSS e que prosseguem designadamente alguns dos objetivos constantes da norma.

Nos termos do artigo 40.º da Lei-Quadro, o reconhecimento das fundações de solidariedade social é da competência do Primeiro-Ministro, com a faculdade de delegação.

Estas Fundações de solidariedade social serão acompanhadas e fiscalizadas pelos serviços competentes do Ministério da Solidariedade e Segurança Social e pela Inspeção Geral de Finanças (artigo 41.º da Lei-Quadro).

#### **2.1.2.3.3 As IPSS por equiparação**

As cooperativas de solidariedade social, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 7/98, de 15 de janeiro, são cooperativas cujas atividades estão claramente concentradas na área dos serviços sociais. O seu objeto social concretiza-se numa clara missão de apoio a situações de vulnerabilidade económica e social, assentando num paradigma assistencialista de intervenção social junto de famílias, crianças, jovens, terceira idade, deficientes, desempregados e outras categorias vulneráveis, com vista à sua integração profissional, educação, formação, atendimento ocupacional e residencial. O reconhecimento por equiparação a IPSS das cooperativas de solidariedade social que prossigam os objetivos previstos no EIPSS obedecerá às regras previstas no Despacho n.º 3859/2016 do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

As Casas do Povo, cujo regime jurídico consta do Decreto-Lei n.º 4/82, de 11 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/85, de 28 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 246/90, de 27 de julho, são associações constituídas por tempo indeterminado com o objetivo de promover o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades, especialmente as do meio rural. Cabe-lhes, em particular, desenvolver atividades de carácter social e cultural, com a participação dos interessados, e colaborar com o Estado e as autarquias, proporcionando-lhes o apoio que em cada caso se justifique, por forma a contribuírem para a resolução de problemas da população residente nas respetivas áreas. O Decreto-Lei n.º 171/98 de 25 de junho estabelece o reconhecimento por equiparação a IPSS das Casas do Povo que prossigam os objetivos previstos no EIPSS.

#### **2.1.2.3.4 As IPSS de grau superior**

Nos termos do n.º 4 do artigo 2.º do EIPSS, as instituições podem agrupar-se em uniões, federações e confederações cujo regime está previsto nos artigos 88.º a 93.º do EIPSS.

As Uniões são agrupamentos de instituições que revestem forma jurídica idêntica (v.g. Misericórdias, Associações Mutualistas, etc.), que atuam na mesma área geográfica, designadamente o distrito, ou cujo regime específico de constituição o justifique (instituições canonicamente eretas).

As Federações são agrupamentos de instituições que prosseguem atividades congêneres.

As Confederações são agrupamentos, a nível nacional, de federações e uniões de instituições (podendo nelas inscrever-se diretamente instituições que não pertençam a qualquer união ou federação).

Qualquer destes agrupamentos de instituições pode ter como finalidades: a coordenação da ação das instituições associadas; a organização de serviços de interesse e de intervenção comuns; a representação de interesses comuns; e o desenvolvimento da ação das instituições e da cooperação entre elas (artigo 88.º do EIPSS).

Presentemente, existem quatro Organizações Representativas do Setor Social e Solidário (ORSSS): a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP).

#### **2.1.2.4 Finalidades não lucrativas e fontes de financiamento**

Nos termos do EIPSS, as IPSS podem prosseguir fins principais e fins secundários (artigos 1.º-A e 1.º-B do EIPSS). Consideram-se fins secundários outros fins não lucrativos compatíveis com os seus fins principais.

Quanto às atividades a prosseguir pelas IPSS, o legislador distingue entre atividades principais e atividades instrumentais (artigo 1º-A e 1º-B).

Relativamente às atividades principais (artigo 1º-A do EIPSS), dispõe-se que os objetivos das IPSS concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios: apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo; apoio à família; apoio às pessoas idosas; apoio às pessoas com deficiência e incapacidade; apoio à integração social e comunitária; proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; prevenção, promoção e

proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações; outras respostas sociais, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

No que respeita às atividades instrumentais admite-se a possibilidade do seu exercício, mesmo quando desenvolvidas por entidades criadas, para esse efeito, pelas IPSS. Relativamente a estas atividades não é aplicável o EIPSS.

Contudo, constitui condição para o exercício de atividades instrumentais que os respetivos resultados económicos revertam exclusivamente para o financiamento dos fins não lucrativos prosseguidos pelas IPSS. Impõe-se, deste modo, uma separação orçamental, financeira e contabilística das atividades.

Apesar de o EIPSS nada prever quanto às fontes de financiamento das IPSS, constata-se que os acordos de cooperação constituem a mais importante fonte de receitas financeiras para estas instituições (Almeida, 2010; Saraiva, 2017).

No caso das associações, refira-se, ainda, o financiamento por parte dos associados, o qual está previsto no artigo 55.º, n.º 1 do EIPSS, quando refere as quotas, donativos e serviços prestados.

#### **2.1.2.5 Cooperação com o Estado**

Nos termos do artigo 4.º do EIPSS, “o Estado aceita, apoia e valoriza o contributo das instituições na efetivação dos direitos sociais” (n.º 1); “o contributo das instituições e o apoio que às mesmas é prestado pelo Estado concretizam-se em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos” (n.º 2); “as instituições podem encarregar-se, mediante acordos, da gestão das instalações e equipamentos pertencentes ao Estado ou às Autarquias locais” (n.º 3); e ainda “o apoio do Estado e a respetiva tutela não podem constituir limitações ao direito de livre atuação das instituições” (n.º 4).

Do exposto, podemos então dizer que a relação entre o Estado e as IPSS é efetivada, nomeadamente, por acordos de cooperação. No início da década de 80, pela primeira vez, foram definidas as normas reguladoras dos acordos de cooperação<sup>2</sup>, sendo depois alteradas através de um conjunto de diplomas.

A finalidade da cooperação consiste no “*desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais que visam a proteção social dos cidadãos*”, levada a cabo através da “*repartição de obrigações e responsabilidades*”, e que traduz simultaneamente o reconhecimento e valorização que o Estado

---

<sup>2</sup> Despachos normativos n.º 387/80 e n.º 388/80.

tem atribuído “*ao papel das instituições particulares de solidariedade social*”. Portaria nº 196-A/2015, (com a redação dada pela Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho).

Estes novos diplomas surgem na sequência das alterações promovidas pelo EIPSS, pela necessidade de reforçar e harmonizar os instrumentos legislativos necessários ao estabelecimento da cooperação, tendo sido revistas as normas reguladoras da cooperação anteriormente reguladas pelo Despacho Normativo 75/92, de 20 de maio.

Passa assim a integrar-se “*matéria dispersa em normativos técnicos designadamente no que respeita às participações familiares devidas pela utilização dos serviços e equipamentos sociais bem como à repercussão da variação da frequência dos utentes na participação financeira da segurança social no âmbito dos acordos de cooperação celebrados*” (Portaria nº 196-A/2015).

A cooperação pode assumir três formas: os acordos de cooperação e os acordos de gestão e os protocolos. Em qualquer dos casos, os acordos são assinados entre a organização prestadora de serviços e os Centros Distritais de Segurança Social.

Segundo Almeida (2011b), os acordos de cooperação são a forma largamente dominante de relacionamento entre o Estado e as IPSS e têm por fim “*a prossecução de ações, por parte das organizações, que visem o apoio a crianças e jovens, idosos e à família, bem como a prevenção e reparação de situações de carência, de disfunção e marginalização social e o desenvolvimento das comunidades e a integração e a promoção social*”, objetivos que são detalhados dentro de cada uma das áreas de atuação (infância e juventude; população adulta com deficiência e incapacidade; pessoas idosas; e família e comunidade), no artigo 10º da Portaria nº 196-A/2015.

Porém, nem todos os acordos celebrados se enquadram na tipologia de respostas sociais que surgem no diploma regulador, razão para a distinção entre acordos típicos e atípicos.

A grande maioria dos acordos são típicos, já que são estabelecidos para as respostas sociais previstas na lei.

Os acordos atípicos são aqueles que contêm matéria inovadora, pois desenvolvem respostas sociais que não estão enquadradas na lei. A atipicidade está relacionada com a natureza da resposta, com a complexidade e diversidade da intervenção realizada, com as condições em que é desenvolvida, com o local de implantação ou, ainda, com as características da população a quem se destina. Em termos de financiamento, o cálculo da participação da segurança social é feito caso a caso.

Os acordos de gestão resultam de um processo através do qual a Segurança Social entrega a uma IPSS a gestão de um equipamento social de natureza pública, através da gestão do funcionamento

do equipamento social ou da gestão do funcionamento e cumulativamente a cedência a título gratuito do edificado, em regime de comodato (alíneas a) e b) do artigo 21º da Portaria nº 196-A/2015). A celebração destes acordos está condicionada ao enquadramento dos objetivos estatutários com as atividades desenvolvidas ou a desenvolver nas instalações e estabelecimentos que sejam objeto do acordo, implicando a celebração de um acordo de cooperação. (nº1 e nº2 do artigo 22º da mesma Portaria).

Contudo, os acordos de cooperação vinculam os Centros Distritais de Segurança Social e as IPSS a um conjunto de obrigações. Os Centros Distritais terão de garantir todo o apoio técnico nas áreas administrativas, financeira, de planeamento e jurídica, podendo integrar atividades de orientação, acompanhamento e intervenção técnica definidas consoante as necessidades e as solicitações das organizações. Compete-lhes, ainda, avaliar a qualidade dos serviços prestados, estimular a cooperação e, não menos importante, assegurar o pagamento pontual e regular das participações financeiras estabelecidas (artigo 11º da Portaria 196-A/2015). Da parte das IPSS, estas têm de assegurar o bom funcionamento dos equipamentos e serviços, em conformidade com os seus estatutos e de consonância com os requisitos técnicos adequados, atestar as condições de bem-estar dos utentes, garantir a existência de recursos humanos adequados e fornecer aos centros distritais informações sobre as atividades desenvolvidas (artigo 12º da Portaria nº 196-A/2015, de 1 de julho (com a redação dada pela Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho).

A existência de limitações orçamentais implica que as participações financeiras da segurança social possam não abranger todos os utentes. No âmbito da celebração dos acordos, há, pois, que distinguir duas componentes diferentes: a capacidade da organização, que corresponde ao número de utentes que uma determinada resposta social comporta e o número de utentes efetivamente participados, definidos em função das condicionantes orçamentais (Almeida, 2011b).

Para além dos princípios orientadores da economia social atrás elencados, estas instituições devem ainda prosseguir com os princípios orientadores para a colaboração com o Estado, previstos no Decreto-Lei nº 120/2015, de 30 de junho, nomeadamente subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação.

#### **2.1.2.6 Estrutura orgânica**

Da leitura dos artigos 12.º a 25.º do EIPSS resulta que estamos perante um modelo de gestão assente num órgão executivo, a quem cabe administrar e representar a instituição; e o órgão de fiscalização, podendo eventualmente existir órgãos consultivos.

Nos termos do artigo 10.º do EIPSS, as instituições regem-se “*por estatutos livremente elaborados, com respeito pelas disposições deste Estatuto e demais legislação aplicável*”, deles

devendo constar obrigatoriamente, entre outros elementos, “a denominação, a composição e a competência dos corpos gerentes” e “a forma de designar os respetivos membros” [alínea e) do n.º 2].

Por seu turno, segundo o artigo 12.º, “em cada instituição haverá, pelo menos, um órgão colegial de administração e outro com funções de fiscalização, ambos constituídos por um número ímpar de titulares, dos quais um será o presidente” (n.º 1), a quem compete gerir a instituição e representá-la (artigo 13.º, n.º 1 do EIPSS) e vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos (art. 14.º do EIPSS).

Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do EIPSS: “Os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição”; n.º 2: Não podem exercer o cargo de presidente do órgão de fiscalização trabalhadores da instituição; artigo 15.º-A: Nenhum titular do órgão de administração pode ser simultaneamente titular de órgão de fiscalização e ou da mesa da assembleia geral.

Se os estatutos o permitirem, o órgão de administração poderá delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes (n.º 3 do artigo 13.º do EIPSS).

Nos termos do artigo 18.º do EIPSS, o exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes das instituições é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Estabelece-se como regra a gratuidade do exercício das funções de administrador (artigo 18.º, n.º 1), ainda que se permita que “quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais membros dos corpos gerentes” estes possam ser remunerados, desde que os estatutos o permitam.

O artigo 21.º-C do EIPSS fixa os seguintes princípios essenciais acerca do correlativo mandato: n.º 1- A duração dos mandatos dos órgãos é de 4 anos; n.º 6 – O presidente da instituição ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Segundo Otero (2013), a limitação de mandatos tem a vantagem de promover a democracia no acesso ao poder, a transparência da gestão, a renovação dos quadros dirigentes e consequentemente das respetivas práticas de gestão. Além disso, impede uma visão do cargo como «vitalício», o que, a acontecer, poderia gerar relações clientelares, criando efeitos perversos como a personalização do poder, o autoritarismo dos chefes, os acréscimos dos canais de corrupção, entre outros (Otero, 2013).

A limitação de mandatos terá, todavia, o inconveniente da perda do património de saberes, sobretudo informais, acumulados acerca das especificidades organizacionais.

Nos termos do artigo 13.º do EIPSS, compete ao órgão de administração a gestão e representação da organização, designadamente a garantia da efetivação dos direitos dos beneficiários, a elaboração anual do relatório e contas de gerência (que deverá ser submetido ao conselho fiscal), do orçamento e do programa de ação para o ano seguinte, assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, a gestão dos recursos humanos da organização, zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da instituição.

Desde que o estatuto social o autorize, os membros do órgão de administração podem delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, o que poderá possibilitar uma maior profissionalização do órgão de administração.

As organizações ficam sujeitas a um controlo interno a cargo do órgão de fiscalização. Efetivamente, nos termos do artigo 14.º do EIPSS, compete a este órgão vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, cabendo-lhe designadamente exercer a fiscalização sobre a escrituração e os documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente; assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente, dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

### **2.1.3 As IPSS e as necessidades de informação**

Pela natureza da atividade que desenvolvem, o seu papel na sociedade e por força das suas atividades serem financiadas, em parte, pelo Estado, as IPSS estão sujeitas a um grande escrutínio por parte da opinião pública, das entidades financiadoras e fiscalizadoras, dos mecenas, dos doadores e dos atuais e potenciais utentes e, por isso, estão também sujeitas a um conjunto de obrigações relacionadas com a prestação de contas. Estas obrigações têm como objetivo, para além de dar a conhecer o desempenho e a forma como são geridos os recursos que lhe são disponibilizados, o de aumentar a transparência e a confiança sobre a sua atividade (o que desenvolve, como o faz e com que responsabilidade), aos vários níveis (legal, social, ambiental, entre outros) para diferentes *stakeholders*. Ou seja, informação que conduza a mais *accountability*.

A informação que cumpre o desígnio acabado de referir é de ordem diversa, assume tanto o carácter obrigatório como o carácter voluntário e deve ser vista numa perspetiva holística.

#### **2.1.3.1 Informação de carácter obrigatório**

O EIPSS no seu artigo 14.º-A estabelece que as contas da IPSS devem obedecer ao regime de normalização contabilística aplicável ao setor da ES e devem ser publicadas, obrigatoriamente, no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio de cada ano. Assim, as IPSS de

acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho na sua atual redação devem aplicar o Sistema de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo, podendo optar pelo Sistema de Normalização Contabilística modelo geral. O Decreto-Lei n.º 158/2009 permite ainda que, caso tenham um volume de negócio líquido que não ultrapasse 150.000€/ano nos 2 anos anteriores, fiquem dispensadas de aplicar qualquer dos modelos do Sistema de Normalização Contabilística.

De salientar que a partir de 2009, na sequência da Deliberação n.º 102/2009 do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, as obrigações contabilísticas passaram a ser cumpridas, obrigatoriamente, por via eletrónica, através da aplicação OCIP (Orçamentos e Contas das Instituições Particulares). As contas anuais são de entrega obrigatória enquanto os orçamentos são de entrega facultativa.

Ao nível fiscal são várias as obrigações comuns no que se aplica às sociedades comerciais, mas também existem algumas exigências específicas, normalmente associadas a determinados benefícios que lhe são concedidos.

De acordo com o artigo 5.º da Portaria n.º 298/2013, de 4 de outubro as entidades inscritas no registo de pessoas coletivas religiosas devem apresentar um relatório anual onde conste qual o destino dado aos montantes recebidos por beneficiarem dos regimes de donativos ou de consignação da quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares liquidado, até ao último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao do seu recebimento.

Ao nível do Imposto sobre o Valor Acrescentado por força do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro na sua atual redação que já contempla a desmaterialização dos respetivos procedimentos, gozam de determinadas isenções de Imposto sobre o Valor Acrescentado através da restituição do imposto suportado em algumas importações e aquisições de bens e serviços.

Perante o Instituto de Segurança Social para cumprimento dos acordos de Cooperação para o Setor Social e Solidário normalmente bianuais e de acordo com a Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho na sua atual redação, artigo 12.º, alínea h) têm que *“enviar aos serviços da segurança social a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida”*.

A Lei de Bases da ES (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio) estabelece as bases gerais do regime jurídico da ES e no seu artigo 6.º refere que o Estado deve assegurar a criação e manutenção de uma conta satélite para a ES, este facto obriga a que as IPSS forneçam várias informações também de natureza económico-financeira ao Instituto Nacional de Estatística.

O Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de março na sua atual redação, relativo ao licenciamento e fiscalização, indica no artigo 27.º as informações que na IPSS têm de ter afixadas em local visível e de fácil acesso, matéria que é igualmente definida na regulamentação específica das respostas sociais.

De salientar que as IPSS são ainda obrigadas a outras informações, nomeadamente as que resultam da aplicação do artigo 34.º do EIPSS (Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro na sua atual redação) relativo à fiscalização. Contudo, atendendo ao foco do nosso estudo referimos apenas as que consideramos mais relevantes.

As informações que se enunciaram têm como principais utilizadores a Autoridade Tributária, o Instituto da Segurança Social, o Instituto Nacional de Estatística e o público em geral.

### **2.1.3.2 Informação de caráter voluntário**

Como já foi referido, embora as IPSS não tenham como finalidade o lucro, têm acesso a dinheiros públicos e de mecenas que são, frequentemente, escassos e devem ser devidamente utilizados de forma a contribuir para a melhoria dos serviços que prestam e para a sustentabilidade, caso contrário, a função de utilidade pública não é cumprida. Neste sentido, a informação de caráter voluntário é, como o próprio nome sugere, preparada e divulgada na medida em que: é necessária para a tomada de decisão por *stakeholders* internos ou externos e potencia a *accountability* da entidade.

Ao nível interno, tal como acontece nas entidades com fins lucrativos, para uma boa gestão há necessidade de elaboração de um conjunto de informações que facilitem a tomada de decisão.

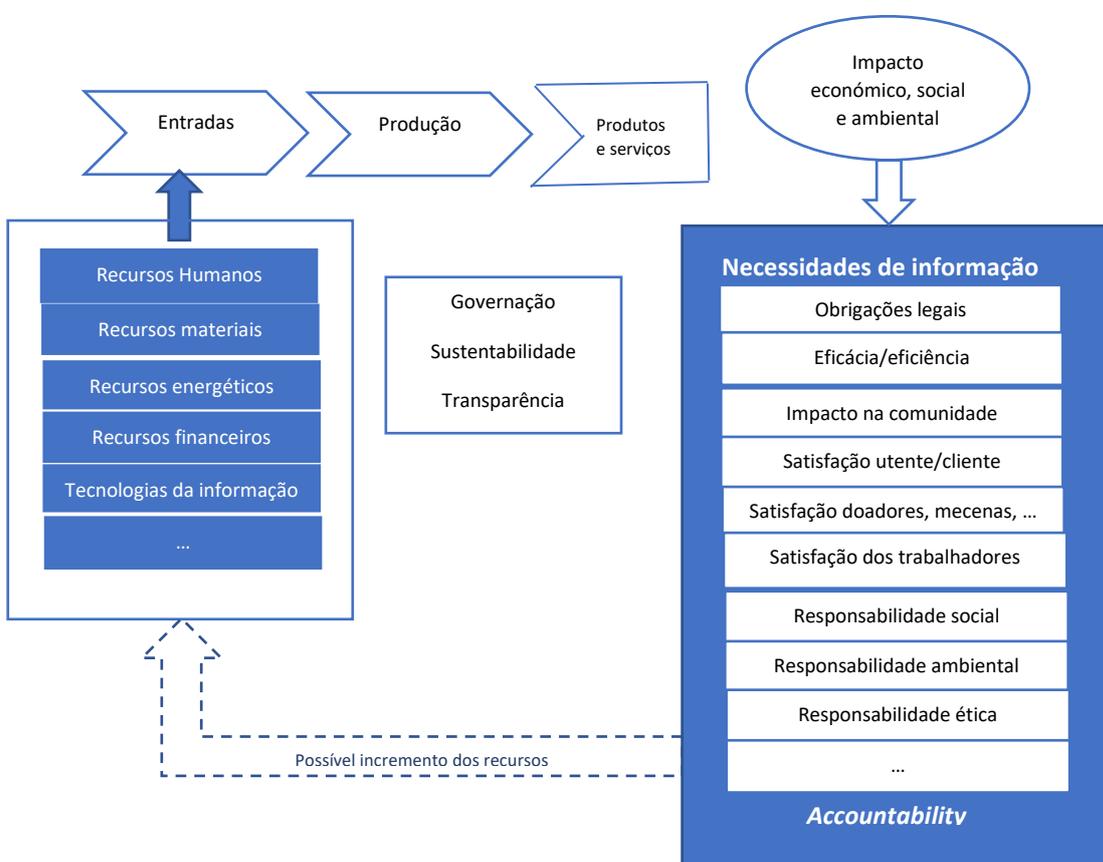
No âmbito do EIPSS existem disposições cuja monitorização resulta em necessidades de informação que vão além das obrigatórias.

O EIPSS estabelece, no seu artigo 5.º, que os interesses e direitos dos beneficiários preferem aos da instituição e dos respetivos associados ou fundadores e no artigo 6.º estabelece o respeito pela vontade dos fundadores, testadores ou doadores e a adequação do cumprimento da legislação em vigor. No entanto, não se estabelecem exigências de informação específicas que permitam a verificação da observação destes direitos. Numa entidade *accountable* ambas as situações deveriam poder ser monitorizadas pelos *stakeholders*. A informação obrigatória referida no ponto anterior permite apenas uma monitorização parcial destes direitos, sendo necessária informação adicional para que se possa efetivamente verificar o respeito por esses direitos, nomeadamente sobre a satisfação dos utentes, comunidade, doadores, mecenas e outros, assim como a responsabilidade social, ambiental e ética da entidade. Em suma, para além da informação de caráter obrigatório será necessária informação adicional, esta de cariz voluntário, que aumente a

transparência da entidade, proporcionando a todos os *stakeholders* maior conhecimento da atividade da entidade e respetivos efeitos desta.

Partindo deste enquadramento e do processo produtivo de uma entidade da ES indicada por Somers (2010), são identificadas na Figura 1 as necessidades de informação.

Como se observa na Figura 1 os recursos necessários ao processo produtivo são de várias naturezas. A sua gestão, assim como a condução de todo o processo produtivo, deve ser efetuada garantindo eficiência na utilização dos recursos, mas nunca esquecendo a missão, a visão o objetivo da entidade, os princípios de governação, a sustentabilidade e transparência. Pela natureza da atividade desenvolvida espera-se um impacto dos seus produtos/serviços não só ao nível económico e ambiental como, principalmente, social. Daqui resultam necessidades de informação que, para além de permitirem o cumprimento das obrigações legais e, internamente, medir a eficiência e eficácia da utilização dos recursos, permitam medir o impacto geral na comunidade, medir o nível de satisfação dos utentes/clientes, dos trabalhadores, dos mecenas, doadores e outros *stakeholders*, permitam identificar o nível de responsabilidade social, ambiental e ética da IPSS. A disponibilização e divulgação de toda esta informação contribui para a *accountability*, e pode influenciar positivamente a obtenção de mais recursos, reiniciando-se o ciclo em melhores condições.



**Figura 1** – Processo produtivo das IPSS numa perspetiva de *accountability*

## 2.1.4 Algumas notas sobre a caracterização do setor da economia social e das IPSS em Portugal

A conta satélite da ES teve já três edições: 2013 com dados de 2010; 2016 com dados referentes a 2013 e 2019 com dados referentes a 2016 (CASES 2019), disponibiliza informação estatística para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social.

No documento “Estudos de Economia Social” foram apresentados os resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) do Instituto Nacional de Estatística (INE) lançado em junho de 2019, com a colaboração da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES). Esta foi a primeira edição do ISES, permitiu recolher dados das entidades referentes a 2018 com o objetivo de fazer a caracterização do setor da ES em termos de práticas de gestão (INE, 2020).

Partindo da informação apresentada pela conta satélite da ES referentes a 2016 (CASES, 2019) o número total de entidades pertencentes a este setor é de 71886, o que representa um acréscimo de cerca de 17,29% relativamente ao ano de 2013.

No que se refere à representatividade da ES no panorama da Economia Nacional (EN), apresentamos na Tabela 1 os valores de três dos grandes agregados (Valor Acrescentado Bruto (VAB); Emprego Remunerado equivalente a tempo completo e Remunerações), com base nos dados das contas satélite de 2010, 2013 e 2016 (CASES 2019).

**Tabela 1 – Importância relativa das atividades desenvolvidas no setor da Economia Social**

Grandes agregados	Un.	2010			2013			2016			Δ 2013/2016	
		ES	EN	%	ES	EN	%	ES	EN	%	ES	EN
Milhões de Euros	Milhões de Euros	4262,60	151426,00	2,80	4206,50	149768,40	2,80	4819,20	162226,10	3,00	14,60	8,30
Emprego remunerado	Un.	226935	4138163	5,50	215963	3582077	6,00	23488600	3839523	6,10	8,80	7,20
Remunerações	Milhões de Euros	3955,40	86814,00	4,60	3973,10	76279,90	5,20	4321,60	81854,10	5,30	8,80	7,30

Pela comparação apresentada salientamos a tendência de crescimento de todos os agregados, ao longo dos períodos analisados, mesmo que em contraciclo com a EN. Atente-se na importância relevante da ES, em 2016, com as seguintes contribuições para a EN: VAB: 3%; Emprego Remunerado: 6,1% e Remunerações: 5,3%. De realçar ainda a performance distanciada de todos estes agregados entre 2013 e 2016 por comparação com os resultados da EN (14,6% vs 8,3%, 8,8% vs 7,2% e 8,8% vs 7,3% respetivamente), donde se pode concluir a elevada resiliência das entidades da ES.

Da análise destes dados resulta que o setor da ES tem vindo a crescer de importância na EN e tem apresentado um crescimento superior ao crescimento desta.

Do documento “Estudos de Economia Social” (INE, 2020) retiram-se também, considerando a *accountability*, conclusões globais interessantes. Assim, em relação a 2018:

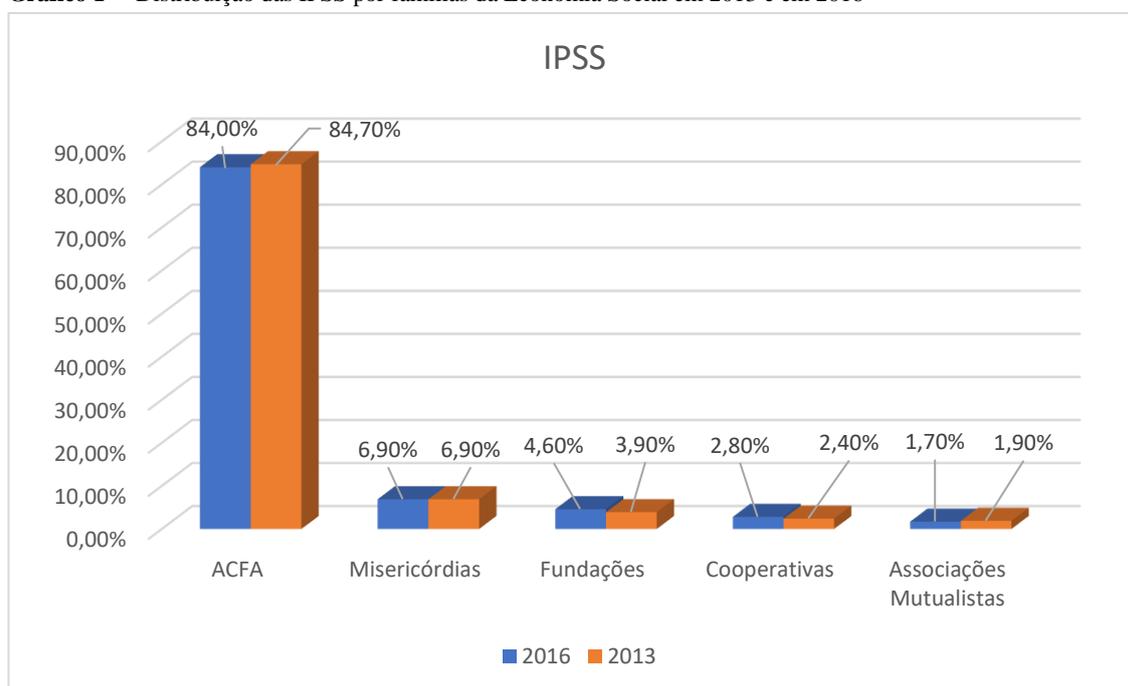
- na estrutura organizacional, em quase todas as famílias da ES, existem um ou dois níveis hierárquicos, à exceção das Associações mutualistas e das Misericórdias, nas quais existem três ou quatro níveis hierárquicos;
- a maioria das entidades da ES desenvolveu trabalho em rede ou em parceria, sendo nas cooperativas que se verificou a maior proporção;
- em termos de antiguidade, cerca de 48% das entidades da ES eram seniores (20 ou mais anos);
- quase 90% dos membros da direção de topo das entidades da ES tinham funções executivas;
- os dirigentes de topo (entendido como o dirigente que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra), foram, em 79,9% dos casos, eleitos através dos órgãos sociais;
- dos dirigentes de topo, 32,9% consideraram-se como “moderadamente autónomos” no uso de tecnologias de informação;
- do pessoal ao serviço nas entidades da ES, 81,0% tinham contratos de trabalho sem termo, mais de 70% tinham horário fixo e 5,3% eram de nacionalidade estrangeira
- quase 1/3 das pessoas ao serviço das entidades recebiam o salário mínimo nacional;
- uma percentagem elevada das entidades realizou ações de voluntariado;
- uma percentagem de 45,8% das entidades da ES não utilizavam indicadores-chave para a monitorização/avaliação do desempenho da sua atividade, variando entre 19,9% nas Misericórdias e 46,3% nas ACFA;
- em relação à presença destas entidades na Internet, 49,7% não tinha *website* ou página eletrónica, mas quase 2/3 utilizavam as redes sociais;
- quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social;
- a maioria das entidades da ES elabora apenas 4 documentos de gestão: Plano de Atividades (66,1%), Orçamento (56,3%), Relatório de atividades (62,1%) e Relatório e Contas (68,2%);
- de entre as entidades que elaboraram documentos de gestão, a maioria não os divulgou no respetivo *website* ou página eletrónica;
- as transferências ou subsídios representaram 28,0% do total dos meios de financiamento das entidades da ES, seguidas pelas prestações de serviços (22,0%) e pelos empréstimos (19,2%);
- cerca de 6% das entidades da ES obtiveram financiamento de fontes estrangeiras;

- cerca de 47,9% destas entidades não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental, embora se registem diferenças significativas nas várias famílias da ES;
- de entre os princípios orientadores das entidades da ES, previstos no artigo 5.º da LBES, em média, a valorização mais elevada (numa escala de 1 a 7) foi atribuída ao respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade (4,8).

Da conta satélite também se retira que das 71.886 entidades que existiam em 2016, 5.622 têm estatuto de IPSS ou equiparado, representando uma importância relativa de 7,8% no âmbito de todas as entidades de ES e apresentando um aumento de 0,7% relativamente a 2013.

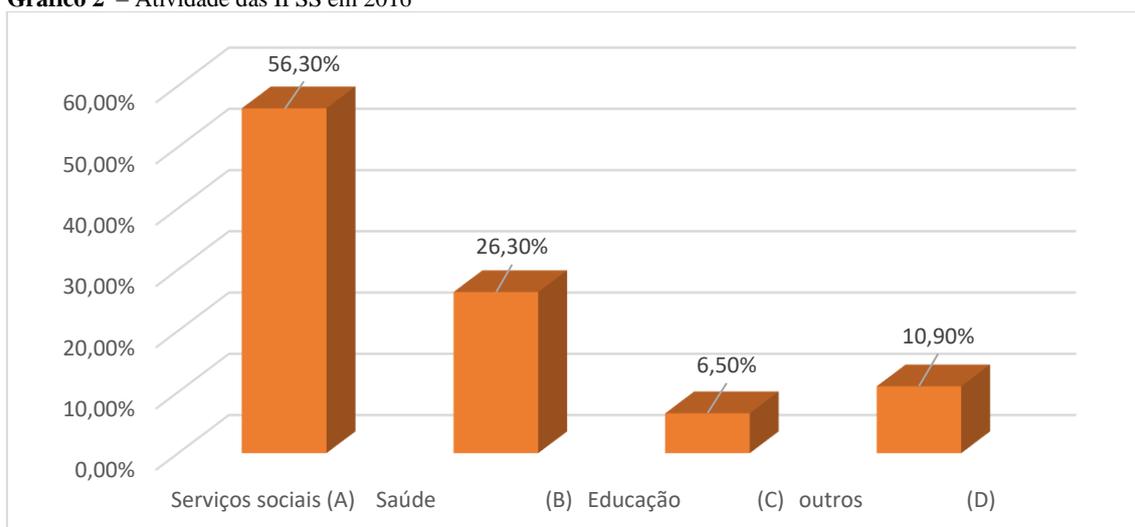
No caso particular das IPSS, no Gráfico 1, elaborado com base nos dados da CASES (2016, 2019), representa a distribuição das IPSS pelas diversas famílias da ES que têm aquele estatuto, designadamente as Associações com Fins Altruísticos (ACFA), Misericórdias, Fundações, Cooperativas e Associações Mutualistas.

**Gráfico 1** – Distribuição das IPSS por famílias da Economia Social em 2013 e em 2016



No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelas IPSS, em 2016, concentraram-se principalmente nos Serviços sociais (56,3%), seguidos de atividades nas áreas da Saúde (26,3%), da Educação (6,5%) e outras (10,9%), conforme apresentado no Gráfico 2 (CASES, 2019).

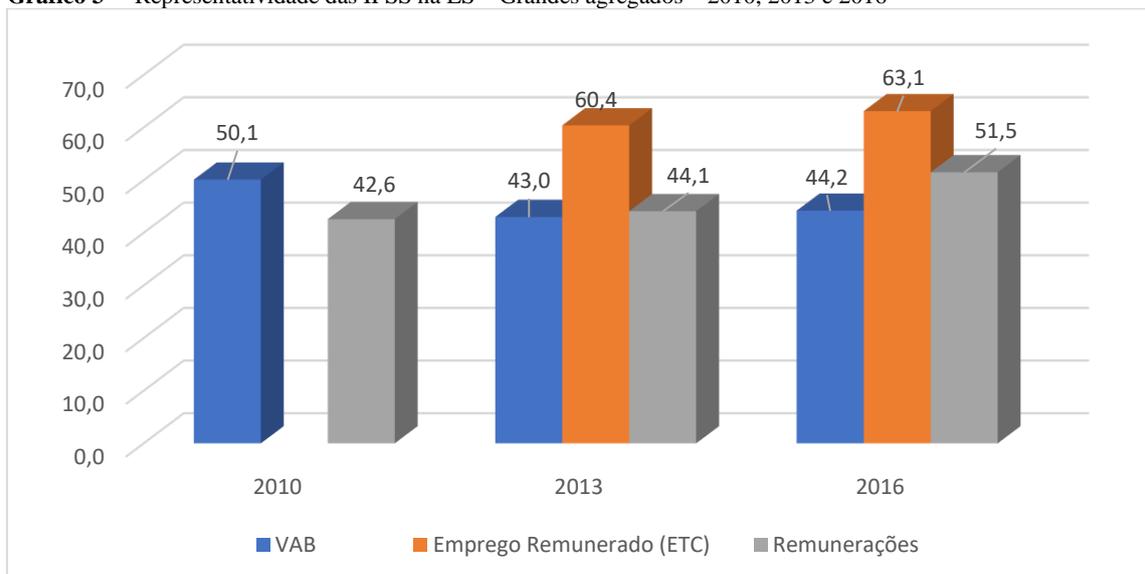
**Gráfico 2 – Atividade das IPSS em 2016**



**Fonte:** Adaptado de CASES (2019)

Torna-se imperativo analisar a representatividade das IPSS na ES, mediante os três grandes agregados atrás analisados, para os períodos de 2010, 2013 e 2016 (CASES, 2013, 2016 e 2019), que apresentamos no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Representatividade das IPSS na ES – Grandes agregados – 2010, 2013 e 2016**



**Fonte:** Adaptado de CASES (2019)

Como se pode constatar no Gráfico 3 verifica-se uma tendência crescente da representatividade das IPSS na ES, contribuindo assim para o crescimento deste setor.

Por último, a Tabela 2, com base nos dados da CASES (2019), apresenta a importância relativa das atividades levadas a cabo pelas IPSS, em termos de VAB e de Remunerações.

**Tabela 2** – Importância relativa das atividades desenvolvidas pelas IPSS, em 2016

<b>Atividades em 2016</b>	<b>VAB</b>	<b>Remunerações</b>
Saúde	52,90%	47,20%
Serviços sociais	39,30%	40,40%
Educação	9,20%	0,20%

No contexto português as IPSS são um elemento importante do setor da ES, representando de acordo com a Tabela 2, cerca de 53% do VAB da saúde, 39% dos serviços sociais e 9% do setor da educação.

## **2.2 A *accountability* nas IPSS e a sua transversalidade**

### **2.2.1 Conceito de *accountability***

O conceito de *accountability*, segundo Ferreira, Santos *et al.* (2019) é um conceito abrangente e amplo, referindo-se, designadamente, a assumir a responsabilidade das decisões tomadas, explicando-as e justificando-as.

Este conceito, inicialmente ligado à prestação de contas (*accounting*), evoluiu para uma realidade bem diferente. A prestação de contas não se refere somente à informação contabilística que é necessário divulgar, mas à responsabilização do gestor por todas as decisões tomadas perante os seus *stakeholders*, os quais poderão exigir explicações e justificações (Bovens, 2006).

Mediante a interpretação de Bovens (2006), a *accountability* é usada como forma de qualificar positivamente um estado de coisas ou da performance de um gestor. Aproxima-se da capacidade de resposta e do sentido de responsabilidade, da vontade de agir de uma forma transparente, justa e equitativa, mas também se refere a práticas concretas de prestação de contas.

Ainda secundando a opinião deste autor, o termo *accountability* é cada vez mais utilizado porque transmite uma imagem de transparência e de confiança, aplicável a qualquer setor societário – setor público, privado e terceiro setor ou da economia social.

Assim, num contexto em que se fala cada vez mais de *accountability*, tomamos por base um estudo de Conroy (2005) sobre as práticas de *accountability*, procurando adequá-las às entidades da ES, cujos *stakeholders* exigem rigor e transparência na sua governação e no cumprimento da sua missão (Zainon *et al.*, 2014a, 2014b). O estudo de Conroy (2005) concluiu que os *stakeholders* mostram cada vez mais elevados níveis de exigência informacional, o que também

é válido para todos os outros setores da economia, facto que não pode ser menosprezado por as entidades da ES.

Efetivamente, as organizações de ES, designadamente as IPSS, esfera de estudo deste trabalho, deverão verificar se a prática de *accountability* adotada responde às necessidades de informação e satisfaz os requisitos dos seus *stakeholders*, na medida em que esta poderá afetar a eficácia e o cumprimento da sua missão (Costa *et al.*, 2011). Estes autores salientam a orientação dada à dimensão económico-financeira, em detrimento da dimensão social, quando afinal estas organizações têm como fim principal o objeto social que se propõem levar a cabo. A dificuldade parece residir, por um lado, na falta de definição objetiva de variáveis quantificáveis adequadas à avaliação do impacto das atividades sociais desenvolvidas, por outro lado, na pressão exercida por financiadores e organismos reguladores e supervisores, nomeadamente o Estado.

Não podemos deixar de salientar as exigências colocadas às IPSS, especialmente com a entrada em vigor do EIPSS. Este Estatuto institui um novo modelo em matéria de fiscalização financeira das IPSS, assente em regras imperativas mais densas e exigentes com vista a aumentar a transparência na gestão e *accountability* destas entidades (Tomé *et al.*, 2016).

A propósito de entidades com perfil similar ao das IPSS, Connolly e Kelly (2011) salientam a importância de que a prestação de contas destas organizações se torne mais confiável e transparente, de modo que com essa informação contabilística de maior qualidade se possa dar visibilidade aos recursos maioritariamente disponibilizados pelo Estado, bem como às atividades e objetivos das instituições, aumentando a sua notoriedade e legitimidade, gerando maior confiança. Mas, a prestação de contas destas instituições vai além das informações contabilísticas, uma vez que o processo de tomada de decisão contempla aspetos que as ultrapassam, tornando simultaneamente o processo de divulgação mais complexo, com fatores de mais difícil quantificação, como são exemplo os resultados sociais das suas atividades (Connolly & Kelly, 2011). A medição deste tipo de impacto gerado por uma IPSS na comunidade, normalmente baseado em informações não contabilísticas, requer a transformação de informações qualitativas em indicadores úteis para todos os seus *stakeholders* (Aimers & Walker, 2008a). Para Choudhoury e Ahmed (2002) a *accountability* centrava-se até há algumas décadas em controlos e auditoria interna, monitorização, avaliação e conformidade com regras e regulamentos. Assistimos, pois, a uma mudança de paradigma: mudança de contabilidade financeira para a auditoria de resultados e a responsabilização pública, isto é, perante todos os *stakeholders*. Becker (2018) assinala a tendência das organizações sem fins lucrativos para adotarem novas modalidades de prestação de contas, além dos requisitos mínimos legalmente impostos. Desta forma, terão conseguido aumentar a sua transparência e boa governação, traduzidas

simultaneamente, num aumento de credibilidade, reputação e de capacidade de captação de financiadores e de doadores (Fenge *et al.*, 2016; Porumbescu, 2016).

Segundo Bovens (2006) a *accountability* é, conceitualmente, considerada um agregador de vários conceitos distintos, tais como transparência, equidade, democracia, eficiência, capacidade de resposta, responsabilidade e integridade.

Do ponto de vista conceptual, *accountability* é muitas vezes usado como sinónimo de avaliação, sendo confundido com conceitos tais como capacidade de resposta, responsabilidade e eficácia. Procurando analisar uma definição restrita de *accountability*, Bovens (2006) chama a atenção para a existência de uma série de dimensões que lhe estão associadas quer do ponto de vista relacional, como dos objetivos encontrados nos vários domínios da governação. Aliás, muito frequentemente, associa-se *accountability* a boa governação ou a comportamento socialmente responsável, fator muito relevante no que diz respeito às IPSS.

### **2.2.2 Accountability nas IPSS**

Tomé *et al.* (2019) chamam a atenção para o caso das IPSS, a quem são colocados mais e maiores desafios por parte dos seus *stakeholders* em geral, nomeadamente: (i) pelo Estado, atendendo à parceria preferencial que mantém com estas instituições, além da sua função de regulador; (ii) pelas empresas privadas com fim lucrativo, cujos programas de responsabilidade social corporativa as colocam em contacto frequente com estas entidades; (iii) pela necessidade destas entidades sem fins lucrativos se tornarem mais eficientes e eficazes, abertas à realidade interna e externa, facilitando o acesso e perceção do seu comportamento socialmente responsável, credibilidade e transparência a todos os níveis, (económico, social e ambiental). O acréscimo de todos estes requisitos implica planeamento e desenvolvimento eficaz das atividades, promoção da avaliação de resultados e sua divulgação, quer no cumprimento das obrigações legais, como de outros parâmetros expressos voluntariamente, mas que possam ajudar a aumentar a sua *accountability*.

Todas estas interpretações sugerem a diversidade de dimensões em que a *accountability* se estabelece e que caracterizam as instituições e a forma como as mesmas interagem com as suas envolventes interna e externa.

Internamente e, desde a sua génese, as IPSS devem prestar especial atenção à sua estrutura organizacional, incorporando novos mecanismos de prática de *accountability*, como meio de aumento de conhecimento e formas de governação apropriadas, promovendo o seu desenvolvimento sustentável (Rotheroe & Richards, 2007). Outros estudos refletem sobre o impacto das características organizacionais nas práticas de *accountability* das organizações sem

fins lucrativos, estabelecendo relações entre o perfil organizacional e o nível de prestação de contas (Azman *et al.*, 2015; Bakar *et al.*, 2013; Bakar *et al.*, 2014). Ainda segundo Arshad *et al.* (2013), a composição dos órgãos de gestão influencia as práticas de *accountability*, cujos instrumentos e atividades associadas podem tornar-se, por sua vez, um contributo útil aos atuais sistemas de governação, porém de efeitos ainda não totalmente conhecidos (Becker, 2018). De salientar ainda um estudo de Atan *et al.* (2017), que consistiu na avaliação da integridade organizacional das organizações sem fins lucrativos, tendo concluído que a mesma contribui significativamente para a prática de prestação de contas por elas adotada.

Igualmente importante será a adequação dos produtos e serviços prestados à comunidade. As IPSS cobrem um leque alargado de serviços disponibilizados, com particular incidência na área dos serviços sociais, não descurando o ensino, a saúde, o desporto e cultura, entre outros, indo ao encontro das necessidades específicas da sua comunidade, facto que também aumenta a imperatividade de *accountability* (Barret, 2001).

No que concerne à envolvente externa, de especial relevo o facto de o desenvolvimento sustentável das IPSS estar diretamente ligado à importância da inclusão dos stakeholders, em todos os níveis de tomada de decisão, melhorando a prática de *accountability*, desde a prestação de contas propriamente dita, até à sua justificação e influência do nível de perceção positiva (Rotheroe & Richards, 2007). Dainelli *et al.* (2013) optam por analisar a validade da Teoria dos *Stakeholders* com foco nas práticas de *accountability*, em vários países desenvolvidos, tendo concluído que estas práticas dependem da força e do número de stakeholders envolvidos nas organizações. Todavia, Nowland-Foreman (2009), estudando o impacto dos agentes externos na *accountability* destas organizações, concluem que embora seja possível identificar aspetos positivos e negativos, os requisitos impostos externamente parecem não exercer um efeito relevante sobre a responsabilização.

No parecer de Aimers e Walker (2008b), as parcerias entre as organizações de ES e o Estado poderiam acarretar dificuldades nas relações com a comunidade, propondo mesmo vários modelos para reforço da integração dessas instituições nas suas comunidades, através de mecanismos de responsabilização, conducentes a um aumento da sua *accountability*. Awio *et al.* (2011) acrescentam que as redes e as ações de cooperação dentro dos grupos contribuem para a melhoria da *accountability*, do mesmo modo que o voluntarismo e a reciprocidade atuam para melhorar a eficiência e a responsabilização, através das doações de tempo, dinheiro e contribuições materiais da comunidade. As conclusões deste estudo sugerem, pois, que as redes intragrupo, apoiadas por um forte capital social reforçam os fluxos de informação e melhoram a *accountability*. As ações dos indivíduos não se baseiam na elaboração de contratos e de sistemas de informação que especificam e controlam as obrigações dos agentes, mas na confiança e no

consenso moral que mantêm as grandes expectativas dentro do grupo. Isto contribui para a nossa compreensão do modo como a confiança, as redes e a reciprocidade (apoiadas pela faculdade de memória social e pelos mecanismos de garantia comunitária) podem funcionar em grupos dirigidos por capital social para prestar contas centradas no resultado. Admitem que estes serviços orientados por uma teoria de capital social podem funcionar eficazmente com técnicas de gestão simples e dados contabilísticos e informações escritas limitadas, desde que se mantenha o foco na substância e não na forma de prestação de contas. Isto facilita a participação de leigos a nível comunitário nas atividades de prestação de serviços. E, uma vez que a iliteracia financeira constitui um problema para os relatórios escritos e outros aspetos da gestão financeira, os modos "informais" de apresentação de relatórios ajudam a reforçar a participação.

Dwiningrum (2016), explicando os conceitos básicos do capital social e da prática de *accountability* aplicado às instituições de ensino, concluiu que esta prática resulta de sinergias individuais e institucionais, sendo esta conclusão extensível a outras áreas.

A monitorização e avaliação participativa por parte da sociedade foi tema de estudo de Sangole *et al.* (2014), que concluíram que estas ações reforçam o capital social, afetando simultaneamente a perceção da comunidade sobre o desempenho da organização, com impacto sobre a sua *accountability*.

Relativamente ao desempenho das organizações sem fins lucrativos, Shuib e Ruhayatan (2014) analisaram o impacto de diversas práticas, desde a gestão financeira e eficácia dos órgãos de gestão, às práticas de *accountability*, tendo chegado à conclusão de que as duas primeiras têm um impacto significativo no desempenho financeiro da organização, o mesmo não acontecendo com as práticas de *accountability*, cujo impacto não se mostra significativo àquele nível. O desempenho de uma organização sem fins lucrativos é influenciado pelo seu capital social, como ativo intangível absolutamente imprescindível ao seu funcionamento e essa influência interfere substancialmente no desenvolvimento sustentável da mesma (Kamaluddin *et al.*, 2016).

De forma a melhorar o desenvolvimento sustentável das organizações da ES, por um lado, e a aumentar a confiança dos *stakeholders* por outro, foi documentada por Santos *et al.* (2019) a necessidade de combinar modernização e *accountability*. Os autores acabados de referir, salientam, ainda, a importância da conceção de mecanismos de controlo interno de qualidade, como garante de boas práticas de *accountability*, de alinhamento e integração de todos os *stakeholders*, elevando os níveis de desempenho e de confiança, resultando assim não só em crescimento individual como em desenvolvimento da comunidade.

No entanto, segundo Marques *et al.* (2019) a avaliação de *accountability* é ainda limitada, pela ausência de uma *framework* que implemente adequadamente práticas de *accountability* em todas

as suas dimensões. Estes autores preconizam que o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) poderá contribuir para a modernização do setor, através da criação de *websites* institucionais onde possam divulgar informação financeira e não financeira, permitindo aos seus *stakeholders* a avaliação do seu modo de funcionamento e desempenho. A motivação dos *stakeholders* poderá ser melhorada à medida que os *websites* se vão tornando igualmente melhores e mais proativos, em que ambas as circunstâncias concorrerão para o aumento de legitimidade destas instituições, com consequentes vantagens a todos os níveis.

No entanto, alguns estudos revelaram que muitas IPSS têm ainda muitas dificuldades quanto à divulgação nos seus *websites*, muitas não dispoem mesmo de um *website* institucional para o efeito: em fevereiro de 2016 apenas 37,62% das IPSS dispunham de *website*, e destas, somente 6% o utilizavam para divulgarem a informação financeira, que aliás é de divulgação obrigatória desde a entrada em vigor do atual EIPSS (Ferreira *et al.*, 2016). Decorrido um ano, em fevereiro de 2017, a percentagem de IPSS com *website* praticamente não tinha sofrido alteração (37,86%). Atendendo aos resultados obtidos pelo inquérito ao setor da ES do INE (INE, 2020) a situação pode ter melhorado, uma vez que, considerando as entidades da ES (e não só as IPSS) cerca de 50% possuíam *website*, mas continua a ser uma percentagem muito baixa. Não obstante, de 2016 para 2017 aumentou para 23% as que passaram a proceder à prestação de contas por esta via (Ferreira *et al.*, 2019).

## 2.3 Governação

O governo das sociedades, como a própria expressão indica, foi inicialmente projetado para organizações com fins lucrativos, mas a relevância da temática e o crescente escrutínio das entidades sem fins lucrativos tornaram-no um dos temas de preocupação de entidades reguladoras de diferentes países, como é exemplo na Austrália o *Australian Institute of Company Directors* (AICD, 2019) e no Canadá o *Chartered Professional Accountants of Canada* (CPA Canada). Atendendo a que neste estudo nos centramos em entidades sem fins lucrativos, utilizaremos apenas o termo “Governação”.

Em Portugal, a obtenção de estatuto de IPSS e a consequente submissão ao seu regime jurídico sujeita estas entidades a um nível reforçado de boa governação (Saraiva, 2017). Até ao momento, em Portugal, temos conhecimento de algumas iniciativas, tais como as do Centro Português de Fundações (2008) e a publicação de Santana e Campos (2013) que é conhecida por apresentar um esboço de algumas medidas de governação para o setor.

### 2.3.1 Conceito e evolução de governação

O conceito de governação não é consensual e é bastante heterogéneo. A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) define-o como o sistema de regras e de condutas relativas ao exercício da gestão e controlo de empresas com valores admitidos à negociação em mercado regulado (CMVM 1999). Shleifer e Vishny (1997) definem governação como a forma pela qual os financiadores (investidores) garantem que receberão o retorno do seu investimento. Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1999) é o conjunto de assuntos relacionados com os meios internos através dos quais as empresas são geridas e controladas. De igual forma, O'Sullivan (2000) refere que é a forma como as empresas são geridas e controladas. Por sua vez, Sloan (2001) associa-o aos mecanismos desenvolvidos para mitigar os problemas de incentivo criados pela separação entre a gestão e o financiamento das entidades. De acordo com Jegers (2009) a definição de governação, inicialmente orientada para organizações empresariais lucrativas, pode ser facilmente estendida a todas as formas institucionais nas quais as entidades do setor da ES estão incluídas.

Com base no trabalho de vários autores, Medraño e Peñalver (2011) concluem que a governação nas entidades da ES é considerada uma forma eficiente de gerir o uso de ativos; baseia-se em princípios de solidariedade e práticas de democracia económica; oferece informações confiáveis para os stakeholders; e fortalece as organizações que seguem as suas premissas. Para Seguí *et al.* (2008) é uma forma de a entidade cumprir a sua responsabilidade social. Isso é muito importante se considerarmos o facto de as entidades do setor da ES serem financiadas, numa parte importante, por recursos financeiros obtidos de doadores e do Estado.

Assim, de acordo com Góis *et al.* (*in press*), a governação no contexto da ES é uma forma de gerir eficiente e eficazmente a entidade, cumprindo o princípio de solidariedade, assumindo a sua responsabilidade social, contribuindo assim, para uma maior transparência, responsabilidade e ética das entidades.

Podemos afirmar que, no caso das entidades da ES, a governação visa garantir que os interesses dos beneficiários, financiadores, doadores, Estado, comunidade sejam efetivamente satisfeitos.

### 2.3.2 O papel dos órgãos de governação nas entidades da economia social

De acordo com o Relatório King IV para a África do Sul (IoDSA, 2016, p. 12), os órgãos de governação “são a estrutura que tem a principal responsabilidade pela governação e desempenho da organização”. No contexto da ES, podemos ter, como mencionamos anteriormente, entidades com natureza jurídica diversa e, portanto, com diferentes tipos de órgãos de gestão. Acresce que

o órgão a quem cabe a direção máxima pode assumir diferentes designações, nomeadamente conselho de administração ou direção, pelo que adotaremos, genericamente, a designação de órgão de administração.

Assim, o órgão de administração é o principal instrumento de governação de uma entidade, embora a sua estrutura organizacional inclua outros órgãos, como o conselho fiscal. A qualidade daquele órgão tem sido identificada como estando associada à maneira como é constituído e como é mantida a sua composição.

A literatura sobre a importância do conselho de administração de entidades lucrativas é ampla (Adams *et al.*, 2010). No caso do órgão de administração das entidades do setor da ES, a literatura existente é menos significativa e mais heterogénea, dada a diversidade de entidades incluídas na ES. Essas entidades têm especificidades que fazem os seus órgãos de administração diferirem substancialmente do ponto de vista da estrutura e comportamento. Como O'Regan e Oster (2005) apontam, as entidades sem fins lucrativos não possuem acionistas, portanto a sua orientação não é o lucro. Nesse tipo de entidade, a principal função do órgão de administração é a de promover a sua missão e, ao fazê-lo, tem a responsabilidade de responder a doadores, clientes, contribuintes e até mesmo ao pessoal da organização (Oster, 1995). Esta orientação cria responsabilidades mais extensas, mas também menos lineares e, portanto, mais suscetíveis ao aparecimento de ambiguidades. Esse órgão não é apenas encarregado da administração da entidade, como nas entidades lucrativas, mas essencialmente é encarregado de promover as atividades que garantem a arrecadação dos fundos necessários para realizar a sua missão e de assegurar o melhor desempenho das tarefas operacionais que lhe estão associadas.

A qualidade do órgão de administração na literatura (Man, 2013; Bushman *et al.*, 2004; Xie *et al.*, 2003; Klein, 2002) é essencialmente avaliada com base nos resultados obtidos pelas entidades, pelo que este indicador não pode ser usado pelas entidades sem fins lucrativos. Nessas organizações, o órgão de administração deve garantir aos doadores, Estado, utentes e outros *stakeholders* que os fundos recebidos são bem geridos e estão ao serviço da missão da entidade. Outra característica do órgão de administração desse tipo de entidade é a sua considerável autonomia, em decorrência da falta de acionistas, o que leva a uma monitorização inadequada e cria as condições para o surgimento de situações de abuso por parte da administração.

Entre os aspetos relacionados com a qualidade do órgão de administração estão as suas características, a forma como ele é recrutado e escolhido, as suas competências, a forma de monitorizar o seu desempenho e a forma como os seus membros são substituídos (Brown, 2007; Lee & Phan, 2000; Watson, 2004; Weisman, 2003).

Tradicionalmente, considera-se que os membros dos órgãos de administração trazem três pilares para a organização: riqueza (doações e captação de recursos), conhecimento (monitorização e supervisão) e trabalho (funções operacionais). Segundo O'Regan e Oster (2005), essas três dimensões podem influenciar a estrutura do órgão de administração e o seu comportamento.

De acordo com Wood (1992), o comportamento do órgão de administração das entidades da ES é cíclico, apresentando quatro fases: fundação não recorrente, super-gestão, corporativo e ratificação. Quando uma organização atinge a última fase, passa por transformações que provocam uma crise, e o processo começa novamente. Classen (2018) considera que é importante entender a estrutura de Wood (1992) para tomar as decisões corretas. Portanto, a estrutura de Wood (1992) é relevante e reflete o caráter dinâmico do comportamento dos órgãos diretivos.

O órgão de administração, cujo topo da hierarquia é o presidente, não elimina a existência de um *chief executive officer* (CEO); portanto, quando as entidades têm os dois, é importante saber como se relacionam do ponto de vista de uma boa governação, uma vez que a confiança e a cooperação entre eles são um bom sinal de sucesso.

Siebart (2005) conclui que geralmente o CEO é um subordinado do órgão de administração e este é legalmente responsável pelas ações da organização. Isso ocorre porque o órgão de administração tem a responsabilidade de definir a missão da organização, estabelecer políticas e programas e avaliar os resultados alcançados. Conforme demonstrado empiricamente, o CEO geralmente assume o papel central no processo de governação de uma organização da ES (Herman & Heimovics, 2021, como citado em Siebart, 2005).

Rodríguez e Saz (2011) enfatizam que, diferentemente da governação tradicional para entidades com fins lucrativos (que estabelecem instrumentos de controlo e disciplina, a fim de limitar o comportamento dos CEO e defender os interesses dos acionistas), a governação para as entidades da ES baseia a sua estrutura na construção da confiança, colaboração e contribuição através de competências. De facto, o objetivo é motivar os CEO a agirem em benefício do grupo como um todo.

De referir que de acordo com INE (2020), com referência a 2018 e às entidades da ES, 90% dos membros da direção de topo tinham funções executivas, sendo que cerca de 80% dos respetivos dirigentes máximos foram eleitos através dos órgãos sociais.

### 2.3.3 Governação para a economia social

Dada a diversidade e heterogeneidade das entidades pertencentes à ES, é difícil generalizar sobre os problemas de governação enfrentados por cada uma delas, uma vez que os diferentes tipos de instituições apresentam circunstâncias que nem sempre coincidem (Almeida, 2010; Parente *et al.*,

2014; Spear *et al.*, 2009). Além disso, como mencionado anteriormente em Wood (1992), o comportamento do órgão de administração é cíclico, portanto, um processo dinâmico, o que dificulta o estabelecimento de um modelo de governação único.

Ao longo destes últimos anos temos vindo a assistir a uma reflexão de profissionais e de académicos sobre os princípios de governação a aplicar às entidades da ES. Salientamos os contributos desenvolvidos, ao nível de organizações profissionais, na Austrália pelo AICD; no Canadá pelo CPA Canada através de um guia específico; na África do Sul pelo *Institute of Directors in Southern Africa* (IoDSA) através do *King IV Report*, em Singapura pelo *The Charity Council* e na Escócia pelo *Scotland's Third Sector Governance Forum* através de um código específico. Ao nível de investigadores, os trabalhos de Rodríguez e Saz (2011) em Espanha e, em Portugal, propõem um código de bom governo específico de Santana e Campos (2013).

A estrutura de governação emitida em 2019 pela AICD<sup>3</sup> (AICD, 2019) inclui descrições detalhadas de boas práticas de governação e orientações adicionais para ajudar os utilizadores a entender e aplicar os princípios.

O guia emitido pelo CPA Canadá, em 2014 (Taylor, 2014), constitui um apoio para a criação de uma *framework* de governação para o setor das entidades sem fins lucrativos. Assim, as instituições são guiadas no desenho da sua *framework* de governação através da resposta às seguintes questões: Qual o trabalho do órgão de administração? Como é que o órgão de administração acrescenta valor? Como é que a *framework* vai ser avaliada? O desenho da *framework* vai depender da resposta a estas questões e do modelo de governação aplicável. De salientar que este guia centra a *framework* de governação no órgão de administração.

O *King IV Report* da África do Sul (IoDSA, 2016) é um relatório de bom governo geral que possui uma secção especial para entidades da ES, estabelecendo 16 princípios de governação para essas entidades.

O código de governação de Singapura (*The Charity Council*, 2017) apresenta algumas especificidades interessantes. Destina-se às instituições de caridade e às instituições de interesse público. Estabelece 4 níveis de aplicação: básico, intermediário, melhorado e avançado a aplicar de acordo com a dimensão da instituição. Sendo que às instituições de caridade aplicam-se os 3 primeiros e às instituições de interesse público aplicam-se os 3 últimos. Para cada nível estabelecem-se os princípios de governação a atingir, mas com graus diferentes de profundidade. Em termos gerais denota-se, comparativamente aos restantes documentos, uma maior preocupação com questões específicas da natureza das atividades das instituições da ES,

---

<sup>3</sup> Constitui uma revisão da estrutura emitida em 2013.

nomeadamente com *fundraising*, doações e doadores sem, no entanto, descurar as preocupações com as restantes vertentes.

O Código de governação da Escócia (*Scotland's Third Sector Governance Forum*, 2018) foi construído com recurso à recolha de opiniões do setor e baseia-se em 5 princípios todos eles diretamente associados à atuação do órgão de administração.

Rodríguez e Saz (2011), partindo de diferentes autores e considerando os objetivos a atingir no setor, definiram 7 princípios para a governação das entidades do setor da ES, assim como, um conjunto de guias para estabelecer um processo de governação participada.

No que respeita ao caso de Portugal, não existem códigos de governação definidos em particular para o setor da ES. Existem, contudo, algumas recomendações como é exemplo o artigo 2º. dos Princípios de boas práticas do Centro Português de Fundações (Centro Português de Fundações, 2008) que recomenda que a constituição do órgão de administração deve seguir procedimentos e princípios e devem seguir códigos de conduta ética. Para além deste tipo de iniciativas, em 2013, foi efetuada uma proposta para adaptar as recomendações de governação em vigor às especificidades do setor da ES, o que resultou na proposta de Santana e Campos (2013) de um “Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor”.

Segundo Azevedo (2013), este documento representou uma etapa importante ao propor um conjunto de diretrizes, princípios e recomendações que foram o instrumento para a modernização e profissionalização dos modelos de governação das organizações da ES. Segundo o autor, este Código é um requisito essencial para a promoção de princípios como justiça, transparência, prestação de contas e *accountability*, gerando maior confiança aos seus *stakeholders*. Apresenta-se, ainda, como uma forma de responder às necessidades sentidas por essas organizações para se tornarem mais modernas e profissionais, a fim de melhorar a sua resposta às questões sociais mais prementes.

O código proposto por Santana e Campos (2013) segue a estrutura da proposta do Código de Governo das sociedades emitida pelo Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) (IPCG, 2012) na época (de salientar que posteriormente essa proposta sofreu alterações sendo o código atualmente em vigor, diferente).

O Código de Santana e Campos (2013), emitido num plano diferente do jurídico, tem como principal objetivo estabelecer uma relação de complementaridade harmoniosa com a lei. Sem ser obrigatório, o Código procura induzir nas instituições práticas que estejam em conformidade com as diretrizes que, ao nível nacional e internacional, sejam reconhecidas como de bom governo. Nesse sentido, o Código é, por um lado, um complemento ao ordenamento jurídico e, por outro, um guia para o bom governo das entidades do setor da ES.

O documento proposto é estruturado e desenvolvido em dois níveis diferentes: os princípios e as recomendações. Os princípios estão divididos em 7 categorias e a cada princípio estão associadas recomendações.

A Tabela 3 apresenta o resumo dos princípios de governação das entidades da ES das *frameworks* referidas. Analisando a Tabela 3, podemos observar alguns pontos em comum que estão diretamente associados aos princípios tais como responsabilidade, transparência e ética. Como vimos anteriormente a *accountability* está fortemente relacionada com a transparência, responsabilidade e ética. Considerando a definição de governação em ES que apresentamos anteriormente, podemos ver que os aspetos comuns das estruturas analisadas atendem às mesmas preocupações e princípios: princípios de solidariedade e responsabilidade social, que envolvem transparência, responsabilidade e ética.

É possível identificar outros princípios implícitos e muito importantes, como é o caso de:

- papel do órgão de governação, em particular o órgão de administração;
- eficácia do órgão de administração; e
- execução dos objetivos estratégicos da entidade.

**Tabela 3** – Princípios de governação das entidades do setor da ES das *frameworks* referidas

Rodríguez & Saz (2011)	Santana & Campos (2013)	IoDSA (2016)	AICD (2019)	The Charity Council (2017)	Taylor (2014)	Scotland Forum (2018)
<p>Incorporação de responsabilidade social envolvendo os <i>stakeholders</i> relevantes</p> <p>Identificação objetiva e estabelecimento do correspondente mapa para refletir os diferentes <i>stakeholders</i></p> <p>Organização, direção e gestão de carácter participativo</p> <p>Deteção dos efeitos externos negativos gerados pela entidade</p> <p>Transparência e <i>accountability</i>;</p> <p>Compromisso ético</p> <p>Adoção de códigos de ética e de responsabilidade social</p>	<p>Tratar <i>stakeholders</i> com equidade</p> <p>Estruturas decisórias claras e transparentes</p> <p>Relação entre os órgãos harmoniosa e articulada</p> <p>Mecanismos de prevenção de conflitos de interesse</p> <p>Relatório de governação</p> <p>Envolvimento dos membros (quando aplicável)</p> <p>Funções e composição do órgão de administração</p> <p>Supervisão e fiscalização</p> <p>Avaliação de desempenho e remunerações</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Informação financeira e transparência</p>	<p>Ética e eficácia</p> <p>Estabelecer uma cultura ética</p> <p>A organização como um cidadão responsável</p> <p>A organização e a gestão como elementos do processo de criação de valor</p> <p><i>Accountability</i></p> <p>O órgão de administração como o defensor da governação na organização</p> <p>O órgão de administração deve ser competente</p> <p>Delegação de funções, assegurando um julgamento independente e o efetivo exercício de funções</p> <p>Monitorização do desempenho</p> <p>Autorização e responsabilidades</p> <p>Gerir o risco de atingir os objetivos estratégicos</p> <p>Gerir a informação e tecnologias para atingir os objetivos estratégicos</p> <p>Conformidade com as leis, códigos e normas para ser um cidadão ético e corporativo</p> <p>Remunerações justas, responsáveis e transparentes</p> <p>Envolvente de controlo que suporte a integridade da informação</p> <p>Adoção de uma abordagem <i>stakeholder</i>-inclusiva</p>	<p>Objetivos e estratégias claras</p> <p>Papéis e responsabilidades</p> <p>Composição do órgão de administração</p> <p>Eficácia do órgão de administração</p> <p>Desempenho da gestão de risco</p> <p><i>Accountability</i> e transparência</p> <p>Envolvimento dos <i>stakeholder</i></p> <p>Conduta e conformidade</p> <p>Cultura</p>	<p>Órgãos de governação que assegurem que a entidade age com responsabilidade, eficácia, credibilidade e sustentabilidade</p> <p>Devem agir no interesse da entidade, estabelecendo regras que evitem conflitos de interesse</p> <p>Objetivos, missão e visão claramente estabelecidos e planos adequados</p> <p>Programas e atividades relevantes para a missão e visão</p> <p>Políticas de recursos humanos incluindo voluntários</p> <p>Adequada gestão financeira e de controlo</p> <p>Atividades de <i>fundraising</i> transparentes e éticas</p> <p>Entidade transparente e responsável</p>	<p>Órgão de administração é responsável por todos os aspetos da organização, incluindo a supervisão das suas operações e a responsabilização da gerência pelo cumprimento da missão da organização.</p> <p>Cada membro do órgão tem o dever de cuidar e de lealdade para com a organização</p>	<p>Finalidade da organização claramente identificada pelo órgão de administração</p> <p>Liderança do órgão de administração</p> <p>Comportamento integro, aberto e responsável do órgão de administração</p> <p>Implementação de controlos apropriados pelo órgão de administração</p> <p>O órgão de administração atua de forma eficaz</p>

Fonte: Adaptado de Gois *et al.* (in press)

Contudo, não é identificado nenhum consenso sobre a preocupação com a gestão de riscos e a sustentabilidade, que são questões essenciais para a continuidade destas organizações. A semelhança dos códigos projetados para a ES com os códigos elaborados para as entidades do setor lucrativo é transversal a todas as *frameworks* analisadas.

Salienta-se o facto do código do *The Charity Council* (2017), apresentar determinadas especificidades, nomeadamente, na preocupação com a articulação dos planos e dos programas com a missão e a visão das entidades, os recursos humanos, os voluntários, as atividades de *fundraising*, a transparência e a responsabilidade que estas entidades devem ter para prestar contas à sociedade dado o seu papel e os recursos que lhe são alocados (designadamente, governos, mecenas, doadores).

De enfatizar que as realidades estudadas estão frequentemente longe da realidade portuguesa, como é o caso das *frameworks* da África do Sul (IoDSA, 2016), da Austrália (AICD, 2019) e Singapura (*The Charity Council*, 2017).

É importante destacar que as necessidades e circunstâncias das organizações, individualmente, diferem bastante, dependendo das experiências e objetivos locais. Assim, nem sempre é fácil encontrar uma *framework*.

Além dessas especificidades, no caso português, como salientam Góis *et al.* (*in press*), é necessário, também, considerar a escassez de recursos financeiros e a frequente dependência do voluntariado, o que pode limitar a implementação de modelos de governação. No entanto, dadas as vantagens que a governação apresenta em termos de maior transparência, controlo e eficácia / eficiência da gestão, as entidades da ES certamente beneficiam da adoção de melhores práticas de governação.

## 2.4 Transparência

Atualmente a transparência<sup>4</sup> é um termo muito utilizado, tanto pelo setor privado, como pelo setor público, e é uma palavra-chave no discurso público por ser considerada um valor indispensável nas organizações, sendo vista como um meio capaz de trazer respeitabilidade ao meio empresarial (Christensen & Cornelissen, 2015), mas também como uma solução para lapsos de ética organizacional (Rawlins, 2009). Não obstante, transparência é um conceito abstrato sobre regras e comportamentos que responde a diferentes necessidades de divulgação ou partilha de informações, de modo que os direitos

---

<sup>4</sup> De notar que o conceito é tão relevante que existe até uma organização não governamental, a *Transparency International*, que é a maior organização não governamental de anticorrupção do mundo, que tem como missão promover a transparência, a *accountability* e a integridade em todos os setores da sociedade.

dos cidadãos sejam respeitados e que estes possam participar nas decisões que afetam as suas vidas e interesses (Fariñas & Pacheco, 2018).

Assim, normalmente, a transparência está relacionada com a comunicação pública das organizações, a ética e a confiança. Da mesma forma, a transparência é muitas vezes descrita como comunicação consciente de informações financeiras e não financeiras aos *stakeholders* (Bushman *et al.*, 2004). A maioria dos autores concorda que a acessibilidade e a transparência das informações estimulam a confiabilidade, a confiança numa entidade, e reduz a alienação entre a entidade e os *stakeholders*.

Apesar das diferentes perspetivas do conceito de transparência, Ball (2009) argumenta que a definição de transparência revela três metáforas: transparência como valor público, adotado pela sociedade para combater a corrupção; transparência como sinónimo de tomada de decisão aberta por governos e entidades sem fins lucrativos; e transparência como ferramenta complexa de boa governação em programas, políticas, entidades e nações.

Um outro conjunto de autores admite que a definição de transparência passa por considerar uma perspetiva estática (Cotterrell, 2000; Rawlins 2009; Turilli & Floridi, 2009) e uma perspetiva dinâmica (Cohen & Hiller, 2009; Madsen, 2009; Vaccaro & Madsen, 2009).

Numa perspetiva estática, os autores definem transparência como um processo que envolve, não só a disponibilidade de informação, mas também a participação ativa na aquisição, distribuição e criação de conhecimento (Cotterrell, 2000; Turilli & Floridi, 2009). Rawlins (2009) vai mais longe, ao considerar que a transparência consiste em disponibilizar toda a informação legalmente publicada. O autor apresenta o conceito tendo por base três elementos importantes: a informação verdadeira, substancial e útil; a participação dos *stakeholders* na identificação da informação de que mais necessitam; e o reporte objetivo das atividades e políticas.

A perspetiva dinâmica é caracterizada por um fluxo bidirecional entre as empresas e os seus *stakeholders*, que consiste num processo dinâmico e intensivo de partilha de informação, facilitado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (Bertot *et al.*, 2010) e, conseqüentemente, operações mais transparentes baseadas num diálogo no qual as empresas e os seus *stakeholders* interagem para partilharem informação e cooperarem entre si, como defendem Vaccaro e Madsen (2009), perspetiva também adotada por outros autores como Santana e Wood (2009) e Turilli e Floridi (2009).

Pelo exposto, no essencial, a transparência significa autenticidade na forma como se comunica interna e externamente aos stakeholders. Significa esforço em comunicar de forma clara, em garantir a qualidade da informação, e, ainda, como referem Naurin e Fellow (2007), significa a acessibilidade da informação que possibilite aos *stakeholders* formar opiniões sobre ações e processos das entidades.

A acessibilidade da informação leva-nos a considerar na análise, de acordo com Meijer (2009), a transparência mediada por computador. Esta dimensão oferece uma perspetiva atual sobre as mudanças vividas pela sociedade, proporcionando aos cidadãos melhor informação e, portanto, contribuindo para a racionalização da sociedade. As mudanças tecnológicas, no final do século XX e no início do século XXI, trouxeram novas exigências de adaptação ao princípio da transparência. Estas mudanças aconteceram no sentido de tornar mais dinâmica a divulgação de informação através de *websites* institucionais (Meijer, 2015).

A interseção da lei com os mecanismos de interação humano-computador propõe uma formulação apoiada em regras de *design* adequadas para que sejam cumpridas as políticas reguladoras, como sejam os requisitos do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) em termos de transparência, *accountability* e proteção de dados (Krebs *et al.*, 2019).

Têm vindo a ser realizados estudos científicos para avaliar a transparência das entidades (Armstrong *et al.*, 2010; Barth & Schipper, 2008; Cherny, 2014). No entanto, não há na literatura científica uma metodologia unificada de avaliação da transparência da informação empresarial. Para além destes, têm vindo a ser realizados, também, trabalhos que tratam da transparência corporativa em geral (Albu & Wehmeier, 2014; Bushman *et al.*, 2004), bem como trabalhos que tratam a transparência relacionada com assuntos em particular. Neste último caso, alguns tratam da relação entre transparência e: a confiança dos stakeholders nos negócios (Bandsuch *et al.*, 2008; Greenwood & Van Buren Iii, 2010); a pressão dos *stakeholders* (Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2014); a divulgação voluntária (Behn *et al.*, 2010; Broberg *et al.*, 2010); a ligação entre divulgação e custo de capital (Barth *et al.*, 2013; Coram *et al.*, 2011); as conexões entre sistemas de informação (Granados *et al.*, 2010; Lee & Joseph, 2013; Nicolaou, 2009); a responsabilidade social corporativa; e a sustentabilidade (Dagiliene *et al.*, 2014; Dubbink *et al.*, 2008; Fernandez-Feijoo, *et al.*, 2014; Rahman & Post, 2012).

Não obstante a importância da transparência, não devemos perder de vista que esta está intimamente ligada com a *accountability* - a transparência deve gerar *accountability* (Fox, 2007) e ambas são fundamentais para todo o tipo de "boa governação", incluindo a responsabilidade corporativa, a elaboração participativa do orçamento e a gestão das organizações em geral e das entidades de solidariedade social, em particular.

Conforme Arvidson (2017), tem havido enorme pressão, em muitos países, pedindo-se maior transparência às entidades de solidariedade social. Na generalidade, esta pressão, resulta da intenção de ser fortalecida a confiança e o controlo, num contexto cada vez mais complexo, sobre os serviços prestados por aquelas entidades.

A transparência como mecanismo contra a corrupção é uma das ferramentas que pode melhorar o funcionamento de uma entidade e deve ser considerada para dar mais credibilidade às entidades de solidariedade social. Para que este objetivo possa ser atingido a Internet é um elemento essencial na disseminação da informação aos diferentes *stakeholders* da entidade (Galvez, Pérez & Godoy, 2016).

A transparência com que uma instituição de solidariedade social gasta os fundos que lhe são confiados é um aspeto considerado cada vez mais relevante no desempenho destas instituições (Hyndman & McConville, 2016; Marshall *et al.*, 2018).

Na prestação de serviços sociais a acessibilidade *on-line* pode promover a participação dos diferentes *stakeholders* e a diversificação do financiamento. Se a acessibilidade *on-line* for vista como uma ferramenta estratégica, pode tornar-se um recurso organizacional para promover o *feedback* dos diferentes *stakeholders* (López-Arceiz *et al.*, 2019).

Em face do exposto, o conceito de transparência a utilizar para efeito do índice transparência que propomos é o seguinte: *processo dinâmico através do qual uma entidade proporciona, via internet (website), acesso facilitado a informação relevante, oportuna, clara e confiável que permita dar a conhecer o seu desempenho e os processos de decisão, e a possibilidade de interação com os seus stakeholders.*

## 2.5 Sustentabilidade

A associação entre o conceito de ES e o interesse geral liga obrigatoriamente as entidades da ES à adoção de comportamentos socialmente responsáveis (Meira, 2011).

O forte cariz social das entidades da ES em detrimento da obtenção de lucro, confere-lhes uma responsabilidade acrescida no alcance do comportamento sustentável. Neste contexto, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável (DS), Sustentabilidade Corporativa (SC) e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) podem e devem-se aplicar, com as devidas adaptações à realidade do setor da ES.

## 2.6 Desenvolvimento sustentável

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ (DS) foi usado, pela primeira vez, em 1980, num documento intitulado *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development* (IUCN; WWF; UNEP, 1980). De acordo com este documento, “*para ser sustentável, o desenvolvimento deve ter em conta fatores sociais, ecológicos e económicos; recursos vivos e não vivos; e as vantagens*

de uma ação alternativa a longo e curto prazo” (Linda, 1990, p. 9). Porém, o termo só entrou em vigor nos círculos políticos após a publicação do relatório da Comissão Brundtland, encomendado pela *World Commission on Environment and Development* (WCED) sobre o ambiente e o desenvolvimento globais, em 1987 conhecido como 'Nosso Futuro Comum' ou 'Relatório Brundtland' (Elliott, 2012).

De acordo com o relatório Brundtland, DS é “*um desenvolvimento que responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades*” (Brundtland, *et al.*, 1987, p. 6). O DS é um modelo de desenvolvimento que procura conciliar a satisfação das necessidades sociais e económicas do ser humano com as necessidades de proteção ambiental, de modo a garantir a sustentabilidade da vida na Terra para as gerações presentes e futuras (Brundtland, *et al.*, 1987). Como muitos outros conceitos, o DS coloca claramente a equidade intrageracional ao lado da preocupação com o futuro como integrantes inseparáveis do DS (Dovers & Handmer, 1992). No entanto, os termos ‘intrageneracional’, ‘limites’ e ‘necessidades’ geram uma série de discussões, uma vez que podem ter significados diferentes conforme quem os interpreta e também podem variar ao longo do tempo (Elliott, 2012).

Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável, sublinhamos que as Nações Unidas (ONU, 2015) têm vindo a estabelecer um conjunto de metas a atingir, nomeadamente a atual Agenda 2030 e a Agenda 2050 que já se começou a discutir.

As entidades da ES como parte integrante da comunidade estão abrangidas por estas metas. Aliás, como referem Williams *et al.* (2012) as organizações da ES dão valiosos contributos para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que se refere à gestão de resíduos e recuperação de recursos em muitas áreas da Europa. Muitas vezes, isto não se percebe devido à natureza das organizações da ES; o seu valor não é quantificado, relatado e divulgado e, deste modo, a sua contribuição para as regiões locais, nacionais e internacionais em termos de apoio à sociedade civil, redução da pobreza e recuperação de valor de recursos não é devidamente reconhecida ou apreciada (Williams *et al.*, 2012).

### 2.6.1 Sustentabilidade nas organizações da economia social

Da mesma forma que o setor produtivo encontrou o seu papel de agente facilitador do DS pela conceção de um modelo de Sustentabilidade Corporativa (SC), que reconhece que a responsabilidade do sector privado não se restringe apenas à geração de riqueza, mas também se estende à geração de resultados positivos nas dimensões sociais e ambientais das suas atividades, as entidades da ES também perceberam a importância das suas atividades na promoção do DS.

Existem semelhanças entre as organizações do segundo setor (setor produtivo) e do terceiro setor (Michael, 2003): (i) ‘representam a sociedade civil’ - procuram influenciar a formulação de políticas

sem fazer parte do governo ou sem estarem fortemente vinculadas ao setor empresarial industrial; (ii) cumprem uma função educacional - informar consumidores, empresas e políticos; (iii) geralmente, trabalham em colaboração com o governo e/ou empresas.

A sustentabilidade no ambiente organizacional (segundo e terceiro setor) deve ser entendida em três dimensões, que promovem conjuntamente o desenvolvimento económico e social sem prejudicar o meio ambiente, ou seja, o Triple Bottom Line (TBL) (Elkington, 1999). O TBL “*capta a essência da sustentabilidade medindo o impacto das atividades de uma organização no mundo incluindo tanto a sua rentabilidade como os valores acionistas e o seu capital social, humano e ambiental*” (Savitz, 2013, p. 6). A dificuldade em medir o TBL resultou, contudo, em críticas em relação à sua aplicabilidade. Em todo o caso, embora a dificuldade em medir elementos intangíveis gere muitas críticas, o TBL ainda é mundialmente reconhecido como a melhor forma de introduzir os três elementos de sustentabilidade na organização.

Assim, a SC, por meio de ações objetivas, está diretamente ligada ao desenvolvimento (Munck & Souza, 2011) e engloba muito mais do que questões relacionadas com o controlo da poluição (Hart & Milstein, 1999); considera também a situação em que a sociedade se encontra e as suas tendências. Uma vez que existe uma grande perspectiva de agravamento dos cenários sociais e ambientais para os próximos anos, a SC ajuda a “*definir radicalmente novos pontos de vista sobre o sentido da igualdade social, da justiça ambiental e da ética empresarial*” (Elkington, 1999, p. 142) e, assim, inverter esta situação. A SC exigirá uma melhor compreensão não só das dimensões financeiras e físicas do capital, mas também do capital social, humano e natural.

Os três pilares do DS, na ótica da SC, podem ser entendidos da seguinte forma (Bansal, 2005):

- **pilar ambiental:** pode ser alcançado pela gestão ambiental<sup>5</sup> das empresas, que pode ir de uma atuação mais reativa a uma mais proativa;
- **pilar social:** pode ser obtido pela RSC. Deste modo, sob a ótica da sustentabilidade, a RSC é composta por três elementos:
  - a) análise ambiental: refere-se à preocupação da empresa com as causas ambientais num contexto geral;
  - b) gestão com a comunidade: trata-se da forma como a empresa lida com as causas relacionadas à sociedade onde está inserida. A Responsabilidade Social das empresas traduz-se numa integração adequada da empresa na respetiva envolvente local, contribuindo

---

<sup>5</sup> A gestão ambiental refere-se às políticas ambientais corporativas em matéria de eficiência energética, emissões de gases com efeito de estufa (GEEs), risco de contencioso ambiental e energias renováveis, quando aplicável (Gompers et al., 2003), estando, portanto, mais relacionada aos processos produtivos da empresa.

para a vida das comunidades locais em termos de emprego, remunerações, benefícios e impostos (CCE, 2001);

- c) gestão dos *stakeholders*: é a forma como a organização gere os relacionamentos com os seus *stakeholders*, notadamente, clientes, fornecedores, trabalhadores, instituições congéneres, Estado;
- **pilar económico**: pode ser alcançado pela criação de valor. As empresas criam valor através dos bens e serviços que produzem. Ao aumentar a eficiência dos bens e serviços, as empresas aumentam o valor criado para os consumidores, para os acionistas (dividendos e capitais) e para os trabalhadores (melhores salários e condições de trabalho).

O debate sobre sustentabilidade tem sido interpretado pelas organizações através da integração de fatores ambientais, sociais e de governação nas suas estratégias e operações (Shrivastava & Addas, 2014). Questões abrangentes como a ética empresarial, através de cadeias de valor, direitos humanos, suborno e corrupção e alterações climáticas estão entre as discussões do mundo empresarial, que integram a SC (Elkington, 2006). Os fatores de governação incluem a independência e a dedicação do conselho de administração, as políticas de compensação, as defesas de aquisição e a força dos mecanismos internos de auditoria e controlo (Gompers *et al.*, 2003).

A SC nas entidades de ES confunde-se, muitas vezes, com a própria entidade (Esgaio, 2018). Isto ocorre porque a força da missão social da comunidade em muitas organizações da ES pode estar tão embutida no ethos empresarial que se deixa de dar atenção aos assuntos internos (Cornelius *et al.*, 2008; Esgaio, 2018). Weerawardena *et al.* (2010) defendem que a sustentabilidade para as organizações da ES é fundamental para que elas possam continuar a servir os interesses de todos os seus *stakeholders*.

Esse grupo de *stakeholders* depende da ES para atender a uma necessidade e cumprir a promessa da sua missão. Numa perspetiva macroeconómica, a sustentabilidade da ES significa que as necessidades sociais importantes serão atendidas libertando os setores empresarial e governamental para o cumprimento dos seus próprios compromissos (Weerawardena *et al.*, 2010). Desta forma, a sustentabilidade é um processo contínuo e não um fim a atingir e envolve a interação entre várias partes do ambiente organizacional sem fins lucrativos (Ceptureanu *et al.*, 2017).

Num estudo realizado com quatro entidades da ES, na Austrália, Lyth, *et al.* (2017) notaram que as organizações da ES em análise provocaram impactos sociais por meio de parcerias com outros órgãos e desenvolvimento de relações em rede, dentro e fora do terceiro setor.

Noutro estudo com a organização francesa ‘A Essor - Assoc de Solidariedade Internacional’, os autores identificaram um comportamento semelhante em relação à interação com a sociedade (Silva *et al.*, 2011, p. 85).

A aplicação clara de valores organizacionais fortes e explícitos para grupos de clientes externos, contudo, podem ser inconsistentes com a estratégia de gestão de pessoas dentro das organizações da ES (Esgaio, 2018; Foote, 2001). As políticas sociais aplicam-se às taxas de rotatividade dos colaboradores, à formação dos colaboradores, à satisfação da força de trabalho e ao envolvimento da comunidade (Gompers *et al.*, 2003).

Quanto à análise ambiental, as organizações da ES desempenham um papel importante, por exemplo, na reutilização de móveis e eletrodomésticos (Bovea *et al.*, 2016; Curran *et al.*, 2007; Lopes & Leal, 2017). Considerando os itens volumosos vendidos ou doados de forma privada, que é a reutilização informal, estima-se que 15% dos itens volumosos descartados na Inglaterra são reutilizados por organizações da ES (Curran & Williams, 2010). Nesta direção, algumas organizações da ES dispõem-se a retirar tais itens de residências aliviando, inclusive, o papel dos governos na gestão deste tipo de material (Williams *et al.*, 2012).

Em Portugal podemos apontar o caso Centro Social Quinta do Anjo, em que se está a promover a transição energética, utilizando placas fotovoltaicas, com o objetivo de reduzir os gastos em energia (Lopes & Leal, 2017). Nesta mesma entidade também se recolhe e distribui roupas e móveis para as famílias mais carenciadas, assim como se recicla papel como forma de captação financeira (Lopes & Leal, 2017), são iniciativas que atuam no sentido de reduzir o desperdício e diminuir a pressão sobre os órgãos públicos.

## 2.6.2 Responsabilidade social corporativa

O conceito de RSC surgiu na década de 1950, com o trabalho seminal de Bowen (1953), intitulado “*The Social Responsibilities of the Businessman*” e expandiu-se durante décadas com contributos de vários investigadores e profissionais.

Na sua obra, Bowen (1953) argumenta que as empresas não produzem apenas bens e serviços, mas também condições no local de trabalho e destaca a racionalidade económica de investir na Responsabilidade Social para melhorar o bem-estar dos colaboradores. Bowen (1953) definiu um conjunto específico de princípios para as organizações cumprirem as suas responsabilidades sociais. Para Bowen (1953), a RSC estende-se por diferentes níveis, desde o indivíduo (empresário) até à organização e ao Estado; combina disciplina económica com ideais sociais e mistura o puro reformismo com um profundo sentido de democracia (Acquier *et al.*, 2011).

A RSC é um conceito de gestão pelo qual as organizações integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações e interações com os seus *stakeholders* (UN, 2020; Blowfield, 2005; UE, 2001), sendo “tipicamente entendida como políticas e práticas que os empresários empregam para garantir que a

sociedade, ou os *stakeholders*, que não sejam proprietários da organização, sejam consideradas e protegidas em suas estratégias e operações” (Carroll, 2016, p. 2). Ao longo dos últimos anos, dezenas de definições de RSC foram identificadas e analisadas (Dahlsrud, 2006; Wood, 2020). De acordo com Parmar *et al.* (2010), há uma variedade de conceitos que se enquadram no guarda-chuva da RSC.

Carroll (1979) apresentou-nos a primeira definição unificada de RSC: “*A responsabilidade social dos negócios engloba as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem das organizações num dado momento*” (Carroll, 1979, p. 500). Segundo Carroll (1979, 1991, 1999), a sociedade tem quatro expectativas em relação à organização: económica, legal, ética e discricionária (filantrópica). Assim, a RSC deve responder a estas expectativas num dado momento, por meio de um conjunto de quatro responsabilidades:

- responsabilidade económica: as organizações devem ser capazes de se sustentarem (Carroll, 2016);
- responsabilidade jurídica: a sociedade estabelece as regras fundamentais segundo as quais se espera que as organizações operem e funcionem;
- responsabilidade ética: a sociedade espera que as organizações operem e conduzam eticamente os seus assuntos;
- responsabilidade filantrópica: abrange as atividades voluntárias ou discricionárias das organizações que se pautam pelo seu desejo de participar em atividades sociais voluntárias, não exigidas por lei, e geralmente não esperadas dos negócios. A sociedade espera que as organizações sejam bons cidadãos corporativos (como pessoa coletiva).

Estas responsabilidades estão empiricamente interrelacionadas, mas são conceptualmente independentes (Carroll 1979, 1991, 1999; Carroll & Shabana, 2010), e ajudam a delinear a natureza da RSC. Em 1991, Carroll apresentou a Pirâmide da Responsabilidade Social. A RSC não vê os objetivos económicos e sociais como contrapartidas incompatíveis, mas sim como parte integrante do quadro total (Lee, 2008). Outro conceito que surge com a Pirâmide do Carroll é o de ‘cidadania corporativa’ que é uma extensão a uma linhagem de trabalho para conceptualizar o papel das organizações na sociedade e na literatura sobre gestão, uma linhagem mais notavelmente dominada pela noção de RSC (Crane & Matten, 2005; Matten & Moon, 2008).

Wood (1991) definiu três dimensões de RSC:

- os princípios da RSC: que incluem legitimidade (nível institucional), responsabilidade pública (nível organizacional) e descrição de gestão (nível individual);
- os processos de RSC: como avaliação ambiental, gestão de stakeholders e gestão de questões;
- os resultados do comportamento corporativo: como impactos sociais, programas sociais e políticas sociais.

Ao incorporar na sua definição o propósito de contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo, o conceito de RSC destaca os aspetos sociais e ambientais, embora agora seja visto do ponto de vista organizacional (Meira, 2011). Esta mudança de paradigma empresarial - a empresa aberta ao seu ambiente externo - implica a necessidade de convergência de atitudes transparentes, responsáveis e éticas, para além do lucro dos acionistas.

Quando extrapolado para o ambiente das organizações de ES, observa-se que atividades de cooperação entre este tipo de instituição e empresas do segundo setor têm promovido resultados positivos. Pode citar-se, como exemplo, a parceria do IKEA junto a algumas organizações da ES na Inglaterra, para desenvolver e fornecer uma solução para a reutilização e reciclagem de colchões, embalagens e grandes aparelhos domésticos recolhidos pela empresa através do seu serviço nacional de "Take Back" na entrega de novos produtos na casa dos clientes (Williams *et al.*, 2012).

Num estudo realizado com 37 entidades da ES, em Portugal, Esgaio (2018) verificou que as organizações identificaram as duas vertentes tradicionais da RSC: a vertente interna, ou seja, as responsabilidades com os colaboradores e a vertente externa, relacionada com as responsabilidades com atores externos e com a sociedade em geral. Neste estudo, a autora concluiu que a dimensão mais referida foi a relacionada com o sistema-cliente, tendo sido também identificadas as responsabilidades para com a organização, nomeadamente na relação estabelecida com outros profissionais. Quanto à prática da RSC, a maioria dos inquiridos entende que a prática da responsabilidade social está relacionada com a empresa (segundo setor) (Esgaio, 2018).

Os objetivos da RSC, delineados na política social da União Europeia (CCE, 2020), baseiam-se numa estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável e no respeito pelos valores europeus, ou seja: (i) Direitos humanos e proteção do trabalho; (ii) Aprendizagem contínua e empregabilidade dos trabalhadores com inclusão de grupos desfavorecidos; (iii) Proteção ambiental; (iv) Redução da poluição; (v) Utilização racional dos recursos naturais; (vi) Inovação social e ambiental; e (vii) Melhoria da saúde pública.

Em resposta às exigências da sociedade civil, conceitos como a ética, a responsabilidade social e o DS, assumiram um papel cada vez mais importante nas estratégias empresariais. Dado o aumento geral da importância da ES, em geral, a sua representação no discurso da RSC é reflexo dessa tendência (Michael, 2003).

Nas organizações da ES, contudo, a sustentabilidade corporativa e, consequentemente, a responsabilidade social é, muitas vezes, confundida com a prática do serviço social, devido à missão social da instituição (Esgaio, 2018). No seu trabalho, Esgaio (2018) chama a atenção para a falta de reflexão acerca da responsabilidade social no âmbito do serviço social. De acordo com a autora, em

organizações da ES, a RSC está associada a conceções éticas, com base no princípio da solidariedade e numa perspetiva de responsabilidade partilhada ou orientada para o bem comum: há uma tendência para uma análise mais global por parte dos dirigentes e mais pragmática por parte dos profissionais (Esgaio, 2018).

## 2.7 Frameworks para avaliação da *accountability* das organizações da economia social

Com base no processo produtivo, Bagnoli e Megali (2011), propõem uma *framework* baseada em três dimensões: (1) desempenho económico e financeiro - necessário para aferir o esforço da organização para a obtenção do equilíbrio económico e visa verificar se as contas anuais permitem avaliar a eficiência económica, não apenas em termos de resultados, mas também em termos de fornecer detalhes completos de todas as partes da demonstração de resultados; e a situação financeira, considerando ativos, passivos e património líquido; (2) eficácia social - vista como a capacidade de atingir metas e implementar estratégias utilizando recursos de uma maneira socialmente responsável. Deve incluir indicadores relacionados com: os inputs (recursos que contribuem para as atividades desenvolvidas), os outputs (atividades realizadas para atingir a missão e bens/serviços diretos e contabilizáveis obtidos por meio das atividades realizadas), os resultados (benefícios ou impacto para os beneficiários pretendidos), e o impacto (consequências da atividade para a comunidade em geral); e (3) legitimidade institucional - envolve a verificação de que a organização respeitou as suas “regras” (estatuto, missão, programa de ação) e as normas legais aplicáveis à sua forma legal. Esta *framework* é desenhada, no campo financeiro, concentrando-se nas atividades realizadas e, portanto, nos bens e/ou serviços realizados, sem considerar o tipo legal da entidade.

Arena *et al.* (2015) sustentam que na base do empreendedorismo social está a ideia de transformar a maximização do lucro e da criação de riqueza - o objetivo final das organizações sem fins lucrativos - nos meios pelos quais o "empreendedor social" satisfaz necessidades sociais não satisfeitas e que o benefício social que é a meta final para as organizações sem fins lucrativos, se torna a verdadeira "idéia de negócio" que precisa ser explorada, gerida e realizada. Nesse sentido, e com base numa extensa revisão da literatura, propõem uma *framework*, *Performance Model System* (PMS), baseada em quatro dimensões: (1) sustentabilidade financeira (fundamental para assegurar a prestação de serviços); (2) eficiência (associada à relação entre os recursos materiais e humanos utilizados e os serviços prestados); (3) eficácia (associada às características do output) e o (4) impacto (associado ao *outcome* – medida de resultado relacionada com os efeitos da “produção” a longo prazo).

A dimensão eficácia, seguindo de perto Bagnoli e Megali (2011), foi dividida em eficácia de gestão, relacionada com a estratégia de gestão e o alcance dos objetivos, e eficácia social que diz respeito à relação entre a organização sem fins lucrativos e os seus *stakeholders* e mede a capacidade da organização de atender às necessidades da sua comunidade-alvo por meio da produção de bens e serviços (face à importância desta dimensão no setor da ES). Os autores dividem a dimensão eficácia, ainda, nas subdimensões: equidade (capacidade de garantir o acesso a produtos e serviços para pessoas vulneráveis, com deficiência, idosos, etc.); envolvimento (capacidade de assegurar a participação dos *stakeholders* relevantes no processo de tomada de decisão) e comunicação e transparência (capacidade de informar os *stakeholders* sobre as atividades da organização).

Na dimensão impacto, considerando as particularidades das organizações sem fins lucrativos, os autores defendem que tem de ser medida a coerência entre a missão social e os resultados. Nesse sentido, a consistência deve avaliar-se através da ligação entre os recursos empregues/utilizados/consumidos (*input*), os produtos/serviços produzidos (*output*) e os resultados alcançados (*outcome*) que devem ser consistentes com a missão da organização. Nesse sentido, consideram mais três subdimensões: valor dos recursos (os recursos utilizados para produzir bens ou serviços devem ser consistentes com a missão da organização); valor dos produtos/serviços (o produto/serviço deve ser coerente com o valor social esperado da organização); valor dos resultados (o impacto final do produto ou serviço produzido deve atender às necessidades para as quais a organização trabalha).

Gibbons e Jacob (2018) propõem uma adaptação da *framework* proposta por Carol Sanford (Sanford, 2011), que resulta nas seguintes cinco dimensões: (1) beneficiários; (2) cocriadores; (3) terra/humanidade; (4) comunidade e (5) investidores/financiadores. Os beneficiários são aqueles para quem os programas e serviços são fornecidos (prestados); os cocriadores são aqueles com quem as organizações sem fins lucrativos têm parcerias e podem incluir voluntários, trabalhadores, organizações parceiras e outros *stakeholders*; terra/humanidade é o ponto crucial da estrutura, uma vez que a relação com a Terra é aplicável à sustentabilidade em qualquer organização, incluindo organizações sem fins lucrativos; comunidade refere-se à forma como as ações de uma organização afetam a comunidade, a perspectiva local e o contexto social em que operam; investidores/financiadores são financiadores, contribuintes, doadores, fundações e membros do conselho, sem os quais as organizações sem fins lucrativos não poderiam realizar a sua missão (Gibbons & Jacob, 2018). Este ponto é também onde a qualidade, a conformidade e a maioria da responsabilização tradicional vivem no setor sem fins lucrativos, embora a responsabilidade seja inerente a todos os cinco pontos.

Crucke e Decramer (2016), tendo em consideração as particularidades das organizações sem fins lucrativos, propõem um instrumento de medição de desempenho sustentado na avaliação confiável, válida e padronizada do desempenho organizacional construindo uma *framework* para medir a

performance organizacional de entidades da ES baseada em cinco dimensões,: (1) económica - o desempenho económico está relacionado com as condições económicas que sustentam uma posição financeira forte, importante para a viabilidade das organizações. Como tal, o foco não está nos indicadores financeiros reportados nas contas anuais, mas nos indicadores económicos que influenciam esses indicadores financeiros; (2) ambiental – concentra-se nos esforços que as organizações fazem para proteger a natureza; (3) humana - refere-se ao relacionamento da organização com a sua força de trabalho; (4) comunidade - refere-se à forma como as organizações lidam com as suas responsabilidades na sociedade, incluindo as relações com os *stakeholders* dominantes: beneficiários da missão social e clientes, pagando pelos produtos e serviços entregues e (5) governança - refere-se a “sistemas e processos preocupados em garantir a direção geral, o controlo e a responsabilidade de uma organização”. Questões importantes relacionadas com a governança organizacional são a composição e o comportamento do conselho de administração, e também a forma de lidar com as expectativas dos *stakeholders*. O desempenho de governança é um domínio de desempenho específico, já que se espera que as boas práticas de governança tenham um impacto positivo na tomada de decisão organizacional, influenciando positivamente os outros domínios de desempenho da organização. Ao desenvolver esta ferramenta, os autores consideraram que o desempenho é multidimensional e que, ao avaliar o desempenho, os inputs, as atividades e os outputs devem ser considerados, mas não o impacto (resultados). Nesta decisão tiveram em consideração os argumentos de Ebrahim & Rangan (2010) de que a convicção de levar em consideração resultados e impactos seria impeditivo de desenvolver uma ferramenta adequada para entidades da ES com atividades diversas.

Tomé *et al.* (2016) desenvolvem uma *framework* organizada nas seguintes cinco categorias: (1) recursos humanos; (2) produtos e serviços; (3) sustentabilidade; (4) relacionamento com a comunidade e (5) ambiental.

Como muitas organizações da ES são avaliadas pela Sociedade Civil, pelo Estado ou pelos seus Mecenas e Doadores, é preciso que a instituição comunique a sua eficácia social, entendida aqui como a capacidade de atingir metas e implementar estratégias utilizando recursos de uma maneira socialmente responsável (Bagnoli & Megali, 2011). Desta forma, a partir do conceito do TBL (Elkington, 1994; 1999) alguns autores desenvolveram *frameworks* com o propósito de fornecer uma ferramenta para avaliar a *accountability* das organizações sem fins lucrativos, observando não só o resultado económico de suas atividades, mas também os resultados sociais e ambientais. Na ES, contudo, os estudos acrescentam outras preocupações para além dos três pilares propostos pelo TBL, tais como: legitimidade institucional (Bagnoli & Megali, 2011), comunidade e governança (Crucke & Decramer, 2016). Neste trabalho, defende-se, então, que: o TBL é insuficiente para comunicar, facilitar a compreensão e sensibilizar diferentes *stakeholders* do setor da ES.

## 2.8 O papel das plataformas digitais

As tecnologias digitais têm vindo a potenciar uma expressão criativa associada ao património cultural e natural, à ciência, à tecnologia e a diversas outras operações que tiram partido da plasticidade digital. Estas potencialidades associadas às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e a sua expansão, conduziram ao surgimento da economia digital que tem vindo a promover a integração das atividades económicas com atividades sociais possibilitando a utilização com sucesso de plataformas tecnológicas como a Internet e os sistemas móveis (Roblek *et al.*, 2016).

Assim, pode-se definir plataforma digital como um conjunto de arranjos digitais que servem para organizar a atividade social e económica (Kenney & Zysman, 2016). Esses autores afirmam que as plataformas digitais são algumas das características tecnológicas que definem a era atual caracterizada por sistemas inteligentes (Indústria 4.0).

Além disso, o conceito de *cloud computing* e da computação móvel oferecem um potencial de poder de computação permitindo a criação de infraestruturas que potenciam o desenvolvimento e implementação de plataformas digitais (Gustavsson, 2017). A arquitetura de uma plataforma digital é um modelo concetual, ou seja, um ecossistema particionado, constituindo uma plataforma relativamente estável e um conjunto de módulos complementares que são incentivados a variar, e a estabelecer regras de ligação entre eles (Tiwana *et al.*, 2010). As plataformas digitais e a *cloud computing* são características fundamentais da presente fase da revolução digital, permitindo a geração e análise de dados em grande escala, possibilitando assim a transformação digital de diversos tipos de serviços (Zysman & Kenney, 2017).

O conceito de plataforma digital em contextos de negócios inclui três funções principais: interface de interação, criação de valor e criação de redes (Rong *et al.*, 2013). Interface de interação significa que os membros do ecossistema devem ter capacidade para usar as interfaces como um tipo de ferramenta para construir os seus próprios produtos. Criação de valor significa que a plataforma deve permitir que os parceiros do ecossistema trabalhem juntos para criar valor. Criação de redes significa que se a plataforma fornece condições para os parceiros trabalharem juntos para criar valor juntos, eles serão capazes de criar padrões de rede específicos para competir com os ecossistemas concorrentes.

As plataformas digitais e a *cloud computing* são características fundamentais da atual fase da revolução digital. Esses paradigmas tecnológicos são integrados ao que chamamos de computação intensiva. Na origem deste conceito está uma enorme capacidade computacional que permite a geração e análise de dados a uma escala nunca antes imaginada, permitindo a reorganização/transformação de diferentes tipos de serviços (Zysman & Kenney, 2017).

As plataformas digitais são a base sobre a qual um número crescente de atividades baseadas na ligação de outras atividades diversas (por exemplo, de mercado, sociais e políticas) foram organizadas. Se a revolução industrial aconteceu na fábrica, as mudanças de hoje são organizadas em torno de plataformas digitais e processos de processamento que suportam enormes repositórios de dados usando computação em nuvem. A relevância dessas plataformas digitais sugere que estamos em processo de reorganização de nossa economia (Lewandowski, 2013).

Com o amadurecimento da *cloud computing*, emergiu o modelo SaaS, no qual parte do software e a sua gestão está fora do controlo físico da organização, ou seja, as organizações adquirem os serviços do software em vez de comprar o software em si. Este modelo, além de passar a responsabilidade de gestão do software para terceiros, reduz o custo e melhora o desempenho das organizações. Além disso, oferece ubiquidade e escalabilidade aos serviços bem como maior segurança e confiabilidade aos dados (Guo & Ma, 2018; Ma, 2007).

Também no contexto da *cloud computing*, é possível optar pelas arquiteturas *multi-tenancy* na qual uma única instância do software é executada na infraestrutura do fornecedor do serviço, e vários *tenants* acedem à mesma instância, como se tratasse de um ambiente dedicado (Karatat et al., 2017; Tizzei et al., 2017). O *multi-tenancy* é destinado a aumentar a relação custo-benefício com a partilha dos recursos disponíveis a várias organizações e utilizadores (*tenants*). As aplicações SaaS *multi-tenant* são passíveis de personalização, no que diz respeito aos requisitos específicos de cada *tenant*, garantindo que continua a ser viável a gestão da aplicação SaaS em contextos de número crescente de *tenants* e personalizações de *tenants* coexistentes (Truyen et al., 2016).

# 3 PROBLEMA E METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

## 3.1 Problema de investigação

Pela revisão de literatura efetuada, pudemos verificar que a *accountability* é transversal à organização e que se reveste de uma diversidade de abordagens, que passam pelo perfil e integridade organizacional da entidade, até à sua governação (exigência de códigos de ética e de conduta, por exemplo) e imperatividade de transparência. Também é de referir a importância de adequação da oferta de produtos/serviços, não negligenciando a capacidade de resposta às necessidades reais da comunidade. Saliente-se ainda de extrema relevância o relacionamento mantido com todos os *stakeholders*, a nível interno e externo, fomentando relações fortes e estreitas para benefício da comunidade e do desenvolvimento sustentável da própria entidade. Digna de nota é a necessidade de divulgação sobre o seu funcionamento e desempenho a todos os níveis, com reportes de cariz social, económico e financeiro e até ambiental. Todas estas dimensões devem ser divulgadas como fatores intrínsecos da instituição, relevantes para a melhoria da sua *accountability*.

A revisão da literatura efetuada permitiu, ainda, identificar que são muitas as exigências que vão sendo colocadas às instituições do setor da ES e, em particular às IPSS. Também ficou documentado na revisão da literatura que, seguindo até uma tendência ao nível mundial, existe cada vez maior pressão sobre as entidades da ES para serem mais *accountable* com o objetivo de que se possam tornar mais sustentáveis, mas também mais transparentes, transmitindo assim maior confiabilidade aos diversos *stakeholders*. Assim, a *accountability* na ES, e em particular nas IPSS, é uma preocupação e uma importante meta a atingir, permitindo a convergência, através da governação, dos interesses das entidades da ES com o dos seus *stakeholders* e tornando-as mais transparentes e sustentáveis. Atente-se que, como vimos, cerca de 46% das entidades da ES não utilizavam indicadores de monitorização/avaliação de desempenho da sua atividade e 93% não utilizavam métodos de medição do impacto social (INE, 2020). Neste contexto, o problema de investigação identificado é o seguinte: **Como promover a *accountability* (social,**

**financeira e económica) no setor da economia social: o caso das IPSS?** e tem como grandes objetivos, plasmados na candidatura submetida à FCT:

- a criação de uma *framework* de indicadores que fornecerá às próprias entidades e às partes interessadas uma ferramenta com foco na agregação de valor económico, financeiro e social com vista a avaliar o nível de *accountability*;
- o desenvolvimento de uma plataforma digital inovadora que permita às IPSS:
  - a criação do seu *website* e, conseqüentemente, a divulgação (*online*) das suas contas anuais - a quem se vincula, e outras informações voluntárias que abrangem os aspetos sociais, financeiros e económicos da sua atividade;
  - a recolha e processamento de dados, com vista ao cálculo dos indicadores da *framework*;
- a elaboração de um anuário das IPSS.

A modernização do setor poderá ser conseguida através de uma *framework* de indicadores que permita a avaliação da instituição de forma global, com o auxílio das tecnologias de informação e de comunicação. A *accountability* imperativamente requerida (*hard* e *soft law*), visa como fim último o cumprimento da sua missão e a sustentabilidade individual e coletiva.

Para responder ao problema de investigação e atingir os objetivos do projeto foram desenvolvidas as atividades plasmadas na candidatura à FCT.

Para tal, as metodologias utilizadas variam consoante se trate do desenvolvimento da *framework*, do desenvolvimento da plataforma digital e do tratamento e análise de dados. Estas metodologias foram aplicadas num processo de 6 fases conforme exemplificado na Figura 2.



Figura 2 – Fases do processo de investigação

### 3.2 Metodologias para a conceptualização da *framework*

O referencial proposto e utilizado neste projeto para a conceptualização da *framework* resultou da combinação de um conjunto de metodologias qualitativas aplicadas ao longo das primeiras 4 fases do processo de investigação: revisão de literatura, trabalho de campo, *focus group* e análise de conteúdo aos relatórios das entrevistas e aos *websites* (Figura 2).

A revisão da literatura decorreu, fundamentalmente, durante o período de julho de 2018 a março de 2019. A revisão da literatura contribuiu para a preparação do trabalho de campo que decorreu entre março e julho de 2019, com o objetivo de conhecer as IPSS e o ambiente em que desenvolvem a sua atividade (Markham, 2013).

O trabalho de campo foi planeado conforme sugerido por Feldman (2019) e Jacob e Furgerson (2012) e, como não seria exequível com todas as entidades da população (5358 IPSS) à época, foi definida uma amostra estratificada representativa da população em estudo, seguindo para isso os procedimentos estatísticos adequados. Assim, o número de IPSS a incluir na amostra, foi calculado com o *software Epi Info*, versão 7.1.0.6 (Dean, Dean, Burton, & Dicker, 1991), adotando um nível de confiança de 90%, uma margem de erro de 10% que resultou em um número de 67 IPSS a serem entrevistadas e que foram selecionadas aleatoriamente dentro de cada estrato: natureza jurídica e área geográfica (Tabela 4).

Foi ainda definido um roteiro para a entrevista que consta do Apêndice 1 deste relatório.

**Tabela 4** - Composição da amostra das IPSS a serem visitadas

Área geográfica	Natureza jurídica							Total
	Associação	Casa do Povo	Centro Social Paroquial	Cooperativa	Fundação	Instituto de Organização Religiosa	Misericórdia	
Aveiro	8		1					4
Beja	1							1
Braga	4		2					6
Bragança			1					1
Castelo Branco	2							2
Coimbra	3		1					4
Évora	2							2
Faro	2							2
Guarda	3		1					4
Leiria	2		1					3
Lisboa	12		2	1	1	1	0	17
Portalegre	1							1
Porto	6		2					8
Santarém	3		1					4
Setúbal	2							2
Viana Castelo	1		1					2
Vila Real	1							1
Viseu	2		1					3
<b>Total</b>	50	0	14	1	1	1	0	67

O trabalho de campo decorreu durante os meses de maio e julho de 2019 e, por razões de indisponibilidade das instituições apenas foi possível realizar 22 entrevistas a instituições dos distritos: de Aveiro (3), Braga (1), Coimbra (1), Guarda (1), Leiria (1), Lisboa (5), Porto (5), Santarém (3), Setúbal (1) e Viseu (1).

Para a análise dos relatórios das entrevistas realizadas no trabalho de campo, adotou-se a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2004) com o auxílio do programa NVivo12 Versão 12.6.0. A escolha desse *software* está relacionada com a possibilidade de codificar e categorizar vários formatos de dados, minimizando o viés do investigador. Esta análise foi tida em consideração na construção da *framework* e respetivos indicadores.

Para validação da *framework* e dos indicadores adotou-se a metodologia *focus group*. Esta é uma metodologia importante para trabalhos de investigação qualitativos. Considerando as características desta metodologia, o *focus group* teve em atenção o tipo de participantes e as suas particularidades, bem como uma adequada moderação, focada no objetivo a atingir (Krueger & Casey, 2009).

O *focus group* reuniu 49 participantes selecionados de acordo com o seu envolvimento com o objeto de análise (IPSS), conhecimento prático e conhecimento teórico. Participaram no *focus group* académicos, decisores e outros *stakeholders* e especialistas do setor da economia social.

Para recolha dos dados necessários ao cálculo dos indicadores, optou-se pela técnica do inquérito por questionário (fase 5 da Figura 2). Em maio de 2020, o questionário foi finalizado e submetido a um pré-teste. Participaram deste pré-teste dez especialistas, da área académica e profissional. Esta avaliação

permitiu obter comentários muito relevantes que tiveram tradução na melhoria do questionário. Após o pré-teste deu-se por concluído o questionário.

Na última fase, (fase 6 da Figura 2), procedeu-se ao tratamento e divulgação dos resultados obtidos pela amostra piloto.

### 3.3 Metodologias para a conceptualização da plataforma digital

A metodologia *Design Science* foi a escolhida para a conceptualização da plataforma digital deste projeto, porque é uma metodologia apropriada para a investigação que tem como objetivo solucionar um problema ou uma necessidade específica através da conceptualização, desenvolvimento e avaliação de artefactos tecnológicos, não esquecendo a sustentabilidade dos modelos de negócio e a responsabilidade social (Hevner & Chatterjee, 2010; Hevner, 2007; Hevner *et al.*, 2004; Mettler & Winter, 2016; Upward & Jones, 2016).

Esta metodologia é caracterizada por ser composta essencialmente por seis etapas (Peppers *et al.*, 2006): (1) identificação do problema e motivação; (2) definição dos objetivos da solução; (3) conceptualização e desenvolvimento; (4) aplicação; (5) avaliação; (6) divulgação.

Instanciando a metodologia neste trabalho, podemos referir que o problema e motivação (etapa 1) estão relacionados com os objetivos principais do projeto em que está inserido o trabalho, ou seja:

- auxiliar as instituições do setor da economia social a cumprirem com os requisitos legais, nomeadamente na preparação e divulgação online de um relato mais apropriado dos seus resultados, através da disponibilização de um espaço online na plataforma deste projeto;
- suportar digitalmente o conjunto de indicadores que constitui a *framework*, designadamente na recolha e gestão de dados e na determinação e disseminação dos indicadores;
- e, através da concretização dos dois objetivos anteriores, promover a *accountability* do setor da economia social, reforçando a credibilidade das instituições e aumentando a confiança dos seus *stakeholders*.

Com a finalidade de elencar um conjunto de necessidades de informação de natureza financeira, social e económica que fosse capaz de caracterizar o desempenho e o impacto das instituições, para além da revisão da literatura, foi utilizada uma metodologia etnográfica em que os investigadores se envolveram ativamente com os *stakeholders*, no sentido de empreenderem uma aprendizagem ativa, através da participação no âmbito da realidade vivida nas instituições, das práticas e processos existentes.

A definição dos objetivos da solução, bem como os requisitos considerados para a sua conceptualização e desenvolvimento constituem as etapas 2 e 3. Resumidamente, pretende-se que seja uma solução que permita disponibilizar uma página de Internet individual a cada instituição participante e que nela possa divulgar a informação financeira requerida por lei. Além disso, esta proposta de solução deve ser capaz de recolher, armazenar e processar dados com vista à produção de indicadores que permitam avaliar o impacto financeiro, social e económico da atividade das instituições do setor da economia social.

A aplicação (etapa 4) foi realizada com recurso a um caso de estudo em ambiente real, com a participação de várias instituições que, voluntariamente, se associaram a este projeto. Neste conjunto de instituições participantes estiveram representadas entidades de diferentes naturezas jurídicas, dimensões, com variadas respostas sociais e dispersas geograficamente.

A avaliação (etapa 5) foi efetuada em duas ocasiões distintas. Numa das ocasiões, logo após o desenvolvimento, foi feita a avaliação da qualidade da plataforma quanto à sua adequação funcional, eficiência de desempenho, compatibilidade, usabilidade, confiabilidade, segurança, manutenção e portabilidade, conforme a norma ISO/IEC 25010:2011. Na outra, após a conceptualização, recorreu-se à realização de um *focus group* que incluiu académicos, decisores e outros *stakeholders* e especialistas do setor da economia social, que, para além da validação da *framework* de indicadores, analisaram a adequação da plataforma no que diz respeito à usabilidade e à sua eficiência na promoção da transparência e da divulgação do desempenho e do impacto das instituições. Pretendeu-se que o *focus group* tivesse impacto na melhoria da conceptualização e na definição dos objetivos e requisitos da solução da plataforma.

A divulgação (etapa 6) foi feita: em *workshops* com os *stakeholders* do setor, afim de divulgar a plataforma como repositório de indicadores relevante tanto para decisores, como para académicos e investigadores; junto das instituições para promover a plataforma como instrumento de aumento de transparência e, conseqüentemente, de credibilidade, afim de angariar mais instituições participantes; na comunidade científica, através de comunicações em conferências e publicações em revistas, ambas de âmbito nacional e internacional; num evento final de âmbito nacional para divulgação dos resultados do projeto.

### 3.4 Recolha e tratamento de dados

Foram feitas numerosas ações de divulgação do projeto e da plataforma SomosIPSS, designadamente através dos canais habituais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, de contactos diretos a algumas IPSS, de ações de formação para utilização da plataforma, mas ainda assim o nível de

adesão foi reduzido. Até ao dia 15 de novembro de 2021, registaram-se na plataforma 322 IPSS e 147 procederam à criação do *website*, mas apenas 41 responderam ao questionário de pelo menos um dos anos disponíveis (2018, 2019 e 2020). Destas 41, apenas 7 responderam aos questionários dos 3 anos.

Tendo em consideração as limitações referidas no parágrafo anterior foi realizado um teste a uma amostra piloto com as entidades aderentes que preencheram, na totalidade, os questionários relativos aos anos de 2018, de 2019 e de 2020. Este teste permitiu, por um lado, testar a plataforma SomosIPSS e o ajustamento de pequeníssimas incoerências nos cálculos dos indicadores e, por outro lado, testa o output da *framework*. A análise dos indicadores permitiu avaliar se a *framework* cumpre com os seus objetivos e permitiu dar resposta ao problema de investigação.

Como referido anteriormente, o único indicador que não é determinado por esta via é o indicador transparência, para o qual se utilizará o *Enhancement of an Accountability Guide for Learning E-Government EAGLE Index* (ver Tabela 7 na secção 4.3) desenvolvido por Santos *et al.* (2018). Aplicou-se este índice a duas amostras de IPSS. Uma, respeitante às IPSS do concelho do Porto (190 IPSS) e outra às IPSS da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) (198 IPSS). Atendendo à forma jurídica, as amostras têm a seguinte composição: a amostra de IPSS do concelho do Porto é constituída por 144 associações, 17 centros sociais paroquiais, 6 cooperativas, 6 fundações, 16 institutos de organização religiosa e 1 misericórdia; a amostra de IPSS da CIRA é constituída por 115 associações, 4 casas do povo, 34 centros sociais e paroquiais, 5 cooperativas, 12 fundações, 16 institutos de organização religiosa e 12 misericórdias.

Os dados relativos à amostra de IPSS do concelho do Porto foram recolhidos nos meses de abril e maio de 2021 e os relativos à amostra da CIRA foram recolhidos entre abril e maio de 2021. Para ambas as amostras o primeiro passo foi verificar as IPSS que possuíam *website* (primeira dimensão do *EAGLE Index*). Após esta verificação, e para as IPSS que tinham *website*, os dados foram recolhidos dos seus *websites*, em função dos indicadores de cada critério e dimensão (ver Tabela 7 na secção 4.3). Para tal foi seguido um guião para uniformizar a recolha e diminuir a subjetividade do investigador.

Para além do teste a uma amostra piloto foi desenvolvido um trabalho, tomando como referência a dimensão *performance* com o objetivo de criar um painel estratégico para ajudar as IPSS na monitorização do seu desempenho e na tomada de decisão mais informada. Como amostra para este trabalho foram consideradas as IPSS do distrito de Aveiro. Neste distrito estão registadas 361 IPSS, das quais apenas 142 disponibilizam demonstrações financeiras relativas a 2019. A recolha de dados decorreu durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021.

Este trabalho permitiu verificar que a *framework* de indicadores desenvolvida pelo projeto TFA na dimensão *performance* apresenta bons níveis de robustez permitindo desenvolver um painel de gestão estratégica para apoiar a gestão das IPSS.

Na recolha de dados utilizou-se a análise de conteúdo (análise de *websites* e análise dos relatórios das entrevistas).

As metodologias quantitativas são utilizadas no tratamento dos resultados, designadamente, técnicas de estatística descritiva.

# 4 CONCEPTUALIZAÇÃO DA FRAMEWORK E INDICADORES

---

A conceptualização da *framework* tomou em consideração as diferentes *frameworks* identificadas na revisão da literatura, o processo produtivo e a perspetiva da engenharia organizacional.

## 4.1 Mapeamento das *frameworks* existentes com o processo produtivo

Fazendo o mapeamento das *frameworks* referidas na revisão da literatura, com o processo produtivo, apresentado na Figura 3, podemos sugerir uma *framework* organizada de acordo com o conceito *quintuplet bottom line* (QBL) com as seguintes dimensões (5P): (1) *partners*; (2) *proximity*; (3) *planet*; (4) *purpose* e (5) *profit*.

No entanto, focar a nossa atenção somente no processo produtivo pode ser redutor e eventualmente não captar todas as dimensões. Assim, para uma visão holística, não deve ser esquecida a perspetiva da engenharia organizacional.

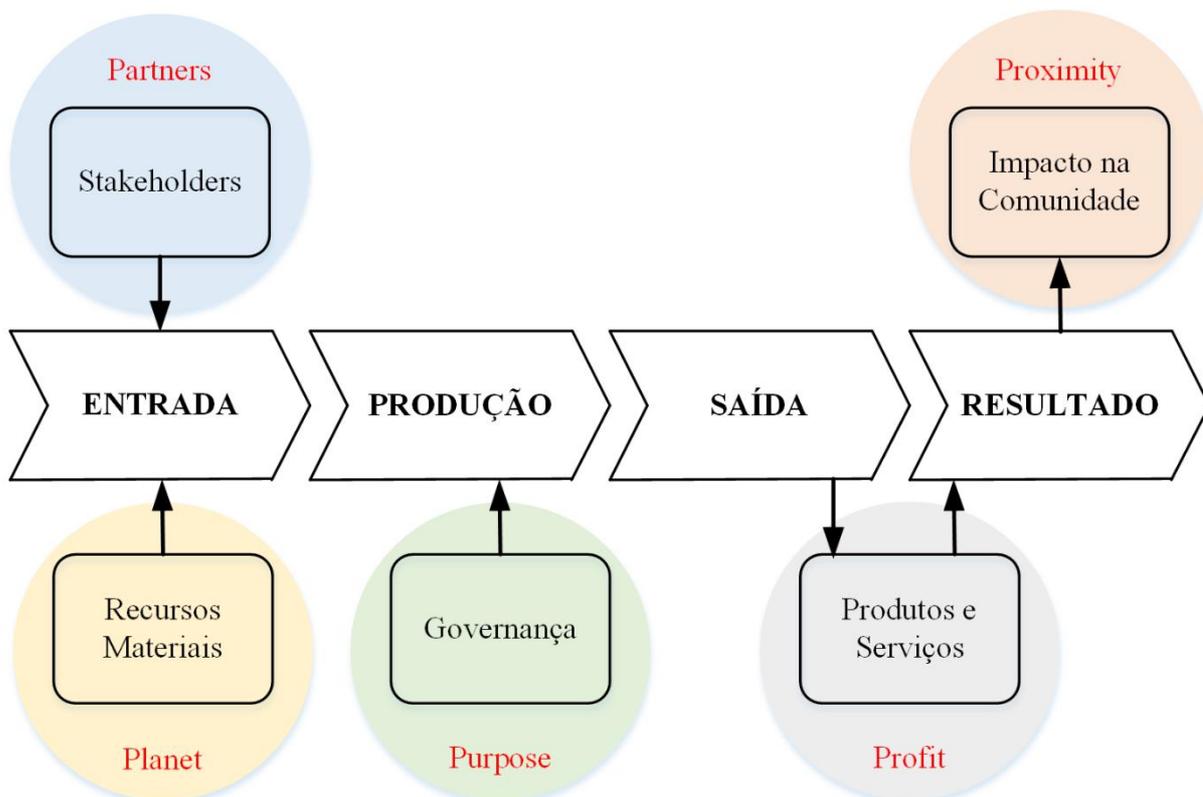


Figura 3 - Mapeamento de diversas frameworks sobre o processo produtivo

## 4.2 Perspetiva da engenharia organizacional

A arquitetura empresarial não é um conceito recente. Enquanto isso, existem áreas que lançam luz sobre a relação entre a gestão orientada aos processos e o suporte aos processos de negócios por meio das tecnologias da informação e comunicação TIC. No entanto, a maioria das abordagens não fornece modelos holísticos sobre os componentes da empresa (Sousa *et al.*, 2005). Estes elementos podem ser representados de acordo com cinco vistas: (1) arquitetura organizacional; (2) arquitetura de negócio; (3) arquitetura informacional; (4) arquitetura aplicacional e (5) arquitetura tecnológica (Figura 4).

Cada uma das subarquitecturas referidas é representada individualmente e possui os seus elementos relativos ao modelo, não podendo estes pertencer a mais do que uma subarquitectura. Os relacionamentos, representados como setas, representam as dependências de cada subarquitectura (Sousa *et al.*, 2005).

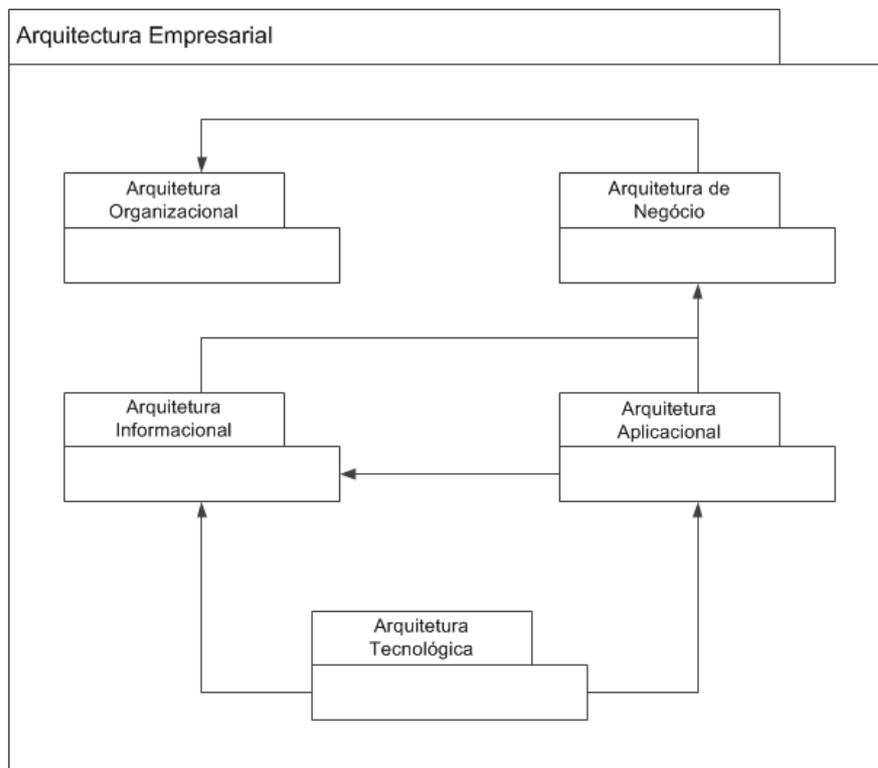


Figura 4 - Elementos arquiteturais em função de diferentes vistas [(Sousa *et al.*, 2005)]

Cada um dos componentes, incluídos nas vistas da arquitetura organizacional pode ser desenvolvido em função dos seus próprios elementos (Figura 5).

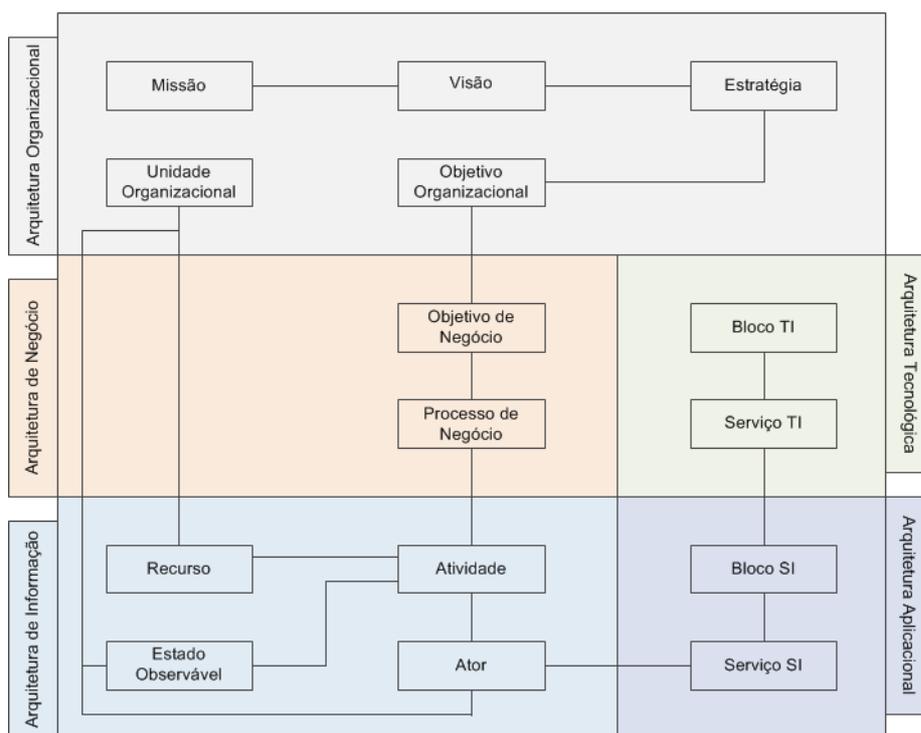


Figura 5 - Detalhe dos elementos arquiteturais em função de diferentes vistas [(Sousa *et al.*, 2005)]

Em função das vistas da arquitetura empresarial (Figura 6), podemos associar os elementos apresentados nas dimensões de sustentabilidade organizacional, não esquecendo as três dimensões propostas no modelo TBL: *people*; *profit* e *planet*. As descrições dos elementos da arquitetura organizacional são baseadas em Sousa *et al.* (2005).

Vamos alargar a abrangência da dimensão *people* e designar esta dimensão de *partners* que é mapeada no role **ator** (entidade capaz de exibir um comportamento ativo, modelam pessoas, sistemas de computador, ferramentas mecânicas ou quaisquer outros dispositivos usados para executar as operações exigidas por uma atividade).

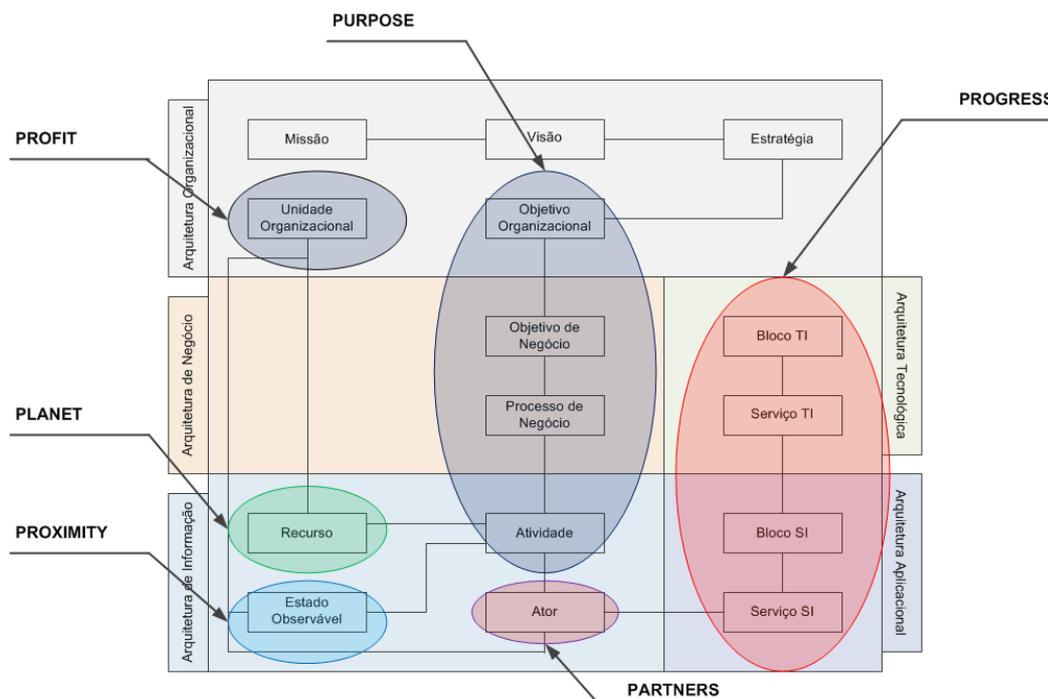
A dimensão *profit* é mapeada sobre a **unidade organizacional** (inclui informações sobre as unidades organizacionais que compõem uma organização, os recursos humanos que pertencem a essas unidades organizacionais, bem como a estrutura e os relacionamentos que as conectam).

A dimensão *planet* é mapeada sobre o **recurso** (papel de uma entidade que modela a capacidade de ser usada e produzida por processos de negócios).

A dimensão *proximity* é mapeada sobre o **estado observável** (modela um estado de coisas que interessa a uma parte interessada no contexto da arquitetura empresarial).

A dimensão *purpose* é mapeada sobre o **objetivo organizacional** (estado mensurável que a organização pretende atingir), o **objetivo de negócio** (estado mensurável que a organização pretende alcançar, com o envolvimento das entidades envolvidas na realização de atividades), o **processo de negócio** (responsável pela coordenação de atividades, descrevendo como as mesmas são interligadas) e a **atividade** (abstração que representa de que forma um conjunto de entidades colabora através de diversos papéis para produzir um resultado específico).

A dimensão *progress* é mapeada sobre o **bloco TI** (Tecnologias de Informação) - representa a infraestrutura, plataforma, componente tecnológico ou software. O **serviço TI** é a interface fornecida por um bloco de TI para outros blocos de TI, o **bloco SI** (Sistema de Informação) é uma aplicação que agrega um conjunto organizada de mecanismos e operações capazes de manipular dados organizacionais e o **serviço SI** é o conjunto de operações fornecidas pelos blocos **SI**.



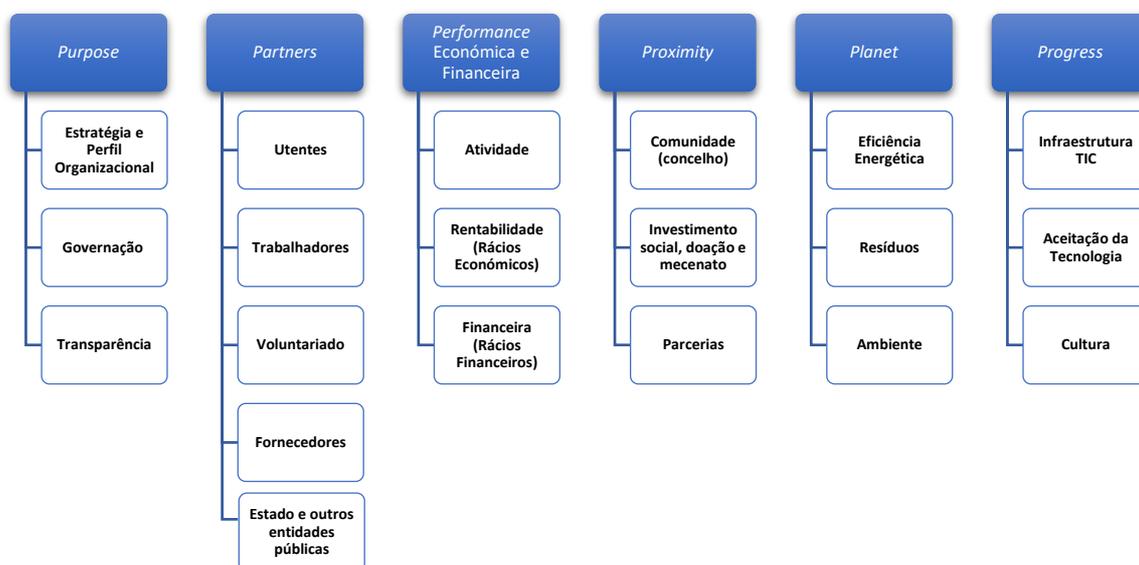
**Figura 6** - Mapeamento das dimensões de sustentabilidade sobre diversos elementos arquiteturais

Em função do exposto anteriormente justifica-se a proposta de uma solução inovadora, holística e abrangente que permita recolher e processar dados, com vista à construção de um conjunto de indicadores que contribua para a sustentabilidade do setor da economia social, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação, integrando uma perspetiva inclusiva e focalizando-se na agregação de valor económico e social com vista à *accountability* das entidades que fazem parte deste setor.

### 4.3 Proposta da *framework* para avaliação da *accountability* das IPSS

A *framework* de indicadores proposta possibilitará que os cidadãos percebam o trabalho desenvolvido pelas instituições de solidariedade, os financiadores percebam o destino que é dado ao dinheiro que é doado e seja promovida a inclusão social.

Assim, e sustentada numa extensa revisão da literatura e no trabalho de campo realizado, a equipa de investigação do projeto TFA propõe uma *framework* baseada no conceito *sextuplet bottom line* (SBL) com as seguintes dimensões (6P): (1) **purpose** (propósito); (2) **partners** (parceiros); (3) **performance** (desempenho); (4) **proximity** (proximidade); (5) **planet** (planeta) e (6) **progress** (progresso) e num conjunto de subdimensões conforme se pode ver na Figura 7.



**Figura 7** - Dimensões e subdimensões da *framework* de indicadores

A dimensão ***purpose*** é a peça central da governação no setor não lucrativo e o seu objetivo é fornecer um conjunto de regras que evitem a ineficiência dessas instituições (Speckbacher, 2008). Nesse sentido, esta dimensão permite avaliar o modo como a organização define a missão, a visão e os objetivos estratégicos, o seu modelo de governação e a transparência. Considera as subdimensões: estratégia e perfil organizacional, governação e transparência.

A dimensão ***partners*** permite avaliar a forma como as organizações lidam com as suas responsabilidades na sociedade, incluindo as relações com as partes interessadas dominantes: beneficiários da missão social e clientes, passando pelos produtos e serviços entregues. Considera as subdimensões: utentes; trabalhadores; voluntariado, fornecedores e estado e outras entidades públicas.

A dimensão ***performance económica e financeira*** permite avaliar o desempenho da entidade ao nível da atividade, da capacidade de gerar resultados e da capacidade para manter o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade. Considera as subdimensões: atividade; rentabilidade (rácios económicos) e financeira (rácios financeiros).

A dimensão ***proximity*** possibilita avaliar de que modo a organização se relaciona com a comunidade em que se insere e considera as subdimensões: comunidade (concelho); investimento social, doação e mecenato e parcerias.

A dimensão ***planet*** possibilita a avaliação do relacionamento da organização com o meio ambiente. Tem em atenção o papel de uma entidade que modela a capacidade de ser usada e produzida por processos de negócios. Considera as subdimensões: eficiência energética; resíduos e ambiente.

A dimensão *progress* representa a infraestrutura, plataforma, componente tecnológico ou *software*. Considera as subdimensões: infraestrutura TIC; aceitação da tecnologia e cultura.

#### 4.3.1 Indicadores da *framework*

A revisão de literatura mostrou que as organizações do setor da economia social, em particular as IPSS, são uma realidade bem conhecida com problemas de diversa ordem, que dificultam a implementação e manutenção de mecanismos de *accountability*. A superação desses problemas carece de uma análise de nível micro, tendo em atenção as múltiplas especificidades com que estas organizações se deparam. Assim, uma estratégia de proximidade é de extrema importância. Como tal, esta foi a abordagem escolhida pela equipa do projeto de investigação TFA para definição dos indicadores incluídos na *framework* desenvolvida e proposta.

Para cada indicador foi criada uma ficha cujo modelo consta na Tabela 5 (Hoffmann *et al.*, 2010). No Apêndice 2 são apresentadas as fichas de todos os indicadores.

Tabela 5 – Modelo da ficha de indicadores

Identificação do indicador	
<b>Código</b>	<b>Indicadores individuais:</b> Identificação da dimensão (três primeiros dígitos), identificação da subdimensão (iniciais de cada palavra), numeração sequencial <b>Indicadores globais:</b> Identificação da dimensão (três primeiros dígitos), identificação da subdimensão (iniciais de cada palavra), numeração sequencial acrescida de A no final
<b>Sigla</b>	Regra geral a letra inicial de cada palavra
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> dado obtido diretamente a partir das respostas ao questionário ou do registo do respondente <b>Derivado:</b> informação obtida através do processamento de um ou mais indicadores primários
<b>Dimensão</b>	Dimensão de caracterização do indicador
<b>Subdimensão</b>	Subdimensão de caracterização do indicador
<b>Perspetiva</b>	Para que <i>stakeholder</i> o indicador é particularmente relevante
<b>Tema</b>	Quais os temas e questões pertinentes para as entidades são abordadas pelo indicador
<b>Operacionalização</b>	Questões práticas sobre a aplicação do indicador ou o tipo de recolha de dados necessários para o calcular
<b>Periodicidade</b>	Intervalo aconselhado para recolha de dados
<b>Pergunta</b>	Pergunta a fazer para recolha dos dados necessários ao cálculo do indicador
<b>Uso/Objetivo</b>	Uso e racionalidade do indicador na medição, avaliação e melhoria da qualidade dos resultados e avaliar o seu impacto na comunidade
<b>Variáveis</b>	Identificação das variáveis utilizadas por este indicador, diretamente, ou utilizadas para o seu cálculo
<b>Forma de cálculo</b>	Definição da forma de cálculo do indicador, se for caso disso
<b>Output</b>	Identificação do tipo de indicador: inteiro, real, carácter, percentagem, booleano, etc.
<b>Restrições</b>	Identificação de eventuais restrições associadas à determinação do indicador

A identificação e validação destes indicadores, de acordo com a *framework* de análise descrita, foi precedida de trabalho de campo, realizado com dois objetivos principais: em primeiro lugar, conhecer as IPSS e os problemas existentes; em segundo lugar, apresentar o projeto às partes interessadas, localmente, para facilitar o processo de recolha de dados.

A etapa seguinte consistiu na validação da lista destes indicadores. Para este efeito, a equipa do projeto organizou um *focus group* em Aveiro com o objetivo de recolher a opinião dos diversos *stakeholders*. Este *focus group* teve grande impacto no processo de estabilização da *framework* de indicadores.

A listagem final é a que se apresenta nas Tabelas que se seguem. Os indicadores são apresentados organizadamente de acordo com a *framework* de análise proposta, isto é, por dimensão e por subdimensão. Assim, apresentam-se: na Tabela 6 os indicadores da dimensão *purpose*; na Tabela 8 os indicadores da dimensão *partners*; na Tabela 9 os indicadores da dimensão *performance económica e financeira*; na Tabela 10 os indicadores da dimensão *proximity*; na Tabela 11 os indicadores da dimensão *planet* e na Tabela 12 os indicadores da dimensão *progress*.

Conforme se pode verificar da leitura da Tabela 6, os indicadores da dimensão *purpose* estão associados a três subdimensões: estratégia e perfil organizacional; governação e transparência.

**Tabela 6** - Indicadores da dimensão *purpose*

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão		
	Acrónimo	Designação	Estratégia e Perfil Organizacional	Governação	Transparência
PURPOSE	AP	Atividades Principais	x		
	AI	Atividades Instrumentais	x		
	EPE	Existência de Plano Estratégico	x		
	MEE	Maturidade Estratégica da Entidade	x		
	SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade	x		
	MAD	Modelos de Avaliação de Desempenho	x		
	MDF	Manual de Descrição de Funções	x		
	PTOS	Participação dos trabalhadores nos órgãos sociais		x	
	PMHOS	Paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais		x	
	PROSRP	Peso da Remuneração dos Órgãos Sociais na Remuneração do Pessoal		x	
	TE	Transparência			x

A subdimensão transparência é composta unicamente pelo indicador transparência que é calculado com base no *EAGLE Index* (Tabela 7) e adaptado às entidades do setor da economia social, em particular às IPSS. Está subjacente ao índice o conceito de transparência como sendo um processo dinâmico através do qual uma entidade proporciona, via internet (*website*), acesso facilitado a informação relevante, oportuna, clara e confiável que permita dar a conhecer o seu desempenho e os processos de decisão, e a possibilidade de interação com os seus stakeholders.

*EAGLE Index* tem 4 dimensões de análise: presença *online*, qualidade *online*, *accountability online* e serviços *online*. Cada uma das dimensões está subdividida em diversos critérios e estes, por sua vez, incluem diversos indicadores. Na dimensão, presença *online*, verifica-se se a entidade tem ou não um *website* ativo. Na dimensão qualidade *online*, avalia-se a qualidade do *website* e da informação que nele se encontra de acordo com os critérios: funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência e segurança. Na dimensão *accountability online* avalia-se o grau de divulgação da informação contabilística, financeira e de desempenho de acordo com os seguintes critérios: informação contabilística, características da informação financeira, *performance* organizacional e social. Finalmente na dimensão serviços *online* avalia-se o nível de serviços que são disponibilizados *online* pela entidade e compreende três critérios: participação, transação e personalização.

Tabela 7 – Índice de transparência EAGLE Index

EAGLE Index					
Dimensão	Critérios	Peso	Indicadores	Medidas (Escala)	Peso
1 Presença online	Não aplicável	100,00%	A instituição não tem website ativo A instituição sem website ativo	0 1	0,00% 100,00%
	<b>DIMpresence</b>	<b>100,00%</b>			<b>100,00%</b>
2 Qualidade online	Functionality	20,00%	Conformidade com o nível "A", "AA" ou "AAA"	1 a 10	10,00%
			O símbolo de conformidade "A", "AA" ou "AAA" está disponível na homepage do website	0/1	10,00%
			Data da última atualização do website	[0,4]	10,00%
			A entidade responsável pela manutenção do website está devidamente identificada	0/1	10,00%
			Informação sobre serviços prestados (responsável, horário, preço e capacidade)	[0,4]	10,00%
			A entidade responsável pelo website está devidamente identificada	0/1	10,00%
			Mapa de localização da instituição ou coordenadas GPS	0/1	10,00%
			O website é acessado publicamente (sem pagamento de taxas, registo ou outros)	0/1	10,00%
			O website tem um URL apropriado e facilmente memorizável	0/1	10,00%
			Apreciação geral (Overview)	0 a 100	10,00%
<b>CRTf</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Reliability	20,00%	As figuras, gráficos e tabelas utilizadas estão devidamente legendadas	0/1	20,00%	
		Existe um motor de pesquisa para pesquisa interna (mecanismo de busca no website)	0/1	20,00%	
		O(s) autor(es) das informações criadas ou as fontes utilizadas são referenciadas de forma adequada	0/1	20,00%	
		O website disponibiliza a informação, o conteúdo ou o serviço pedido pelo utilizador	0/1	20,00%	
Texto bem escrito e compreensível	0/1	20,00%			
<b>CRTr</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Usability	20,00%	Existe informação sobre serviços e conteúdos	0/1	20,00%	
		Está disponível um mapa do website	0/1	20,00%	
		Está disponível uma opção de ajuda (em qualquer zona do website)	0/1	20,00%	
		Os diferentes conteúdos estão bem identificados	0/1	20,00%	
Existem controlos de navegação em todas as páginas	0/0,5/1	20,00%			
<b>CRTu</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Efficiency	20,00%	Hiperligações inválidas 1 - Não 0 - Sim	0/1	20,00%	
		Hiperligações úteis para a instituição e para os utilizadores	0/1	20,00%	
		Posibilidade de selecionar conteúdos numa outra ou várias línguas	0/1	20,00%	
		Suporte multibrowser (o website dá indicação dos browsers para que está otimizado)	0/1	20,00%	
Tempo de carregamento	0 a 100	20,00%			
<b>CRTe</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Security	20,00%	A comunicação com o website é feita de forma encriptada (canal seguro)	0/1	33,33%	
		Aviso de cookies	0/1	33,33%	
		O utilizador é informado dos procedimentos relativos à proteção de dados	0/1	33,33%	
<b>CRTs</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
<b>DIMquality</b>	<b>100,00%</b>				<b>100,00%</b>
3 Accountability online	Informação contabilística	25,00%	Balanco	0/1	16,67%
			Demonstração dos resultados por natureza	0/1	16,67%
			Demonstração de resultados por funções	0/1	16,67%
			Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	0/1	16,67%
			Demonstração do fluxo de caixa	0/1	16,67%
	Anexo às demonstrações financeiras	0/1	16,67%		
	<b>CRTai</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>		
	Características da informação financeira	25,00%	Relevância	0/1	25,00%
			Fiabilidade	0/1	25,00%
			Compreensibilidade ou clareza	0/1	25,00%
Comparabilidade			0/1	25,00%	
<b>CRTif</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Performance organizacional	25,00%	Estatísticas, publicações e estudos	0/1	7,69%	
		Estrutura organizacional (organograma)	0/1	7,69%	
		Eventos programados ou em curso	0/1	7,69%	
		Indicadores chave de desempenho	0/1	7,69%	
		Informação institucional (visão, missão, objetivos)	0/0,5/1	7,69%	
		Informação sobre a cultura da instituição	0/1	7,69%	
		Informação sobre a história da instituição	0/1	7,69%	
		Organização dos recursos humanos	0/1	7,69%	
		Orçamento aprovado para o ano corrente	0/1	7,69%	
		Execução do orçamento	0/1	7,69%	
Plano de atividades (Programa de ação para o ano corrente)	0/1	7,69%			
Plano estratégico	0/1	7,69%			
Acordos e protocolos de cooperação	0/1	7,69%			
<b>CRTop</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
Performance social	25,00%	Disponibilidade de arquivos documentais	0/1	12,50%	
		Atas dos órgãos de governo estão disponíveis (questão de direção)	0/1	12,50%	
		Contactos gerais (morada, contactos, redes sociais, internet messaging)	[0,4]	12,50%	
		Legitimação de interesse para o utilizador	0/1	12,50%	
		Remuneração dos órgãos de gestão	0/1	12,50%	
		Composição dos órgãos sociais (identificação)	0/1	12,50%	
		Nota bioenergética dos elementos dos órgãos de gestão	0/1	12,50%	
Divulgação de políticas de responsabilidade social (discriminar o que queremos medir: fornecedores locais; lojas sociais; políticas inclusivas; eficiência energética)	[0,5]	12,50%			
<b>CRTsp</b>	<b>---</b>	<b>100,00%</b>			
<b>DIMaccountability</b>	<b>100%</b>				<b>100,00%</b>

Os indicadores da dimensão *partners*, conforme se pode ver na Tabela 8, estão associados a cinco subdimensões: utentes; trabalhadores; voluntariado, fornecedores e Estado e outros entes públicos.

**Tabela 8** - Indicadores da dimensão *partners*

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão				
	Acrónimo	Designação	Utentes	Trabalhadores	Voluntariado	Fornecedores	Estado e outros Entes Públicos
PARTNERS	USE	Utentes Servidos pela Entidade face à Procura	x				
	MSU	Monitorização da Satisfação dos Utentes	x				
	MTRSEU	Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos utentes	x				
	RRT	Realização de Reuniões com os Trabalhadores		x			
	RE	Rotatividade no Emprego		x			
	RMEI	Recurso às Medidas de Emprego Inclusivo		x			
	TFSAF	Trabalhadores com Formação Superior que Atuam na sua Área de Formação		x			
	TAIF	Trabalhadores que Frequentaram Ações de Informação/Formação		x			
	HAIFT	Número Médio de Horas de Ações de Informação/Formação a Trabalhadores		x			
	MST	Monitorização da Satisfação dos Trabalhadores		x			
	MTRSET	Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos Trabalhadores		x			
	CV	Captação de Voluntários			x		
	TTV	Taxa de Trabalho Voluntário			x		
	HAIFV	Número Médio de Horas de Ações de Informação/Formação a Voluntários			x		
	VAIF	Voluntários que Frequentaram ações de Informação/Formação			x		
	CFL	Compras a Fornecedores de Âmbito Local				x	
	APa	Acordos de parceria					x

Os indicadores incluídos na dimensão *performance*, como se pode observar na Tabela 9, estão associados a três subdimensões: atividade; económica e financeira.

**Tabela 9 - Indicadores da dimensão *performance***

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão		
	Acrónimo	Designação	Atividade	Rentabilidade (rácios económicos)	Financeira (rácios financeiros)
PERFORMANCE	FE	Financiamento do Estado face ao Financiamento Total	x		
	FPS	Financiamento de Prestação de Serviços face ao Financiamento Total	x		
	FIS	Financiamento de Investimento Social face ao Financiamento Total	x		
	FMD	Financiamento de Mecenato e Doações face ao Financiamento Total	x		
	FDE	Financiamento de Donativos em Espécie face ao Financiamento Total	x		
	GFSE	Gastos com Fornecimento e Serviços Externos face aos Gastos Operacionais	x		
	GMVMC	Gastos com as Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas face aos Gastos Operacionais	x		
	GP	Gastos com Pessoal face aos Gastos Operacionais	x		
	ROI	Rentabilidade do Investimento (Investimento Social, Estado, Mecenato e Doações)		x	
	RFP	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais		x	
	VAB	Valor Acrescentado Bruto		x	
	LG	Liquidez Geral			x
	FM	Fundo de Maneio			x
	AF	Autonomia Financeira			x
	SOL	Solvabilidade			x
	END	Endividamento			x

Os indicadores associados à dimensão *proximity* (dos visitantes), conforme se pode verificar a partir da Tabela 10, estão associados a três dimensões: comunidade (concelho); investimento social, doação e mecenato e parcerias.

**Tabela 10** - Indicadores da dimensão *proximity*

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão		
	Acrónimo	Designação	Comunidade (concelho)	Investimento Social, Doação e Mecenato	Parcerias
PROXIMITY	CE	Criação de Emprego	x		
	RTL	Representatividade de Trabalhadores Locais	x		
	ASC	Avaliação Satisfação da Comunidade	x		
	MRSEC	Monitorização das Reclamações/Sugestões/Elogios da Comunidade	x		
	OPIFC	Oferta de Programas de Informação/Formação à Comunidade	x		
	CIS	Captação de Investidores Sociais		x	
	CISL	Captação de Investidores Sociais Locais		x	
	CMDL	Captação de Mecenias e/ou Doadores Locais		x	
	APEESN	Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Nacionais			x
	APEESL	Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Locais			x
	APEESI	Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Internacionais			x
	APOEN	Acordos de Parceria com outras Entidades Nacionais			x
	APOEL	Acordos de Parceria com outras Entidades Locais			x
	APOEI	Acordos de Parceria com outras Entidades Internacionais			x
	CEC	Captação de Estágios Curriculares			x

Os indicadores incluídos na dimensão *planet*, conforme se pode verificar pela leitura do Tabela 11, estão associados a três subdimensões: eficiência energética; resíduos e ambiente.

**Tabela 11** - Indicadores da dimensão *planet*

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão		
	Acrónimo	Designação	Eficiência Energética	Resíduos	Ambiente
PLANET	MEEn	Medidas de Eficiência Energética	x		
	MECA	Medidas de Eficiência no Consumo de Água	x		
	RSR	Recolha Seletiva de Resíduos		x	
	RR	Reutilização de Resíduos		x	
	MR	Mitigação de Resíduos		x	
	CA	Consciencialização Ambiental			x

Analisando a Tabela 12, verifica-se que os indicadores associados à dimensão *progress* se distribuem pelas subdimensões: infraestrutura TIC, aceitação da tecnologia e cultura.

**Tabela 12** - Indicadores da dimensão *progress*

Dimensão de Agregação	Indicador		Subdimensão		
	Acrónimo	Designação	Infraestrutura TIC	Aceitação da Tecnologia	Cultura
PROGRESS	LI	Ligação à Internet	x		
	LAN	Rede de Área Local	x		
	VPN	Virtual Private Network	x		
	TICAS	TIC nas Atividades de Suporte		x	
	TICAO	TIC nas atividades Operacionais		x	
	POTBS	Plataforma Online para Transação de Bens e/ou Serviços		x	
	POAISMD	Plataforma Online para Angariação de Investidores Sociais, Mecenias e/ou Doadores		x	
	FPUTIC	Facilitador na Promoção de Utilização das TIC		x	
	FISTIC	Facilitador na Interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC		x	
	DICC	Disseminação da Identidade Cultural da Comunidade			x
	PEITIC	Promoção de Experiências Intergeracionais por via das TIC			x

# 5

## CONCEPTUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL

---

A conceptualização da componente tecnológica de suporte a este projeto, nomeadamente, no desenvolvimento de uma plataforma digital que disponibilize às IPSS um espaço online nessa plataforma, foi baseada no modelo SaaS (*Software as a Service*), com as características de um *website* institucional, para que possam divulgar a sua informação organizacional, obrigatória e voluntária, cumprindo com os requisitos legais de divulgação da informação organizacional.

Como esse espaço é utilizado por cada instituição participante, e há partilha de recursos comuns, apesar da independência lógica, estamos perante uma arquitetura *multi-tenant* (Krebs *et al.*, 2019).

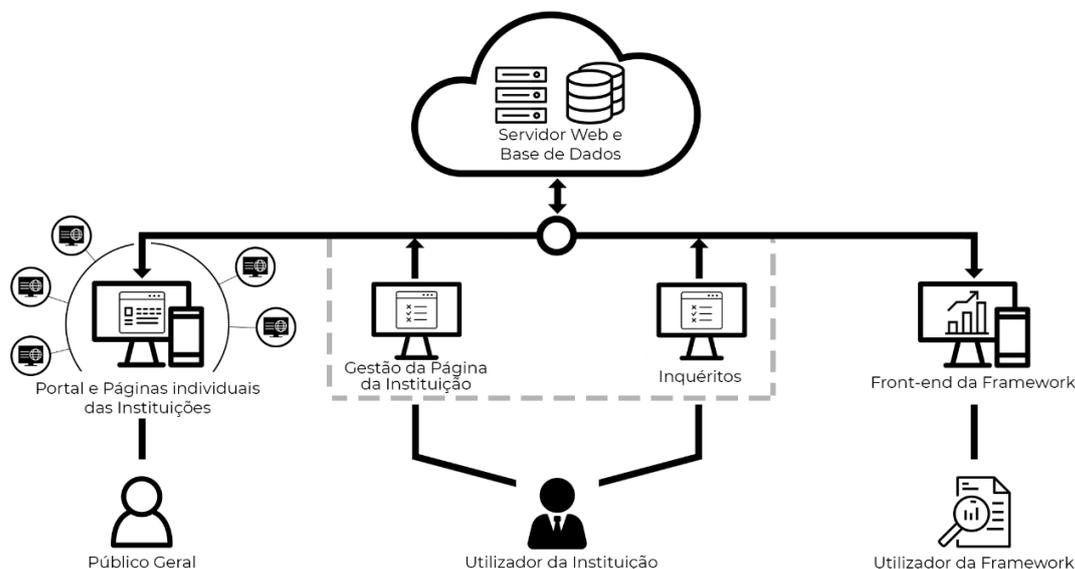
A arquitetura SaaS *multi-tenant* utilizada neste projeto permite criar uma rede de entidades do setor da economia social, viabilizada pela plataforma digital apresentada nesta secção, que recolhe dados de diferentes naturezas que contribuem para a transparência e *accountability* das entidades participantes nesta rede.

A plataforma digital é responsável por fornecer mecanismos de recolha, tratamento e armazenamento de dados para determinar e divulgar os indicadores que compõem a *framework* de indicadores sobre o desempenho social, financeiro e económico das entidades participantes. Esse tipo de rede estabelece a ponte entre a inovação social e a inovação de serviço por meio de uma estrutura ou plataforma multiagente (Windrum *et al.*, 2016).

### 5.1 Conceptualização da plataforma digital

A revisão da literatura, a participação ativa dos investigadores com as instituições e os seus *stakeholders*, a realização de *focus group*, referido na metodologia, permitiram perceber, e irão ainda reforçar, o interesse do desenvolvimento de uma plataforma para suporte à *framework* de indicadores, mas também como instrumento de auxílio às instituições, tanto no cumprimento de requisitos legais,

como na melhoria da sua *accountability*. A Figura 8 apresenta a arquitetura funcional da plataforma de suporte a este projeto – a que demos o nome de SomosIPSS, disponível em <https://somosipss.pt/>.



**Figura 8** - Arquitetura funcional da proposta de solução

Da Figura 8, observamos os seguintes componentes nucleares: Servidor *Web* e Base de Dados; Portal e Páginas Individuais das Instituições; Gestão da Página da Instituição e Inquéritos; e *Front-end* da *framework*.

O Servidor *Web* e Base de Dados são os componentes que interagem direta e indiretamente com todos os outros, pelo facto de armazenarem e gerirem todos os dados da *framework* de indicadores, assim como os dados que alimentam as páginas individuais de cada instituição participante no projeto.

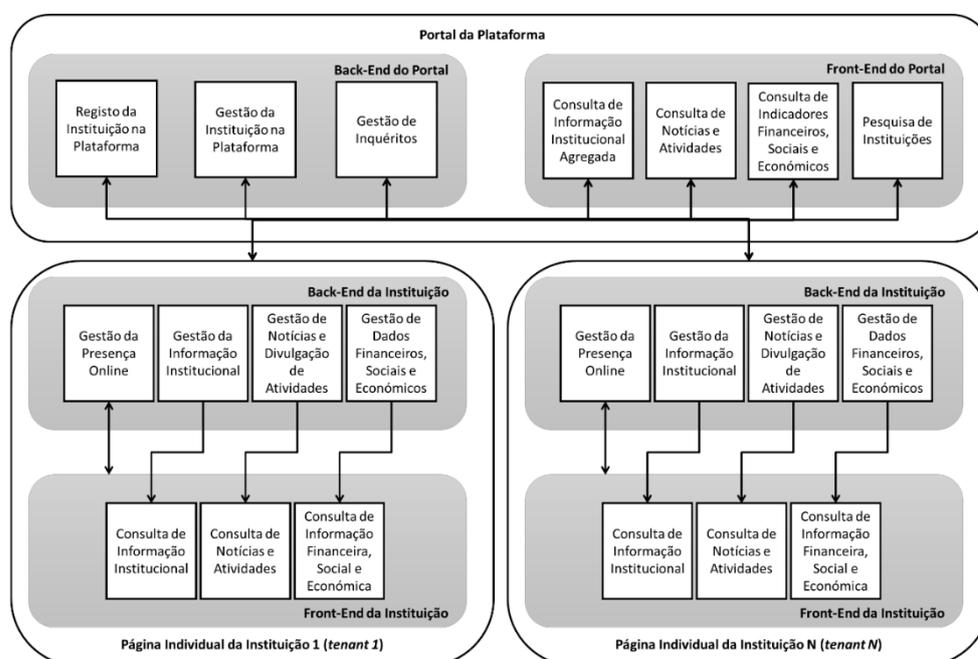
O Portal serve, para além da apresentação do projeto e das suas funcionalidades, para: destacar notícias e/ou eventos das instituições participantes; pesquisar instituições através de um conjunto de filtros; consultar, de forma agregada, informação institucional dos participantes; e aceder ao *front-end* de visualização dos indicadores da *framework*. Quanto às Páginas Individuais das Instituições, é disponibilizado a cada participante um espaço online personalizável, para que as instituições possam utilizá-lo como página institucional, divulgando informação institucional, notícias e ainda os relatórios de prestação de contas obrigatórios por lei, assim como outra informação de carácter voluntário.

Já o componente Gestão da Página da Instituição e Inquéritos diz respeito a um *back-end* a que cada instituição tem acesso, para gestão da sua página individual e edição da informação nela contida. Além disso, há uma área para recolha dos dados necessários para determinar os indicadores da *framework*. Estes dados são recolhidos através de formulários que simulam adequados questionários por inquérito dirigidos às IPSS. Para além disso, são disponibilizados outros mecanismos de

introdução de dados, designadamente mecanismos de *upload* de documentos já entregues a outras entidades, de forma que a introdução de dados na base de dados seja automatizada, e não exija a introdução manual de todos os dados.

O *Front-end* da *framework* é a área da plataforma onde são apresentados os diversos indicadores que compõem a *framework*, permitindo a análise desses indicadores por diferentes dimensões de análise e uma observação longitudinal do desempenho do setor.

A Figura 9, mostra um diagrama de blocos com as principais funcionalidades disponibilizadas nas páginas individuais das instituições no portal da plataforma, complementando a compreensão sobre a articulação e o fluxo de dados nos principais componentes da arquitetura funcional. Nesta figura estão representadas, apenas a título de exemplo, duas páginas individuais (*tenants*), mas esse bloco é replicado tantas vezes quantas as instituições participantes, que, por sua vez, estão todas a comunicar com o portal da plataforma.



**Figura 9** - Diagrama de blocos da plataforma

Relativamente ao *back-end* do portal, observamos que este é composto por três principais funcionalidades:

- registo da instituição como participante na plataforma;
- gestão dos participantes na plataforma, que inclui por exemplo, a validação dos registos das instituições e a gestão das credenciais e acessos aos utilizadores da plataforma;
- gestão dos inquéritos por parte do administrador do projeto, designadamente a sua criação e edição para alimentar os indicadores da *framework*; e
- verificação dos inquéritos ainda por responder por parte das instituições, para que existam alertas de preenchimento.

No que diz respeito ao *front-end* do portal, de acesso ao público geral, é possível:

- pesquisar instituições participantes, de forma que seja direcionado para as respetivas páginas individuais;
- consultar, de forma agregada, informação referente à instituição participante (informação institucional, divulgação de notícias e eventos);
- aceder aos indicadores financeiros, sociais e económicos da *framework* (funcionalidade apenas disponível ao público com registo na plataforma e com perfil de utilização autorizado – Utilizador da *Framework*).

Relativamente ao *back-end* da página individual de cada instituição, de utilização exclusiva da instituição, o utilizador consegue fazer a:

- gestão da presença online, como por exemplo a escolha de aspetos relacionados com o *template* da sua página, formatos e outras opções disponíveis de *web design*;
- gestão da informação institucional disponibilizada na sua página individual;
- criação e edição de notícias e eventos a serem disponibilizados online;
- inserção e atualização de dados financeiros, sociais e económicos (exigidos por lei e voluntários).

No *front-end* da página de cada instituição, de acesso ao público geral, é possível visualizar a informação inserida no *back-end* no formato definidos no *template* escolhido pela instituição.

Com base na Figura 8, na sua descrição, e no exposto relativamente à Figura 9, é possível identificar quatro perfis diferentes de utilização, conforme explicado na Tabela 13.

**Tabela 13** – Tipos de utilizador e respetivas descrições de utilização

Perfil de Utilização	Descrição
<i>Público Geral</i>	É um utilizador não registado na plataforma. Pode aceder ao <i>front-end</i> do portal do projeto e a todas as suas funcionalidades bem como às páginas individuais das instituições e a toda a informação lá disponibilizada. O acesso às páginas individuais pode ser feito pelo URL direto da mesma, criado aquando do registo da instituição na plataforma ( <i>back-end</i> do portal), ou através dos mecanismos de pesquisa de instituições no <i>front-end</i> do portal.
<i>Utilizador da Instituição</i>	É um utilizador registado e validado na plataforma. É responsável por gerir a presença online da sua instituição no <i>back-end</i> da sua página individual, bem como por inserir e gerir toda a informação disponibilizada na respetiva página. É ainda responsável por responder aos Inquéritos, a fim de introduzir dados para o cálculo de Indicadores.
<i>Utilizador da Framework</i>	É um utilizador com permissão para aceder ao <i>front-end</i> da <i>framework</i> de indicadores, estando autorizado a consultar a lista de indicadores por dimensão de análise, a consultar os dados referentes a cada um dos indicadores, e descarregar os dados de cada indicador para estudos posteriores.
<i>Administrador</i>	É o utilizador responsável por: gerir a plataforma, nomeadamente, validar os registos das instituições, consultar os inquéritos ainda por responder e despoletar alertas às instituições com respostas em atraso, e retirar as páginas individuais de acesso ao público, se o conteúdo não cumprir com as políticas de utilização da plataforma.

## 5.2 Descrição das funcionalidades desenvolvidas

Nesta secção são apresentadas as principais funcionalidades desenvolvidas na plataforma SomosIPSS.

### 5.2.1 Portal e páginas individuais das entidades

O *Portal* é a página principal da plataforma e as *Páginas Individuais das Entidades* representam o conjunto de *websites* das entidades aderentes. Estes *websites* são personalizáveis, de forma que as entidades aderentes podem utilizá-lo como *website* institucional, com URL próprio, divulgando informações institucionais, notícias, os relatórios de prestação de contas legalmente exigidos, bem como outras informações voluntárias.

Além de apresentar o projeto e suas funcionalidades, o *Portal*:

- destaca notícias e/ ou eventos das entidades participantes;
- permite a busca de entidades por meio de um conjunto de filtros;
- permite consultar, de forma agregada, a informação institucional das entidades aderentes;
- permite o acesso ao *front-end* de visualização dos indicadores da *framework*.

As *Páginas Individuais das Entidades* apresentam sempre o seguinte: menu de navegação; o logotipo (se houver); o nome pelo qual é conhecido seguido do nome oficial ou, em alternativa, apenas o nome oficial; a localização da sede; e contactos favoritos (se houver).

A navegação entre as várias páginas de um *website* é feita através do menu superior ou, na versão para dispositivos móveis, através do respetivo menu. Por meio deste menu, o utilizador consegue aceder às seguintes secções: *Sobre*, *Notícias*, *Respostas* e *Documentos*.

A secção *Sobre* contém as seguintes informações:

- uma breve descrição da entidade e um botão *Saiba mais* sobre a entidade;
- uma imagem ilustrativa;
- uma subsecção com as notícias recentes;
- uma subsecção com as respostas sociais e serviços por equipamento.

Ao clicar no botão *Saiba mais*, o utilizador pode aceder: à data de fundação; ao número de identificação fiscal; a um texto descritivo da entidade acompanhado de uma imagem (se houver); a um painel com a Missão, a Visão (se houver) e aos Valores (se houver); aos órgãos sociais e à indicação da natureza jurídica.

Na secção *Notícias*, as notícias ativas são apresentadas em painéis individuais compostos por data de publicação, tipo de notícia, excerto do texto da notícia e botão de ação. Esses painéis são

classificados, com notícias fixas (definidas pela entidade), que aparecem primeiro, e as restantes por data de publicação. Ao clicar em cada uma das notícias, a mesma é exibida na íntegra.

A seção *Respostas* exibe em painéis as respostas e atividades sociais da entidade, por público-alvo. Ou seja, cada painel corresponde a um único público-alvo, contendo as respostas sociais e as atividades associadas e, por sua vez, em que local são desenvolvidas. Clicando no nome do equipamento, uma nova janela é aberta exibindo algumas informações sobre o equipamento, incluindo o endereço e contactos associados.

Na seção *Apresentação de contas*, são apresentados os documentos relativos à prestação de contas e outros documentos genéricos que a entidade considere relevante disponibilizar. Será visualizado um painel por ano e, dentro de cada painel, os documentos correspondentes, que podem ser consultados pelo público. Existe ainda outro painel exclusivo para documentos gerais.

### 5.2.2 Gestão da página das entidades e inquéritos

O componente *Gestão da Página das Entidades e Inquéritos* é um componente disponível a cada uma das entidades aderentes, para que possam fazer a gestão do seu *website* e editarem a informação nele contida. Além disso, há uma área de recolha dos dados necessários ao cálculo dos indicadores da *framework*, por meio de questionários. Ainda neste componente, é disponibilizado um *dashboard* com indicadores para que cada entidade possa monitorizar o seu desempenho e fazer a sua análise comparativa, de forma anónima, com o desempenho de outras entidades semelhantes.

A navegação no componente da *Gestão da Página das Entidades* é feita principalmente através de um menu lateral. Este menu possui as seguintes opções:

- Visão Geral / *Dashboard*;
- Questionários;
- Indicadores de Desempenho;
- Notícias;
- Equipamentos e Respostas;
- Apresentação de contas;
- Personalização;
- Informações da IPSS;
- Visite/ Crie o Página Pública da Instituição.

O *Dashboard* apresenta um resumo com acesso rápido às principais funções da plataforma (Figura 10). Caso a entidade possua questionários não respondidos, essa informação é apresentada. Caso a entidade possua página pública na plataforma, ela terá acesso ao resumo das notícias, respostas sociais e equipamentos, além da demonstração dos resultados. Depois de responder a pelo menos um

questionário, o *Dashboard* apresentará um conjunto de painéis de indicadores com cruzamento de dados entre vários indicadores.

Caso a entidade possua *website* na plataforma, o utilizador tem acesso à área de gestão de notícias. Nesta área o utilizador pode criar, editar e remover notícias. Para adicionar novas notícias, é necessário indicar o tipo de notícia (Notícias, Evento, Inscrição ou Mecenato), o título e o corpo da notícia, e agendar o período em que a notícia estará disponível. Para completar a criação da notícia o utilizador tem a possibilidade de definir uma data de publicação (para agendar para uma data futura) e uma data de término (para agendar quando a notícia deve deixar de estar disponível). Este recurso pode ser útil se a notícia for relevante apenas por um período de tempo. Após selecionar as opções necessárias, a notícia é criada e fica disponível ou agendada para publicação.

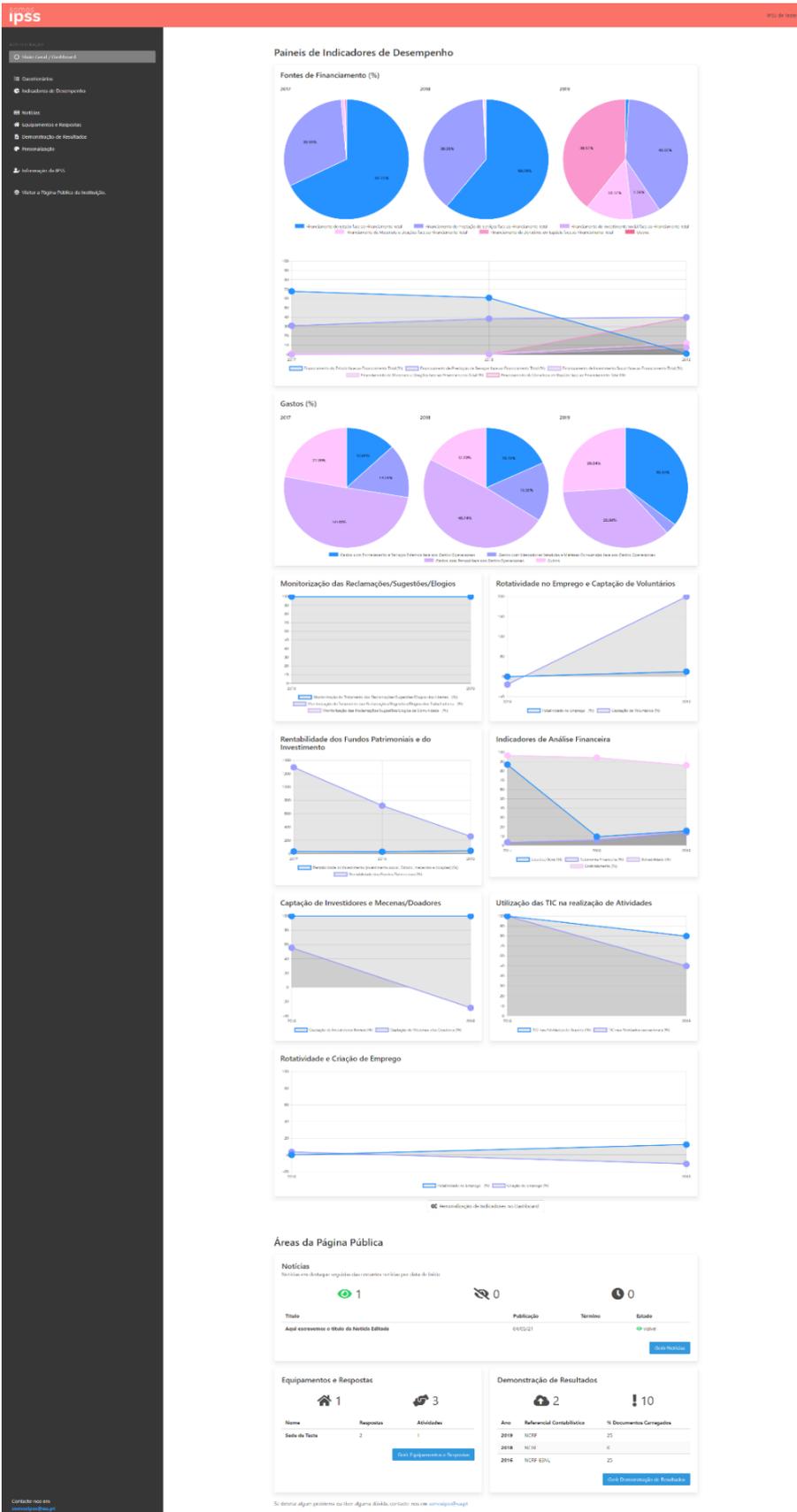


Figura 10 - Painéis de indicadores de desempenho

No topo da lista de notícias, fica disponível um botão para adicionar novas notícias, bem como um conjunto de filtros a serem aplicados, permitindo ao utilizado visualizar todas as notícias, ou apenas as que estão atualmente visíveis, as que estão agendadas ou as que já não são visíveis para o público. Também aqui existem informações iconográficas sobre o estado de cada notícia (agendada, visível, oculta), o título, o tipo de notícia, a data de publicação e a data de fim. Também está associado a cada notícia um conjunto de botões de ação que permitem visualizar a notícia, fixá-la no topo, editar e eliminar a notícia.

Na área *Equipamentos e Respostas*, os utilizadores podem gerir os seus equipamentos, respostas sociais e atividades associadas e respetivos contactos. O utilizador pode: criar, editar e excluir equipamentos (exceto a sede), remover e adicionar respostas sociais ou atividades; remover e adicionar contactos.

Na área da *Apresentação de contas*, as entidades têm a possibilidade de divulgar os seus documentos contabilísticos. Para isso, o utilizador tem à disposição um painel para cada ano (pelo menos os 5 anos anteriores ao seu registo na SomosIPSS). No painel correspondente ao ano das contas que o utilizador pretende partilhar, o utilizador deve selecionar o referencial contabilístico utilizado naquele ano. Esta seleção permitirá apresentar os campos relacionados com os documentos necessários ao respetivo referencial. Uma vez selecionado, a plataforma apresenta a indicação dos documentos a serem carregados. Também no painel, há um subpainel que lista os documentos que ainda estão em falta.

Para fazer o upload de cada um dos arquivos, o utilizador deve clicar no botão correspondente e selecionar o ficheiro (que pode ser um dos seguintes tipos: pdf, doc, docx, xls e xlsx). Alternativamente, e caso a entidade não possua os ficheiros em separado, mas um único documento que inclua as diversas peças contabilísticas que pretende divulgar, pode utilizar o botão *Carregar Arquivo com Múltiplos Anexos*, que carrega um único documento e de seguida indicar quais os anexos que esse documento contém.

Na área *Personalização*, os utilizadores têm acesso a um conjunto de opções que lhes permitem alterar alguns componentes visuais do seu *website*. O utilizador pode escolher a cor predominante do *website*, a partir de um conjunto de cores predefinidas (coral; azul; verde; cinza; amarelo; vermelho e roxo). Além da cor, o utilizador também pode selecionar uma imagem ilustrativa de um conjunto de alternativas existentes, para acompanhar o texto de apresentação da entidade na página inicial.

As áreas *Questionários e Indicadores de Desempenho* estão disponíveis a todas as entidades, independentemente da opção de criar, ou não, um *website* nesta plataforma. Os principais objetivos destas áreas de administração são permitir a análise interna do desempenho das entidades e o cálculo dos indicadores da *framework*.

Todos os anos, a plataforma disponibiliza às entidades registadas um questionário com perguntas relativas ao ano anterior. Este questionário, também desenvolvido no âmbito do projeto, está dividido em quatro seções:

- questões relacionadas com as atividades realizadas; missão, visão e valores; sistemas de gestão da qualidade; objetivos estratégicos, etc.;
- questões relacionadas com os órgãos sociais, trabalhadores, comunidade, *stakeholders*, investidores e mecenas, parcerias e proteção ambiental, etc.;
- questões relacionadas com os resultados financeiros;
- questões relacionadas com as TIC; identidade cultural e experiências intergeracionais.

Após o preenchimento do questionário, as respostas são consideradas válidas para cálculo e apresentação dos indicadores. A partir destas respostas, são calculados automaticamente os indicadores relativos ao ano a que o questionário se refere. Quando o utilizador voltar ao painel de administração, ele terá os painéis de indicadores no *Dashboard* (Figura 10) com informação atualizada sobre os indicadores referentes a esse ano.

A área *Indicadores de Desempenho* está também disponível a todas as entidades registadas na plataforma e servirá como ponto de análise e de consulta dos indicadores que integram a *framework* de indicadores que suporta este projeto. Embora esta área esteja acessível a qualquer momento, só apresenta os dados após o preenchimento de pelo menos um questionário. Só assim é possível apresentar este tipo de informação às entidades.

Os indicadores apresentados estão divididos pela sua dimensão e pela subdimensão, conforme a estrutura da *framework* já apresentada. Em cada subdimensão, são apresentados os respetivos indicadores, e, ao clicar no indicador, o utilizador pode consultar informações sobre o mesmo, nomeadamente: dimensão, subdimensão, nome, objetivo do indicador e o valor do indicador. A forma como o resultado é apresentado depende do tipo de indicador e do tipo de dados a apresentar, ou seja, pode ser apresentado em forma de gráfico de barras ou em forma de tabela.

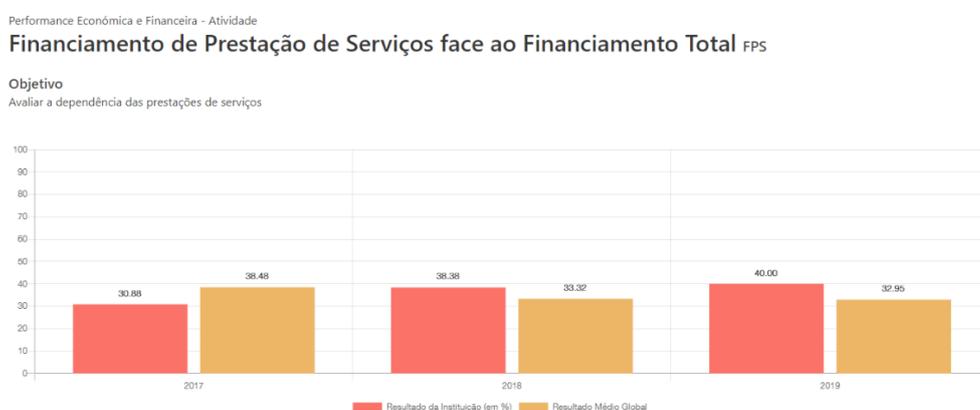
Tomando como exemplo o indicador *Financiamento da Prestação de Serviços face ao Financiamento Total* (Figura 11), é possível identificar a sua dimensão - *Performance Económica e Financeira* - e subdimensão - *Atividade* -, bem como o seu objetivo - *Avaliar a dependência das prestações de serviços*.

Considerando o tipo de indicador e respetivos dados, este indicador é representado num gráfico de colunas, em que o eixo vertical representa um valor percentual (0-100%), e o eixo horizontal os anos. Este gráfico (Figura 11) apresenta duas séries de dados, representados por cores diferentes, apoiados pela legenda inferior que indica que os dados apresentados nas barras de cor coral referem-se ao

resultado da entidade em valor percentual e as barras de cor laranja referem-se à média global dos resultados de todas as entidades respondentes.

Neste caso específico, são apresentados os dados de 3 anos (2017, 2018 e 2019), que correspondem aos questionários respondidos pela entidade. Os dados relativos aos resultados médios globais só são calculados e apresentados após a data limite para o preenchimento dos questionários, definida anualmente. Assim, até essa data, as entidades que já responderam ao questionário apenas terão acesso aos seus indicadores individuais e não terão acesso aos resultados médios globais dos indicadores.

Além disso, a plataforma foi projetada para tornar os dados médios globais anónimos e não ser possível identificar os resultados de qualquer outra entidade. Por esse motivo, quando não são atendidas as condições para garantir o anonimato dos respondentes, os resultados globais não são apresentados.



**Figura 11** - Exemplo de visualização de um indicador com representação gráfica

Agora, usando o indicador *Atividades Instrumentais* como exemplo (Figura 12), é possível verificar que este indicador apresenta os resultados de forma diferente do anterior - em forma de tabela, pois este indicador é baseado na resposta a uma pergunta Sim/Não. Esta tabela mostra: o ano a que os dados se referem; a resposta da entidade (sim, não ou sem dados); e a percentagem de entidades que responderam Sim.

## Atividades Instrumentais AI

### Objetivo

Identificar o exercício de outra atividade para além da atividade principal e contribuir para a caracterização do perfil organizacional

	<b>Resposta da Instituição</b>	<b>% Global de Respostas Positivas</b>
2018	✘ Não	71.43%
2019	✘ Não	80.00%

**Figura 12** - Exemplo de visualização de um indicador com representação em tabela

# 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

---

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados relativos aos indicadores da *framework* para as entidades que constituem a amostra piloto, a análise da dimensão *performance* para a amostra de IPSS do distrito de Aveiro e os relativos ao índice de transparência das amostras relativas ao concelho do Porto e da CIRA.

## 6.1 Análise dos resultados da amostra piloto

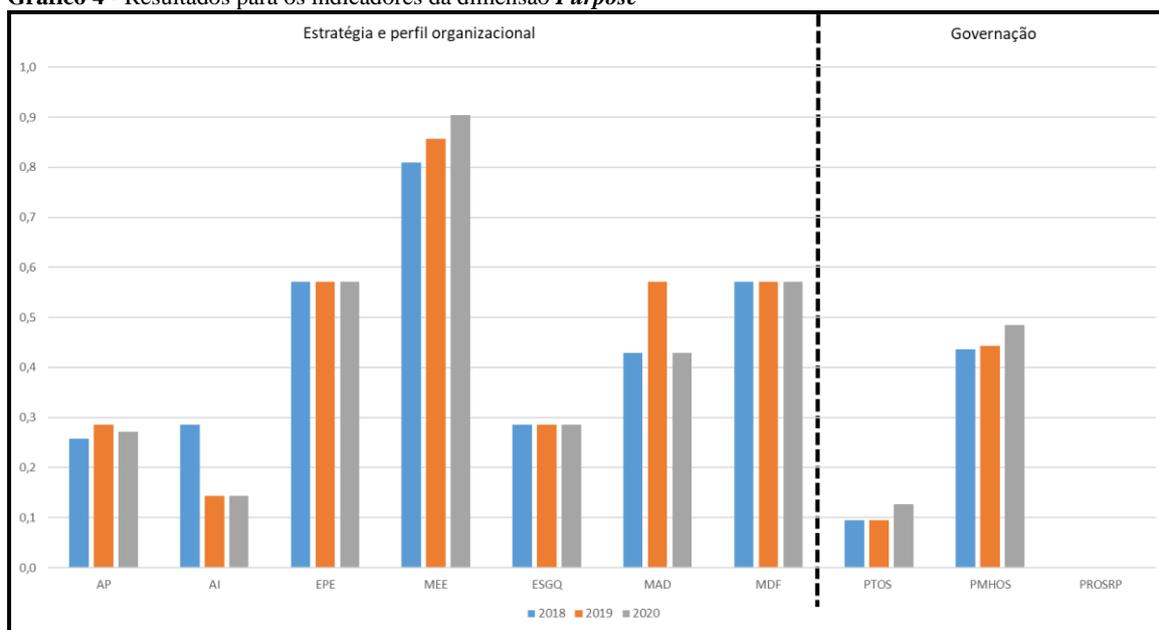
Os resultados são apresentados tendo em consideração as diferentes dimensões e subdimensões da *framework*.

### 6.1.1 Dimensão *purpose*

#### 6.1.1.1 Subdimensão *estratégia e perfil organizacional e governação*

No Gráfico 4 são apresentados os resultados para os indicadores da dimensão *purpose* atendendo às suas subdimensões: *estratégia e perfil organizacional e governação* (a subdimensão *transparência*, que como explicado atrás não é recolhido através do questionário).

**Gráfico 4** - Resultados para os indicadores da dimensão *Purpose*



Da análise ao Gráfico 4, e no que respeita à subdimensão estratégia e perfil organizacional, verifica-se que o indicador AP (atividades principais) se mantém sensivelmente constante durante os 3 anos em análise. Através deste indicador, percebe-se que as entidades que compõem a amostra piloto realizam, a título principal, aproximadamente 27% das atividades principais que, face à legislação em vigor, podem realizar. Estes resultados são indicativos de que as IPSS da amostra piloto procuram especializar-se e evitar a diversificação. O indicador AI (atividades instrumentais) tem um valor baixo, decresce de 2018 para 2019 e mantém em 2020 o mesmo valor, indicando que, nesse ano, apenas cerca de 15% das IPSS realizam outra atividade para além da principal. A análise conjunta destes indicadores parece ir ao encontro do que acabámos de referir e que se relaciona com a procura de especialização nas atividades desenvolvidas. No entanto, o facto de uma pequeníssima percentagem de IPSS realizar outra atividade para além da principal também pode indiciar falta de iniciativa para a prossecução de atividades que lhes permitam uma maior sustentabilidade financeira e envolvimento na comunidade onde atuam.

O indicador EPE (existência de plano estratégico) mantém-se constante no período em análise e informa que, aproximadamente, 57% das IPSS da amostra piloto têm definido um plano estratégico. Uma percentagem idêntica é obtida para os indicadores MDF (manual de descrição de funções) e MAD (modelos de avaliação de desempenho) embora este último apenas para o ano de 2019, enquanto que o indicador SGQ (sistema de gestão da qualidade) apresenta-se mais baixo (cerca de 28%), significando que apenas 28% das IPSS têm um sistema de gestão da qualidade. O indicador MEE (maturidade estratégica da entidade) é o que apresenta valores mais elevados e tem evoluído

positivamente ao longo do tempo, situando-se, em 2020 em 0,9. Este indicador permite concluir que, naquele ano, 90% das IPSS têm definida a sua missão, a sua visão e os seus objetivos estratégicos.

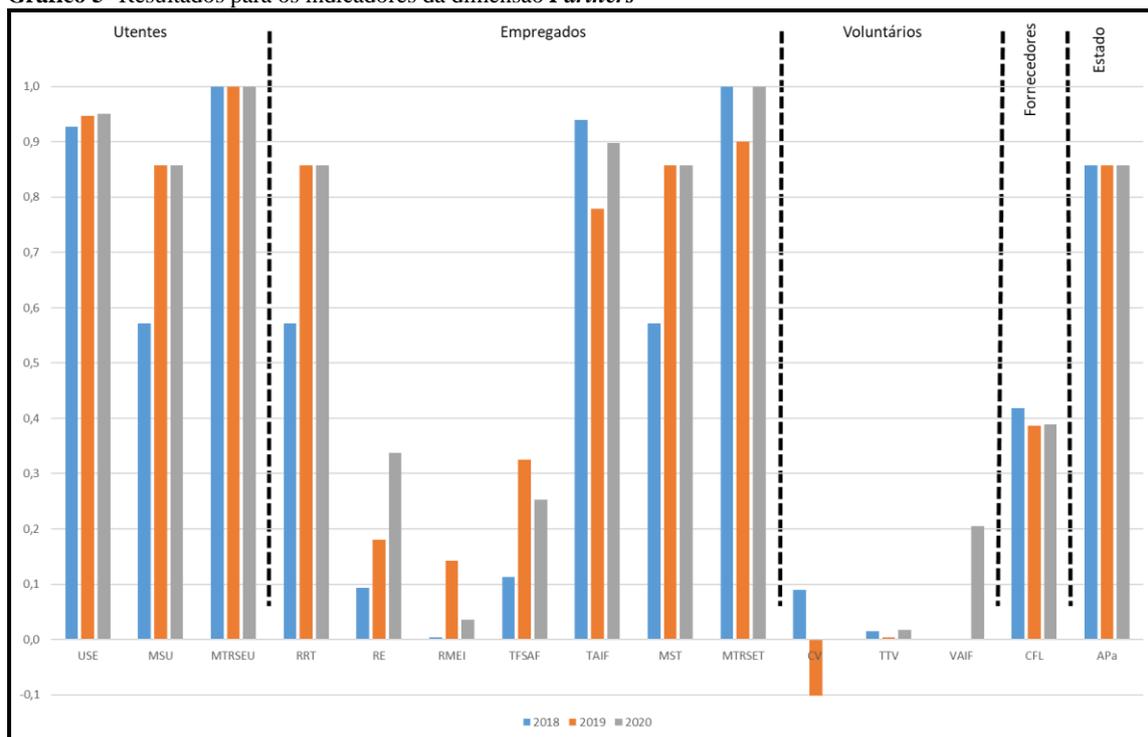
Na subdimensão governação, o indicador PTOS (participação dos trabalhadores, não membros, nos órgãos sociais) apresenta uma ligeira subida em relação a 2019, mas, ainda assim indica que, em média, os órgãos sociais apenas integram cerca de 10% de trabalhadores não membros. Já no que respeita ao indicador PMHOS (paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais) mostrou uma ligeiríssima subida no período em análise e, em 2020, o seu valor é muito próximo de 50% o que reflete que nas IPSS da amostra piloto existe paridade entre homens e mulheres. O indicador PROSRP (peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal) é zero em todos os períodos em análise, significando que nas IPSS da amostra piloto os elementos dos órgãos de gestão não são remunerados.

Dos resultados acabados de expor ressalta que é ainda necessário que as IPSS melhorem a estratégia e o perfil organizacional, designadamente através da introdução de mecanismos de gestão como sejam o plano estratégico, o sistema de gestão da qualidade, o manual de descrição de funções e os modelos de avaliação de desempenho, que permitirão uma maior profissionalização da gestão e ganhos de produtividade, incrementando as condições para a sustentabilidade. Os resultados também evidenciam que as IPSS ainda têm de atuar fortemente na melhoria da governação quer através da participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão, quer através da profissionalização desses mesmos órgãos de gestão. A evolução dos indicadores desta dimensão não parece ter sido afetada pela pandemia.

### 6.1.2 Dimensão *partners*

O Gráfico 5 apresenta os resultados para os indicadores da dimensão *partners*, atendendo às suas subdimensões: utentes, trabalhadores, voluntários, fornecedores e Estado.

**Gráfico 5-** Resultados para os indicadores da dimensão *Partners*



Como se pode observar pelo Gráfico 5, na subdimensão utentes, o indicador USE (utentes servidos pela entidade) evidencia um ligeiro crescimento entre 2018 e 2020. No ano 2020, o valor do indicador é indicativo que as IPSS da amostra piloto servem cerca de 95% da população, demonstrando que estas IPSS servem um número de utentes muito próximo da procura. O indicador MSU (monitorização da satisfação dos utentes) evidencia também um crescimento entre 2018 e 2019 mantendo-se igual em 2020. Nestes dois últimos anos cerca de 85% das IPSS da amostra piloto avalia a satisfação dos utentes. O indicador MTRSEU (monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes) tem o valor de 100% nos três anos o que nos informa que as IPSS que avaliam a satisfação dos utentes, trataram 100% das reclamações/sugestões/elogios dos utentes que receberam.

No que concerne à subdimensão trabalhadores o indicador RRT (realização de reuniões com os trabalhadores) e o indicador MST (monitorização da satisfação dos trabalhadores) apresentam os mesmos valores e a mesma tendência de crescimento entre 2018 e 2019, mantendo ambos o valor de 2019 em 2020. Nestes anos os indicadores referidos mostram que aproximadamente 85% das IPSS realizam reuniões com os trabalhadores e têm um sistema de monitorização da sua satisfação. O indicador MTRSET (monitorização do tratamento das reclamações/ sugestões/ elogios dos trabalhadores), indica que em 2018 e em 2020, as IPSS da amostra piloto trataram a totalidade das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores. Em 2019 o valor é um pouco menor, situando-se em cerca de 90%. O indicador TAIF (trabalhadores que beneficiam de ações de informação e formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores), oscila no

período em análise e situa-se em aproximadamente 90% em 2020, significando que essa é a percentagem de trabalhadores que beneficiou de ações de informação e formação no ano em apreço.

Ainda na subdimensão trabalhadores, o indicador RE (rotatividade no emprego) apresenta uma tendência de crescimento embora esta seja mais acentuada de 2019 para 2020, indicando que neste ano a rotatividade no emprego é de, sensivelmente, 33%. Este aumento mais acentuado da rotatividade no emprego em 2020 pode estar relacionado com a situação de pandemia devida ao COVID-19, no entanto, dada a baixa rotatividade o emprego proporcionado pelas IPSS da amostra piloto pode ser considerado duradouro. No que concerne ao indicador RMEI (recurso às medidas de emprego inclusivo), e analisando os seus valores, constata-se que as IPSS recorreram muito debilmente às medidas de emprego inclusivo. Em 2020, apenas cerca de 3% dos trabalhadores eram recrutados por esta via. Finalmente, o indicador TFSAF (trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores) evidencia um crescimento entre 2018 e 2019 e um decréscimo entre 2019 e 2020, mas neste ano, cerca de 25% dos trabalhadores com formação superior atuavam na sua área de formação.

Na subdimensão, voluntários todos os indicadores apresentam valores muitíssimo baixos, e sem expressão sendo o indicador CV (captação de voluntários) em 2019, negativo. Estes resultados indicam que o papel dos voluntários nas entidades pertencentes à amostra piloto ainda é pouco significativo. Estes resultados podem justificar-se pelo facto de haver obrigatoriedade de profissionais mínimos cumprimento dos acordos de cooperação celebrados aliada à necessidade de integração e formação dos voluntários que exige tempo e recursos e à necessidade de que os voluntários atuem na IPSS através de um compromisso devidamente estabelecido, permitindo às IPSS programar as suas atividades e terem certeza de que contam com aquele nível de voluntários. No trabalho de campo, algumas instituições afirmavam que “é mais complicado treinar os voluntários do que os benefícios que trazem até porque tendem a estar apenas de passagem”.

Na subdimensão fornecedores o indicador CFL (compras a fornecedores de âmbito local) diminuiu ligeiramente entre 2018 e 2019, tendo-se mantido em 2020. Neste ano cerca de 39% das compras são feitas a fornecedores locais.

Na subdimensão Estado o indicador APa (acordos de parceria) mantem-se praticamente constante e próximo de 85%, indicando que essa é a percentagem de IPSS da amostra piloto que possuem acordos de parceria com instituições do setor público.

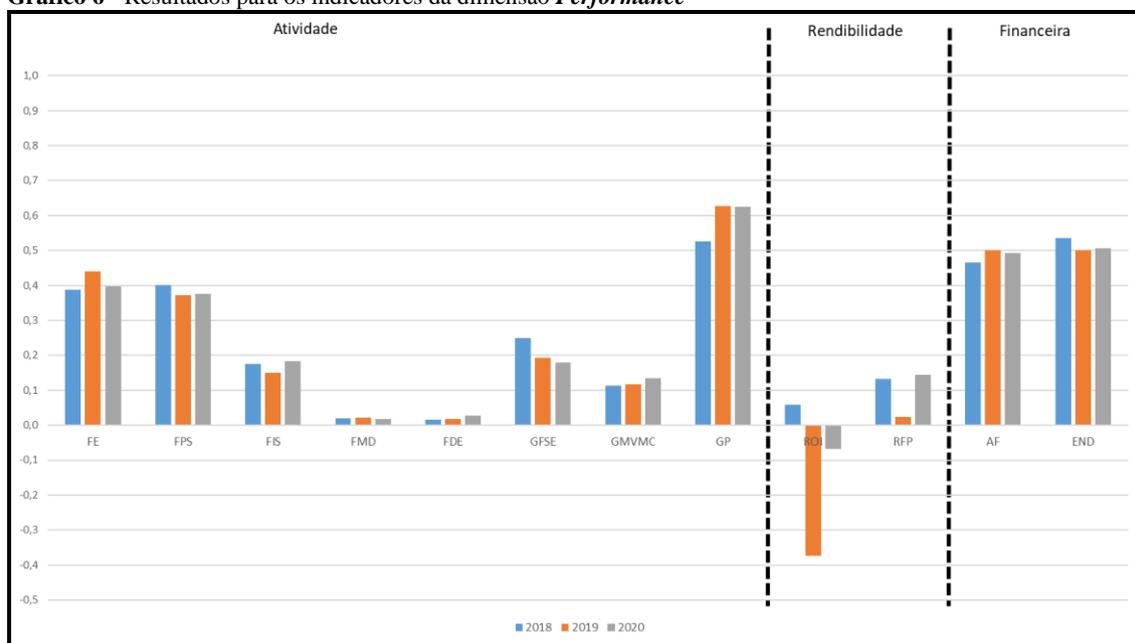
Da análise das subdimensões utentes, trabalhadores, voluntários, fornecedores e Estado, resulta que o nível de desempenho dos indicadores por subdimensão é irregular sendo a subdimensão voluntários a que apresenta resultados mais baixos. Este facto não se afigura muito estranho dada a dificuldade que as entidades enfrentam em ter voluntários com disponibilidade para realizar de forma assídua as

atividades. No que respeita à subdimensão dos trabalhadores, é de realçar a necessidade de ajustar as funções desempenhadas à formação dos trabalhadores tirando o melhor partido das suas competências, assim como dedicar mais atenção à monitorização e tratamento das opiniões dos trabalhadores.

### 6.1.3 Dimensão *performance*

No Gráfico 6 são apresentados os resultados para os indicadores da dimensão *performance* atendendo às suas subdimensões: atividade, rendibilidade e financeira e, na Tabela 14, os resultados para os indicadores VAB (valor acrescentado bruto) da subdimensão rendibilidade, LG (liquidez geral), SOL (solvabilidade) e FM (fundo de manei) da subdimensão financeira.

**Gráfico 6 - Resultados para os indicadores da dimensão *Performance***



A análise do Gráfico 6, para a subdimensão atividade e no que se refere aos indicadores de financiamento FE (financiamento do estado face ao financiamento total), FPS (financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total), FIS (financiamento de investimento social face ao financiamento total), FMD (financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total) e FDE (financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total), verifica-se que as oscilações em termos temporais são muito pequenas e que o financiamento do Estado (representa entre os 38 e os 44%) a par com o financiamento proveniente da prestação de serviços (valor pago pelo utente, representa entre 38 e 40%) são os que têm maior expressão, representando, conjuntamente, aproximadamente 80% do financiamento das IPSS da amostra piloto. O financiamento de investidores sociais também já tem alguma expressão (aproximadamente 18% em 2020, ano com maior valor) mas o que provém de doadores (incluindo as doações em espécie) é

muito reduzido, sendo aproximadamente 4%. Embora os nossos resultados se refiram a um conjunto muito diminuto de IPSS, quando comparamos com os obtidos num estudo publicado pela CNIS (2018) estes rácios situavam-se, respetivamente, em, aproximadamente, 39% (financiamento do Estado), 32% (prestações de serviços), 7% (investimento social) e 4% (doações, incluindo em espécie) o que revela que, à exceção do financiamento por via do mecenato, ocorreu algum crescimento do financiamento pelas diferentes vias. Ainda um estudo CNIS (s.d.) conclui igualmente que as principais fontes de financiamento são o do Estado e o valor pago pelos utentes. O estudo INE (2020) realizado para todo o setor da economia social em Portugal, apura indicadores mais baixos, mas ainda assim confirma que as principais fontes de financiamento são as providas do Estado e do valor pago pelos utentes.

Ainda em termos da subdimensão atividade, mas agora numa análise da estrutura de custos, verifica-se que os gastos com pessoal são claramente os que têm um maior peso nos gastos operacionais (indicador GP), representando cerca de 62% dos gastos operacionais nos anos de 2019 e 2020, seguindo-se os gastos com fornecimentos e serviços externos que representavam aproximadamente 18% dos gastos operacionais (indicador GFSE) nos mesmos anos e por fim os gastos com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas que representam, no mesmo período, cerca de 12% dos gastos operacionais (indicador GMVMC). No estudo da CNIS (2018) os gastos com o pessoal representavam 58% do total dos gastos, os gastos com fornecimentos e serviços externos que representam aproximadamente 20% dos gastos totais e os gastos com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas que representavam cerca de 10% dos gastos totais. A comparação com o nosso estudo não deve ser feita diretamente dado que o nosso estudo analisa a estrutura dos gastos relativamente aos gastos operacionais e o estudo da CNIS (2018) utiliza os gastos totais. No entanto, percebe-se que a repartição obedece, sensivelmente à mesma proporção.

A análise efetuada indica que as IPSS deverão investir mais na captação de financiadores, designadamente ao nível do investimento social e doadores, sendo que a via da transparência e da *accountability* deverá ser uma opção. Também demonstra que a estrutura de gastos, admitindo o caráter de prestadoras de serviços das IPSS, está adequado uma vez que são fortemente dependentes de mão de obra.

Relativamente à subdimensão rendibilidade verifica-se que o ROI (rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) é fortemente negativa em 2019, melhorando ligeiramente em 2020, mas mantendo-se negativa, enquanto que a rendibilidade dos fundos próprios (indicador RFP), embora muito baixa, é positiva. O ano de pior desempenho é o de 2019. No estudo da CNIS (2018) a rendibilidade dos fundos próprios é de, aproximadamente 1%, valor mais baixo que o que obtivemos. Já no que concerne ao VAB (valor acrescentado bruto), como se pode ver na Tabela 14, o seu valor cresce no período em análise. Em termos globais, pese embora o ROI ser

muito baixo e até negativo em 2019 e 2020, verifica-se, através do VAL uma contribuição interessante das IPSS para a comunidade em que se inserem e para a economia em geral.

Na subdimensão financeira, verifica-se que o indicador AF (autonomia financeira) sobe ligeiramente durante o período em análise e situa-se, em 2020, em aproximadamente 49%. O indicador END (endividamento) tem o comportamento inverso e situa-se, em 2020 em, aproximadamente, 50%. Para completar a análise e observando a Tabela 14, verifica-se que tanto o indicador LG (liquidez geral) como o indicador SOL (solvabilidade) têm valores muito elevados e não sofrem uma variação significativa ao longo do período em análise. O indicador FM (fundo de maneo) tem valores que, face à liquidez geral, podem ser considerados excessivos. Considerando estes resultados, entende-se que a gestão financeira das entidades carece de alguma atenção, indiciando que as IPSS da amostra piloto podiam, com uma gestão financeira mais adequada tirar partido do financiamento de curto prazo, melhorando a sua função financeira.

**Tabela 14** - Resultados para os indicadores VAB, LG, SOL e FM

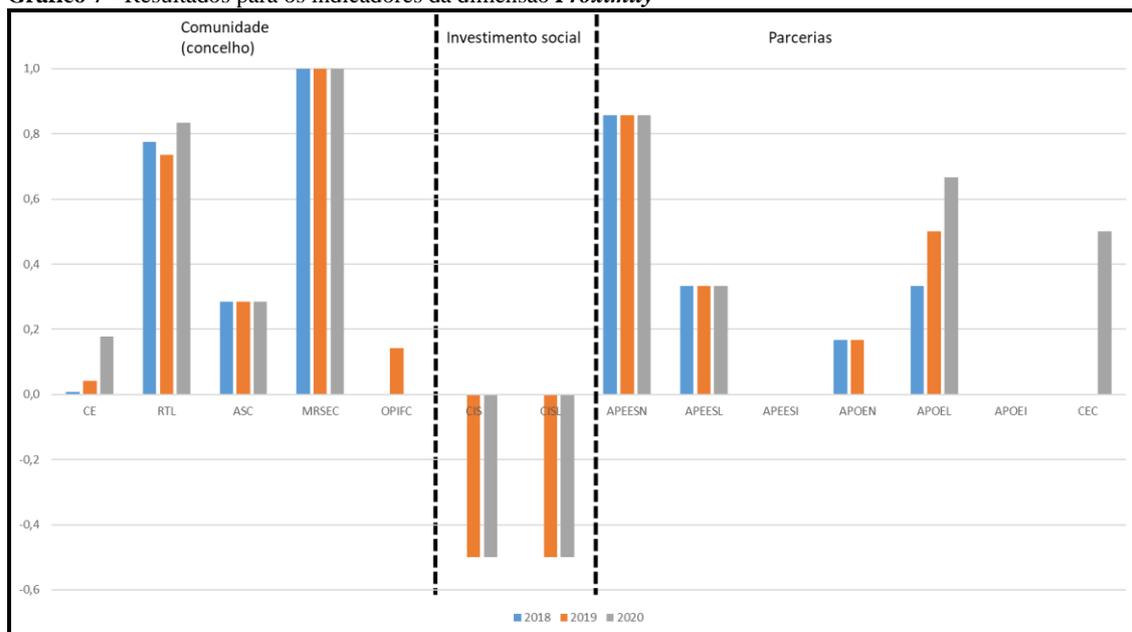
Indicador	Ano		
	2018	2019	2020
VAB	291.454	312.892	344.619
LG	2,92	2,55	2,98
SOL	1,72	2,16	1,80
FM	71.393	68.659	99.078

Quando comparamos com o estudo da CNIS (2018) verificamos que a autonomia financeira (aproximadamente 72%), a solvabilidade (aproximadamente 2,78) e a liquidez geral (aproximadamente 5,38) são maiores que os obtidos nesta amostra piloto.

#### 6.1.4 Dimensão *proximity*

No Gráfico 7 são apresentados os resultados para os indicadores da dimensão *proximity* atendendo às suas subdimensões: comunidade (concelho), investimento social e parcerias, na Tabela 15, apresentam-se os resultados para os indicadores da subdimensão investimento social, doadores e mecenato.

**Gráfico 7 - Resultados para os indicadores da dimensão *Proximity***



Como se pode observar pelo Gráfico 7, na subdimensão comunidade, o indicador CE (criação de emprego) manteve-se baixo apresentando um aumento em 2020, mas ainda assim a percentagem de criação de emprego em 2020 situa-se abaixo dos 20%. Estes valores podem significar que as IPSS da amostra se encontram numa fase de estabilidade face à estrutura de pessoal recomendada pelos órgãos do Estado ou que não têm capacidade para aumentar os seus quadros por restrições financeiras. O aumento em 2020 pode resultar das respostas necessárias à pandemia COVID-19. O indicador RTL (representatividade de trabalhadores locais) apresenta uma pequena variação no período em análise e, em 2020 é de cerca de 83%. Este indicador é relevante, evidenciando que as IPSS da amostra piloto captam essencialmente trabalhadores locais. A preocupação da entidade com a satisfação da comunidade ainda se situa a níveis baixos, uma vez que menos de 30% das IPSS da amostra indicam que avaliam a satisfação da comunidade, como se pode ver pelo indicador ASC (avaliação da satisfação da comunidade). Não obstante, o indicador MRSEC (monitorização do tratamento das reclamações/ sugestões/elogios da comunidade) indica que as IPSS que avaliam a satisfação e monitorizam as reclamações/sugestões/elogios da comunidade trataram, em todo o período em análise, todas as reclamações/sugestões/elogios da comunidade que receberam. A interação das IPSS com a comunidade através de oferta de programas de informação e formação à comunidade, indicador OPIFC é, também pouco significativa, uma vez que somente apresenta valor no ano 2019 e apenas cerca de 15% das IPSS da amostra indicaram ter proporcionado essa oferta à comunidade.

No que respeita à subdimensão investimento social, os indicadores CIS (captação de investidores sociais) e CISL (captação investidores sociais locais) são negativos nos anos de 2019 e 2020, indicando que o número de investidores sociais decresceu face a 2018. No entanto, nesta mesma

dimensão, e como pode ser observado na Tabela 15, os indicadores CMD (captação de mecenas e/ou doadores) e CISL (captação investidores sociais locais) sobe muito em 2019, descendo em 2020 para os níveis de 2018. Sendo estes indicadores variações, a subida em 2019 pode ficar a dever-se à COVID-19 que mobilizou a solidariedade e, possivelmente, o aumento de doadores também às IPSS.

**Tabela 15** - Resultados para os indicadores da subdimensão investimento social, doadores e mecenato

Indicador	Ano		
	2018	2019	2020
CMD	0,2	50,5	0,5
CMDL	0,1	50,5	0,3

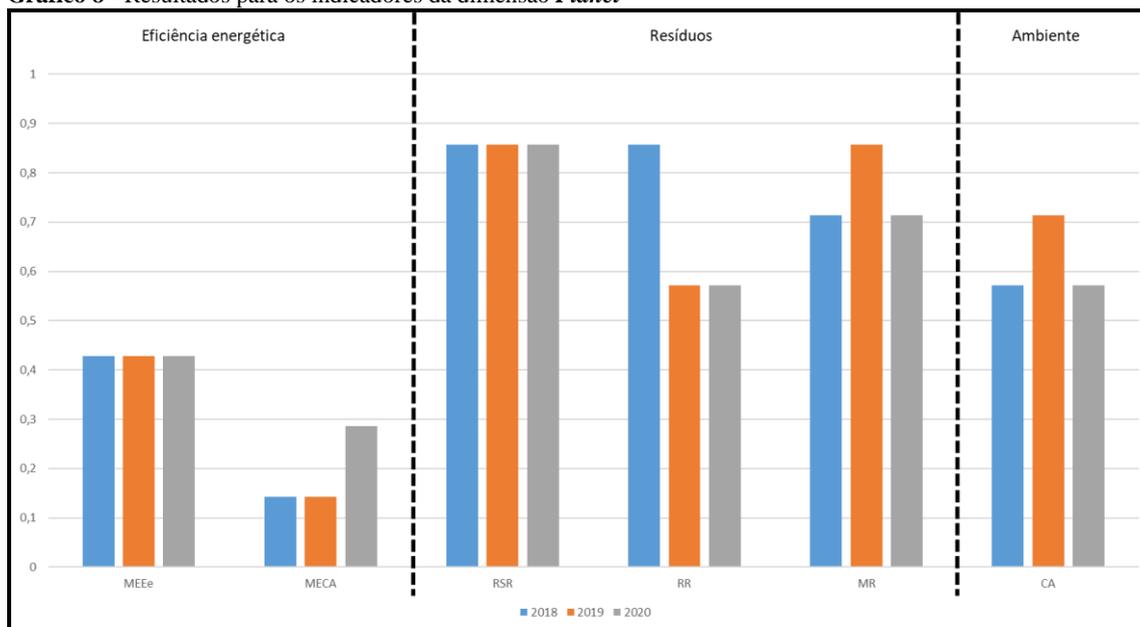
No que concerne à subdimensão parcerias os indicadores APEESN (acordos de parceria com entidades da economia social nacionais congéneres) e APEESL (acordos de parceria com entidades da economia social locais) mantêm-se constantes durante o período em análise e situam-se, respetivamente em 86% e 33%. Não existem acordos de parceria com entidades da economia social internacionais, indicador APEESI, e as parcerias com outras entidades da economia social, indicador APOEN é baixo em 2018 e 2019 e, em 2020, é zero. O indicador APOEL (acordos de parceria com entidades da economia social locais) apresenta uma subida no período em análise, situando-se o seu valor em 2020 em aproximadamente 67%, revelando uma forte ligação à comunidade em que as IPSS se inserem. O indicador CEC (captação de estágios curriculares) só apresenta valor em 2020 e é de 50%, revelando que as IPSS estão a conseguir captar jovens para a atividade da economia social.

Da análise da dimensão *proximity*, percebe-se que a contribuição das IPSS para a dinamização da comunidade em que se inserem, designadamente ao nível do emprego e das parcerias para a comunidade é significativa.

### 6.1.5 Dimensão *planet*

Numa análise ao Gráfico 8, onde são apresentados os resultados para os indicadores da dimensão *planet*, considerando as suas subdimensões: eficiência energética, (MEEe e MECA), resíduos (RSR, RR e MR) e ambiente (CA), podemos avaliar a dimensão *planet*. Verifica-se que os indicadores de resíduos e ambiente evidenciam a forte preocupação das IPSS com os aspetos ambientais. Numa análise mais detalhada, pode observar-se que os indicadores RSR (recolha seletiva de resíduos), RR (reutilização de resíduos) e MR (mitigação de resíduos), embora vão oscilando durante o período em análise, apresentam valores, na maioria dos casos, superiores a 85%, o que permite comprovar que as entidades da amostra piloto utilizam medidas de tratamento ou reutilização de resíduos. O indicador CA (consciencialização ambiental) apresenta também valores superiores a 50%, indo de encontro ao acabado de expor.

**Gráfico 8 - Resultados para os indicadores da dimensão *Planet***



A maior debilidade encontrada nesta dimensão é a subdimensão eficiência energética, em que os indicadores são ainda baixos, significando, no caso do MEEe (medidas de eficiência energética) que apenas aproximadamente 43% das IPSS da amostra piloto procederam à implementação de medidas de eficiência energética. No caso do indicador MECA (medidas de eficiência do consumo de água), a percentagem de IPSS que implementaram medidas de eficiência de consumo de água é menor embora tenha subido significativamente em 2020, situando-se em, aproximadamente, 29%.

Numa perspetiva temporal, é de realçar que a generalidade dos indicadores estagnou entre 2019 e 2020 e os indicadores MR e CA têm um ligeiro decréscimo no referido período. Estes resultados estão em linha com o estudo de Liu, Bunditsakulchai e Zhuo (2021), que mostrou uma substancial alteração do padrão de resíduos gerados durante a pandemia. Assim, no caso das entidades analisadas esta descida pode ser justificada pela ocorrência da pandemia, que relegou para segundo plano os aspetos ambientais face às preocupações da saúde.

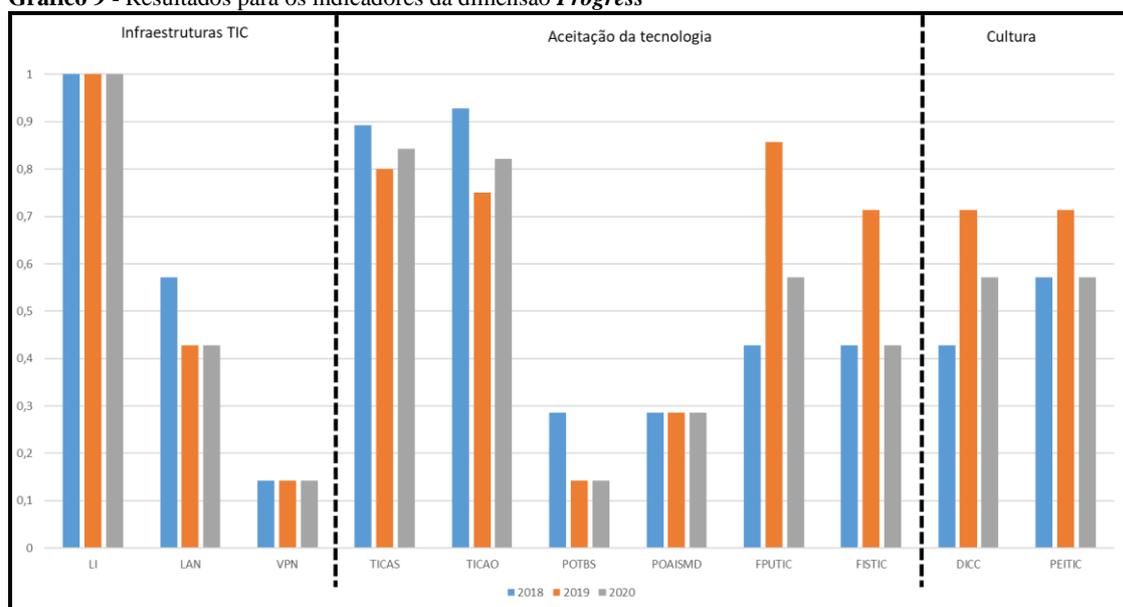
Em termos globais, entende-se que, da análise dos resultados para esta dimensão, as IPSS estão conscientes da necessidade de preservar o ambiente. No entanto, ainda há espaço para melhorias sobretudo na subdimensão eficiência energética, que carece de mais atenção. Eventualmente, o facto de menos de 50% das entidades da amostra piloto não ter medidas de eficiência prende-se com questões de natureza financeira.

### 6.1.6 Dimensão *progress*

O Gráfico 9 apresenta os resultados dos indicadores da dimensão *progress* ao longo do período de estudo, considerando as subdimensões: infraestruturas TIC, aceitação da tecnologia e cultura.

Da sua análise e no que respeita à subdimensão infraestruturas TIC, pode verificar-se uma grande disparidade de comportamentos quanto à adoção de novas tecnologias, encontrando-se valores insignificantes para o indicador VPN (*virtual private network*) que indica que apenas cerca de 14% das IPSS da amostra dá acesso por *virtual private network*. A percentagem de IPSS que detém LAN (*local area network*), embora tenha decrescido em 2019 e mantido em 2020, é, para aqueles anos, de 43%. Já no que respeita ao indicador LI (ligação à *internet*) verifica-se que todas as IPSS têm essa ligação nos três anos em análise. Em relação à presença destas entidades na Internet, de acordo com INE (2020), em 2018, 49,7% das entidades do setor da economia social não tinha *website* ou página eletrónica.

**Gráfico 9 - Resultados para os indicadores da dimensão *Progress***



Quando se observam os resultados da subdimensão aceitação da tecnologia, verifica-se através dos indicadores TICAS (TIC nas atividades de suporte) e TICA0 (TIC nas atividades operacionais) que as IPSS da amostra já utilizam as TIC no desenvolvimento das suas atividades, embora, do ponto de vista temporal, estes indicadores tenham descido um pouco face a 2018. Em linha com estes resultados estão também os resultados para os indicadores FPUTIC (facilitador na promoção de utilização das TIC) e FISTIC (facilitador de interação com os *stakeholders* por meio das TIC) em que as IPSS se assumem como facilitadoras das TIC sendo que estes indicadores tiveram o valor mais alto em 2019, respetivamente, 86 e 71%. A diminuição deste indicador pode significar que não houve a adesão esperada pelos *stakeholders*, ou até que as IPSS não tiveram condições de manter a mesma posição. Nesta subdimensão, os indicadores POTBS (plataforma *online* para transação de bens e/ou serviços) e POAISMD (plataforma *online* para angariação de investidores sociais) revelam que as IPSS da amostra ainda usam muito pouco estas plataformas.

Finalmente na subdimensão cultura, os indicadores DICC (disseminação da identidade cultural da comunidade) e PPEITIC (promoção de experiências intergeracionais por via das TIC) revelam um nível de envolvimento interessante e evidenciam que as IPSS da amostra piloto promovem a disseminação de experiências por via das TIC, sendo que 2019 é o ano em que uma maior percentagem de IPSS o faz (cerca de 71%). Do nosso ponto de vista o facto de haver uma descida em 2020 pode estar relacionado com a pandemia, podendo dever-se à falta de condições para a realização de atividades deste foro face às grandes exigências que se colocaram a este tipo de entidades.

Em síntese, não se identificam grandes disparidades dos indicadores por subdimensões, mas a subdimensão com maior aceitação é a cultura, que utiliza a tecnologia para promover a identidade cultural da organização na comunidade. Numa perspetiva temporal, a tendência geral é de melhoria até 2019, mas verifica-se um significativo retrocesso no ano de 2020, com a maioria dos indicadores a regredir ou a estagnar, o que sugere que esta dimensão, embora revele ser uma preocupação das IPSS, estas não tiveram condições de manter o esforço realizado em 2019. Face ao contexto pandémico, seria de esperar um incremento do uso de novas tecnologias. O facto de tal não ter acontecido pode refletir a especificidade do setor em análise que privilegia outras dimensões.

## 6.2 Apresentação dos resultados para a subdimensão transparência

A Tabela 16 resume os resultados da dimensão presença *online*. Da sua análise, constata-se que 70,53% de IPSS do concelho do Porto e 67,17% de IPSS da CIRA têm *website*. Atendendo à forma jurídica e às IPSS do concelho do Porto, todas as fundações, cooperativas e misericórdias têm *website*, 65,28% das associações, 75% dos institutos de organização religiosa e 88,24% dos centros sociais paroquiais têm *website* institucional. Constata-se ainda que das IPSS da CIRA, considerando a natureza jurídica, todas as misericórdias, 80% das cooperativas, 75% das casas do povo e das fundações, 68,75% dos institutos de organização religiosa, 64,35% das associações e 58,83% dos centros sociais paroquiais têm *website*.

Do exposto ressalta que há ainda uma percentagem elevada de IPSS que não detêm *website* podendo ser questionada a sua transparência, estando inclusivamente em incumprimento da obrigação da publicação de contas no *website* institucional (Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 13 de novembro).

**Tabela 16 - Presença Online das IPSS do concelho do Porto e da CIRA**

Natureza Jurídica	Presença online									
	IPSS analisadas		IPSS com <i>website</i> institucional				IPSS sem <i>website</i> institucional			
	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto		CIRA		Concelho do Porto		CIRA	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Associação	144	115	94	65,28%	74	64,35%	50	34,72%	41	35,65%
Casa do Povo	0	4	0	0,00%	3	75,00%	0	0,00%	1	25,00%
Centro Social Paroquial	17	34	15	88,24%	20	58,82%	2	11,76%	14	41,18%
Cooperativa	6	5	6	100,00%	4	80,00%	0	0,00%	1	20,00%
Fundação	6	12	6	100,00%	9	75,00%	0	0,00%	3	25,00%
Instituto de Organização Religiosa	16	16	12	75,00%	11	68,75%	4	25,00%	5	31,25%
Misericórdia	1	12	1	100,00%	12	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>198</b>	<b>134</b>	<b>70,53%</b>	<b>133</b>	<b>67,17%</b>	<b>56</b>	<b>29,47%</b>	<b>65</b>	<b>32,83%</b>

Também ressalta que a percentagem de IPSS que detêm *website* é maior no concelho do Porto do que na CIRA.

Na Tabela 17 resumem-se os resultados relativos à segunda dimensão do *EAGLE Index* - qualidade *online* – a partir da qual é possível verificar a dimensão subdividida nos cinco critérios e a pontuação média das IPSS, por natureza jurídica.

**Tabela 17 - Qualidade online, por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA**

Natureza Jurídica	Critérios									
	Functionality		Reliability		Usability		Efficiency		Security	
	Concelho do Porto	CIRA								
Associação	3,22	3,39	4,31	4,83	4,47	4,06	2,49	2,12	3,15	0,92
Casa do Povo	n.a.	3,31	n.a.	5,20	n.a.	4,40	n.a.	1,37	n.a.	0,67
Centro Social Paroquial	3,43	3,63	3,76	5,04	4,32	4,35	2,53	2,09	2,13	0,90
Cooperativa	3,38	3,05	3,80	4,80	4,80	3,00	2,25	1,98	1,33	1,00
Fundação	3,06	3,44	4,40	4,40	4,40	3,60	2,68	1,11	2,67	0,67
Instituto de Organização Religiosa	3,32	3,33	3,70	4,80	3,70	3,87	2,31	2,20	3,67	0,18
Misericórdia	3,91	3,41	3,60	5,00	4,80	3,95	3,05	2,18	6,00	0,83
<b>Média da amostra</b>	<b>3,26</b>	<b>3,42</b>	<b>4,17</b>	<b>4,85</b>	<b>4,40</b>	<b>4,02</b>	<b>2,48</b>	<b>2,04</b>	<b>3,00</b>	<b>0,83</b>
<b>Escala</b>	<b>0 a 6</b>									

O critério da *functionality* refere-se às funcionalidades do *website* e é composto por indicadores que ajudam a validar a relevância das informações fornecidas na perspetiva do utilizador, através da avaliação do rigor das informações, da facilidade de acesso e da navegabilidade. O critério *reliability* está relacionado com as características do *website* que garantem que a informação fornecida está devidamente identificada e atende às necessidades dos utilizadores. O critério *usability* avalia os mecanismos do *website* que garantem uma utilização eficiente, se o mesmo cumpre com a função pretendida e se fornece mecanismos para minimizar erros dos utilizadores, entre outros aspetos. Por fim, o critério *efficiency* está relacionado com o tempo de resposta do *website* e com as necessidades do utilizador. No critério *security* é avaliada a comunicação com o *website*, isto é, se a mesma é feita de forma segura, se o utilizador é informado sobre a utilização de *cookies* e sobre os procedimentos relativos à proteção de dados.

Da análise da Tabela 17 verifica-se que o critério que apresenta a média mais elevada é o da *usability* para as IPSS do concelho do Porto e o da *reliability* para as IPSS da CIRA. Verifica-se que nestes dois critérios as pontuações obtidas são acima de 3, ou seja, obtêm uma pontuação acima da média (dado que a pontuação máxima possível por critério é de 6). O critério *efficiency* é o que apresenta

para as IPSS do concelho do Porto a média mais baixa enquanto que para a amostra de IPSS da CIRA o critério que apresenta a média mais baixa é o critério *security*. Verifica-se também que nestes dois critérios as pontuações obtidas são abaixo de 3, ou seja, são critérios que obtêm uma pontuação abaixo da média (dado que a pontuação máxima possível por critério é de 6). Tendo em conta a natureza jurídica, os valores em cada critério não variam muito entre si dentro de cada amostra.

Os resultados da dimensão *accountability online* podem ser analisados a partir da Tabela 18. No critério informação contabilística analisa-se se a entidade cumpre com a publicação das demonstrações financeiras de 2019 e no critério características das informações financeiras analisa-se a qualidade da informação financeira sendo apenas possível verificá-la quando todas as demonstrações financeiras obrigatórias se encontram publicadas no *website* institucional. O critério da *performance* organizacional está associado à avaliação do desempenho organizacional não financeiro, onde é verificado se a mesma publica no *website* informação sobre aspetos da sua organização. Por último, o critério da *performance* social está relacionado com a avaliação da participação organizacional na sociedade civil.

**Tabela 18 - Accountability online, por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA**

Natureza Jurídica	Critérios							
	Informação Contabilística		Caraterísticas da Informação Financeira		Performance Organizacional		Performance Social	
	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA
Associação	3,23	2,73	2,12	1,27	2,4	2,3	2,37	2,12
Casa do Povo	na	3,75	na	0,63	na	2,75	na	2,81
Centro Social Paroquial	4,58	3,94	4,38	2,34	2,59	2,64	2,27	2,15
Cooperativa	2,71	2,5	0,94	1,41	1,8	2,6	1,84	2,05
Fundação	3,33	4,72	3,13	2,5	2,91	2,35	2,73	2,42
Instituto de Organização Religiosa	3,44	2,73	3,13	1,7	2,44	2,29	1,85	2,38
Misericórdia	6,25	4,58	5,63	3,44	0	2,71	2,77	2,21
<b>Média da amostra</b>	<b>3,40</b>	<b>3,22</b>	<b>2,48</b>	<b>1,73</b>	<b>2,41</b>	<b>2,41</b>	<b>2,31</b>	<b>2,19</b>
<b>Escala</b>	<b>0 a 7,5</b>		<b>0 a 7,5</b>		<b>0 a 7,5</b>		<b>0 a 7,5</b>	

Da análise da Tabela 18 pode constatar-se que em nenhum dos critérios foi atingida sequer metade da pontuação máxima (7,5). Constata-se, igualmente, que o critério que apresenta a média mais elevada é o da informação contabilística para ambas as amostras e o que apresenta menor média é o critério da *Performance Social* para as IPSS do concelho do Porto e o das características da informação financeira para as IPSS da CIRA. Tendo em conta a natureza jurídica, os valores variam bastante entre si em ambas as amostras, nos critérios informação contabilística e características da informação financeira em que as misericórdias atingem o valor mais elevado em ambas as amostras. No critério características da informação financeira, as cooperativas têm o valor mais baixo na amostra do concelho do Porto e as casas do povo na amostra da CIRA.

Os resultados da dimensão *accountability online*, demonstram que, sete anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro muitas das IPSS analisadas não cumprem com o dever de publicitação das contas do exercício no *website* institucional. Além disso, constatou-se,

que mais de metade das instituições que publicavam informação contabilística, não atendiam às principais características qualitativas. Ainda assim, foi verificada uma resistência relativamente à divulgação do desempenho das instituições, isto é, ausência de Relatórios de Gestão, Orçamentos, Planos de Atividades e outros indicadores de desempenho.

Por forma a que as IPSS consigam atingir um nível razoável de transparência financeira, devem, não só cumprir com a obrigatoriedade mencionada, como também ter a iniciativa de publicação de indicadores de desempenho e respeitar as principais características qualitativas da informação financeira.

A Tabela 19 resume os resultados para a dimensão serviços *online*. De acordo com os resultados obtidos constata-se que os três critérios apresentam uma pontuação média muito baixa. O critério relativo à participação, avalia a possibilidade de participação dos *stakeholders* nas iniciativas promovidas pela instituição e é o critério com a média mais alta em ambas as amostras. No entanto, como se pode verificar, a pontuação média mais elevada é obtida para as IPSS do concelho do Porto e atinge apenas 3,12 pontos numa escala em que a pontuação máxima é de 10. Quando analisada a média em função da natureza jurídica não se verificam grandes oscilações e a pontuação média mais elevada é obtida para as misericórdias, no caso das IPSS do concelho do Porto e para as fundações no caso das IPSS da CIRA.

**Tabela 19** - Serviços *online*, por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA

Natureza Jurídica	Critérios					
	Participação		Transação		Personalização	
	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA
Associação	3,19	2,86	0,11	0,17	1,63	1,92
Casa do Povo	na	2,00	na	0,00	na	1,58
Centro Social Paroquial	2,67	2,80	0,00	0,25	1,49	1,65
Cooperativa	2,00	3,00	0,00	0,00	1,91	2,18
Fundação	3,67	3,56	0,83	0,56	1,16	0,85
Instituto de Organização Religiosa	3,17	2,36	0,21	0,00	1,06	1,87
Misericórdia	4,00	2,50	0,00	0,00	2,00	1,89
<b>Média da amostra</b>	<b>3,12</b>	<b>2,81</b>	<b>0,13</b>	<b>0,17</b>	<b>1,55</b>	<b>1,80</b>
<b>Escala</b>	<b>0 a 10</b>		<b>0 a 10</b>		<b>0 a 10</b>	

No critério da transação, é analisada a possibilidade dos *stakeholders* seguirem os procedimentos de pagamento dos serviços prestados pela entidade. Constata-se que neste critério a pontuação média é baixíssima em qualquer das amostras estudadas (0,13 em 10 nas IPSS do concelho do Porto e 0,17 em 10 nas IPSS da CIRA). Atendendo à forma jurídica, nas IPSS do concelho do Porto, apenas as associações, as fundações e os institutos de organização religiosa apresentam alguma pontuação e nas IPSS da CIRA são apenas as associações, os centros sociais paroquiais e as fundações que apresentam alguma pontuação.

Por fim, no critério referente à personalização, verifica-se, novamente, uma pontuação média muito baixa em ambas as amostras. A pontuação média é de 1,55 e 1,8, respetivamente para as IPSS do concelho do Porto e para as IPSS da CIRA, para uma pontuação máxima possível de 10.

Em termos de natureza jurídica a pontuação média mais elevada das IPSS do concelho do Porto é alcançada pelas misericórdias e a mais baixa pelos institutos de organização religiosa. No caso das IPSS da CIRA, a pontuação média mais elevada é alcançada pelas cooperativas e a mais baixa pelas fundações.

Na dimensão serviços *online*, foi possível verificar que as instituições da amostra ainda não têm a possibilidade de o utilizador poder consultar e acompanhar *online* o serviço prestado, demonstrando, assim, o não acompanhamento da evolução tecnológica na prestação dos serviços. Logo, o nível de maturidade dos serviços *online* das IPSS é muito baixo e necessita de uma atenção reforçada, o que explica a pontuação média de 4,78 em 30 nesta dimensão.

Resumindo, na Tabela 20 são apresentados os resultados para o *EAGLE Index* para ambas as amostras.

**Tabela 20 - *EAGLE Index*, por natureza jurídica, das IPSS do concelho do Porto e da CIRA**

Natureza Jurídica	Dimensões								<i>EAGLE Index</i>	
	Presença Online		Qualidade Online		Accountability Online		Serviços Online		Concelho do Porto	CIRA
	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA	Concelho do Porto	CIRA		
Associação	10	10	17,64	15,32	10,12	8,42	4,93	4,95	42,69	38,69
Casa do Povo	10	10	n.a.	14,95	n.a.	9,94	n.a.	3,58	n.a.	38,47
Centro Social Paroquial	10	10	16,17	16,01	13,82	11,07	4,16	4,70	44,15	41,78
Cooperativa	10	10	15,56	13,83	7,29	8,56	3,91	5,18	36,76	37,57
Fundação	10	10	17,21	13,22	12,10	11,99	5,66	4,97	44,97	40,18
Instituto de Organização Religiosa	10	10	16,70	14,38	10,86	9,10	4,44	4,23	42,00	37,71
Misericórdia	10	10	21,36	15,37	14,65	12,94	6,00	4,39	52,01	42,70
<b>Média amostra</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>17,31</b>	<b>15,16</b>	<b>11,47</b>	<b>9,55</b>	<b>4,85</b>	<b>4,78</b>	<b>43,63</b>	<b>39,49</b>
Escala	0 a 10		0 a 30		0 a 30		0 a 30		0 a 100	

Como se pode observar a partir da Tabela 20, numa apreciação geral às diferentes dimensões do *EAGLE Index*, para ambas as amostras, a dimensão presença obtém a pontuação mais elevada (10 pontos em 10) em virtude de só poderem ser analisadas as IPSS com *website*. A dimensão qualidade *online* é a que apresenta a média mais alta (17,31 em 30 pontos e 15,16 em 30 pontos, respetivamente para as IPSS do concelho do Porto e da CIRA), seguida da dimensão *accountability online* (11,47 em 30 pontos e 9,55 em 30 pontos, respetivamente para as IPSS do concelho do Porto e da CIRA) e finalmente, com a média mais baixa, a dimensão serviços *online* (4,85 em 30 pontos e 4,78 em 30 pontos, respetivamente para as IPSS do concelho do Porto e da CIRA). O *EAGLE Index* atingiu assim uma pontuação de 43,63 em 100 pontos para as IPSS do concelho do Porto e de 39,49 em 100 pontos para as IPSS da CIRA.

Numa tentativa de avaliar, globalmente, o nível de transparência das IPSS e considerando que o *EAGLE Index* tem uma pontuação entre 0 e 100 pontos, propôs-se a seguinte escala dividida em 5 níveis:

- de 0 a 20 pontos - nível de transparência muito baixo;
- de 20 a 40 pontos - nível de transparência baixo;
- de 40 a 60 pontos- nível de transparência intermédia;
- de 60 a 80 pontos - nível de transparência boa;
- de 80 a 100 pontos - nível de transparência muito boa.

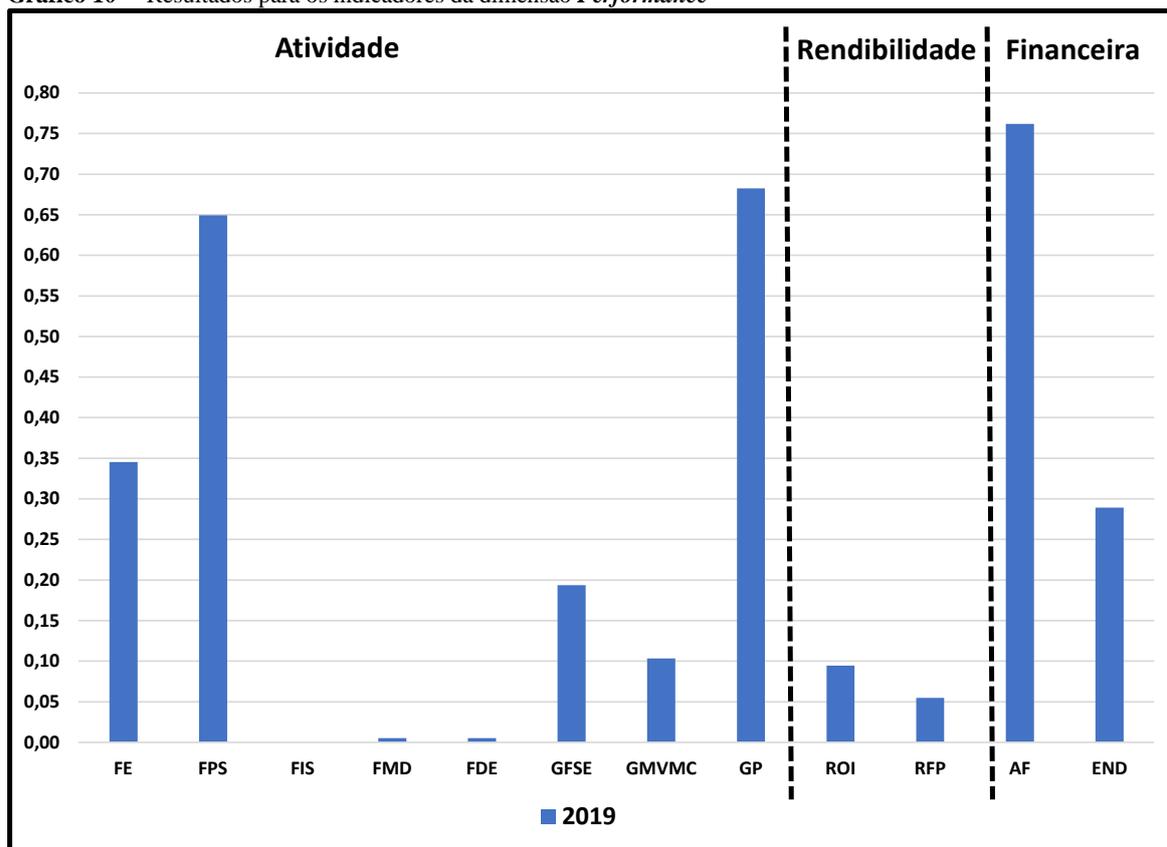
Conjugando os resultados da Tabela 20 com cada intervalo de escala definido anteriormente, pode observar-se que, na globalidade, atendendo à natureza jurídica, nenhuma IPSS de ambas as amostras, se encontra num nível de transparência muito boa (entre 80 e 100 pontos). As IPSS do concelho do Porto situam-se num nível de transparência intermédia, à exceção das cooperativas que se situam num nível de transparência baixa. As IPSS da CIRA situam-se num nível de transparência intermédia (centros sociais paroquiais, fundações e misericórdias) e num nível de transparência baixa (associações, casas do povo, cooperativas e institutos de organização religiosa).

Os estudos de Ferreira *et al.* (2016), Ferreira, Marques *et al.* (2019), Pardal, *et al.* (2019) e Bandeira, *et al.* (2020) chegam a resultados, em algumas dimensões, próximos dos obtidos no presente estudo.

### **6.3 Análise dos resultados da dimensão *performance* da amostra de IPSS do concelho do Porto**

No Gráfico 10 são apresentados os resultados para os indicadores da dimensão *performance* atendendo às suas subdimensões (atividade, rendibilidade e financeira) e, na Tabela 23, os resultados para os indicadores VAB (valor acrescentado bruto) da subdimensão rendibilidade, LG (liquidez geral), SOL (solvabilidade) e FM (fundo de manei) da subdimensão financeira.

**Gráfico 10** – Resultados para os indicadores da dimensão *Performance*



A análise do Gráfico 10, para a subdimensão atividade e no que se refere aos indicadores de financiamento FE (financiamento do Estado face ao financiamento total), FPS (financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total), FIS (financiamento de investimento social face ao financiamento total), FMD (financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total) e FDE (financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total), permite verificar que o financiamento do Estado (em média, 34,5%), a par com o financiamento proveniente da prestação de serviços (em média, 64,9%) são os que representam a quase totalidade do financiamento das IPSS das entidades em análise. No caso específico do financiamento do Estado, registamos que 24 entidades não recebem qualquer valor desta natureza (esta situação não é específica de um dado tipo de entidade) e, curiosamente, estas entidades também não recebem financiamento de quaisquer outras fontes a não ser, exclusivamente, o proveniente da prestação de serviços. Registamos, ainda, uma única entidade que não tem financiamento proveniente da prestação de serviços - trata-se de uma instituição que disponibiliza um serviço de Atendimento/Acompanhamento Social às famílias em situação de risco social, na zona de Aveiro. Relativamente ao FMD e o FDE, apresentam valores muito reduzidos (e na grande maioria, inexistentes); destaque para o financiamento proveniente de investidores sociais que não existe, para qualquer uma das entidades em estudo - convém recordar que os dados analisados foram retirados dos documentos de prestação de contas, nas quais este valor

não aparece evidenciado separadamente. A Tabela 21 apresenta uma comparação do estudo atual com dois estudos - o da CNIS (2018) e o de Ferreira *et al.* (2022): pela sua análise, verificamos que os resultados do estudo atual apresentam valores que contrastam com os outros dois estudos, destacando-se o facto de registar o valor mais elevado relativo a financiamento proveniente da prestação de serviços, de não registar qualquer financiamento proveniente de investidores sociais e de registar valores mais baixos, relativamente aos restantes dois tipos de financiamento.

**Tabela 21** – Dimensão Performance - Tipo de financiamento

Tipo de Financiamento	CNIS (2018)	Ferreira <i>et al.</i> (2022) (7 entidades; média de 3 anos)	Estudo atual (70 entidades; 1 ano)
Estado	39%	40,8%	34,5%
Prestação de Serviços	32%	38,28%	64,9%
Investimento Social	7%	16,99%	0%
Mecenato e doações	4%	1,92%	0,51%
Donativos em espécie		2,02%	0,52%

Ainda relativamente à subdimensão atividade, mas agora numa análise da estrutura de custos, verifica-se que os gastos com pessoal são claramente os que têm um maior peso nos gastos operacionais (indicador GP), representando cerca de 68% dos gastos operacionais no ano em análise, seguindo-se os gastos com fornecimentos e serviços externos (indicador GFSE), que representam aproximadamente 19% dos gastos operacionais e por fim os gastos com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas (indicador GMVMC) que representam, no mesmo período, cerca de 10% dos gastos operacionais.

A Tabela 22 apresenta a comparação dos valores registados neste estudo com os estudos da CNIS (2018) e Ferreira *et al.* (2022).

**Tabela 22** – Dimensão Performance - Estrutura de custos

Gastos	CNIS (2018)	Ferreira <i>et al.</i> (2022) (7 entidades; média de 3 anos)	Estudo atual (70 entidades; 1 ano)
Pessoal	58%	59%	68%
Fornecimentos e serviços externos	20%	21%	19%
Gastos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10%	12%	10%

Os três estudos demonstram proximidades elevadas nos indicadores relativos aos gastos com fornecimentos e serviços externos (indicador GFSE) e aos gastos com as mercadorias vendidas e as matérias consumidas (indicador GMVMC), notando-se alguma discrepância relativamente ao indicador relativo aos gastos com pessoal (indicador GP) que, no estudo atual, se distancia dos

restantes dois. A comparação com o nosso estudo com o estudo da CNIS (2018) não deve ser feita diretamente, dado que o nosso estudo analisa a estrutura dos gastos relativamente aos gastos operacionais e o estudo da CNIS (2018) utiliza os gastos totais. No entanto, percebe-se que a repartição obedece, sensivelmente, à mesma proporção.

A análise destes resultados permite concluir que as IPSS deverão estar mais atentas à captação de financiamento proveniente de investidores sociais e de doações (incluindo em espécie) e consideramos que quanto maior for a transparência destas entidades, no relato financeiro e não financeiro, maior será a atratividade deste tipo de investimento. Realçamos, ainda que é perfeitamente aceitável registarem-se valores mais elevados de gastos com o pessoal, considerando que estas entidades dependem muito de mão de obra para cumprir a sua missão.

Relativamente à subdimensão rendibilidade, verifica-se (Gráfico 10) que o ROI (rentabilidade do investimento - investimento social, Estado, mecenato e doações) e a rendibilidade dos fundos próprios (indicador RFP), embora positivos (ROI = 9,46%; RFP = 5,47%), são muito baixos. No estudo da CNIS (2018) o indicador RFP é de, aproximadamente 1%, valor mais baixo que o que obtivemos; no estudo de Ferreira *et al.*, o indicador ROI é negativo (- 12,75%) e o indicador RFP é positivo (10,03%). Importa destacar que, na amostra das 70 entidades analisadas neste estudo, tanto o ROI como o RFP, não apresentam valores negativos, demonstrando rendibilidades positivas.

Já no que concerne ao VAB (valor acrescentado bruto) (Tabela 23), as entidades apresentam, em média, um valor muito satisfatório, embora se registem variações muito relevantes entre as entidades (variam entre, aproximadamente, 124 000 e 4 318 000; no primeiro caso, trata-se de uma entidade que não vende nada e que apenas presta serviços e, no segundo caso, uma entidade que, além de prestar serviços, regista vendas que representam 87% dos seus rendimentos) - importa referir que cerca de 31% das entidades apresenta um VAB abaixo de 500 000 e que 34% das entidades apresentam um VAB acima de 1 000 000. Comparando com o estudo de Ferreira *et al.* (2022), o VAB é muito inferior ao registado neste estudo, o que pode justificar-se pelo facto de esse estudo analisar apenas 7 entidades, evidenciando uma realidade que pode estar distorcida.

**Tabela 23** – Resultados para os indicadores VAB, LG, SOL e FM

<b>Indicador</b>	<b>Estudo atual</b> (70 entidades; 1 ano)	<b>Ferreira <i>et al.</i> (2022)</b> (7 entidades; média de 3 anos)
VAB	936 719,82	316 321,61
LG	1,81	2,82
SOL	7,75	1,89
FM	81 883,10	79 719,09

Na subdimensão financeira, verifica-se que o indicador AF (autonomia financeira) apresenta um valor muito positivo, de aproximadamente 76% - este valor indica-nos que as entidades possuem fundos patrimoniais muito representativos, relativamente ao total do Ativo (curiosamente, 70% das

entidades apresenta um indicador AF igual ou superior a 70%). O indicador END (endividamento) tem o comportamento inverso e situa-se, em 2019 em, aproximadamente, 29%; contudo, há variações muito significativas entre entidades (variam entre 0,58% e 233%) - destacamos, contudo, que 86% das entidades apresenta um indicador END abaixo de 40%. No estudo de Ferreira *et al.* (2022), o indicador AF regista uma média aproximada de 49% e o indicador END, uma média aproximada de 51%: são valores díspares, relativamente ao nosso estudo que, por englobar 70 entidades, poderá indicar valores mais robustos. O estudo da CNIS (2018) aponta uma autonomia financeira (aproximadamente 72%) em linha com o estudo atual e também mais elevada, relativamente ao estudo de Ferreira *et al.* (2022).

Para completar a análise e observando a Tabela 23, verifica-se que tanto o indicador LG (liquidez geral) como o indicador SOL (solvabilidade) têm valores muito elevados. No caso do indicador LG, 70% das entidades apresentam valores acima de 0,50 e no caso do indicador SOL, registamos um valor muito elevado numa entidade (169,70), que distorce a média apresentada (se retirarmos esta entidade, o indicador SOL desce de 7,75 para 3,81). Finalmente, o indicador FM (fundo de manei) regista um valor que, face à liquidez geral, é, manifestamente, excessivo; contudo, cerca de 53% das entidades apresentam um valor abaixo de zero, enquanto 33% apresentam um valor acima de 100 000 - concluímos, por isso, que a variação de valores é muito elevada, distorcendo o valor médio apresentado.

Quando comparamos com o estudo da CNIS (2018) verificamos que a solvabilidade (aproximadamente 2,78) é mais baixa do que as registadas nesta amostra (mas mais alta do que no estudo de Ferreira *et al.* (2022)) e a liquidez geral (aproximadamente 5,38) é maior do que a obtida nos dois estudos já referidos.

# 7

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Com base no trabalho desenvolvido no projeto, podemos verificar uma diversidade de abordagens à *accountability*, que impactam nas várias dimensões da atividade das entidades da economia social em geral e das IPSS em particular. Nesse sentido, e com base numa extensa revisão da literatura, foi proposta uma *framework* que procura contemplar essas diferentes dimensões da *accountability*.

O desenvolvimento da plataforma SomosIPSS é também um contributo importante para a melhoria da *accountability* das IPSS, na medida em que lhes permite criação dos *websites* institucionais e, após resposta aos questionários, o acesso aos indicadores da *framework* (individuais e globais) a partir dos quais pode ser realizada a análise individual e a comparação com os indicadores globais.

A análise de uma amostra piloto permitiu fazer um diagnóstico das IPSS que fazem parte da amostra, nas várias dimensões e subdimensões da *framework*, permitindo identificar tendências nos indicadores e identificar os pontos fortes e as fragilidades onde é necessário haver uma maior intervenção e esforço de melhoria com vista a uma maior profissionalização das entidades, a uma maior preparação para a sustentabilidade e a visibilidade do seu contributo para a sociedade e para a economia. Não obstante as fragilidades encontradas, é muito importante salientar o contributo das IPSS para a sociedade e para a economia.

É ainda de salientar que, da análise temporal efetuada (período entre 2018 e 2020), ressalta a capacidade de adaptação e resiliência das IPSS relativamente à pandemia, na medida em que, muitos dos seus indicadores melhoraram e outros não sofreram alterações significativas.

Numa análise mais detalhada, ao nível da dimensão *purpose* identificou-se a necessidade das IPSS melhorarem a estratégia e o perfil organizacional, através da introdução de mecanismos de gestão que permitam uma maior profissionalização da gestão, assim como a necessidade de melhoria da governação quer através da participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão, quer

através da profissionalização desses mesmos órgãos de gestão, quer ainda através da introdução de mecanismos de gestão como sejam o plano estratégico, o sistema de gestão da qualidade, o manual de descrição de funções e os modelos de avaliação de desempenho, que permitirão uma maior profissionalização da gestão e ganhos de produtividade, incrementando as condições para a sustentabilidade. A evolução dos indicadores desta dimensão não parece ter sido afetada pela pandemia provocada pela COVID-19.

Nesta dimensão, e no que se refere à transparência, o presente estudo, ainda que a uma amostra diferente, pelas razões que foram explicadas, permitiu concluir que ainda existe uma percentagem importante de IPSS que não têm *website*. Além disso, permitiu ainda concluir que as entidades que detêm *website* não tiram partido deste em prol da transparência. Este é um aspeto fulcral que deverá ser analisado pelas IPSS e no qual o presente projeto e a plataforma SomosIPSS muito poderá auxiliar.

Ao nível da dimensão *partners* ressalta os baixos valores dos indicadores da subdimensão voluntários, demonstrando a baixa atratividade na captação de voluntários. Foi possível também identificar a necessidade de ajustar as funções desempenhadas pelos trabalhadores à sua respetiva formação, assim como dedicar mais atenção à monitorização e ao tratamento das opiniões dos trabalhadores.

No que se refere à dimensão *performance* salienta-se a sua contribuição para a economia através do valor acrescentado bruto. É, no entanto, de notar que o financiamento de curto prazo carece de uma melhor gestão para melhor equilibrar a função financeira destas entidades. Também se salienta a baixa representatividade do financiamento de doadores e investidores sociais, alertando para a necessidade destas entidades investirem na captação deste tipo de financiamento sendo que a via da transparência e da *accountability* deverá ser uma opção. Também se apurou que a estrutura de gastos, admitindo o carácter de prestadoras de serviços das IPSS, está adequado uma vez que são fortemente dependentes de mão de obra. Nesta dimensão não parece ter havido efeitos significativos devidos à COVID-19, possivelmente porque foram criados vários apoios que acabaram por compensar as dificuldades resultantes da pandemia.

Considerando estes resultados, entende-se que a gestão financeira das entidades carece de alguma atenção, indiciando que as IPSS da amostra piloto podiam, com uma gestão financeira mais adequada tirar partido do financiamento de curto prazo, melhorando a sua função financeira.

A análise efetuada à amostra de IPSS da CIRA, nesta dimensão, corrobora os resultados obtidos da amostra piloto.

Relativamente à dimensão *proximity* foi possível identificar uma significativa contribuição das IPSS para a comunidade onde se inserem, designadamente através do emprego e das parcerias e

até da tentativa de proporcionar à comunidade ações de informação e formação. A melhoria de alguns dos indicadores pode estar relacionada com as respostas necessárias à pandemia.

Ao nível da dimensão *planet* foi possível aferir a preocupação das entidades da amostra piloto pela preservação do ambiente, evidenciando a sua consciência ambiental. Percebeu-se que a utilização de medidas de eficiência energética é ainda reduzida, possivelmente por força das restrições financeiras a que estão sujeitas. A melhoria da gestão financeira e a captação de investidores sociais, de mecenas e de doadores poderia contribuir para se intensificar o recurso às medidas de eficiência energética.

Por último, no que respeita à dimensão *progress*, foi possível, em termos gerais, identificar uma melhoria de 2018 para 2019, mas que estagnou ou regrediu em 2020. Isto sugere que, embora a utilização das tecnologias seja uma preocupação das IPSS, estas não tiveram condições de manter o esforço realizado em 2019. Face ao contexto pandémico, seria de esperar um incremento do uso de novas tecnologias, o facto de tal não ter acontecido pode refletir a especificidade do setor em análise que obrigou estas entidades a focarem-se em outros aspetos que se tornaram mais urgentes em período de pandemia. Assim, neste campo há um significativo caminho a percorrer.

Face ao exposto, acreditamos que a *framework* responde à questão de investigação: como promover a *accountability* (social, financeira e económica) no setor da economia social, em particular: o caso das IPSS?.

É também importante salientar que na avaliação e na promoção da *accountability*, a par com a *framework* a plataforma SomosIPSS assume particular relevância por proporcionar a possibilidade de as instituições poderem construir o seu *website*, e por proporcionar a possibilidade de as IPSS procederem a uma autoavaliação e comparação com as suas congéneres se responderem aos questionários que permitem a obtenção dos indicadores. Deste modo, a *framework* e a utilização da plataforma SomosIPSS podem possibilitar, além do diagnóstico a partir dos resultados obtidos para os indicadores, a modernização do setor da economia social. Isso porque, após a fase de diagnóstico, é possível que cada instituição introduza as melhorias necessárias para viabilizar a prestação de contas, imprescindível, com o objetivo final de cumprir a sua missão e sustentabilidade individual e coletiva.

O retorno que a equipa de investigação obteve das instituições participantes é bastante positivo no que diz respeito à usabilidade da plataforma. Ou seja, a utilização da plataforma não é um fator inibidor da participação das instituições neste projeto. De facto, a plataforma SomosIPSS é baseada no modelo SaaS, uma vez que todos os utilizadores da aplicação, mas particularmente as instituições participantes, poderão usar a plataforma como se de um serviço se tratasse, sem necessidade de instalar, atualizar nem manter qualquer *hardware*, *middleware* ou *software*. Os

utilizadores usam as funcionalidades da solução diretamente no *browser* sem terem de instalar qualquer *software*, em qualquer computador ou dispositivo móvel ligado à Internet, uma vez que os dados estão armazenados na *cloud*.

Apesar do esforço realizado para a recolha de dados, não se pode deixar de referir que a análise das diferentes dimensões incorpora a limitação de que é baseada numa amostra piloto. Deste modo, espera-se que possa ser feita uma avaliação a uma amostra de IPSS que seja representativa da população o que só poderá ser feito com a disponibilidade das IPSS para a utilização da plataforma SomosIPSS e a resposta, anualmente, aos questionários.

De salientar que o facto da informação necessária para o cálculo dos indicadores da subdimensão transparência depender da recolha da informação nos *websites* das IPSS e não do questionário por estas preenchido, conduz a duas limitações: 1) impossibilidade de, individualmente, não ser possível fornecer esta informação às entidades que respondem ao questionário (os questionários são anónimos); e 2) dificuldade em que a informação sobre a transparência se refira à mesma data dos restantes indicadores (os questionários referem-se sempre à data da prestação de contas e a recolha é efetuada com referência a esse momento), obrigando a que a agregação dos indicadores em termos de *framework* seja efetuada atendendo a esse facto. Estas limitações terão de ser analisadas com detalhe e, a sua resolução potencia uma análise e discussão de soluções em futuros trabalhos.

Por fim, uma nota para reforçar que o relato a proporcionar pelas IPSS não se deve cingir ao financeiro mas deve permitir demonstrar: o nível de satisfação das necessidades económicas, sociais e culturais de quem beneficia dos serviços das IPSS; a capacidade das IPSS garantirem as condições de sustentabilidade e utilização eficiente dos seus recursos financeiros (eficiência económica) e a qualidade das relações das IPSS com a comunidade e, por isso, as entidades normalizadoras devem refletir sobre estas necessidades de divulgação e ajustar as exigências de divulgação, designadamente, através do relato integrado.

O desenvolvimento de um modelo de relato integrado para as instituições da Economia Social, alterando o modelo de relato atualmente em vigor, pode, a partir dos resultados do presente projeto, constituir uma excelente oportunidade de investigação futura.

## AGRADECIMENTOS

---

Ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa de Competitividade Operacional e Internacionalização (COMPETE 2020 - POCI), e à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que financiou esta investigação, com o número de referência POCI-01-0145-FEDER-030074.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Acquier, A., Gond, J.-P., & Pasquero, J. (2011). Rediscovering Howard R. Bowen's Legacy: The Unachieved Agenda and Continuing Relevance of Social Responsibilities of the Businessman. *Business & Society*, 50(4), 607-646. <https://doi.org/10.1177/0007650311419251>.
- Adams, R., Hermalim, B. & Weisbach, M. (2010). The Role of Boards of Directors in Corporate Governance: A Conceptual Framework and Survey. *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, 48(1), 58-107.
- Aimers, J. & Walker, P. (2008a). *Alternative models of accountability for third sector organisations in New Zealand* [Paper presentation]. ISTR Eighth International Conference, Barcelona.
- Aimers, J. & Walker, P. (2008b). Is community accountability being overlooked as a result of government-third sector partnering in New Zealand? *Aotearoa New Zealand Social Work*, XX(3), 14-24.
- Albu, O. B., & Wehmeier, S. (2014). Organizational Transparency and Sense-Making: The Case of Northern Rock. *Journal of Public Relations Research*, 26, 117-133. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2013.795869>.
- Almeida, V. (2010). *Governança, Instituições e Terceiro Sector. As Instituições Particulares de Solidariedade Social* [Unpublished doctoral dissertation]. Universidade de Coimbra.
- Almeida, V. (2011a). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social* (1st ed.). Almedina.
- Almeida, V. (2011b). Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, 85-104.
- Arena, M., Azzone, G., & Bengo, I. (2015). Performance Measurement for Social Enterprises. *Voluntas*, 26(2), 649-672. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9436-8>.
- Armstrong, C. S., Guay, W. R., & Weber, J. P. (2010). The role of information and financial reporting in corporate governance and debt contracting. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 179-234. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.001>
- Arshad, R., Bakar, N.A., Thani, N.Y. & Omar, N. (2013). Board Composition and Accountability of Non-Profit Organizations. *The Journal of Applied Business Research*, 29(4), 1021-1030. <https://doi.org/10.19030/jabr.v29i4.7913>.
- Arvidson, M. (2017). Operationalizing Transparency: Perspectives from the Third Sector in a Mixed Economy of Welfare. *Journal of Self-Governance and Management Economics*, 5, 7-24.

- Atan, R., Alam, M. & Said, J. (2017). Practices of corporate integrity and accountability of non-profit organizations in Malaysia. *International Journal of Social Economics*, 44(12), 2271-2286. <https://doi.org/10.1108/IJSE-09-2016-0260>.
- Australian Institute of Company Directors. (2019). *Not-for-profit Governance Principles* (2<sup>nd</sup> ed.). Australian Institute of Company Directors.
- Awio, G., Northcott, D. & Lawrence, S. (2011). Social capital and accountability in grass-roots NGOs: The case of the Ugandan community-led HIV/AIDS initiative. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(1), 63-92. <https://doi.org/10.1108/09513571111098063>.
- Azevedo, C. (2013). Preâmbulo. In M. Santana & N. Campos (Eds.), *Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor* (pp. 5-6). Impulso Positivo.
- Azman, N.A., Arshad, R. & Bakar, N.A (2015). Do funding resources affect the accountability disclosure of non-profit organizations? *Asian Journal of Accounting Perspectives*, 8, 35-45. <https://doi.org/10.22452/AJAP.vol8no1.3>.
- Bakar, N.A., Arshad, R., Azman, N.A. & Omar, N. (2013). Organisational Characteristics and Accountability in Protecting Risk Exposures in Non-Profit Organisations. *Journal of Energy Technologies and Policy*, 3(11), 479-489.
- Bakar, N.A., Arshad, R., Azman, N.A. & Omar, N. (2014). Effective Governance Structure and Accountability in Managing Risks for Non-Profit Organizations [Paper presentation]. *World Business and Economics Research Conference*, Auckland, New Zealand.
- Bagnoli, L., & Megali, C. (2011). Measuring performance in social enterprises. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 40(1), 149-165. <https://doi.org/10.1177/0899764009351111>.
- Ball, C. (2009). What Is Transparency?. *Public Integrity*, 11(4), 293-308.
- Bandeira, A. M. A., Ornelas, T., Meira, D., & Azevedo, G. (2020). Transparência das Instituições Particulares de Solidariedade Social na Região Autónoma da Madeira: Estudo empírico. *E3 - Revista De Economia, Empresas E Empreendedores Na CPLP*, 6(1), 025-039. <https://doi.org/10.29073/e3.v6i1.257>
- Bandsuch, M., Pate, L., & Thies, J. (2008). Rebuilding Stakeholder Trust in Business: An Examination of Principle-Centered Leadership and Organizational Transparency in Corporate Governance. *Business and Society Review*, 113(1), 99-127. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8594.2008.00315.x>
- Bansal, P. (2005). Evolving Sustainably: A Longitudinal Study of Corporate Sustainable Development. *Strategic Management Journal*, 26(3), 197-218. <https://doi.org/10.1002/smj.441>.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3rd ed.). Edições 70.
- Barret, M. (2001). A stakeholder approach to responsiveness and accountability in non-profit organisations. *Social Policy Journal of New Zealand*, 2001(17), 36-51.
- Barth, M. E., & Schipper, K. (2008). Financial Reporting Transparency. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(2), 173-190. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300203>

- Barth, M. E., Konchitchki, Y., & Landsman, W. R. (2013). Cost of capital and earnings transparency. *Journal of Accounting and Economics*, 55(2), 206-224. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.01.004>
- Becker, A. (2018). An Experimental Study of Voluntary Nonprofit Accountability and Effects on Public Trust, Reputation, Perceived Quality, and Donation Behavior. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 47(3), 562– 582. <https://doi.org/10.1177/0899764018>.
- Behn, B. K., DeVries, D. D., & Lin, J. (2010). The determinants of transparency in nonprofit organizations: An exploratory study. *Advances in Accounting*, 26(1), 6-12. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2009.12.001>
- Bertot, J. & Jaeger, P. & Grimes, J. (2010). Using ICTs to Create a Culture of Transparency: E-Government and Social Media as Openness and Anti-Corruption Tools for Societies. *Government Information Quarterly*, 27(3), 264-271. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.03.001>
- Blowfield, M. (2005). Corporate social responsibility-the failing discipline and why it matters for international relations. *International Relations*, 19(2), 173-191. <https://doi.org/10.1177%2F0047117805052812>.
- Bovea, M. D., Ibáñez-Forés, V., Pérez-Belis, V., & Quemades-Beltrán, P. (2016). Potential reuse of small household waste electrical and electronic equipment: methodology and case study. *Waste management*, 53, 204-217. <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2016.03.038>
- Bovens, M. (2006). Analysing and Assessing Public Accountability. A Conceptual Framework. *European Law Journal*, 4, 452. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities and the businessman* (1<sup>st</sup> ed.). Harper & Brothers.
- Broberg, P., Tagesson, T., & Collin, S.-O. (2010). What explains variation in voluntary disclosure? A study of the annual reports of corporations listed on the Stockholm Stock Exchange. *Journal of Management & Governance*, 14(4), 351-377. <https://doi.org/10.1007/s10997-009-9104-y>
- Brown, W. (2007). Board development practices and competent board members: Implications for performance. *Nonprofit Management & Leadership*, 17(3), 301-317.
- Brundtland, G., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S., Chidzero, B., Fadika, L., & de Botero, M. M. (1987). Brundtland Report: 'Our Common Future'. *Medicine and war*, 4(1), 17-25.
- Bushman, R. M., Chen, Q. E., Smith, E., & Abbie J., (2004). Financial Accounting Information, Organizational Complexity and Corporate Governance Systems. *Journal of Accounting and Economics*, 37(2), 167-201. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.09.005>
- Cabedo, D., Fuertes-Fuertes, I., Maset-Llaudes, A., & Tirado-Beltrán, J. (2017). Improving and measuring transparency in NGOs: A disclosure index for activities and projects. *Nonprofit Management and Leadership*, 28(3), 329-348. <https://doi.org/10.1002/nml.21298>.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497–505. <https://doi.org/10.2307/257850>.

- Carroll, A. B. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48. [https://doi.org/10.1016/0007-6813\(91\)90005-G](https://doi.org/10.1016/0007-6813(91)90005-G)
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility. *Business & Society*, 38(3), 268–295.
- Carroll, A. B. (2016). Carroll’s pyramid of CSR: taking another look. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 1(3), 2-8. <https://doi.org/10.1186/s40991-016-0004-6>
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. *International journal of management reviews*, 12(1), 85-105. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x>.
- CASES. (2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016* (1st ed.). Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.
- CCE. (2001). *Livro Verde: Fomentar um marco europeu para a responsabilidade social das empresas* (1st ed.). Comissão das Comunidades Europeias.
- CCE. (2020). *Responsabilidade social das empresas (RSE) Atividades a nível da UE e nacional destinadas a promover a RSE, melhoria das normas ambientais nas empresas* (1st ed.). Comissão das Comunidades Europeias.
- Centro Português de Fundações (2008). *Princípio de boas práticas do Centro Português de Fundações*. [https://drive.google.com/file/d/1WeKycH3J5Jr7Hjc2BhfPp0pnTwd\\_jDRc/view](https://drive.google.com/file/d/1WeKycH3J5Jr7Hjc2BhfPp0pnTwd_jDRc/view)
- Ceptureanu, S., Ceptureanu, E.-G., Orzan, M. C., & Marin, I. (2017). Toward a Romanian NPOs sustainability model: Determinants of sustainability. *Sustainability*, 9(6), 966. <https://doi.org/10.3390/su9060966>
- Cherny, J. (2014). Financial statements are messages that need a context to be better understood. *International Journal of Disclosure & Governance*, 11(2), 161-176.
- Christensen & Cornelissen (2015). Organizational transparency as myth and metaphor. *European Journal of Social Theory*, 18(2), 132-149. <https://doi.org/10.1177/1368431014555256>.
- Classen, J. (2018). Here We Go Again: The Cyclical Nature of Board Behavior in Non Profit News, *Non Profit Quarterly*. <https://nonprofitquarterly.org/here-we-go-again-the-cyclical-nature-of-board-behavior/>
- CNIS. (2018) *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal* (1st ed). Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.
- Quintas, P. (2009). *Código Civil Português*. Edições Almedina.
- Cohen, R. & Hiller, J. (2009). What’s mine is mine; what’s yours is mine: private ownership of ICTs as a threat to transparency. *Ethics and Information Technology*, 11(2), 123-131. <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9196-8>.
- CMVM. (1999). *Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades Cotadas* (1st. ed.). Comissão do Mercado de Valores.

- Connolly, C., & Kelly, M. (2011). Understanding accountability in social enterprise organisations: a framework. *Social Enterprise Journal*, 73(3), 224-237. <https://doi.org/10.1108/17508611111182386>
- Conroy, D. K. (2005). Non-profit organisations and accountability: A comment on the Mulgan and Sinclair frameworks. *Third Sector Review*, 11(1), 103-116.
- Cornelius, N., Todres, M., Janjuha-Jivraj, S., Woods, A., & Wallace, J. (2008). Corporate social responsibility and the social enterprise. *Journal of Business Ethics*, 81(2), 355-370. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9500-7>.
- Coram, P. J., Mock, T. J., & Monroe, G. S. (2011). Financial analysts' evaluation of enhanced disclosure of non-financial performance indicators. *The British Accounting Review*, 43, 87-101. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9500-7>
- Costa, E., Ramus, T. & Andreus, M. (2011). Accountability as a Managerial Tool in Non-Profit Organizations: Evidence from Italian CSVs. *Voluntas*, 22, 470-493. <https://doi.org/10.1007/s11266-011-9183-7>
- Cotterrell, R. (2000). Transparency, mass media, ideology and community. *Cultural Values*, 3, 414-426.
- Choudhury, E., & Ahmed, S. (2002). The shifting meaning of Governance: Public Accountability of Third Sector organizations in an emergent global regime. *International Journal of Public Administration*. 25(4), 561-588.
- Crane, A., & Matten, D. (2005). Corporate citizenship: Missing the point or missing the boat? A reply to van Oosterhout. *Academy of Management Review*, 30(4), 681-684. <https://doi.org/10.2307/20159162>
- CRP. (2009). *Constituição da República Portuguesa de 1976*. Edições Almedina.
- Crucke, S., & Decramer, A. (2016). The development of a measurement instrument for the organizational performance of social enterprises. *Sustainability*, 8(2), 161. <https://doi.org/10.3390/su8020161>
- Curran, A., & Williams, I. D. (2010). The role of furniture and appliance re-use organisations in England and Wales. *Resources, Conservation and Recycling*, 54(10), 692-703. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2006.08.003>
- Curran, A., Williams, I. D., & Heaven, S. (2007). Management of household bulky waste in England. *Resources, conservation and recycling*, 51(1), 78-92.
- Dagiliene, L., Leitoniene, S., & Grecikova, A. (2014). Increasing Business Transparency by Corporate Social Reporting: Development and Problems in Lithuania. *Engineering Economics*, 25(1), 54-61. <https://doi.org/10.5755/j01.ee.25.1.2356>
- Dahlsrud, A. (2006). How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13. <https://doi.org/10.1002/csr.132>
- Dainelli, F., Manetti, G. & Sibilio, B. (2013). Web-Based Accountability Practices in Non-profit Organizations: The Case of National Museums. *Voluntas*, 24(3), 649-665. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9278-9>.

- Dean, A. G., Dean, J. A., Burton, A. H., & Dicker, R. C. (1991). Epi Info: a general-purpose microcomputer program for public health information systems. *American journal of preventive medicine*, 7(3), 178-182. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(18\)30936-X](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(18)30936-X).
- Decreto-Lei n.º 519-G2/79 do Ministério dos Assuntos Sociais. (1979) . Diário da República: 10º Suplemento, 1ª série, n.º 299/1979. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/519-g2-1979-157007>
- Decreto-Lei n.º 4/82 do Ministério dos Assuntos Sociais. (1982). Diário da República: 1ª série, n.º 8. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/4-1982-552992>
- Decreto-Lei n.º 119/83 do Ministério dos Assuntos Sociais. (1983). Diário da República: 1ª série, n.º 46. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/119-1983-311401>
- Decreto-Lei n.º 81/85 dos Ministérios das Finanças e do Plano, do Trabalho e Segurança Social e da Agricultura. (1985). Diário da República: 1ª série, n.º 73. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/81-1985-324937>
- Decreto-Lei n.º 20/90 do Conselho de Ministros. (1990). Diário da República: 1ª série, n.º 11. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/20-1990-333523>
- Decreto-Lei n.º 246/90 da Assembleia da República. (1990). Diário da República: 1ª série, nº172. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/246-1990-573113>
- Decreto-Lei n.º 7/98 da Assembleia da República. (1998). Diário da República: 1ª série A, nº12. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/7-1998-239601>
- Decreto-Lei n.º 171/98 da Assembleia da República. (1998). Diário da República: 1ª série A, nº144. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/171-1998-478245>
- Decreto-Lei n.º 64/2007 do Conselho de Ministros. (2007). Diário da República: 1ª série, n.º52. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/64-2007-518425>
- Decreto-Lei n.º 158/2009 do Banco de Portugal. (2009). Diário da República: 1ª série, n.º 133. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 do Ministério das Finanças e da Administração Pública. (2011). Diário da República: 1ª série, n.º 48. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/36-a-2011-647296>.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014 do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. (2014). Diário da República: 1ª série, n.º 221. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/172-a-2014-58900566>
- Decreto-Lei n.º 120/2015 da Assembleia da República. (2015). Diário da República: 1ª série, nº125. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/120-2015-67641479>
- Decreto-Lei n.º 59/2018 da Assembleia da República. (2018). Diário da República: 1ª série, nº148. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/59-2018-115879178>
- Despacho Normativo nº 75/92 do Ministério do Emprego e da Segurança Social. (1992). Diário da República: 1ª série-B, nº116. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-normativo/75-1992-523181>

- Despacho n.º 3859/2016 do Ministério do Emprego e da Segurança Social. (2016). Diário da República: 2ª série, nº53. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/3859-2016-73879441>
- Deliberação n.º 102/2009 do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP. (2009).
- Dovers, S. R., & Handmer, J. W. (1992, December). Uncertainty, sustainability and change. *Global Environmental Change*, 2(4), 262-276. [https://doi.org/10.1016/0959-3780\(92\)90044-8](https://doi.org/10.1016/0959-3780(92)90044-8).
- Dubbink, W., Graafland, J., & van Liedekerke, L. (2008). CSR, Transparency and the Role of Intermediate Organisations. *Journal of Business Ethics*, 82, 391-406. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9893-y>
- Dwinningrum, S.I.A. (2016). Social Capital and school Accountability [Paper presentation]. *International Conference on Educational Research and Innovation (ICERI 2016)*. Yogyakarta.
- Ebrahim, A., & Rangan, V. K. (2010). *The limits of nonprofit impact: A contingency framework for measuring social performance*. Harvard Business School.
- Elkington, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. *California management review*, 36(2), 90-100.
- Elkington, J. (1999). *Cannibals With Forks: Triple Bottom Line of 21st Century Business* (1<sup>st</sup>. ed.). John Wiley & Son Ltd.
- Elkington, J. (2006). Governance for sustainability. *Corporate Governance: An International Review*, 14(6), 522-529. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00527.x>.
- Elliott, J. (2012). *An introduction to sustainable development* (1<sup>st</sup>. ed.). Routledge.
- Esgaio, A. C. (2018). *A responsabilidade social e a redescoberta da solidariedade Perceções de dirigentes e de profissionais de Serviço Social no contexto da economia social e solidária* [Unpublished doctoral dissertation]. Universidade de Lisboa.
- Fajardo García, I. G. (2012). Las empresas de economía social en la Ley 5/2011, de 29 de marzo. *Revista de Derecho de Sociedades*, 38, 245-280.
- Fariñas, Y. & Pacheco, D. (2018). Transparencia y rendición de cuentas: exigencias de la Responsabilidad Social de las Cooperativas no Agropecuarias en Cuba. *REVESCO Revista de Estudios Cooperativos*, 131(2019), 179-198. <https://doi.org/10.5209/REVE.62813>
- Feldman, E. J. (2019). *A practical guide to the conduct of field research in the social sciences*. Routledge.
- Feng, N. C., Neely, D. G., & Slatten, L. A. (2016). Accountability Standards for Nonprofit Organizations: Do Organizations Benefit from Certification Programs? *International Journal of Public Administration*, 39(6), 470–479. <https://doi.org/10.1080/0190>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014). Effect of Stakeholders' Pressure on Transparency of Sustainability Reports within the GRI Framework. *Journal of Business Ethics*, 122, 53-63. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1748-5>

- Ferreira, A., Marques, R. P., Santos, C., & Azevedo, G. (2016). *Evaluation of the Websites of the Portuguese Private Institutions of Social Solidarity* [Paper presentation]. 9th International EIASM Public Sector Conference, Lisboa.
- Ferreira, A. D., Marques, R. P., Santos, C., Azevedo, G. M., & Mendes, H. C. (2019). Evaluation of the Online Accountability of the Portuguese Private Institutions of Social Solidarity. In A. Ferreira, R. Marques, G. Azevedo, H. Inácio, & C. Santos (Ed.), *Modernization and Accountability in the Social Economy Sector* (pp. 196-213). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-8482-7.ch011>
- Santos, C., Ferreira, A., & Curi, D. (2019). *Framework para avaliar a accountability das IPSS nas dimensões social, financeira e económica* [Paper presentation]. XVII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. Porto.
- Ferreira, A., Marques, R.P., Costa, A. J., Bandeira, A. M., Santos, C., Góis, C., Curi, D., Meira, D., Azevedo, G., Inácio, H., Jesus, M., Tomé, B., Teixeira, M., Monteiro, P. & Duarte, R. (2022). *TheoFrameAccountability: Apresentação de Resultados – Seminário Final* (1st. ed). UA Editora. <https://doi.org/10.48528/737p-gz24>.
- Fox, J. (2007). The Uncertain Relationship between Transparency and Accountability. *Development in Practice*, 17(4), 663-671. <https://doi.org/10.1080/09614520701469955>
- Foote, D. (2001). The question of ethical hypocrisy in human resource management in the UK and Irish charity sectors. *Journal of Business Ethics*, 34(1), 25-38. <https://doi.org/10.1023/A:1011909904150>
- Gibbons, K., & Jacob, M. (2018). *Emerging Possibilities: Adapting Carol Sanford's Stakeholder PENTAD for the Nonprofit and Public Sectors* [Paper presentation]. 60th Annual Meeting of the ISSS-2016, Boulder.
- Galvez, M., Pérez, C. & Godoy, M. (2016). NGO's Efficiency and Transparency Policy: The Colombian Case. *Revista Innovar Journal Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*. 26 (60). 67-82. <https://doi.org/10.15446/innovar.v26n60.55534>
- Góis, C., Inácio, H., Meira, D., Jesus, M., Teixeira, M. & Monteiro, P. (in press). Governance of the Social Economy: A literature review. In D. Crowther & S. Seifi (Eds.), *DCGR18 – The Equal Pillars of Sustainability*. Emerald
- Gompers, P., Ishii, J., & Metrick, A. (2003). Corporate governance and equity prices. *The quarterly journal of economics*, 118(1), 107-156.
- Granados, N., Gupta, A., & Kauffman, R. J. (2010). Information Transparency in Business-to-Consumer Markets: Concepts, Framework, and Research Agenda. *Information Systems Research*, 21 (2), 207-226.
- Greenwood, M., & Van Buren III, H. (2010). Trust and Stakeholder Theory: Trustworthiness in the Organisation–Stakeholder Relationship. *Journal of Business Ethics*, 95, 425-438. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0414-4>.
- Guo, Z., & Ma, D. (2018). A Model of Competition Between Perpetual Software and Software as a Service. *MIS Quarterly*, 42(1), 101–120. <https://doi.org/10.25300/MISQ/2018/13640>
- Gustavsson, M. (2017). *Digital Platforms as dislocators. On digitalization and limits of discourse* [Unpublished master's thesis]. Gothenburg University.

- Hart, S. L., & Milstein, M. B. (1999). Global sustainability and the creative destruction of industries. *MIT Sloan Management Review*, 41(1), 23-33.
- Hermalin, B., & Weisbach, M. (1998). Endogenously Chosen Boards of Directors and Their Monitoring of the CEO. *The American Economic Review*, 88(1), 96-118.
- Hevner, A., & Chatterjee, S. (2010). Design Science Research in Information Systems. In *Design Research in Information Systems* (Vol. 22, pp. 9–22). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5653-8\\_2](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-5653-8_2)
- Hevner, A. R. (2007). The three cycle view of design science research. *Scandinavian Journal of Information Systems*, 19(2), 87–92.
- Hevner, A. R., March, S. T., Park, J., & Ram, S. (2004). Design science in information systems research. *MIS Quarterly*, 28(1), 75–105. <https://doi.org/10.2307/25148625>.
- Hoffmann, F., Maas, F., Rodrigues, R., Bruckmuller, A., Gross, S., Kattnigg, A., Leichsenring, K., Schluter, W., Staflinger, H., Schnabel, E., Brucker, U., Burkert, A., Braun, H., Grobe, D., Meyer, J., Minkman, M., Pel, R., & Mak, S. (2010). *Measuring Progress: Indicators for Care Homes* (1<sup>st</sup> ed.). European Centre for Social Welfare Policy and Research.
- Hyndman, N., & McConville, D. (2016). Transparency in Reporting on Charities' Efficiency: A Framework for Analysis. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 45(4), 844-865. <https://doi.org/10.1177/0899764015603205>.
- Institute of Directors in Southern Africa. (2016). *King Report on Corporate Governance for South Africa (King IV)*. Institute of Directors in Southern Africa.
- INE, (2020). *Inquérito ao Setor da Economia Social: 2018*. Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Português de Corporate Governance. (2012) *Projecto de Código de Governo das Sociedades*. Instituto Português de Corporate Governance.
- International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN). (1980). *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources.
- Jacob, S. A., & Furgerson, P. S. (2012). Writing interview protocols and conducting interviews: tips for students new to the field of qualitative research. *Qualitative Report*, 17(42), 1-10.
- Jegers, M. (2009). “Corporate” governance in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 20(2), 143-164.
- Kamaluddin, A. Hasan, H.A., Arshad, R. & Samah, S.A.A. (2016). Social Capital and innovation capital: Accountability towards small medium enterprises' (smes) sustainable performance. *Malaysian Accounting Review*, 15(1), 197-224. <http://dx.doi.org/10.24191/mar.v15i1.569>.
- Karatas, G., Can, F., Dogan, G., Konca, C., & Akbulut, A. (2017). Multi-tenant architectures in the cloud: A systematic mapping study. *2017 International Artificial Intelligence and Data Processing Symposium (IDAP)*, 1–4. <https://doi.org/10.1109/IDAP.2017.8090268>.
- Kenney, M., & Zysman, J. (2016). The Rise of the Platform Economy. *Issues in Science & Technology*, 32(3), 61–69. <https://doi.org/10.17226/21913>.

- Klein, A. (2002). Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 33(3), 375-400. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(02\)00059-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(02)00059-9).
- Krebs, L.M., Rodriguez, O.L., Dewitte, P., Ausloos, J., Geerts, D., Naudts, L., & Verbert, K. (2019). *Tell Me What You Know: GDPR Implications on Designing Transparency and Accountability for News Recommender Systems* [Paper presentation]. *CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. Glasgow
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2009). *Focus Groups: A practical guide for applied research* (1<sup>st</sup> ed.). Sage.
- Lee, M. P. (2008). A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10(1), 53–73.
- Lee, R. L., & Joseph, R. C. (2013). An examination of web disclosure and organizational transparency. *Computers in Human Behavior*, 29(6), 2218-2224.
- Lee, S., & Phan, P. (2000). Competencies of Directors in Global Firms: Requirements for Recruitment and Evaluation. *Corporate Governance*, 8(3), 204–214.
- Lei n.º 24/2012 da Assembleia da República. (2012). Diário da República: 1.ª série n.º 131. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/24-2012-179571>
- Lei n.º 30/2013 da Assembleia da República. (2013). Diário da República: 1.ª série, n.º 88. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/30-2013-260892>
- Lei n.º 150/2015 da Assembleia da República. (2015). Diário da República: 1ª série, nº177. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/150-2015-70241301>
- Lewandowski, C. M. (2013). Choosing a future in platform economy. *Journal of Chemical Information and Modeling*, 53(18), 1689–1699. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Linda, S. (1990). *Signs of hope: Working towards our common future* (1<sup>st</sup> ed.). Oxford University Press.
- Liu, C., Bunditsakulchai, P., & Qiannan, Z. (2021). Impact of COVID-19 on Food and Plastic Waste Generated by Consumers in Bangkok. *Sustainability*. 13(16), 8988. <https://doi.org/10.3390/su13168988>.
- Lopes, A., & Leal, S. (2017). Responsabilidade Social numa Organização de Economia Social: O Caso do Centro Social da Quinta do Anjo. *Revista da UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 5(2), 15-30.
- López-Arceiz, F. Torres-Pradas, L. & Bellostas-Pérezgrueso, A. (2019). Does Online Accessibility, as a Transparency Mechanism, Play the Same Role in Private and Public Nonprofit Organizations?. *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 8(1). 42-64. <http://dx.doi.org/10.5947/jeod.2019.003>
- Lyth, A., Baldwin, C., Davison, A., Fidelman, P., Booth, K., & Osborne, C. (2017). Valuing third sector sustainability organisations – qualitative contributions to systemic social

transformation. *Local Environment*, 22(1), 1-21.  
<https://doi.org/10.1080/13549839.2016.1149457>.

Ma, D. (2007). *The Business Model of Software-As-A-Service* [Paper presentation]. International Conference on Services Computing (SCC 2007), Salt Lake City.

Madsen, P. (2009). Dynamic Transparency, Prudential Justice, and Corporate Transformation: Becoming Socially Responsible in the Internet Age. *Journal of Business Ethics*, 90(4), 639-648.

Man, C. & Wong, B. (2013) Corporate Governance and Earnings Management: A Survey of Literature. *Journal of Applied Business Research*, 29(2), 391-418.  
<https://doi.org/10.19030/jabr.v29i2.7646>

Markham, A. N. (2013). Fieldwork in social media: What would Malinowski do?. *Qualitative Communication Research*, 2(4), 434-446. <https://doi.org/10.1525/qcr.2013.2.4.434>.

Marques, R.P., Santos, C. & Duarte, R. (2019). *A Web Platform on a Multi-tenant SaaS Architecture to promote the Accountability of the Social Economy Sector* [Paper presentation]. Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, Lisboa.

Marshall, M., Vines, J., Wright, P., Kirk, D., Lowe, T. & Wilson, R. (2018). *Accountability Work: Examining the Values, Technologies and Work Practices that Facilitate Transparency in Charities* [Paper presentation]. 2018 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems, Montréal.

Matten, D., & Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: A conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 33(2), 404-424. <https://doi.org/10.5465/amr.2008.31193458>.

Medraño, M. & Peñalver, J. (2011). Good governance in the entities of the social economy. CIRIEC - Espaa, *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 73(Special Issue), 171-191.

Meijer, A. (2009). Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, 75(2), 255–269. <https://doi.org/10.1177/0020852309104175>.

Meijer, A. (2015). Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. *International Journal of Public Administration*. 38(3). <https://doi.org/10.1080/01900692.2014.934837>.

Meira, D. M. (2011). A responsabilidade social da empresa cooperativa: uma análise jurídica e intercultural. In *Diálogos interculturais: os novos rumos da viagem*, pp. 293-305.

Meira, D. M. (2013). A Lei de Bases da Economia social Portuguesa. Breve Apresentação. *Cooperativismo e Economia Social*, 35, 231-236.

Meira, D. M. (2017). A governação da Economia Social. Uma reflexão a partir da Lei de Bases da Economia Social portuguesa . In J. C. Loureiro, & S. T. da Silva, *A Economia Social e Civil–Estudos* (1st ed., pp. 195-229). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mettler, T., & Winter, R. (2016). Are business users social? A design experiment exploring information sharing in enterprise social systems. *Journal of Information Technology*, 31(2), 101–114. <https://doi.org/10.1057/jit.2015.28>.

- Michael, B. (2003). Corporate social responsibility in international development: an overview and critique. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 10(3), 115-128. <https://doi.org/10.1002/csr.41>
- Munck, L., & Souza, R. B. (2011). O ecletismo do paradigma da sustentabilidade: construção e análise a partir dos estudos organizacionais. *Ciencias da Administração*, 13(29), 202-242.
- Namorado, R. (2006). Os quadros jurídicos da economia social – uma introdução ao caso português. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 251(1), 1-27.
- Naurin, D. & Fellow, M. (2007). *Transparency, Publicity, Accountability – The missing links* [Paper presentation]. CONNEX-RG, 2nd Workshop on Delegation and Mechanisms of Accountability in the EU. Uppsala.
- Nicolaou, A. (2009). Integrated information systems and transparency in business reporting. *International Journal of Disclosure and Governance*, 7, 216-226. <https://doi.org/10.1057/jdg.2009.27>
- Nowland-Foreman, G. (2009). *The Challenge of Accountability, the Opportunity of Responsibility for Third Sector Organisations* [Paper presentation]. 6th International Society for Third Sector Research (ISTR) Asia Pacific Regional Conference, Taipei, Taiwan.
- ONU. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Organização das Nações Unidas.
- OCDE. (1999). *Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades*. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.
- O'Regan, K. & Oster, S. (2005). Does the Structure and Composition of the Board Matter? The Case of Nonprofit Organizations. *Journal of Law, Economics, and Organization*, 21(1), 205-227.
- Oster, S. (1995). *The Strategic Management of Nonprofit Organizations* (1<sup>st</sup> ed.). Oxford Press.
- O'Sullivan, M. (2000). *Contests for Corporate Control: Corporate Governance and Economic Performance in the United States and Germany*. Oxford: Oxford University Press.
- Otero, P. (2013). Da limitação a renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos autárquicos. *Direito & Política*, 4. 95.
- Pardal, P., Carreira, F., & Alexandre, P. (2019). *O grau de divulgação de informação nos websites das IPSS* [Paper presentation]. VII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (XVII CICA), Porto.
- Parente, C. (2014). *Empreendedorismo Social em Portugal* (1st ed.). Universidade do Porto - Faculdade de Letras.
- Parmar, B. L., Freeman, R. E., Harrison, J. S., Wicks, A. C., Purnell, L., & De Colle, S. (2010). Stakeholder theory: The state of the art. *Academy of Management Annals*, 4(1), 403-445. <https://doi.org/10.5465/19416520.2010.495581>.

- Peffers, K., Tuunanen, T., Gengler, C. E., Rossi, M., Hui, W., Virtanen, V., & Bragge, J. (2006). *The design science research process: a model for producing and presenting information systems research* [Paper presentation]. *First International Conference on Design Science Research in Information Systems and Technology (DESRIST 2006)*, Claremont.
- Portaria n.º 298/2013, de 4 de outubro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 192. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 126, Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 143, Lisboa: Ministério das Finanças.
- Portaria n.º 218-D/2019, de 15 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 133, 1º Suplemento. Lisboa. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Porumbescu, G. (2016). Non-Profit Accountability in Least Developed Nations: Lessons Learned From West Africa. *Public Administration Quarterly*, 40(2), 288–315.
- Rahman, N. & Post, C. (2012). Measurement Issues in Environmental Corporate Social Responsibility (ECSR): Toward a Transparent, Reliable, and Construct Valid Instrument. *Journal of Business Ethics*, 105, 307-319.
- Rawlins, B. (2009). Give the Emperor a Mirror: Toward Developing a Stakeholder Measurement of Organizational Transparency. *Journal Of Public Relations Research*, 21(1), 71-99. <https://doi.org/10.1080/10627260802153421>.
- Roblek, V., Meško, M., & Štok, Z. M. (2016). *Digital sustainability in the fourth industrial revolution* [Paper presentation]. ENTRENOVA - Enterprise Research Innovation Conference. Rovinj.
- Rodríguez Fernández, J. & Saz Gil, M. (2011). Una nueva frontera en organizaciones no lucrativas: el buen gobierno global. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 71, 229-251.
- Rong, K., Lin, Y., Shi, Y., & Yu, J. (2013). Linking business ecosystem lifecycle with platform strategy: a triple view of technology, application and organisation. *International Journal of Technology Management*, 62(1), 75-94.
- Rotheroe, N. & Richards, A. (2007). Social Return on Investment and social enterprise: Transparent accountability for sustainable development. *Social Enterprise Journal*, 3(1), 31-48. <https://doi.org/10.1108/17508610780000720>.
- Sanford, C. (2011). *The responsible business: reimagining sustainability and success* (1<sup>st</sup> ed.). John Wiley & Sons.
- Sangole, N., Kaaria, S., Njuki, J., Lewa, K., & Mapila, M. (2014). Community based participatory monitoring and evaluation: Impacts on farmer organization functioning, social capital and accountability. *The Journal of Rural and Community Development*, 9(2), 128-148.
- Santana, A. & Wood, D. (2009). Transparency and social responsibility issues for Wikipedia. *Ethics And Information Technology*, 11(2), 133-144. <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9193-y>

- Santana, M. & Campos, N. (2013). *Manual de Governo & Código de Governo de Entidades do Terceiro Setor* (1st ed.). Impulso Positivo.
- Santos, C., Ferreira, A. D., Marques, R. P., Azevedo, G. M., & Inácio, H. (2019). Modernization and Accountability in the Social Economy: A Systematic Review. In A. Ferreira, R. Marques, G. Azevedo, H. Inácio, & C. Santos (Ed.), *Modernization and Accountability in the Social Economy Sector* (pp. 1-20). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-8482-7.ch001>
- Saraiva, R. (2017). A regulação pública das entidades da economia social. *Cooperativismo e Economia Social*, 39, 55-88.
- Savitz, A. (2013). *The triple bottom line: how today's best-run companies are achieving economic, social and environmental success-and how you can too* (1st ed.). John Wiley & Sons.
- Scotland's Third Sector Governance Forum. (2018). The Scottish Governance Code for the Third Sector. *Scotland's Third Sector Governance Forum*. <https://goodgovernance.scot/governance-code/>
- Seguí Mas, E., García Martínez, G., Romero Civera, A. & Villalonga Grañana, I. (2008). La innovación en el gobierno de las cajas rurales españolas: evaluación de su e-gobierno corporativo. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 60, 155-178.
- Shleifer, A. & Vishny, R. (1997). A Survey of Corporate Governance. *Journal of Finance*, 52(2), 737-783. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb04820.x>
- Shrivastava, P., & Addas, A. (2014). The impact of corporate governance on sustainability performance. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 4(1), 21-37, <https://doi.org/10.1080/20430795.2014.887346>
- Shuib, N.A. & Ruhayatan, J.S. (2014). The influence of financial management practices, board effectiveness and accountability towards performance: empirical test of non-profit organizations. *Asia-Pacific Management Accounting Journal*, 8(1), 43-63.
- Siebart, P. (2005). Corporate Governance of Nonprofit Organizations: Cooperation and Control. *International Journal of Public Administration*, 28(9), 857-867. <https://doi.org/10.1081/PAD-200067375>
- Silva, M. E., Costa, A. C., & Gómez, C. P. (2011). Sustentabilidade no Terceiro Setor: O desafio de harmonizar as dimensões da sustentabilidade em uma ONG.". *Revista Reuna*, 16(3), 75-92.
- Sloan, R. (2001). Financial Accounting and Corporate Governance: A Discussion. *Journal of Accounting & Economics*, 32(1), 335-347. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00039-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00039-8)
- Somers, A. B. (2010). Shaping the balanced scorecard for use in UK social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 1(1), 43-56. <https://doi.org/10.1108/17508610580000706>.
- Sousa, P., Caetano, A., Vasconcelos, A., Pereira, C., & Tribolet, J. (2007). Enterprise Architecture Modeling with the Unified Modeling Language. In P. Rittgen (Ed.), *Enterprise Modeling and Computing with UML* (pp. 67-94). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-59904-174-2.ch004>

- Spear, R., Cornforth, C. & Aiken, M. (2009). The Governance Challenges of Social Enterprises: Evidence from a UK Empirical Study. *Annals of public and Cooperative Economics*, 80(2), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8292.2009.00386.x>.
- Taylor, D. (2014). *Governance for Not-for-Profit Organizations: Questions for Directors to Ask* (1<sup>st</sup> ed.). Chartered Professional Accountants of Canada.
- The Charity Council. (2017). *Code of Governance for Charities and Institutions of a Public Character* (2nd ed). The Charity Council.
- Tiwana, A., Konsynski, B., & Bush, A. A. (2010). Platform evolution: Coevolution of platform architecture, governance, and environmental dynamics. *Information Systems Research*, 21(4), 675–687. <https://doi.org/10.1287/isre.1100.0323>.
- Tizzei, L. P., Nery, M., Segura, V. C. V. B., & Cerqueira, R. F. G. (2017). *Using Microservices and Software Product Line Engineering to Support Reuse of Evolving Multi-tenant SaaS* [Paper presentation]. 21st International Systems and Software Product Line Conference. Sevilha.
- Tomé, B., Bandeira, A.M., Azevedo, G., & Costa, A. (2019). *Sustainability and Corporate Social Responsibility in the perspective of social economy entities: a bibliometric study* [Paper presentation]. International Conference on Corporate Social Responsibility (CSR) and 9th Organizational Governance Conference. Barcelos.
- Tomé, M. B., Meira, D. A., & Bandeira, A. M. (2016). *Os Desafios das Cooperativas de Solidariedade Social Portuguesas Face ao Novo Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social* [Paper presentation]. XVI Congresso de Investigadores em Economía Social y Cooperativa. Valencia.
- Truyen, E., Landuyt, D., Reniers, V., Rafique, A., Lagaisse, B., & Joosen, W. (2016). *Towards a container-based architecture for multi-tenant SaaS applications* [Paper presentation]. 15th International Workshop on Adaptive and Reflective Middleware. New York.
- Turilli, M. & Floridi, L. (2009). The ethics of information transparency. *Ethics And Information Technology*, 11(2), 105-112. <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9187-9>
- UE. (2001). *Livro Verde- Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas* (1st ed.). Comissão das Comunidades Europeias.
- UN. (2020). *What is CSR?* United Nations Industrial Development Organization. <https://www.unido.org/our-focus/advancing-economic-competitiveness/competitive-trade-capacities-and-corporate-responsibility/corporate-social-responsibility-market-integration/what-csr>
- UN. (2021). *Who we are?* United Nations: <https://www.un.org/en/civil-society/page/about-us>.
- Upward, A., & Jones, P. (2016). An Ontology for Strongly Sustainable Business Models. *Organization & Environment*, 29(1), 97–123. <https://doi.org/10.1177/1086026615592933>.
- Vaccaro, A. & Madsen, P. (2009). Corporate dynamic transparency: the new ICT-driven ethics?. *Ethics and Information Technology*, 11(2), 113–122 <https://doi.org/10.1007/s10676-009-9190-1>.

- Watson, E. (2004). Public-Sector Corporate Governance: British Columbia's Best-Practices Reforms. *Ivey Business Journal Online*, 1(1). 1-10.
- Weerawardena, J., McDonald, R. E., & Sullivan, G. (2010). Sustainability of non-profit organizations: An empirical investigation. *Journal of World Business*, 45(4), 346-356. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2009.08.004>
- Weisman, C. (2003). Building a Board with a Passion for the Mission. *Nonprofit World*, 21(2), 27-29.
- Williams, I. D., Curran, T., & Schneider, F. (2012). The role and contribution of the third sector in terms of waste management and resource recovery. *Waste Management*, 32(10), 1739-1741. <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2012.06.019>
- Windrum, P., Schartinger, D., Rubalcaba, L., Gallouj, F., & Toivonen, M. (2016). The co-creation of multi-agent social innovations: A bridge between service and social innovation research. *European Journal of Innovation Management*, 19(2), 150-166. <https://doi.org/10.1108/EJIM-05-2015-0033>.
- Wood, D. J. (1991). Corporate social performance revisited. *The Academy of Management Review*, 16(4), 691-718. <https://doi.org/10.2307/258977>
- Wood, D. J. (2020). Measuring Corporate Social Performance: A Review. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 50-84. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2009.00274.x>
- Wood, M. (1992). Is Governing Board Behavior Cyclical? *Nonprofit Management and Leadership*, 3(2), 139-163. <https://doi.org/10.1002/nml.4130030204>
- Xie, B., Davidson III, W. & DaDalt, P., (2003). Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee. *Journal of Corporate Finance*. 9, 295-316. [https://doi.org/10.1016/S0929-1199\(02\)00006-8](https://doi.org/10.1016/S0929-1199(02)00006-8).
- Zainon, S., Ahmad, S. A., Atan, R., Wah, Y. B., Bakar, Z. A., & Sarman, S. R. (2014a). Legitimacy and Sustainability of Social Enterprise: Governance and Accountability. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 145, 152-157. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.06.022>
- Zainon S., Ahmad, S. A., Atan, R., Wah, Y. B., Bakar, Z. A., & Sarman, S. R. (2014b). An Integrated Ritual Effectiveness Accountability Reporting System (i-REARs) for Non-Profit Organizations. *International Business Research*, 7(5), 156-165.
- Zysman, J., & Kenney, M. (2017). Intelligent Tools and Digital Platforms: Implications for Work and Employment. *Intereconomics*, 52(6), 329-334. <https://doi.org/10.1007/s10272-017-0699-y>.
- Zurera, M. P. (2011). *Las empresas de la economía social: más allá del comentario a la Ley 5/2011, de economía social* (1st ed.). Marcial Pons Ediciones Jurídicas y Sociales.

# APÊNDICES

promotores



programa



co-financiamento



## APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA

---

A entrevista, embora visando uma resposta às questões abaixo identificadas, deverá ser conduzida de forma descontraída. Fazendo questões genéricas que nos permitam obter as respostas para as questões abaixo.

### a. Caracterização

- i. Pedir que **nos falem um pouco da missão e evolução da instituição**, sendo que à medida que a conversa avança, vamos anotando as respostas e verificando de estão respondidas as questões abaixo. Quando não estejam, vamos orientando a conversa para o que pretendemos, sendo que devemos conseguir identificar:
  1. a missão social da instituição;
  2. as atividades desenvolvidas na instituição;
  3. o número de utentes abrangido pelas atividades;
  4. a evolução da instituição;
  5. as principais transformações na atividade, se as houve, e o que levou a essas transformações (forma de consolidação da instituição: alargamento/retração).

### b. Modelos de gestão interna

- i. Pedir que nos falem da sua organização interna e depois, do mesmo modo que na secção anterior, conduzir a conversa para obter respostas às questões relacionadas com:
  1. os recursos humanos - dados gerais sobre: quantidade (incluindo voluntários) género; habilitações literárias; formação profissional; categorias profissionais existentes; composição dos órgãos administrativos; por forma a que consigamos ter uma panorâmica geral dos recursos humanos e perceber o potencial da instituição para introduzir melhorias, nomeadamente, dinamizando a preparação de informação para fins de gestão (por exemplo implementação de novos processos, de contabilidade analítica, de controlo interno ...);
  2. os processos de tomada de decisão - o tipo de informação que toma em consideração para a tomada de decisão; que informação que gostaria de ter a comunicação interna;
- ii. A informação financeira é preparada internamente, ou através de um gabinete de Contabilidade?
- iii. É feita alguma avaliação de desempenho? (aos trabalhadores, à estratégia, aos projetos e parceiros)
- iv. Existe uma avaliação do impacto social das atividades? Se sim, de que forma é concretizada?

- v. Há algum mecanismo para auscultar as reclamações/sugestões dos utentes e prestadores de serviço?
  - vi. A IPSS realiza planeamento estratégico? Como ele é realizado?
  - vii. Quais são os mecanismos que a instituição possui para: reciclagem dos resíduos sólidos (não contaminantes); disposição dos resíduos contaminantes; aproveitamento de água das chuvas; economia de energia, entre outros.
- c. Modelos de gestão externa
- i. Quais são os principais parceiros externos?
  - ii. Foram estabelecidos protocolos de parceria?
  - iii. Âmbito e áreas de intervenção dos parceiros (com ou sem protocolo)? (Âmbito local, regional, distrital ou nacional, principais áreas de intervenção)
  - iv. O modelo de intervenção social é definido internamente ou em conjunto com os parceiros sociais?
  - v. Outros relacionamentos institucionais (não parceiros)?
- d. O que pode dar o projeto
- i. Quais as principais dificuldades da instituição no que respeita à preparação e obtenção de informação para a tomada de decisão/resposta aos organismos que a financiam?
  - ii. O que pensa que pode ser o contributo do projeto para melhorar os processos de tomada de decisão?
  - iii. Entende que o projeto pode melhorar a transparência da instituição?
  - iv. Existindo maior transparência, pensa que poderá captar mais receitas (doações...)?
  - v. Um site na internet pode ajudar?
  - vi. **Se a entidade tem site** (não contam as redes sociais):
    1. Há quanto tempo têm site?
    2. Que tipo de informação divulgam no site?
    3. Há informações que consideram relevantes, mas que não divulgam? (Procurar apurar o motivo);
    4. Com a criação do site e com a divulgação da instituição, o que verificaram de positivo para a instituição?
    5. Independentemente da obrigatoriedade, identifica mais valias na a publicação do Relatório e Contas no site?
    6. Está satisfeito com o atual site da instituição, ou gostaria de ver outros assuntos/informação divulgados?
    7. O site é gerido internamente ou por alguma entidade externa?
    8. Qual o interesse em dar mais a conhecer acerca da instituição?
  - vii. **Se a entidade não tem site:**
    1. Como divulgam informação sobre a entidade? (designadamente para cumprimentos das obrigações legais)
    2. Está prevista a criação do site?
      - a. Se sim, para quando?
      - b. Se não, quais as principais dificuldades para essa concretização?
    3. Que tipo de informação deveria ser publicada nesse site?
    4. Considera importante a publicação do Relatório e Contas no site?

5. Qual o interesse em dar mais a conhecer acerca da instituição?

Nota: tempo médio para cada entrevista 2h.

## APÊNDICE 2 – FICHAS DE INDICADORES

Tabela 241 - Indicador que permite avaliar as atividades principais desenvolvidas por qualquer entidade respondente

Atividades Principais	
<b>Código</b>	PurEPO1
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>AP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Doadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico e ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual (is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar, a partir de uma lista fornecida no questionário, <b>as atividades principais que realiza</b> . Poderá assinalar várias opções. A partir destes dados será calculado o indicador <b>AP</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ1</b> - Indique as atividades principais que desenvolve
<b>Uso/Objetivo</b>	Identificar a percentagem de atividades que cada uma das entidades respondentes exerce a título principal, relativamente ao total de atividades principais possíveis
<b>Variáveis</b>	<b>NAP</b> – número de atividades principais identificadas por cada uma das entidades respondentes <b>TAP</b> – total de atividades principais possíveis de realizar <b>AP</b> – índice de atividades principais realizadas por cada uma das entidades respondentes relativamente ao total de atividades principais possíveis de realizar
<b>Forma de cálculo</b>	$AP = \frac{NAP}{TAP}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	A entidade respondente tem que indicar pelo menos uma atividade principal

**Tabela 25** - Indicador que permite avaliar o índice médio das atividades principais desenvolvidas pelas entidades respondentes

<b>Índice Médio das Atividades Principais</b>	
<b>Código</b>	PurEPO1A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMAP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>AP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Doadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico e ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>AP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da percentagem de atividades realizadas a título principal</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir o índice médio das atividades principais desenvolvidas pelo conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>AP</b> – índice de atividades principais realizadas por cada uma das entidades respondentes relativamente ao total de atividades principais possíveis de realizar <b>TR</b> – total de entidades respondentes <b>IMAP</b> – índice médio de atividades principais realizadas da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAP} = \frac{\sum \text{AP}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	As entidades respondentes têm que indicar pelo menos uma atividade principal

**Tabela 26** - Indicador que permite verificar se é exercida alguma atividade instrumental por qualquer entidade respondente

<b>Atividades Instrumentais</b>	
<b>Código</b>	PurEPO2
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>AI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Doadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico, Ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se exerce outra atividade para além da(s) principal(ais)</b> . A partir destes dados será calculado o indicador <b>AI</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ2 – Exerce outra atividade para além das principais?</b>
<b>Uso/Objetivo</b>	Identificar o exercício de outra atividade para além da atividade principal
<b>Variáveis</b>	<b>AI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente exerce atividades instrumentais e toma o valor 0 se essa entidade não exerce atividades instrumentais
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ2 – Exerce outra atividade para além das principais?) = Sim, então AI = 1, senão, AI = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 27** - Indicador que permite avaliar o índice médio de entidades que exercem atividades instrumentais, considerando a totalidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Atividades Instrumentais</b>	
<b>Código</b>	PurEPO2A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMAI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>AI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Doadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico, Ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>AI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de entidades respondentes que exercem atividade(s) instrumental(ais)
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Identificar o exercício de outra atividade para além da atividade principal e contribuir para a caracterização do perfil organizacional, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>AI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente exerce atividades instrumentais e toma o valor 0 se essa entidade não exerce atividades instrumentais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAI</b> – índice médio das entidades que exercem atividades instrumentais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAI} = \frac{\sum \text{AI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 28** - Indicador que permite verificar se existe plano estratégico de uma qualquer entidade respondente

<b>Existência de Plano Estratégico</b>	
<b>Código</b>	PurEPO3
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>EPE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico, Ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se tem um plano estratégico</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>EPE</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ3</b> - Possui um plano estratégico definido?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a existência de plano estratégico
<b>Variáveis</b>	<b>EPE</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem plano estratégico definido e toma o valor 0 se a entidade não tem plano estratégico definido
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ3 - Possui um plano estratégico definido?) = Sim, então EPE = 1, senão, EPE = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 29** - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de plano estratégico das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Existência de Plano Estratégico</b>	
<b>Código</b>	PurEPO3A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMEPE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>EPE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico, Ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>EPE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da existência de plano estratégico</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a existência de plano estratégico, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>EPE</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem plano estratégico definido e toma o valor 0 se essa entidade não tem plano estratégico definido <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMEPE</b> – índice médio da existência de plano estratégico, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMEPE} = \frac{\sum \text{EPE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 30 - Indicador que permite avaliar a existência de maturidade estratégica de uma qualquer entidade respondente**

<b>Maturidade Estratégica da Entidade</b>	
<b>Código</b>	PurEPO4
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>MEE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado a partir dos dados sobre a <b>Missão</b> , a <b>Visão</b> e os <b>OE</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico, Ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir dos dados sobre a <b>Missão</b> , a <b>Visão</b> e os <b>OE</b> será calculado o indicador <b>MEE</b> de uma dada entidade respondente
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ4</b> - Possui missão definida? <b>IQ5</b> - Possui visão definida? <b>IQ6</b> - Possui objetivos estratégicos definidos?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a maturidade estratégica
<b>Variáveis</b>	<b>Missão</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem a missão definido e toma o valor 0 se a entidade não tem a missão definida <b>Visão</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem a visão definido e toma o valor 0 se a entidade não tem a visão definida <b>OE</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem os objetivos estratégicos definidos e toma o valor 0 se a entidade não tem os objetivos estratégicos definidos <b>MEE</b> - Maturidade estratégica de uma dada entidade respondente
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ4 - Possui missão definida?) = Sim, então Missão = 1, senão, Missão = 0</b> <b>Se (IQ5 - Possui visão definida?) = Sim, então Visão = 1, senão, Visão = 0</b> <b>Se (IQ6 → Possui objetivos estratégicos definidos?) = Sim, então OE = 1, senão, OE = 0</b>  $\text{MEE} = \frac{\text{Missão} + \text{Visão} + \text{OE}}{3}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 31** - Indicador que permite avaliar o índice médio da maturidade estratégica das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Maturidade Estratégia da Entidade</b>	
<b>Código</b>	PurEPO4A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMMEE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>MEE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, fornecedores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MEE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da maturidade estratégica</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a maturidade estratégica, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MEE</b> - Definição estratégica de uma dada entidade respondente <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMMEE</b> - índice médio da maturidade estratégica, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$IMMEE = \frac{\sum MEE}{TR}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 32** - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade respondente dispõe de sistema de gestão da qualidade de uma qualquer entidade respondente

<b>Sistema de Gestão da Qualidade</b>	
<b>Código</b>	PurEPO5
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>ESGQ</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, fornecedores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se possui um <b>Sistema de Gestão da Qualidade</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>SGQ</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ7</b> - Dispõe de sistema de gestão de qualidade?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a qualidade dos serviços prestados
<b>Variáveis</b>	<b>ESGQ</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem <b>SGQ</b> e toma o valor 0 se a entidade não tem <b>SGQ</b>
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ7 - Dispõe de sistema de gestão de qualidade?) = Sim, então <math>ESGQ = 1</math>, senão, <math>ESGQ = 0</math></b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 33** - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de sistema de gestão da qualidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Existência de Sistema da Gestão da Qualidade</b>	
<b>Código</b>	PurEPO5A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMESGQ</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>ESGQ</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, fornecedores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>ESGQ</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da existência de SGQ</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a qualidade dos serviços prestados, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>ESGQ</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem SGQ e toma o valor 0 se essa entidade não tem SGQ <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMESGQ</b> – índice médio da existência de SGQ, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMESGQ} = \frac{\sum \text{ESGQ}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 34** - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade dispõe de modelos de avaliação de desempenho de uma qualquer entidade respondente

<b>Modelos de Avaliação de Desempenho</b>	
<b>Código</b>	PurEPO6
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>MAD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, fornecedores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se possui, ou não de <b>modelos/ferramentas de avaliação do desempenho organizacional</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>MAD</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ8</b> - Dispõe de modelos/ferramentas de avaliação do desempenho organizacional?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a existência de modelos de avaliação global de desempenho organizacional
<b>Variáveis</b>	<b>MAD</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem MAD e toma o valor 0 se essa entidade não tem MAD
<b>Forma de cálculo</b>	Se (IQ8 - Dispõe de modelos/ferramentas de avaliação do desempenho organizacional?) = <b>Sim, então MAD = 1, senão, MAD = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 35** - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de modelo de avaliação de desempenho das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Existência de Modelo de Avaliação de Desempenho</b>	
<b>Código</b>	PurEPO6A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMMAD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>EMAGD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, doadores, fornecedores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>EMAGD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da existência de MAGD</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a existência de modelos de avaliação global de desempenho organizacional, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>EMAGD</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem MAGD e toma o valor 0 se essa entidade não MAGD <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMEMAGD</b> – índice médio de entidades que possui MAGD, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMEMAGD} = \frac{\sum \text{MAD}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 36** - Indicador que permite avaliar se uma determinada entidade dispõe de manual de descrição de funções de uma qualquer entidade respondente

<b>Manual de Descrição de Funções</b>	
<b>Código</b>	PurEPO7
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>MDF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Trabalhadores, voluntários, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se possui, ou não, <b>manual de descrição de funções</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>MDF</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ9</b> - Dispõe de manual de descrição de funções?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a existência de manual de descrição de funções
<b>Variáveis</b>	<b>MDF</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem MDF e toma o valor 0 se essa entidade não tem MDF
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ9 - Dispõe de manual de descrição de funções?) = Sim, então <math>EMDF = 1</math>, senão, <math>EMDF = 0</math></b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 37** - Indicador que permite avaliar o índice médio da existência de manual de descrição de funções das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Existência de Manual de Descrição de Funções</b>	
<b>Código</b>	PurEPO7A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Estratégia e Perfil Organizacional
<b>Sigla</b>	<b>IMMDF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>MDF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Trabalhadores, voluntários, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, social
<b>Operacionalização</b>	Não aplicável
<b>Periodicidade</b>	A partir do indicador <b>MDF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da existência de manual de descrição de funções</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a existência de manual de descrição de funções, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MDF</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem MDF e toma o valor 0 se essa entidade não MDF <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMEMDF</b> – índice médio de entidades que possui MDF, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMEMDF} = \frac{\sum \text{MDF}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 38** - Indicador que permite avaliar a participação dos trabalhadores nos órgãos sociais de uma qualquer entidade respondente

<b>Participação dos Trabalhadores nos Órgãos Sociais</b>	
<b>Código</b>	PurGov8
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governança
<b>Sigla</b>	<b>PTOS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, trabalhadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) e, também, o número de titulares dos órgãos que são trabalhadores. A partir destes dados será calculada a <b>participação dos trabalhadores nos órgãos sociais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ10</b> - No que respeita aos titulares dos órgãos sociais, indique o número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) <b>IQ10</b> - No que respeita aos titulares dos órgãos sociais, indique o número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) que são trabalhadores
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a democraticidade e/ou heterogeneidade dos órgãos sociais da entidade
<b>Variáveis</b>	<b>NTOS</b> - número de titulares dos órgãos sociais de uma dada entidade <b>NTrabOS</b> - número de trabalhadores nos órgãos sociais de uma dada entidade <b>PTOS</b> – participação dos trabalhadores nos órgãos sociais de uma dada entidade
<b>Forma de cálculo</b>	$PTOS = \frac{NTrabOS}{NTOS}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 39** - Indicador que permite avaliar o índice médio da participação dos trabalhadores nos órgãos sociais das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Participação dos Trabalhadores nos Órgãos Sociais</b>	
<b>Código</b>	PurGov8A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governança
<b>Sigla</b>	<b>IMPTOS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>PTOS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Trabalhadores, voluntários, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>PTOS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de participação dos trabalhadores nos órgãos sociais</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a democraticidade e/ou heterogeneidade dos órgãos sociais da entidade, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>PTOS</b> – participação dos trabalhadores nos órgãos sociais de uma dada entidade <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMPTOS</b> – índice médio de participação dos trabalhadores nos órgãos sociais da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPTOS} = \frac{\sum \text{PTOS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 40** - Indicador que permite avaliar a paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais de uma qualquer entidade respondente

<b>Paridade entre Mulheres e Homens nos Órgãos Sociais</b>	
<b>Código</b>	PurGov9
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governança
<b>Sigla</b>	<b>PMHOS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Trabalhadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) e o número de titulares dos órgãos que são mulheres. A partir destes dados será calculada a paridade entre <b>Mulheres e Homens nos Órgãos Sociais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ10a</b> - No que respeita aos titulares dos órgãos sociais, indique o número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) <b>IQ10c</b> - No que respeita aos titulares dos órgãos sociais, indique o número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) que são mulheres
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com o equilíbrio entre os perfis de liderança
<b>Variáveis</b>	<b>NTOS</b> - número de titulares dos órgãos sociais de uma dada entidade <b>NMOS</b> - número de mulheres nos órgãos sociais de uma dada entidade <b>PMHOS</b> – paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais de uma dada entidade
<b>Forma de cálculo</b>	$PMHOS = \frac{NMOS}{NTOS}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 41** - Indicador que permite avaliar o índice médio da paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Paridade entre Mulheres e Homens nos Órgãos Sociais</b>	
<b>Código</b>	PurGov9A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governança
<b>Sigla</b>	<b>IMPMHOS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>PMHOS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Trabalhadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>PMHOS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com o equilíbrio entre os perfis de liderança, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>PMHOS</b> – paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais de uma dada entidade <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMPMHOS</b> – índice médio de paridade entre mulheres e homens nos órgãos sociais da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPMHOS} = \frac{\sum \text{PMHOS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 42** - Indicador que permite avaliar peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal (que não os órgãos de gestão) de uma qualquer entidade respondente

<b>Peso da remuneração dos órgãos sociais na Remuneração do Pessoal</b>	
<b>Código</b>	PurGov10
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governação
<b>Sigla</b>	<b>PROSRP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, trabalhadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre número total de titulares dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, órgão de administração e/ou direção e órgão de fiscalização) e, também, o número de titulares dos órgãos que são trabalhadores. A partir destes dados será calculada a <b>participação dos trabalhadores nos órgãos sociais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ29d</b> - Indique o valor das remunerações dos titulares dos órgãos sociais (conta 631) e encargos patronais correspondentes (correspondente subconta da 635) <b>IQ29c</b> - Indique o valor das remunerações do pessoal (conta 632) e encargos patronais correspondentes (conta 635 ou correspondente subconta da 635)
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir o equilíbrio da compensação e das responsabilidades assumidas
<b>Variáveis</b>	<b>GTOS</b> – gastos com titulares dos órgãos sociais de uma dada entidade <b>GRP</b> – gastos com o pessoal de uma dada entidade (que não os órgãos de gestão) <b>PROSRP</b> – peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal (que não os órgãos de gestão) de uma dada entidade
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{PROSRP} = \frac{\text{GTOS}}{\text{GRP}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 43** - Indicador que permite avaliar peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Peso da Remuneração dos Órgãos Sociais na Remuneração do Pessoal</b>	
<b>Código</b>	PurGov10A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governança
<b>Sigla</b>	<b>IM PROSRP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>PROSMS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Trabalhadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>PROSMS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio do peso da remuneração dos órgãos sociais na massa salarial</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir o equilíbrio da compensação e das responsabilidades assumidas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>PROSRP</b> – peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal (que não os órgãos de gestão) de uma dada entidade <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMPROSRP</b> – índice médio do peso da remuneração dos órgãos sociais na remuneração do pessoal (que não os órgãos de gestão) da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPROSRP} = \frac{\sum \text{PROSRP}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 44** - Indicador que permite avaliar a transparência de uma qualquer entidade

<b>Transparência</b>	
<b>Código</b>	PurGov11
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Transparência
<b>Sigla</b>	<b>TE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir da aplicação do <i>Eagle Index</i>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, trabalhadores, comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	Será obtido a partir da aplicação do índice de transparência <i>Eagle Index</i>
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através da consulta ao <i>website</i> de cada entidade
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a transparência
<b>Variáveis</b>	As do <i>Eagle Index</i>
<b>Forma de cálculo</b>	A do <i>Eagle Index</i>
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	A existência de <i>website</i>

**Tabela 45 - Indicador que permite avaliar o índice médio a transparência**

<b>Índice Médio do Peso da Remuneração dos Órgãos Sociais na Massa Salarial</b>	
<b>Código</b>	PurGov11A
<b>Dimensão</b>	<i>Purpose</i>
<b>Subdimensão</b>	Governação
<b>Sigla</b>	<b>IMTE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	??
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Trabalhadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de transparência</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a transparência
<b>Variáveis</b>	<b>TE</b> <b>TR</b> - total de entidades avaliadas <b>IMTE</b> – índice médio de transparência da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$IMTE = \frac{\sum TE}{TR}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 46** - Indicador que permite avaliar a capacidade da oferta de serviços de uma entidade à comunidade

<b>Utentes Servidos pela Entidade Face à Procura</b>	
<b>Código</b>	ParU12
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utentes
<b>Sigla</b>	<b>USE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>número de utentes em 31/12/N</b> e o <b>número de utentes em lista de espera em 31/12/N</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>USE</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ11</b> - Número de utentes em 31/12/2019 <b>IQ11</b> - Número de utentes em lista de espera em 31/12/2019
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar se a entidade tem condições de responder às necessidades da população
<b>Variáveis</b>	<b>NU</b> - número de utentes em 31/12/N de cada uma das entidades respondentes <b>NUP</b> – número de utentes em lista de espera em 31-12-N de cada uma das entidades respondentes <b>USE</b> - utentes servidos de cada uma das entidades respondentes, face à procura
<b>Forma de cálculo</b>	$USE = \frac{NU}{NU + NUP}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 47** - Indicador que permite avaliar o índice médio dos utentes servidos das entidades respondentes

<b>Índice Médio Utentes Servidos Face à Procura</b>	
<b>Código</b>	ParU12A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utentes
<b>Sigla</b>	<b>IMUSE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>USE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>USE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio dos utentes servidos face à procura</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar as condições de responder às necessidades da população, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>USE</b> - utentes servidos de cada uma das entidades respondentes, face à procura <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMUSE</b> – índice médio de utentes servidos, face à procura, da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMUSE} = \frac{\sum \text{USE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 48** - Indicador que permite avaliar a se uma dada entidade realiza a monitorização da satisfação dos utentes de uma qualquer entidade respondente

<b>Monitorização da Satisfação dos Utentes</b>	
<b>Código</b>	ParU13
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utentes
<b>Sigla</b>	<b>MSU</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se dispõe de <b>mecanismos de avaliação de satisfação dos utentes</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>MSU</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ12</b> - Dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação dos utentes?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a satisfação dos utentes
<b>Variáveis</b>	<b>MSU</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem mecanismos de monitorização da satisfação dos utentes e toma o valor 0 se essa entidade não tem esses mecanismos
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ12 - Dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação dos utentes?) = Sim, então MSU = 1, senão, MSU = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 49** - Indicador que permite avaliar o índice médio de realização da monitorização da satisfação dos utentes das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Monitorização dos Utes</b>	
<b>Código</b>	ParU13A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utentes
<b>Sigla</b>	<b>IMMSU</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>MSU</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MSU</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da monitorização dos utentes</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a satisfação dos utentes, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MSU</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem mecanismos de monitorização da satisfação dos utentes e toma o valor 0 se essa entidade não tem esses mecanismos <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMMSU</b> – índice médio de monitorização dos utentes da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMMSU} = \frac{\sum \text{MSU}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 50** - Indicador que permite avaliar se uma dada entidade realiza a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes de uma qualquer entidade respondente

<b>Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos Utes</b>	
<b>Código</b>	ParU14
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utes
<b>Sigla</b>	<b>MTRSEU</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre a <b>existência de mecanismos de registo das reclamações</b> (para além dos legalmente exigidos), sugestões e/ou elogios dos utentes.
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ13</b> - Qual o número de reclamações, sugestões e elogios que foram recebidas no decurso do ano N dos utentes? <b>IQ13</b> - Qual o número de reclamações, sugestões e elogios que foram tratadas no decurso do ano N dos utentes?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes de cada uma das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>NRSEUR</b> - número de reclamações/sugestões/elogios recebidas no decurso do ano N dos utentes de cada uma das entidades respondentes <b>NRSEUT</b> - número de reclamações/sugestões/elogios tratadas no decurso do ano N dos utentes de cada uma das entidades respondentes <b>MTRSEU</b> – monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{MTRSEU} = \frac{\text{NRSEUT}}{\text{NRSEUR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 51** - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos Utentes</b>	
<b>Código</b>	ParU14A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Utentes
<b>Sigla</b>	<b>IMMTRSEU</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>MTRSEU</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MTRSEU</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MTRSEU</b> – monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMMTRSEU</b> – índice médio de monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMMTRSEU} = \frac{\sum \text{MTRSEU}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 52** - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade realiza reuniões com os trabalhadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Realização de Reuniões com os Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT15
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>RRT</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar <b>se realiza reuniões para promover a participação dos trabalhadores no apoio à tomada de decisões</b> A partir destes dados será obtido o indicador <b>RRT</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ17</b> - Realiza reuniões para promover a participação dos trabalhadores no apoio à tomada de decisão?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar se a entidade promove a participação e integração dos trabalhadores
<b>Variáveis</b>	<b>RRT</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente realiza reuniões com os trabalhadores e toma o valor 0 se essa entidade não realiza reuniões com os trabalhadores
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ17 - Realiza reuniões para promover a participação dos trabalhadores no apoio à tomada de decisão?) = Sim, então RRT = 1, senão, RRT = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 53** - Indicador que permite avaliar o índice médio da realização de reuniões com os trabalhadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Realização de Reuniões com os Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT15A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMRRT</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>RRT</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RRT</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da realização de reuniões com os trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a promoção da participação e integração dos trabalhadores, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RRT</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente realiza reuniões com os trabalhadores e toma o valor 0 se essa entidade não realiza reuniões com os trabalhadores <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMRRT</b> – índice médio da realização de reuniões com os trabalhadores da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRRT} = \frac{\sum \text{RRT}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 54** - Indicador que permite avaliar a rotatividade no emprego de uma qualquer entidade respondente

<b>Rotatividade no Emprego</b>	
<b>Código</b>	ParT16
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>RE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar <b>sobre o número total de trabalhadores em 31/12/N-1</b> e o <b>número total de saídas durante o ano N</b> . A partir destes dados será calculada a <b>rotatividade no emprego</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ14a</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N-1 <b>IQ14f</b> - número total de saídas de trabalhadores durante N
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar se a entidade providencia emprego duradouro
<b>Variáveis</b>	<b>NTT<sub>N-1</sub></b> - número total de trabalhadores em 31-12-N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>ND</b> - número de demissões do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NA</b> - número de admissões do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>RE</b> – rotatividade no emprego de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$RE = \left( \frac{NA + ND}{2 \cdot NTT_{N-1}} \right)$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 55** - Indicador que permite avaliar o índice médio da rotatividade no emprego das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Rotatividade no Emprego</b>	
<b>Código</b>	ParT16A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMRE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>RE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da realização de reuniões com os trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o emprego duradouro, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RE</b> – rotatividade no emprego de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMPE</b> – índice médio de rotatividade no emprego da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRE} = \frac{\sum \text{RE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 56** - Indicador que permite avaliar o recurso às medidas de emprego inclusivo de uma qualquer entidade respondente

<b>Recurso às Medidas de Emprego Inclusivo</b>	
<b>Código</b>	ParT17
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>RMEI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) cada uma das entidades respondentes poderá informar sobre o <b>número total de trabalhadores em 31/12/N e o número de contratos inclusivos em 31/12/N</b> . A partir destes dados será calculado o recurso a medidas de emprego inclusivo em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ14</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N <b>IQ14</b> - número de contratos de trabalho inclusivo em 31/12/N
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a preocupação da entidade com a inclusão social
<b>Variáveis</b>	<b>NTSI</b> - número de trabalhadores em situação de inclusão em 31/12/ N <b>NTT</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N <b>RMEI</b> - recurso às medidas de emprego inclusivo de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{RMEI} = \frac{\text{NTSI}}{\text{NTT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 57** - Indicador que permite avaliar o índice médio o recurso às medidas de emprego inclusivo das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Recurso às Medidas de Emprego Inclusivo</b>	
<b>Código</b>	ParT17A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMRMEI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>RMEI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RMEI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de recurso às medidas de emprego inclusivo</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a preocupação com a inclusão social, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RMEI</b> - recurso às medidas de emprego inclusivo de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMRMEI</b> – índice médio de recurso às medidas de emprego inclusivo da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRMEI} = \frac{\sum \text{RMEI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 58** - Indicador que permite avaliar a proporção de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Trabalhadores com Formação Superior que Atuam na sua Área de Formação</b>	
<b>Código</b>	ParT18
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>TFSAF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) cada uma das entidades respondentes poderá informar sobre o <b>número total de trabalhadores em 31/12/N</b> e o <b>número de trabalhadores com formação superior, que exerceram funções na sua área de formação no decurso do ano N</b> . A partir destes dados será calculado o indicador <b>TFSAF</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ14</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N <b>IQ14</b> - número de trabalhadores com formação superior, que exerceram funções na sua área de formação, em 31/12/N
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a adequação do perfil de formação dos trabalhadores às atividades desenvolvidas
<b>Variáveis</b>	<b>NTT</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N de cada uma das entidades respondentes <b>NTFSAF</b> - número de trabalhadores que possuem formação superior, que atuam em sua área de formação, em 31/12/N de cada uma das entidades respondentes <b>TFSAF</b> - trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{TFSAF} = \frac{\text{NTFSAF}}{\text{NTT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 59** - Indicador que permite avaliar o índice médio de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Trabalhadores com Formação Superior que Atuam na sua Área de Formação</b>	
<b>Código</b>	ParT18A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMTFSAF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>TFSAF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TFSAF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a adequação do perfil de formação dos trabalhadores às atividades desenvolvidas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>TFSAF</b> - trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMTFSAF</b> – índice médio de trabalhadores com formação superior que atuam na sua área de formação face ao total de trabalhadores da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMTFSAF} = \frac{\sum \text{TFSAF}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 60** - Indicador que permite avaliar a percentagem de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Trabalhadores que Frequentaram Ações de Informação/Formação</b>	
<b>Código</b>	ParT19
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>TAIF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar quantos trabalhadores participaram em ações de informação/formação profissional. A partir destes dados e do número total de trabalhadores em 31/12/N será calculado o indicador <b>TAIF</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ17.1 b</b> - número de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação no ano N? <b>IQ14</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a valorização profissional dos trabalhadores através de ações de informação/formação profissional programadas
<b>Variáveis</b>	<b>NTAIF</b> - número de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NTT</b> - número total de trabalhadores em 31/12/N de cada uma das entidades respondentes <b>TAIF</b> - trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores de cada uma das entidades
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{TAIF} = \frac{\text{NTAIF}}{\text{NTT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 61** - Indicador que permite avaliar o índice médio de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Trabalhadores que Frequentaram Ações de Informação/Formação</b>	
<b>Código</b>	ParT19A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMTAIF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>TAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores da totalidade das entidades respondentes</b>
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a valorização profissional dos trabalhadores através de ações de informação/formação profissional programadas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>TAIF</b> - trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMTAIF</b> – índice médio de trabalhadores que frequentaram ações de informação e formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMTAIF} = \frac{\sum \text{TAIF}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 62** - Indicador que permite avaliar o número médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado de uma qualquer entidade respondente

<b>Número Médio de Horas de Ações de Informação/Formação a Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT20
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>HAIFT</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o número de horas de sessões de informação/formação promovidas pela entidade no decurso de N e sobre o número de trabalhadores que frequentaram as ações de informação/formação no decurso de N. A partir destes dados será calculado o <b>número médio de horas de ações de informação e formação aos trabalhadores</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ16</b> - número de horas de sessões de informação e formação promovidas pela entidade no decurso do ano N <b>IQ16</b> - número de trabalhadores que frequentaram as ações de informação e formação no decurso do ano N
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a valorização profissional dos trabalhadores através de <b>ações de informação/formação profissional programadas</b>
<b>Variáveis</b>	<b>NHAIF</b> - número de horas de ações de informação/formação promovidas pela entidade no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>TAIF</b> - número de trabalhadores que frequentaram ações de informação/formação no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>HAIFT</b> - número médio de horas de ações de informação/formação no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{HAIFT} = \frac{\text{NHAIFT}}{\text{TAIF}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 63** - Indicador que permite avaliar o índice médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Horas de Ações de Informação/Formação</b>	
<b>Código</b>	ParT20A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMHAIF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>HAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>HAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de horas ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a valorização profissional dos trabalhadores através de ações de informação/formação profissional programadas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>HAIF</b> - número médio de horas de ações de informação e formação no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMHAIF</b> – índice médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por trabalhador, que as tenha frequentado das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMHAIF} = \frac{\sum \text{HAIF}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 64** - Indicador que permite avaliar a se uma qualquer entidade monitoriza a satisfação dos trabalhadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Monitorização da Satisfação dos Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT21
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>MST</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se <b>dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação dos trabalhadores</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>MST</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ12</b> - número de demissões do ano N de cada uma das entidades respondentes de mecanismos de avaliação de satisfação dos trabalhadores?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a satisfação dos trabalhadores
<b>Variáveis</b>	<b>MST</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente monitoriza a satisfação dos trabalhadores e toma o valor 0 se essa entidade não monitoriza a satisfação dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ12 - Dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação dos trabalhadores?) = Sim, então MST = 1, senão MST = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 65** - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização da satisfação dos trabalhadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Monitorização da Satisfação dos Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT21A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMMST</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>IMMST</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>IMMST</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de monitorização da satisfação dos trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a satisfação dos trabalhadores, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MST</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente monitoriza a satisfação dos trabalhadores e toma o valor 0 se essa entidade não monitoriza a satisfação dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMMST</b> – índice médio de monitorização da satisfação dos trabalhadores das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMMST} = \frac{\sum \text{MST}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 66** - Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade monitoriza o tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT22
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>MTRSET</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Trabalhadores, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de reclamações, sugestões e elogios dos trabalhadores que foram recebidas no decurso do ano N e o número de reclamações, sugestões e elogios dos trabalhadores que foram tratadas no ano N</b> . A partir destes dados será calculado o indicador <b>MTRSET</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	<b>IQ13</b> - Qual o número de reclamações, sugestões e elogios que foram recebidas no decurso do ano N dos trabalhadores <b>IQ13</b> - Qual o número de reclamações, sugestões e elogios que foram tratadas no decurso do ano N dos trabalhadores
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores
<b>Variáveis</b>	<b>NRSETR</b> - número de reclamações/sugestões/elogios recebidas no decurso do ano N dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>NRSETT</b> - número de reclamações/sugestões/elogios tratadas no decurso do ano N dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>MTRSET</b> – monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{MTRSET} = \frac{\text{NRSETT}}{\text{NRSETR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 67** - Indicador que permite avaliar o índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos utentes das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Monitorização do Tratamento das Reclamações/Sugestões/Elogios dos Trabalhadores</b>	
<b>Código</b>	ParT22A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Trabalhadores
<b>Sigla</b>	<b>IMMTRSET</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>MTRSET</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MTRSET</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MTRSET</b> – monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMMTRSET</b> – índice médio de monitorização do tratamento das reclamações/sugestões/elogios dos trabalhadores da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMMTRSET} = \frac{\sum \text{MTRSET}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 68** - Indicador que permite avaliar a captação de voluntários de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Voluntários</b>	
<b>Código</b>	ParV23
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntariado
<b>Sigla</b>	<b>CV</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o número de voluntários e o número total de horas de trabalho voluntário no ano N e no ano N-1. A partir destes dados será calculada a <b>captação de voluntários</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ18</b> - número de voluntários no ano N <b>IQ18</b> - número de voluntários no ano N-1
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para captar novos voluntários
<b>Variáveis</b>	<b>NV<sub>N</sub></b> - número de voluntários do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NV<sub>N-1</sub></b> - número de voluntários do ano N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>CV</b> - captação de voluntários de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$CV = \frac{(NV_N - NV_{N-1})}{NV_N}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 69** - Indicador que permite avaliar o índice médio da captação de voluntários das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Captação de Voluntários</b>	
<b>Código</b>	ParV23A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	<b>IMCV</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>CV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da captação de voluntários</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para captar novos voluntários, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CV</b> - captação de voluntários de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCV</b> – índice médio de captação de voluntários da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCV} = \frac{\sum \text{CV}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 70** - Indicador que permite avaliar a taxa de trabalho voluntário face ao trabalho total de uma qualquer entidade respondente

<b>Taxa de Trabalho Voluntário</b>	
<b>Código</b>	ParV24
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntariado
<b>Sigla</b>	<b>TTV</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar o número de voluntários e o número total de horas de trabalho voluntário. A partir destes dados será calculada a <b>taxa de trabalho voluntário</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ18</b> - número total de horas de trabalho voluntário no ano N
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o volume de trabalho que é realizado por voluntários
<b>Variáveis</b>	<b>NHTV</b> - número total de horas de trabalho voluntário no ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NTT</b> - número total de trabalhadores no ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NTHT</b> - número total horas de trabalho no ano N de cada uma das entidades respondentes <b>TTV</b> – taxa de trabalho voluntário de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$NTHT = NTT * 40 * 52$ $TTV = \frac{NHTV}{NTHT + NHTV}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 71** - Indicador que permite avaliar o índice médio da taxa de trabalho voluntário face ao trabalho total das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Taxa de Trabalho Voluntário</b>	
<b>Código</b>	ParV24A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	<b>IMTTV</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>TTV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TTV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>da taxa de trabalho voluntário face ao trabalho total</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o volume de trabalho que é realizado por voluntários, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>TTV</b> – taxa de trabalho voluntário de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMTTV</b> – índice médio de trabalho voluntário face ao trabalho total da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMTTV} = \frac{\sum \text{TTV}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 72** - Indicador que permite avaliar o número médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado, de uma qualquer entidade respondente

<b>Número Médio de Horas de Ações de Informação/Formação a Voluntários</b>	
<b>Código</b>	ParV25
<b>Dimensão</b>	Partners
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	HAIFV
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de horas de sessões de informação/formação promovidas pela entidade no decurso do ano N</b> e o <b>número de voluntários que frequentaram as ações de informação/formação no decurso do ano N</b> . A partir destes dados será calculado o indicador <b>HAIFV</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ17.1 a</b> - número de horas de sessões de informação e formação promovidas pela entidade no decurso do ano N <b>IQ17.1 c + 17.1 d</b> - número de voluntários que frequentaram as ações de informação e formação no decurso do ano N
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a valorização profissional dos voluntários através de ações de informação e formação profissional programadas
<b>Variáveis</b>	<b>NHAIF</b> - número de horas de ações de informação/formação promovidas pela entidade no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NVAIF</b> - número de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>HAIFV</b> - número médio de horas de ações de informação/formação no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$HAIFV = \frac{NHAIF}{TAIFV}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 73** - Indicador que permite avaliar o índice médio de horas de ações de informação e formação profissional no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Horas de Ações de Informação/Formação de Voluntários</b>	
<b>Código</b>	ParV25A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	<b>IMHAIFV</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador obtido a partir do indicador <b>HAI FV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores, Estado
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>HAI FV</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de horas ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de voluntários</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a valorização profissional dos voluntários através de ações de informação e formação profissional programadas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>HAI FV</b> - número médio de horas de ações de informação/formação no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMHAIFV</b> – índice médio de horas de ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, por voluntário, que as tenha frequentado das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMHAIFV} = \frac{\sum \text{HAI FV}}{\text{TRV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 74** - Indicador que permite avaliar o número médio de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N, de uma qualquer entidade respondente

<b>Voluntários que Frequentaram Ações de Informação/Formação</b>	
<b>Código</b>	ParV26
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	<b>VAIF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o número de horas de sessões de informação/formação promovidas pela entidade no decurso do ano N e o número de voluntários que frequentaram as ações de informação/formação no decurso do ano N. A partir destes dados será calculado o indicador <b>VAIF</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ16</b> - número de voluntários que frequentaram as ações de informação/formação no decurso do ano N
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a valorização profissional dos voluntários através de ações de informação/formação profissional programadas
<b>Variáveis</b>	<b>NVAIF</b> - número de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>NTV</b> - número total de voluntários em 31/12/N de cada uma das entidades respondentes <b>VAIF</b> - voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{VAIF} = \frac{\text{NVAIF}}{\text{NTV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 75** - Indicador que permite avaliar o índice médio de voluntários que frequentaram ações de informação e formação profissional no decurso do ano N face ao total de trabalhadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Voluntários que Frequentaram Ações de Informação e Formação</b>	
<b>Código</b>	ParV26A
<b>Dimensão</b>	Partners
<b>Subdimensão</b>	Voluntários
<b>Sigla</b>	<b>IMVAIF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>VAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Comunidade, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>VAIF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N face ao total de voluntários</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a valorização profissional dos voluntários através de ações de informação/formação profissional programadas, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>VAIF</b> - voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMVAIF</b> – índice médio de voluntários que frequentaram ações de informação/formação profissional no decurso do ano N da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMVAIF} = \frac{\sum \text{VAIF}}{\text{TRV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 76** - Indicador que permite avaliar as compras a fornecedores de âmbito local, de uma qualquer entidade respondente

<b>Compras a Fornecedores de Âmbito Local</b>	
<b>Código</b>	ParF27
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Fornecedores
<b>Sigla</b>	<b>CFL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o valor total de compras a todos os fornecedores no decurso de N e o valor total de compras a fornecedores locais no decurso do ano N. A partir destes dados será calculado o indicador <b>CFL</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ19</b> - valor total de compras a todos os fornecedores no decurso do ano N <b>IQ19</b> - valor total de compras a fornecedores locais no decurso do ano N
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a economia local
<b>Variáveis</b>	<b>VCFL</b> - volume de compras a fornecedores locais de cada uma das entidades respondentes <b>VCTF</b> - volume de compras a todos os fornecedores de cada uma das entidades respondentes <b>CFL</b> - compras a fornecedores de âmbito local de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\mathbf{CFL} = \frac{\mathbf{VCFL}}{\mathbf{VCTF}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 77** - Indicador que permite avaliar o índice médio de compras a fornecedores de âmbito local das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Compras a Fornecedores de Âmbito Local</b>	
<b>Código</b>	ParF27A
<b>Dimensão</b>	Partners
<b>Subdimensão</b>	Fornecedores
<b>Sigla</b>	<b>IMCFL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>CFL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CFL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de compras a fornecedores de âmbito local</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a economia local, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CFL</b> - compras a fornecedores de âmbito local de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCFL</b> – índice médio de compras a fornecedores de âmbito local da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCFL} = \frac{\sum \text{CFL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 78** - Indicador que permite avaliar os acordos de parceria, de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria</b>	
<b>Código</b>	ParEOEP28
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Estado e outras entidades públicas
<b>Sigla</b>	<b>APa</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Estado e Entidades públicas, Utentes, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o se possui acordos, protocolos, contratos e ou parcerias. A partir destes dados será calculado indicador acordos de parceria a de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ20</b> - tem acordos, protocolos, contratos e/ou parcerias?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de relacionamento com outras entidades, beneficiando a sua atividade
<b>Variáveis</b>	<b>AP</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente tem acordos de parceria e toma o valor 0 se essa entidade não tem acordos de parceria
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ20 - Tem acordos, protocolos, contratos e/ou parcerias?) = Sim, então AP = 1, senão, AP = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 79** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria, das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria</b>	
<b>Código</b>	ParEOEP28A
<b>Dimensão</b>	<i>Partners</i>
<b>Subdimensão</b>	Estado e outras entidades públicas
<b>Sigla</b>	<b>IMAP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador obtido a partir do indicador <b>AP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Estado e Entidades públicas, Utentes, Trabalhadores
<b>Impacto</b>	Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>AP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da do indicador acordos de parceria</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de relacionamento com outras entidades, beneficiando a sua atividade, considerando o conjunto de entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>AP</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se uma dada entidade respondente, tem acordos de parceria e toma o valor 0 se essa entidade não tem acordos de parceria <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAP</b> – índice médio da existência de acordos de parceria da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAP} = \frac{\sum \text{AP}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 80** - Indicador que permite avaliar o Financiamento do Estado face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente

<b>Financiamento do Estado face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti29
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>FE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre os valores referentes à <b>comparticipação do Estado</b> ; às <b>vendas e prestações de serviços</b> ; aos <b>investimentos sociais</b> ; aos <b>mecenas e doações</b> ; aos <b>donativos em espécie</b> . A partir destes dados, calcula-se qual a <b>participação do financiamento do Estado</b> em relação às demais formas de financiamento
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29n</b> - indique o valor (no ano N) da participação do Estado <b>IQ29h</b> - indique o valor (no ano N) das vendas e prestações de serviços <b>IQ29k</b> - indique o valor (no ano N) de investimento social <b>IQ29l</b> - indique o valor (no ano N) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (no ano N) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade do financiamento do Estado
<b>Variáveis</b>	<b>FE</b> - financiamento do Estado face ao financiamento total <b>VCE</b> - valor de participação do Estado (transferências e subsídios) do Ano N <b>VPS</b> - valor de prestações de serviços do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$FE = \frac{VCE}{VCE + VPS + VIS + VMD + VDE}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 81** - Indicador que permite avaliar o índice médio do Financiamento do Estado face ao financiamento total, das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Financiamento do Estado face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti29A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMFE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador FE e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de financiamento do Estado face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência do financiamento do Estado, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FE</b> - financiamento do Estado face ao financiamento total <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFE</b> – índice médio do financiamento do Estado da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFE} = \frac{\sum \text{FE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 82** - Indicador que permite avaliar o financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente

<b>Financiamento de Prestação de Serviços face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti30
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>FPS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre os valores referentes à <b>comparticipação do Estado</b> ; às <b>vendas e prestações de serviços</b> ; aos <b>investimentos sociais</b> ; aos <b>mecenas e doações</b> e aos <b>donativos em espécie</b> . A partir destes dados, calcula-se qual a <b>participação do financiamento de prestações de serviços</b> em relação às demais formas de financiamento
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29n</b> - indique o valor (no ano N) da participação do Estado <b>IQ29h</b> - indique o valor (no ano N) das vendas e prestações de serviços <b>IQ29k</b> - indique o valor (no ano N) de investimento social <b>IQ29l</b> - indique o valor (no ano N) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (no ano N) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade dos pagamentos dos serviços prestados
<b>Variáveis</b>	<b>FPS</b> - financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total <b>VCE</b> - valor de participação do Estado (transferências e subsídios) do Ano N <b>VPS</b> - valor de prestações de serviços do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{FPS} = \frac{\text{VPS}}{\text{VCE} + \text{VPS} + \text{VIS} + \text{VMD} + \text{VDE}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 83** - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total, das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Financiamento de Prestação de Serviços face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti30A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMFPS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador FPS e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FPS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência das prestações de serviços, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FPS</b> – financiamento de prestação de serviços face ao financiamento total <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFPS</b> – índice médio do financiamento do Estado da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFPS} = \frac{\sum \text{FPS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 84** - Indicador que permite avaliar o financiamento de investimento social face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente

<b>Financiamento de Investimento Social face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti31
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>FIS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre os valores referentes à <b>comparticipação do Estado</b> ; às <b>vendas e prestações de serviços</b> ; aos <b>investimentos sociais</b> ; aos <b>mecenas e doações</b> e aos <b>donativos em espécie</b> . A partir destes dados, calcula-se qual a <b>participação do financiamento de investimento social</b> em relação às demais formas de financiamento
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29n</b> - indique o valor (no ano N) da participação do Estado <b>IQ29h</b> – indique o valor (no ano N) das vendas e prestações de serviços <b>IQ29k</b> - indique o valor (no ano N) de investimento social <b>IQ29l</b> - indique o valor (no ano N) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (no ano N) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade do financiamento de investimento social
<b>Variáveis</b>	<b>FIS</b> - financiamento de investimento social face ao financiamento total <b>VCE</b> - valor de participação do Estado (transferências e subsídios) do Ano N <b>VPS</b> - valor de prestações de serviços do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{FIS} = \frac{\text{VIS}}{\text{VCE} + \text{VPS} + \text{VIS} + \text{VMD} + \text{VDE}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 85** - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de investimento social face ao financiamento total, das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Financiamento de Investimento Social face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti31A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMFIS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador FIS e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FIS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de financiamento de investimento social face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência do financiamento de investimento social, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FIS</b> – financiamento de investimento social face ao financiamento total <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFIS</b> – índice médio do financiamento do Estado da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFIS} = \frac{\sum \text{FIS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 862** - Indicador que permite avaliar o financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente

<b>Financiamento de Mecenato e Doações face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti32
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>FMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre os valores referentes à <b>comparticipação do Estado</b> ; às <b>vendas e prestações de serviços</b> ; aos <b>investimentos sociais</b> ; aos <b>mecenas e doações</b> ; aos <b>donativos em espécie</b> . A partir destes dados, calcula-se qual a <b>participação do financiamento de mecenato e doações</b> em relação às demais formas de financiamento
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29n</b> - indique o valor (no ano N) da participação do Estado <b>IQ29h</b> – indique o valor (no ano N) das vendas e prestações de serviços <b>IQ29k</b> - indique o valor (no ano N) de investimento social <b>IQ29l</b> - indique o valor (no ano N) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (no ano N) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade do financiamento de mecenato e doações
<b>Variáveis</b>	<b>FMD</b> - financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total de cada uma das entidades respondentes <b>VCE</b> - valor de participação do Estado (transferências e subsídios) do Ano N <b>VPS</b> - valor de prestações de serviços do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$FDM = \frac{VMD}{VCE + VPS + VIS + VMD + VDE}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 87** - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total, das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Financiamento de Mecenato e Doações face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti32A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMFMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador FMD e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade do financiamento de mecenato e doações, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FMD</b> – financiamento de mecenato e doações face ao financiamento total <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFMD</b> – índice médio do financiamento de mecenato e doações da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFMD} = \frac{\sum \text{FMD}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 88** - Indicador que permite avaliar o financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total de uma qualquer entidade respondente

<b>Financiamento de Donativos em Espécie face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti33
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>FDE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre os valores referentes à <b>comparticipação do Estado</b> ; às <b>vendas e prestações de serviços</b> ; aos <b>investimentos sociais</b> ; aos <b>mecenas e doações</b> e aos <b>donativos em espécie</b> . A partir destes dados, calcula-se qual a <b>participação do financiamento de donativos em espécie</b> em relação às demais formas de financiamento
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29n</b> - indique o valor (no ano N) da participação do Estado <b>IQ29h</b> – indique o valor (no ano N) das vendas e prestações de serviços <b>IQ29k</b> - indique o valor (no ano N) de investimento social <b>IQ29l</b> - indique o valor (no ano N) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (no ano N) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência da entidade dos donativos em espécie
<b>Variáveis</b>	<b>FDE</b> - financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total de cada uma das entidades respondentes <b>VCE</b> - valor de participação do Estado (transferências e subsídios) do Ano N <b>VPS</b> - valor de prestações de serviços do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{FDE} = \frac{\text{VDE}}{\text{VCE} + \text{VPS} + \text{VIS} + \text{VMD} + \text{VDE}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 89** - Indicador que permite avaliar o índice médio do financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total, das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Financiamento de Donativos em Espécie face ao Financiamento Total</b>	
<b>Código</b>	PerAti33A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMFDE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador FDE e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores e Mecenas, Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FDE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> de financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a dependência dos donativos em espécie, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FDE</b> - financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFDE</b> – índice médio de financiamento de donativos em espécie face ao financiamento total da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFDE} = \frac{\sum \text{FDE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 90** - Indicador que permite avaliar os gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Gastos com Fornecimento e Serviços Externos face aos Gastos Operacionais</b>	
<b>Código</b>	PerAti34
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>GFSE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o Ano N e para o Ano N-1, os valores referentes a: <b>Fornecimentos e serviços externos (FSE); gastos totais e gastos de financiamento.</b> A partir destes dados, calcula-se qual a <b>proporção dos gastos com fornecimento e serviços externos em relação aos gastos operacionais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29b</b> - indique o valor (no ano N e no ano N-1) de fornecimentos e serviços externos <b>IQ29g</b> - indique o valor (no ano N e no ano N-1) gastos totais <b>IQ29f</b> - indique o valor (no ano N e no ano N-1) gastos de financiamento
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção dos FSE nos gastos operacionais
<b>Variáveis</b>	<b>GFSE</b> - gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais de cada uma das entidades respondentes <b>FSE</b> - gastos com fornecimento e serviços externos <b>GT</b> - gastos totais do ano N <b>GF</b> - gastos de financiamento do ano N <b>GO</b> – gastos operacionais do ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$GO = GT - GF$ $GFSE = \frac{FSE}{GO}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 91** - Indicador que permite avaliar o índice médio dos gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais, das entidades respondentes

<b>Índice Médio dos Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos face aos Resultados Operacionais</b>	
<b>Código</b>	PerAti34A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMGFSE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador GFSE e do total de entidades respondentes
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>GFSE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio</b> dos gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção dos FSE nos gastos operacionais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>GFSE</b> - gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMGFSE</b> – índice médio gastos com fornecimento e serviços externos face aos gastos operacionais da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMGFSE} = \frac{\sum \text{GFSE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 92** - Indicador que permite avaliar os gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas face aos Gastos Operacionais</b>	
<b>Código</b>	PerAti35
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>GMVMC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o Ano N e para o Ano N-1, os valores referentes ao <b>custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)</b> . A partir destes dados, e dos dados já recolhidos na questão anterior, calcula-se qual <b>a proporção do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em relação aos gastos operacionais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29a</b> - indique o valor (no ano N e no ano N-1) custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção do CMVMC nos gastos operacionais
<b>Variáveis</b>	<b>GMVMC</b> - gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais de cada uma das entidades respondentes <b>CMVMC</b> – custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas <b>GT</b> - gastos totais do ano N <b>GF</b> - gastos de financiamento do ano N <b>GO</b> – gastos operacionais do ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$GO = GT - GF$ $GMVMC = \frac{CMVMC}{GO}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 93** - Indicador que permite avaliar índice médio dos gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio dos Gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas face aos Gastos Operacionais</b>	
<b>Código</b>	<b>PerAti35A</b>
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMGVMC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>GMVMC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>GMVMC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio dos gastos</b> com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção do <b>CMVMC</b> nos gastos operacionais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>GMVMC</b> - gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMGVMC</b> – índice médio dos gastos com as mercadorias vendidas e das matérias consumidas da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMGVMC} = \frac{\sum \text{GMVMC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 94** - Indicador que permite avaliar os gastos com pessoal face aos gastos operacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Gastos com Pessoal face aos Gastos Operacionais</b>	
<b>Código</b>	PerAti36
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>GP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre para o Ano N e para o Ano N-1, os valores referentes <b>aos gastos com o pessoal</b> . A partir destes dados, e dos dados já recolhidos na questão anterior, calcula-se qual a <b>proporção gastos com o pessoal em relação aos gastos operacionais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29c</b> - indique o valor (no ano N e no ano N-1) das remunerações do pessoal
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção dos gastos com o pessoal nos gastos operacionais
<b>Variáveis</b>	<b>GP</b> - gastos com pessoal face aos gastos operacionais de cada uma das entidades respondentes <b>CP</b> – custo com o pessoal <b>GT</b> - gastos totais do ano N <b>GF</b> - gastos de financiamento do ano N <b>GO</b> – gastos operacionais do ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$GO = GT - GF$ $GP = \frac{CP}{GO}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 95** - Indicador que permite avaliar índice médio dos gastos com o pessoal face aos gastos operacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio dos Gastos com Pessoal face aos Gastos Operacionais</b>	
<b>Código</b>	PerAti36A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Atividade
<b>Sigla</b>	<b>IMGP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>GP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>GP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio dos gastos</b> com o pessoal face aos gastos operacionais da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a proporção dos gastos com o pessoal nos gastos operacionais, considerando o <b>conjunto das entidades respondentes</b>
<b>Variáveis</b>	<b>GP</b> - gastos com as mercadorias vendidas e matérias consumidas face aos gastos operacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMGP</b> – índice médio dos gastos com o pessoal da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMGP} = \frac{\sum \text{GP}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 96** - Indicador que permite avaliar a rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) de uma qualquer entidade respondente

<b>Rentabilidade do Investimento</b> (investimento social, Estado, mecenato e doações)	
<b>Código</b>	PerRen37
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>ROI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador Obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenatas e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o ano N e para o ano N-1, os valores referentes a: <b>resultados antes de impostos</b> ; valor de <b>transferências e subsídios à exploração</b> ; valor de <b>investimentos sociais</b> ; valor de <b>mecenato e doações</b> e <b>valor de donativos em espécie</b> . A partir destes dados será calculada a <b>rentabilidade do investimento</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29p</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos resultados antes de impostos <b>IQ29j</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de transferências e subsídios à exploração <b>IQ29k</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de investimentos sociais <b>IQ29l</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de mecenato e doações <b>IQ29m</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de donativos em espécie
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade de criar valor a partir dos investimentos recebidos
<b>Variáveis</b>	<b>ROI</b> - rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) de cada uma das entidades respondentes <b>RAI</b> – resultados antes de impostos de cada uma das entidades respondentes <b>TS</b> - valor de transferências e subsídios à exploração do Ano N <b>VIS</b> - valor de investimentos sociais do Ano N <b>VMD</b> - valor de mecenato e doações do Ano N <b>VDE</b> - valor de donativos em espécie do Ano N
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{ROI} = \frac{\text{RAI}}{\text{TS} + \text{VIS} + \text{VMD} + \text{VDE}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 97** - Indicador que permite avaliar índice médio da rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Rentabilidade do Investimento</b> (investimento social, Estado, mecenato e doações)	
<b>Código</b>	PerRen37A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>IMROI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>ROI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>ROI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o índice médio Rentabilidade do Investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade de criar valor a partir dos investimentos recebidos, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>ROI</b> - rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMROI</b> – índice médio da rentabilidade do investimento (investimento social, Estado, mecenato e doações) da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMROI} = \frac{\sum \text{ROI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 98** - Indicador que permite avaliar a rentabilidade dos fundos patrimoniais de uma qualquer entidade respondente

<b>Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Código</b>	PerRen38
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>RFP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o ano N e para o ano N-1 o <b>resultado antes de impostos</b> e os seus <b>fundos patrimoniais</b> . A partir destes dados, calcula-se a <b>rentabilidade dos fundos patrimoniais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29p</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos resultados antes de impostos <b>IQ29s</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos fundos patrimoniais
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de criação de valor a partir dos fundos patrimoniais (autofinanciamento)
<b>Variáveis</b>	<b>RFP</b> - rentabilidade dos fundos patrimoniais de cada uma das entidades respondentes <b>RAI</b> - resultado antes dos impostos <b>FP</b> - fundos patrimoniais
<b>Forma de cálculo</b>	$RFP = \frac{RAI}{FP}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 99** - Indicador que permite avaliar índice médio da rentabilidade dos fundos patrimoniais das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Código</b>	PerRen38A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>IMRFP</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>RFP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RFP</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o índice médio de rentabilidade dos fundos patrimoniais da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de criação de valor a partir dos fundos patrimoniais (autofinanciamento), considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RFP</b> - rentabilidade dos fundos patrimoniais de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMRFP</b> – índice médio da rentabilidade dos fundos patrimoniais da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRFP} = \frac{\sum \text{RFP}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 100** - Indicador que permite avaliar o valor acrescentado bruto de uma qualquer entidade respondente

<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	
<b>Código</b>	PerRen39
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>VAB</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o ano N e para o ano N-1 os valores referentes a: <b>vendas e prestação de serviços; valor de transferências e subsídios à exploração; trabalhos para a própria entidade; custo das mercadorias vendidas e das materiais consumidas; fornecimentos e serviços externos; outros rendimentos e impostos indiretos.</b> A partir desses dados calcula-se o <b>VAB</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29h</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) das vendas e prestação de serviços <b>IQ29j</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de transferências e subsídios à exploração <b>IQ29i</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos trabalhos para a própria entidade <b>IQ29a</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas <b>IQ29b</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos fornecimentos e serviços externos <b>IQ29o</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) de outros rendimentos <b>IQ29e</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) dos impostos indiretos
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de criação de valor para os diferentes <i>stakeholders</i>
<b>Variáveis</b>	<b>VAB</b> - valor acrescentado bruto de cada uma das entidades respondentes <b>VPS</b> - vendas e prestação de serviços <b>TS</b> - transferências e subsídios à exploração <b>TPE</b> - trabalhos para a própria entidade <b>CMVMC</b> - custo das mercadorias vendidas e das materiais consumidas <b>FSE</b> - fornecimentos e serviços externos <b>OR</b> - outros rendimentos <b>II</b> - impostos indiretos
<b>Forma de cálculo</b>	<b><math>VAB = (VPS + TS + TPE + OR) - (CMVMC - FSE - II)</math></b>
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 101** - Indicador que permite avaliar índice médio do valor acrescentado bruto das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Valor Acrescentado Bruto</b>	
<b>Código</b>	PerRen39A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Rentabilidade
<b>Sigla</b>	<b>IMVAB</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>VAB</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>VAB</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o índice médio do valor acrescentado bruto da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de criação de valor para os diferentes <i>stakeholders</i> , considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>VAB</b> - valor acrescentado bruto de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMVAB</b> – índice médio do valor acrescentado bruto da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMVAB} = \frac{\sum \text{VAB}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 102** - Indicador que permite avaliar a liquidez geral de uma qualquer entidade respondente

<b>Liquidez Geral</b>	
<b>Código</b>	PerFin40
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>LG</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o ano N e para o ano N-1, os valores referentes a: ativo corrente e passivo corrente. A partir desses dados calcula-se o valor do rácio de liquidez geral. A partir destes dados será calculada a <b>liquidez geral</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29q</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) do ativo corrente <b>IQ29t</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) do passivo corrente
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo
<b>Variáveis</b>	<b>LG</b> - liquidez geral de cada uma das entidades respondentes <b>AC</b> - ativo corrente <b>PC</b> - passivo corrente
<b>Forma de cálculo</b>	$LG = \frac{AC}{PC}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 103** - Indicador que permite avaliar índice médio da liquidez geral das entidades respondentes

<b>Índice Médio da liquidez Geral</b>	
<b>Código</b>	PerFin40A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>IMLG</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>LG</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>LG</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o índice médio da liquidez geral da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>LG</b> - liquidez geral de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMLG</b> – índice médio da liquidez geral da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMLG} = \frac{\sum \text{LG}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 104** - Indicador que permite avaliar o fundo maneo de uma qualquer entidade respondente

<b>Fundo Maneio</b>	
<b>Código</b>	PerFin41
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>FM</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar para o ano N e para o ano N-1, os valores referentes a: ativo corrente e passivo corrente. A partir desses dados calcula-se o valor do <b>fundo de maneo</b> para cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ29q</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) do ativo corrente <b>IQ29t</b> - indique o valor (nos anos N e N-1) do passivo corrente
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a gestão do ciclo de exploração
<b>Variáveis</b>	<b>FM</b> – fundo maneo de cada uma das entidades respondentes <b>AC</b> - ativo corrente <b>PC</b> - passivo corrente
<b>Forma de cálculo</b>	<b>FM = AC – PC</b>
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 105** - Indicador que permite avaliar índice médio do fundo maneiio das entidades respondentes

<b>Índice Médio do Fundo Maneio</b>	
<b>Código</b>	PerFin41A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>IMFM</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>FM</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias e Estado
<b>Impacto</b>	Económico, Financeiro
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FM</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o índice médio do fundo maneiio da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a gestão do ciclo de exploração, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FM</b> – fundo maneiio de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMFM</b> – índice médio do fundo maneiio da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFM} = \frac{\sum \text{FM}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 106** - Indicador que permite avaliar a autonomia financeira de uma qualquer entidade respondente

<b>Autonomia Financeira</b>	
<b>Código</b>	PerFin42
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>AF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenass, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o seu <b>ativo total</b> e os seus <b>fundos patrimoniais</b> . A partir destes dados será calculada a <b>autonomia financeira</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ29s</b> – qual o valor dos fundos patrimoniais? <b>IQ29r</b> - qual o valor do ativo total?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a autonomia financeira
<b>Variáveis</b>	<b>FP</b> - fundos patrimoniais de cada uma das entidades respondentes <b>AT</b> - ativo total de cada uma das entidades respondentes <b>AF</b> - autonomia financeira de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$AF = \frac{FP}{AT}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 107** - Indicador que permite avaliar o índice médio de autonomia financeira das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Autonomia Financeira</b>	
<b>Código</b>	PerFin42A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>IMAF</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>AF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenass, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>AF</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da autonomia financeira</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>somospss</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a autonomia financeira, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>AF</b> - autonomia financeira de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAF</b> – índice médio de autonomia financeira da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAF} = \frac{\sum \text{AF}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 108** - Indicador que permite avaliar a solvabilidade de uma qualquer entidade respondente

<b>Solvabilidade</b>	
<b>Código</b>	PerFin43
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>SOL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o seu <b>passivo total</b> e os seus <b>fundos patrimoniais</b> . A partir destes dados será calculada a <b>solvabilidade</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ29s</b> - qual o valor dos fundos patrimoniais? <b>IQ29u</b> - qual o valor do passivo total?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo
<b>Variáveis</b>	<b>FP</b> - fundos patrimoniais de cada uma das entidades respondentes <b>PT</b> - passivo total de cada uma das entidades respondentes <b>SOL</b> - solvabilidade de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{SOL} = \frac{\text{FP}}{\text{PT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 109** - Indicador que permite avaliar o índice médio de solvabilidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Solvabilidade</b>	
<b>Código</b>	PerFin43A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>IMSOL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>SOL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>SOL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de solvabilidade</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>SOL</b> - solvabilidade de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMSOL</b> - índice médio de solvabilidade da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMSOL} = \frac{\sum \text{SOL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 110** - Indicador que permite avaliar o endividamento de uma qualquer entidade respondente

<b>Endividamento</b>	
<b>Código</b>	PerFin44
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>END</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o seu <b>passivo total</b> e o seu <b>ativo total</b> . A partir destes dados será calculado o <b>endividamento</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ29r</b> - qual o valor do ativo total? <b>IQ29u</b> - qual o valor do passivo total?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a estrutura de endividamento
<b>Variáveis</b>	<b>PT</b> - passivo total de cada uma das entidades respondentes <b>AT</b> - ativo total de cada uma das entidades respondentes <b>END</b> - endividamento de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{END} = \frac{\text{PT}}{\text{AT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 111** - Indicador que permite avaliar o endividamento médio das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Endividamento</b>	
<b>Código</b>	PerFin44A
<b>Dimensão</b>	<i>Performance</i>
<b>Subdimensão</b>	Financeira
<b>Sigla</b>	<b>IMEND</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado a partir do indicador <b>END</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>END</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de endividamento</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a estrutura de endividamento, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>END</b> - endividamento de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de respondentes <b>IMEND</b> – índice médio de endividamento da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMEND} = \frac{\sum \text{END}}{\text{TRV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 112** - Indicador que permite avaliar a criação de emprego na comunidade de uma qualquer entidade respondente

<b>Criação de Emprego</b>	
<b>Código</b>	ProCom45
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>CE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenaz, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de trabalhadores no final do ano N</b> . No primeiro ano o <b>número total de trabalhadores no final do ano N-1</b> será 0 nos anos seguintes será igual à resposta no ano anterior. A partir destes dados será calculada a <b>criação de emprego</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ14</b> - qual o número total de trabalhadores em 31 de dezembro do ano N? <b>IQ30</b> - qual o número total de trabalhadores em 31 de dezembro do ano N-1?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o nível de criação de emprego
<b>Variáveis</b>	<b>T<sub>N</sub></b> - trabalhadores no final do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>T<sub>N-1</sub></b> - trabalhadores no final do ano N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>CE</b> - criação de emprego de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$CE = \frac{T_N - T_{N-1}}{T_{N-1}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 113** - Indicador que permite avaliar o índice médio de criação de emprego das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Criação de Emprego</b>	
<b>Código</b>	ProCom45A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>IMCE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador obtido a partir do indicador <b>CE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de criação de emprego</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o nível de criação de emprego na comunidade, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CE</b> - criação de emprego de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCE</b> - índice médio de criação de emprego da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCE} = \frac{\sum \text{CE}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 114** - Indicador que permite avaliar a representatividade de trabalhadores locais<sup>6</sup> de uma qualquer entidade respondente

<b>Representatividade de Trabalhadores Locais</b>	
<b>Código</b>	ProCom46
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>RTL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de trabalhadores no final do ano N</b> e o <b>número total de trabalhadores residentes no concelho no final do ano N</b> . A partir destes dados será calculada a <b>representatividade dos trabalhadores locais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ14a</b> – número de trabalhadores em 31/12/do ano N? <b>IQ14b</b> – número de trabalhadores residentes no concelho em 31/12/ ano N?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a percentagem de trabalhadores residentes no concelho
<b>Variáveis</b>	<b>T</b> - trabalhadores no final do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>TL</b> - trabalhadores locais no final do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>RTL</b> - representatividade de trabalhadores locais de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$RTL = \frac{TL}{T}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

<sup>6</sup> Entende-se por trabalhador local, todo o trabalhador residente no concelho.

**Tabela 115** - Indicador que permite avaliar o índice médio da representatividade de trabalhadores locais das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Representatividade de Trabalhadores Locais</b>	
<b>Código</b>	ProCom46A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>IMRTL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>RTRC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RTRC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da representatividade de trabalhadores locais</b> da totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a percentagem de trabalhadores residentes no concelho, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RTL</b> - representatividade de trabalhadores locais de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> – total de respondentes <b>IMRTL</b> – índice médio da representatividade de trabalhadores locais, considerando o total de entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRTL} = \frac{\sum \text{RTL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 116** – Indicador que permite avaliar a satisfação da comunidade<sup>7</sup> de uma qualquer entidade respondente

<b>Avaliação Satisfação da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom47
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>ASC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Estado, Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se <b>avalia a satisfação da comunidade</b> . A partir destes dados será verificado se cada uma das entidades respondentes <b>avalia a satisfação da comunidade</b>
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ12c</b> - dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação da comunidade?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a satisfação da comunidade
<b>Variáveis</b>	<b>ASC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente dispõe de mecanismos de avaliação da satisfação da comunidade e toma o valor 0 se essa entidade não dispõe de mecanismos de avaliação da satisfação da comunidade
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ12 - Dispõe de mecanismos de avaliação de satisfação da comunidade?) = Sim, então ASC = 1, senão, ASC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

<sup>7</sup> Entende-se por comunidade, o concelho onde se situa a entidade

**Tabela 117** - Indicador que permite avaliar o índice médio de avaliação de satisfação da comunidade das entidades respondentes

<b>Avaliação Satisfação da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom47A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>IMASC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>ASC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Estado, Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>ASC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de avaliação da satisfação da comunidade</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a satisfação da comunidade, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>ASC</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem mecanismos de avaliação da satisfação da comunidade e toma o valor 0 se a entidade respondente não tem mecanismos de avaliação da satisfação da comunidade <b>TR</b> - total de respondentes <b>IMASC</b> - índice médio de avaliação da satisfação da comunidade, considerando o total de entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMASC} = \frac{\sum \text{ASC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 118** - Indicador que permite avaliar a monitorização das reclamações/sugestões /elogios da comunidade de uma qualquer entidade respondente

<b>Monitorização das Reclamações/Sugestões/Elogios da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom48
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>MRSEC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Estado, Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se dispõe de algum <b>mecanismo para monitorizar o tratamento de reclamações/sugestões/elogios da comunidade</b> . A partir destes dados será avaliado se cada uma das entidades respondentes faz a <b>monitorização das reclamações/sugestões/elogios da comunidade</b>
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ13.1c</b> – qual o número de reclamações, sugestões e elogios da comunidade, recebidas no decurso do ano N? <b>IQ13.2c</b> - qual o número de reclamações, sugestões e elogios feitas da comunidade, tratadas no decurso do ano N?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a sensibilidade para auscultar a comunidade em função das reclamações e/ou sugestões feitas pela mesma
<b>Variáveis</b>	<b>RSECR</b> - reclamações/sugestões/elogios da comunidade recebidas durante o ano N de cada uma das entidades respondentes <b>RSECT</b> - reclamações/sugestões/elogios da comunidade tratadas durante o ano N de cada uma das entidades respondentes <b>MRSEC</b> - monitorização das reclamações/sugestões/elogios de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{MRSEC} = \frac{\text{RSECR}}{\text{RSECT}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 119** - Indicador que permite avaliar o índice médio de monitorização das reclamações/sugestões /elogios da comunidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Monitorização das Reclamações/Sugestões/Elogios da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom48A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>IMRSEC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>MRSEC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Estado, Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MRSEC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de monitorização das reclamações/sugestões/elogios da comunidade</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a sensibilidade para auscultar a comunidade em função das reclamações e/ou sugestões feitas pela mesma, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MRSEC</b> - monitorização das reclamações/sugestões/elogios de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> – total de entidades respondentes <b>IMRSEC</b> - índice de monitorização das reclamações/sugestões /elogios da comunidade, considerando o total de entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRSEC} = \frac{\sum \text{MRSEC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 120** - Indicador que permite avaliar a oferta de programas de informação/formação à comunidade de uma qualquer entidade respondente

<b>Oferta de Programas de Informação/Formação à comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom49
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>OPIFC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar se <b>promove a oferta de programas de informação/formação à comunidade</b>
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ21</b> – Promoveu programas de informação/formação, dirigidos à comunidade, no decurso de 2019?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para oferecer programas de informação/formação à comunidade
<b>Variáveis</b>	<b>OPIFC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se uma entidade oferece programas de informação/formação à comunidade e toma o valor 0 se não oferece programas de informação/formação à comunidade
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ21 - Quantos programas de informação/formação foram oferecidos à comunidade) = Sim, então OPIFC = 1, senão, OPIFC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 121** - Indicador que permite avaliar o índice médio da oferta de programas de informação/formação à comunidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Oferta de Programas de Informação/Formação à Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCom49A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Comunidade (concelho)
<b>Sigla</b>	<b>IMOIFC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>OPIFC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>OPIFC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da oferta de programas de informação/formação à comunidade</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio da capacidade da entidade oferecer programas de informação/formação à comunidade, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>OPIFC</b> - oferta de programas de informação/formação à comunidade por parte de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMOIFC</b> – índice médio da oferta de programas de informação/formação à comunidade da totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMOIFC} = \frac{\sum \text{OPIFC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real $\in [0, N]$
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 122** - Indicador que permite avaliar a captação de investidores sociais de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Investidores Sociais</b>	
<b>Código</b>	ProInv50
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>CIS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de investidores sociais no final do ano N e no final de N-1</b> . A partir destes dados será calculada a <b>captação de investidores sociais</b> por cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ22</b> – qual o número de investidores sociais em 31 de dezembro do ano N? <b>IQ23</b> – qual o número de investidores sociais em 31 de dezembro do ano N-1?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para atrair novos investidores sociais
<b>Variáveis</b>	<b>IS<sub>N</sub></b> - investidores sociais do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>IS<sub>N-1</sub></b> - investidores sociais no final do ano N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>CIS</b> - captação de investidores sociais de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$CIS = \frac{IS_N - IS_{N-1}}{IS_{N-1}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 123** - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de investidores sociais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Captação de Investidores Sociais</b>	
<b>Código</b>	ProInv50A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>IMCIS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CIS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CIS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de captação de investidores sociais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para atrair novos investidores sociais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CIS</b> - índice de captação de investidores sociais de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCIS</b> – índice médio de captação de investidores sociais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCIS} = \frac{\sum \text{CIS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 124** - Indicador que permite avaliar a captação de investidores sociais locais de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Investidores Sociais Locais</b>	
<b>Código</b>	ProInv51
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>CISL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de investidores sociais locais no final do ano N e do ano N-1</b> . A partir destes dados será calculada a <b>captação de investidores sociais locais</b> por cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ23</b> – qual o número de investidores sociais locais em 31 de dezembro do ano N? <b>IQ23</b> – qual o número de investidores sociais locais em 31 de dezembro do ano N-1?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para atrair novos investidores sociais locais
<b>Variáveis</b>	<b>ISL<sub>N</sub></b> - investidores sociais locais do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>ISL<sub>N-1</sub></b> – investidores sociais locais no final do ano N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>CISL</b> - índice de captação de investidores sociais locais de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{CISL} = \frac{\text{ISL}_N - \text{ISL}_{N-1}}{\text{ISL}_{N-1}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 125** - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de investidores sociais locais das entidades respondentes

<b>Índice de Captação de Investidores Sociais locais</b>	
<b>Código</b>	ProInv51A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>IMCISL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CIS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CIS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de captação de investidores sociais locais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para atrair novos investidores sociais locais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CISL</b> - índice de captação de investidores sociais locais de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCISL</b> – índice médio de captação de investidores sociais locais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCISL} = \frac{\sum \text{CIS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 126** - Indicador que permite avaliar a captação de mecenas e/ou doadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Mecenas e/ou Doadores</b>	
<b>Código</b>	ProInv52
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>CMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de mecenas e/ou doadores no final do ano N e no final do ano N-1</b> . A partir destes dados será calculada a <b>captação de mecenas e/ou doadores</b> por cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ22c</b> – qual o número de mecenas e/ou doadores em 31 de dezembro do ano N? <b>IQ22c</b> – qual o número de mecenas e/ou doadores em 31 de dezembro do ano N-1?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para atrair novos mecenas e/ou doadores
<b>Variáveis</b>	<b>MD<sub>N</sub></b> – mecenas e/ou doadores do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>MD<sub>N-1</sub></b> – mecenas e/ou doadores no final do ano N-1 de cada uma das entidades respondentes <b>CMD</b> - índice de captação de mecenas e/ou doadores de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$CMD = \frac{MD_N - MD_{N-1}}{MD_{N-1}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 127** - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de mecenias e/ou doadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Captação de Mecenias e/ou Doadores</b>	
<b>Código</b>	ProInv52A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>IMCMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de captação de mecenias e/ou doadores</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para atrair novos mecenias e/ou doadores, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CMD</b> - índice de captação de mecenias e/ou doadores de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCMD</b> – índice médio de captação de mecenias e/ou doadores, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCMD} = \frac{\sum \text{CMD}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 128** - Indicador que permite avaliar a captação de mecenas e/ou doadores locais de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Mecenas e/ou Doadores Locais</b>	
<b>Código</b>	ProInv53
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>CMDL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de mecenas e/ou doadores locais no final do ano N e no ano N-1</b> . A partir destes dados será calculada a <b>captação de mecenas e/ou doadores locais</b> por cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ22d</b> – qual o número de mecenas e/ou doadores locais em 31 de dezembro do ano N? <b>IQ22d</b> - ual o número de mecenas e/ou doadores locais em 31 de dezembro do ano N-1?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para atrair novos mecenas e/ou doadores locais
<b>Variáveis</b>	<b>MDL<sub>N</sub></b> – mecenas e/ou doadores do ano N de cada uma das entidades respondentes <b>MDL<sub>N-1</sub></b> – mecenas e/ou doadores no final do ano N-1 (0 no primeiro ano, igual ao ano anterior nos seguintes) de cada uma das entidades respondentes <b>CMDL</b> - índice de captação de mecenas e/ou doadores de cada uma das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{CMDL} = \frac{\text{MDL}_N - \text{MDL}_{N-1}}{\text{MDL}_{N-1}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 129** - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de mecenas e/ou doadores locais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Captação de Mecenas e/ou Doadores Locais</b>	
<b>Código</b>	ProInv53A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Investimento social, doação e mecenato
<b>Sigla</b>	<b>IMCMDL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de captação de mecenas e/ou doadores locais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para atrair novos mecenas e/ou doadores locais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CMDL</b> - índice de captação de investidores sociais locais de cada uma das entidades respondentes <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCMDL</b> – índice médio de captação de investidores sociais locais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCMDL} = \frac{\sum \text{CMDL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 130** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Nacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar54
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APEESN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade Económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar <b>se possui acordos de parceria com entidades da economia social nacionais</b> A partir destes dados será obtido o indicador <b>APEESN</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ20</b> - tem acordos, protocolos, contratos e/ou parcerias?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> da entidade com entidades congéneres nacionais
<b>Variáveis</b>	<b>APEESN</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social nacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social nacionais
<b>Forma de cálculo</b>	Se (IQ20 - Possui acordos de parceria com entidades da economia social nacionais?) = <b>Sim, então APEESN = 1, senão, APEESN = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 131** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Nacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar54A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPEESN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APEESN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APEESN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social nacional, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APEESN</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social nacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social nacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPEESN</b> - índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social nacionais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPEESN} = \frac{\sum \text{APEESN}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 132** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social locais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Locais</b>	
<b>Código</b>	ProPar55
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APEESL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar <b>se possui acordos de parceria com entidades da economia social locais</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>APEESL</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ201</b> - possui acordos de parceria com entidades da economia social locais?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> da entidade com entidades congéneres locais
<b>Variáveis</b>	<b>APEESL</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social locais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social locais
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ21 - Possui acordos de parceria com entidades da economia social locais?) = estiver assinalada, então APEESL = 1, senão, APEESL = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 133** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social locais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Locais</b>	
<b>Código</b>	ProPar55A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPEESL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APEESL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Económico/Social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APEESL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social locais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social local, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APEESL</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social locais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social locais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPEESL</b> - índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social locais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPEESL} = \frac{\sum \text{APEESL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 134** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Internacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar56
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APEESI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>se possui acordos de parceria, com entidades da economia social internacionais</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>APEESI</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ21</b> - possui acordos de parceria com entidades da economia social internacionais?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> da entidade com entidades congéneres internacionais
<b>GRI G4-24</b>	GRI G4-24
<b>Variáveis</b>	<b>APEESI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social internacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social internacionais
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ21 - Possui acordos de parceria com entidades da economia social internacionais?) = Sim, então APEESI = 1, senão, APEESI = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 135** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Entidades da Economia Social Internacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar56A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPEESI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APEESI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APEESC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o indicador que permita identificar o <b>índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social internacional, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APEESI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com entidades de economia social internacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com entidades de economia social internacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPEESI</b> - índice médio de acordos de parceria com entidades da economia social internacionais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPEESI} = \frac{\sum \text{APEESI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 136** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades nacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Outras Entidades Nacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar57
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APOEN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui acordos de parceria com outras entidades nacionais</b> . A partir destes dados será obtido o indicador de <b>APOEN</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ21</b> - possui acordos de parceria com outras entidades nacionais?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> de cada da entidade com outras entidades nacionais
<b>Variáveis</b>	<b>APOEN</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades nacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades nacionais
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ21 - Possui acordos de parceria com outras entidades nacionais?) = Sim, então APOEN = 1, senão, APEON = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 137** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades nacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Outras Entidades Nacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar57A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPOEN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APOEN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APEESC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de acordos de parceria com outras entidades nacionais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades nacionais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APOEN</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades nacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades nacionais <b>TVR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPOEN</b> - índice médio de acordos de parceria com outras entidades nacionais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPOEN} = \frac{\sum \text{APOEN}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 138** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades locais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Outras Entidades Locais</b>	
<b>Código</b>	ProPar58
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APOEL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui acordos de parceria, com outras entidades locais</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>APOEL</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ21</b> - Possui acordos de parceria com outras entidades no concelho?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> da entidade com outras entidades locais
<b>Variáveis</b>	<b>APOEL</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades locais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades locais
<b>Forma de cálculo</b>	Se (IQ21 - Possui acordos de parceria com outras entidades locais?) = <b>Sim, então APOEL = 1, senão, APOEL = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 139** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades locais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Outras Entidades Locais</b>	
<b>Código</b>	ProPar58A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPOEL</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APOEL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APEESL</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de acordos de parceria com outras entidades locais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades locais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APOEL</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades locais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades locais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPOEL</b> - índice médio de acordos de parceria com outras entidades locais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPOEL} = \frac{\sum \text{APOEL}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 140** - Indicador que permite avaliar a quantidade de acordos de parceria com outras entidades internacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>Acordos de Parceria com Outras Entidades Internacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar59
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>APOEI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui acordos de parceria, com outras entidades internacionais</b> . A partir destes dados será obtido o indicador <b>APOEI</b> de cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ21</b> - Possui acordos de parceria com outras entidades internacionais?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de <i>networking</i> da entidade com outras entidades internacionais
<b>Variáveis</b>	<b>APOEI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades internacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades internacionais
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ21 - Possui acordos de parceria com outras entidades internacionais?) = Sim, então APOEI = 1, senão, APOEI = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 141** - Indicador que permite avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades internacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Acordos de Parceria com Outras Entidades Internacionais</b>	
<b>Código</b>	ProPar59A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMAPOEI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>APOEI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade económica e social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>APOEI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de acordos de parceria com outras entidades internacionais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de acordos de parceria com outras entidades internacionais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>APOEI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui acordos de parceria com outras entidades internacionais e toma o valor 0 se essa entidade não possui acordos de parceria com outras entidades internacionais <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMAPOEI</b> - índice médio de acordos de parceria com outras entidades internacionais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMAPOEI} = \frac{\sum \text{APOEI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 142** - Indicador que permite avaliar a captação de estágios curriculares de uma qualquer entidade respondente

<b>Captação de Estágios Curriculares</b>	
<b>Código</b>	ProPar60
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>CEC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre o <b>número de vagas disponibilizadas no ano N</b> e <b>qual o número de vagas preenchidas no ano N</b> . A partir destes dados será calculada a <b>captação de estágios curriculares</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ15.1a</b> – qual o número de vagas disponibilizadas no ano N? <b>IQ15.1b</b> – qual o número de vagas preenchidas no ano N?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para atrair jovens estudantes para a prática do serviço social
<b>Variáveis</b>	<b>VDEC</b> - vagas disponibilizadas para estágios curriculares de cada entidade respondente <b>VPEC</b> - vagas preenchidas para estágios de cada entidade respondente <b>CEC</b> - captação de estágios curriculares de cada entidade respondente
<b>Forma de cálculo</b>	$CEC = \frac{VPEC}{VDEC}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 143** - Indicador que permite avaliar o índice médio de captação de estágios curriculares das entidades respondentes

<b>Captação de Estágios Curriculares</b>	
<b>Código</b>	ProPar60A
<b>Dimensão</b>	<i>Proximity</i>
<b>Subdimensão</b>	Parcerias
<b>Sigla</b>	<b>IMCEC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CEC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Comunidade, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CEC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de captação de estágios curriculares</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade para atrair jovens estudantes para a prática do serviço social, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CEC</b> - captação de estágios curriculares de cada entidade respondente <b>TR</b> - total de entidades respondentes <b>IMCEC</b> – índice médio de captação de estágios curriculares, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMCEC} = \frac{\sum \text{CEC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 144** - Indicador que permite avaliar a existência de medidas de eficiência energética de uma qualquer entidade respondente

<b>Medidas de Eficiência Energética</b>	
<b>Código</b>	PlaEfi61
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Eficiência Energética
<b>Sigla</b>	<b>MEE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador calculado diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui medidas de eficiência energética</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>medidas de eficiência energética</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	<b>IQ23</b> - possui medidas de eficiência energética?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a capacidade da entidade de implementação de medidas de eficiência energética
<b>Variáveis</b>	<b>MEE</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de eficiência energética e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de eficiência energética
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ23 - Possui medidas de eficiência energética?) = Sim, então MEE = 1, senão, MEE = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 145** - Indicador que permite avaliar o índice médio de medidas de eficiência energética das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Medidas de Eficiência Energética</b>	
<b>Código</b>	PlaEfi61A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Eficiência Energética
<b>Sigla</b>	<b>IMMEE</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>MEE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MEE</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> com será calculado o <b>índice médio de medidas de eficiência energética</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta questionário</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a capacidade de implementação de medidas de eficiência energética, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MEE</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de eficiência energética e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de eficiência energética <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMMEE</b> – índice médio de medidas de eficiência energética, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$IMMEE = \frac{\sum MEE}{TR}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 146** - Indicador que permite avaliar a existência de medidas de eficiência de consumo de água de uma qualquer entidade respondente

<b>Medidas de Eficiência Consumo de Água</b>	
<b>Código</b>	PlaEfi62
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Eficiência Energética
<b>Sigla</b>	<b>MECA</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui medidas de eficiência de consumo de água</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>medidas de eficiência consumo de água</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ24</b> - possui medidas de eficiência de consumo de água?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas de eficiência de consumo de água
<b>Variáveis</b>	<b>MECA</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de eficiência de consumo de água e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de eficiência medidas de consumo de água
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ24 - Possui medidas de eficiência de consumo de água?) = Sim, então MECA = 1, senão, MECA = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 147** - Indicador que permite avaliar o índice médio de medidas de eficiência consumo de água das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Medidas de Eficiência Consumo de Água</b>	
<b>Código</b>	PlaEfi62A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Eficiência Energética
<b>Sigla</b>	<b>IMMECA</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>MECA</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MECA</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de medidas de eficiência consumo de água</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas de eficiência de consumo de água, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MECA</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de eficiência de consumo de água e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de eficiência medidas de consumo de água <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMMECA</b> – índice médio de medidas de eficiência consumo de água, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMMECA} = \frac{\sum \text{MECA}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 148** - Indicador que permite avaliar a existência de recolha seletiva de resíduos de uma qualquer entidade respondente

<b>Recolha Seletiva de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes63
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>RSR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui recolha seletiva de resíduos</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>recolha seletiva de resíduos</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ25</b> - Possui medidas para recolha seletiva de resíduos?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas de recolha seletiva de resíduos
<b>Variáveis</b>	<b>RSR</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas para recolha seletiva de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas para recolha seletiva de resíduos
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ25 - Possui medidas para recolha seletiva de resíduos?) = Sim, então RSR = 1, senão, RSR = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 149** - Indicador que permite avaliar o índice médio de recolha seletiva de resíduos das entidades respondentes

<b>Índice Médio de recolha Seletiva de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes63A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>IMRSR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>RSR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RSR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de recolha seletiva de resíduos</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas de recolha seletiva de resíduos, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RSR</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas para recolha seletiva de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas para recolha seletiva de resíduos <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMRSR</b> - índice médio de recolha seletiva de resíduos, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRSR} = \frac{\sum \text{RSR}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 150** - Indicador que permite avaliar a existência de reutilização de resíduos de uma qualquer entidade respondente

<b>Reutilização de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes64
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>RR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui medidas de reutilização de resíduos</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>reutilização de resíduos</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ26</b> - possui medidas para reutilização de resíduos?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas de reutilização de resíduos
<b>Variáveis</b>	<b>RR</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas para reutilização de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas para reutilização de resíduos
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ26 - Possui medidas para reutilização de resíduos?) = Sim, então RR = 1, senão, RR = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 151** - Indicador que permite avaliar o índice médio de reutilização de resíduos das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Reutilização de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes64A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>IMRR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>RR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>RR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o indicador que permita identificar o <b>índice médio de reutilização de resíduos</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas de reutilização de resíduos, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>RR</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas para reutilização de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas para reutilização de resíduos <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMRR</b> - índice médio de reutilização de resíduos, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMRR} = \frac{\sum \text{RR}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 152** - Indicador que permite avaliar a existência de mitigação de resíduos de uma qualquer entidade respondente

<b>Mitigação de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes65
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>MR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se possui medidas de mitigação de resíduos</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>mitigação de resíduos</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ27</b> - possui medidas para redução de resíduos?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas de mitigação de resíduos
<b>Variáveis</b>	<b>MR</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de mitigação de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de mitigação de resíduos
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ27 - Possui medidas para redução de resíduos? = Sim, então MR = 1, senão, MR = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 153** - Indicador que permite avaliar o índice médio de mitigação de resíduos das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Mitigação de Resíduos</b>	
<b>Código</b>	PlaRes65A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Resíduos
<b>Sigla</b>	<b>IMMR</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>MR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>MR</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de mitigação de resíduos</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas de mitigação de resíduos, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>MR</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente possui medidas de mitigação de resíduos e toma o valor 0 se essa entidade não possui medidas de mitigação de resíduos <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMMR</b> - índice médio de mitigação de resíduos, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$IMMR = \frac{\sum MR}{TR}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 154** - Indicador que permite avaliar a existência de consciencialização ambiental de uma qualquer entidade respondente

<b>Consciencialização Ambiental</b>	
<b>Código</b>	PlaAmb66
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Ambiente
<b>Sigla</b>	<b>CA</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>se desenvolve ações de sensibilização ambiental</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>consciencialização ambiental</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ28</b> - desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas de consciencialização ambiental
<b>Variáveis</b>	<b>CA</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental e toma o valor 0 se essa entidade não desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ28 - Desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental?) = Sim, então CA = 1, senão, CA = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 155** - Indicador que permite avaliar o índice médio de consciencialização ambiental das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Consciencialização Ambiental</b>	
<b>Código</b>	PlaAmb66A
<b>Dimensão</b>	<i>Planet</i>
<b>Subdimensão</b>	Ambiente
<b>Sigla</b>	<b>IMCA</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>CA</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade ambiental
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>CA</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de consciencialização ambiental</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas de consciencialização ambiental, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>CA</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental e toma o valor 0 se essa entidade não desenvolve ações de sensibilização para promover a proteção ambiental <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMCA</b> - índice médio de consciencialização ambiental, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$IMCA = \frac{\sum CA}{TR}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 156** - Indicador que permite avaliar a existência de ligação à internet de uma qualquer entidade respondente

<b>Ligação à Internet</b>	
<b>Código</b>	ProInf67
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>LI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre se <b>tem acesso à internet</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>ligação à internet</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ31</b> - A Instituição tem acesso à internet?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de medidas para ligação à internet
<b>Variáveis</b>	<b>LI</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem ligação à internet e toma o valor 0 se essa entidade não tem ligação à internet
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ31 - A Instituição tem acesso à internet?) = Sim, então LI = 1, senão, LI = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 157** - Indicador que permite avaliar o índice médio de ligação à internet das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Ligação à Internet</b>	
<b>Código</b>	ProInf67A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>IMLI</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>LI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>LI</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de ligação à internet</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de medidas para ligação à internet, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>LI</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem ligação à internet e toma o valor 0 se essa entidade não tem ligação à internet <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMLI</b> - índice médio de ligação à internet, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMLI} = \frac{\sum \text{LI}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 158** - Indicador que permite avaliar a existência de rede de área local de uma qualquer entidade respondente

<b>Rede de Área Local</b>	
<b>Código</b>	ProInf68
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>LAN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre disponibilidade de <b>rede de área local</b> . A partir destes dados será determinada a existência de <b>rede de área local</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ30</b> - Os computadores estão ligados em rede de área local?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade com a implementação de uma rede de área local
<b>Variáveis</b>	<b>LAN</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem os computadores ligados em rede de área local e toma o valor 0 se essa entidade não tem os computadores ligados em rede de área local
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ30 - Os computadores estão ligados em rede de área local?) = Sim, então LAN = 1, senão, LAN = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 159** - Indicador que permite avaliar o índice médio de rede de área local das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Rede de Área Local</b>	
<b>Código</b>	ProInf68A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>IMLAN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>LAN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>LAN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de rede de área local</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de uma rede de área local, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>LAN</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem os computadores estão ligados em rede de área local e toma o valor 0 se essa entidade não tem os computadores estão ligados em rede de área local <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMLAN</b> - índice médio de rede de área local, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMLAN} = \frac{\sum \text{LAN}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 160** – Indicador que permite avaliar a existência de acesso a *virtual private network* de uma qualquer entidade respondente

<b>Virtual Private Network</b>	
<b>Código</b>	ProInf69
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>VPN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre disponibilidade de <i>virtual private network</i> . A partir destes dados será determinada a existência de <i>virtual private network</i> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ31.3</b> - possui acesso <i>virtual private network</i> ?
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação da entidade m a implementação de acesso a <i>virtual private network</i>
<b>Variáveis</b>	<b>VPN</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem <i>virtual private network</i> e toma o valor 0 se essa entidade não tem <i>virtual private network</i>
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ31.3 - Possui acesso <i>virtual private network</i>?) = Sim, então VPN = 1, senão, VPN = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 161** - Indicador que permite avaliar o índice médio de *virtual private network* das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Rede de Área Local</b>	
<b>Código</b>	ProInf69A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Infraestrutura TIC (capacidade de adaptação às novas tecnologias)
<b>Sigla</b>	<b>IMVPN</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>VPN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenias, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>VPN</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de virtual private network</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Aferir a preocupação com a implementação de acesso a <i>virtual private network</i> , considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>VPN</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem <i>virtual private network</i> e toma o valor 0 se essa entidade não tem <i>virtual private network</i> <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMVPN</b> - índice médio de <i>virtual private network</i> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMVPN} = \frac{\sum \text{VPN}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 162** - Indicador que permite avaliar a existência de TIC nas atividades de suporte de uma qualquer entidade respondente

<b>TIC nas Atividades de Suporte</b>	
<b>Código</b>	ProAce70
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>TICAS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre as <b>atividades de suporte que recorrem às TIC</b> . A partir destes dados será avaliada a utilização das <b>TIC nas Atividades de Suporte</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ32</b> - atividades de suporte desenvolvidas (AF/C/G/GRH/MIE/O)? <b>IQ32.1</b> - atividades de suporte desenvolvidas que utilizam TIC (AFT/CT/GT/GRHT/MIET/OT)?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para o uso das TIC nas atividades de suporte
<b>Variáveis</b>	<b>AS</b> - atividades de suporte desenvolvidas por cada entidade respondente <b>ASTIC</b> – atividades de suporte que utilizam TIC de cada entidade respondente <b>TICAS</b> - utilização das TIC nas atividades de suporte de cada entidade respondente
<b>Forma de cálculo</b>	<b>AS = AF + C + G + GRH + MIE + O</b> <b>ASTIC = AFT + CT + GT + GRHT + MIET + OT</b> <b>TICAS = <math>\frac{ASTIC}{AS}</math></b>
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 163** – Indicador que permite avaliar o índice médio das TIC nas atividades de suporte das entidades respondentes

<b>Índice Médio das TIC nas Atividades de Suporte</b>	
<b>Código</b>	ProAce70A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>IMTICAS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>TICAS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TICAS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o indicador que permita identificar o <b>índice médio das TIC nas atividades de suporte</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de utilização das TIC nas atividades de suporte, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>TICAS</b> – utilização das TIC nas atividades de suporte de cada entidade respondente <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMTICAS</b> – índice médio de utilização das TIC nas atividades de suporte, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMTICAS} = \frac{\sum \text{TICAS}}{\text{TRV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 164** – Indicador que permite avaliar a existência de TIC nas atividades operacionais de uma qualquer entidade respondente

<b>TIC nas Atividades Operacionais</b>	
<b>Código</b>	ProAce71
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>TICAO</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre as <b>atividades operacionais que recorrem às TIC</b> . A partir destes dados será avaliada a utilização das <b>TIC nas Atividades operacionais</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ33</b> - atividades operacionais desenvolvidas (AF/C/G/GRH/MIE/O)? <b>IQ33.1</b> - atividades operacionais desenvolvidas que utilizam TIC (AFT/CT/GT/GRHT/MIET/OT)?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade da entidade para o uso das TIC nas atividades operacionais
<b>Variáveis</b>	<b>AO</b> - atividades operacionais desenvolvidas de cada entidade respondente <b>AOTIC</b> – atividades operacionais que utilizam TIC de cada entidade respondente <b>TICAO</b> - utilização das TIC nas atividades de suporte de cada entidade respondente
<b>Forma de cálculo</b>	<b>AO = AF + C + G + GRH + MIE + O</b> <b>AOTIC = AGT + CT + GT + GRHT + MIET + OT</b> <b>TICAO = <math>\frac{AOTIC}{AO}</math></b>
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 165** – Indicador que permite avaliar o índice médio das TIC nas atividades operacionais das entidades respondentes

<b>Índice Médio das TIC nas Atividades Operacionais</b>	
<b>Código</b>	ProAce71A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>IMTICAO</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>TICAO</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>TICAO</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o indicador que permita identificar o <b>índice médio das TIC nas atividades operacionais</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar o índice médio de utilização das TIC nas atividades operacionais, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>TICAO</b> – utilização das TIC nas atividades operacionais por cada entidade respondente <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMTICAO</b> – índice médio de utilização das TIC nas atividades operacionais, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMTICAO} = \frac{\sum \text{TICAO}}{\text{TRV}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 166** – Indicador que permite avaliar a existência de uma plataforma online para transação de bens e/ou serviços de uma qualquer entidade respondente

<b>Plataforma Online para Transação de Bens e/ou Serviços</b>	
<b>Código</b>	ProAce72
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>POTBS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre a utilização de alguma <b>plataforma online para transação de bens e/ou serviços</b> . A partir destes dados será avaliada a utilização de <b>plataformas online para transação de bens e/ou serviços</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ34</b> - utiliza alguma plataforma online para transação de bens e/ou serviços?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de utilização de plataformas online para transação de bens e/ou serviços
<b>Variáveis</b>	<b>POTBS</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem plataforma online para transação de bens e/ou serviços e toma o valor 0 se essa entidade não tem plataforma online para transação de bens e/ou serviços
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ34 - Utiliza alguma plataforma online para transação de bens e/ou serviços?) = Sim, então POTBS = 1, senão, POTBS = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 167** – Indicador que permite avaliar o índice médio de plataforma online para transação de bens e/ou serviços das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Plataforma Online para Transação de Bens e/ou Serviços</b>	
<b>Código</b>	ProAce72A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>IMPOTBS</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>POTBS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>POTBS</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de plataforma online para transação de bens e/ou serviços</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de utilização de plataformas online para transação de bens e/ou serviços, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>POTBS</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem plataforma online para transação de bens e/ou serviços e toma o valor 0 se essa entidade não tem plataforma online para transação de bens e/ou serviços <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMPOTBS</b> – índice médio de utilização de plataforma online para transação de bens e/ou serviços, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPOTBS} = \frac{\sum \text{POTBS}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 168** – Indicador que permite avaliar a existência de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores de uma qualquer entidade respondente

<b>Plataforma Online para Angariação de Investidores Sociais, Mecenas e/ou Doadores</b>	
<b>Código</b>	ProAce73
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>POAISMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre utilização de <b>plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores</b> . A partir destes dados será avaliada a utilização de <b>plataformas online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ35</b> - Utiliza alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de utilização de plataformas online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores
<b>Variáveis</b>	<b>POAISMD</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores e toma o valor 0 se essa entidade não tem alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ35 - Utiliza alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores?) = Sim, então POAISMD = 1, senão, POAISMD = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 169** – Indicador que permite avaliar o índice médio de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores das entidades respondentes

<b>Índice Médio de Plataforma Online para Angariação de Investidores Sociais, Mecenas e/ou Doadores</b>	
<b>Código</b>	ProAce73A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>POAISMD</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>POAISMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>POAISMD</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio de Utilização de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de utilização de plataformas online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>POAISMD</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente tem alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores e toma o valor 0 se essa entidade não tem alguma plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMPOAISMD</b> – índice médio de utilização de plataforma online para angariação de investidores sociais, mecenas e/ou doadores, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPOAISMD} = \frac{\sum \text{POAISMD}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 170** – Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é facilitadora na promoção de utilização das TIC

<b>Facilitador na Promoção de Utilização das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProAce74
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>FPUTIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>promoção para utilização das TIC</b> . A partir destes dados será avaliada a <b>promoção para utilização das TIC</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ36</b> - Atua como facilitador na promoção de utilização das TIC?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a promoção de utilização das TIC
<b>Variáveis</b>	<b>FPUTIC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente atua como facilitador na promoção de utilização das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não atua como facilitador na promoção de utilização das TIC
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ36 - Atua como facilitador na promoção de utilização das TIC?) = Sim, então FPUTIC = 1, senão, FPUTIC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 171** – Indicador que permite avaliar o índice médio como facilitador de promoção na utilização das TIC das entidades respondentes

<b>Índice Médio como Facilitador de Promoção na Utilização das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProAce74A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>IMFPUTIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>FPUTIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FPUTIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio como facilitador de promoção de utilização das TIC</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a promoção de utilização das TIC, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FPUTIC</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente atua como facilitador na promoção de utilização das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não atua como facilitador na promoção de utilização das TIC <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMFPUTIC</b> - índice médio de facilitador na promoção de utilização das TIC, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFPUTIC} = \frac{\sum \text{FPUTIC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 172** – Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é facilitadora de interação com os *stakeholders* por meio das TIC

<b>Facilitador na Interação com os <i>Stakeholders</i> por meio das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProAce75
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>FISTIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre facilitação de <b>interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC</b> . A partir destes dados será avaliada a <b>interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ37</b> - atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC
<b>Variáveis</b>	<b>FPUTIC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ37 - Atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC?) = Sim, então FISTIC = 1, senão, FISTIC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 173** – Indicador que permite avaliar o índice médio como Facilitador de interação com os *stakeholders* por meio das TIC das entidades respondentes

<b>Índice Médio como Facilitador na Interação com os Stakeholders por meio das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProAce75A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Aceitação da tecnologia
<b>Sigla</b>	<b>IMFPUTIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>FISTIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Sustentabilidade tecnológica
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>FISTIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio como facilitador na interação com os stakeholders por meio das TIC</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>FISTIC</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não atua como facilitador da interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMFPUTIC</b> – índice médio como facilitador na interação com os <i>stakeholders</i> por meio das TIC, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMFPUTIC} = \frac{\sum \text{FISTIC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 174** – Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente promove a disseminação da identidade cultural da comunidade

<b>Disseminação da Identidade Cultural da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCul76
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Cultura
<b>Sigla</b>	<b>DICC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>disseminação da identidade cultural da comunidade</b> . A partir destes dados será avaliada a capacidade de <b>disseminação da identidade cultural da comunidade</b> em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ38</b> - promove a disseminação de conteúdos relacionados com a sua identidade?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de disseminação da identidade cultural da comunidade
<b>Variáveis</b>	<b>DICC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente promove disseminação da identidade cultural da comunidade e toma o valor 0 se essa entidade não promove disseminação da identidade cultural da comunidade
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ38 - Promove a disseminação de conteúdos relacionados com a sua identidade?) = Sim, então DICC = 1, senão, DICC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 175** – Indicador que permite avaliar o índice médio da disseminação da identidade cultural da comunidade das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Disseminação da Identidade Cultural da Comunidade</b>	
<b>Código</b>	ProCul76A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Cultura
<b>Sigla</b>	<b>IMDICC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>DICC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>DICC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> será calculado o <b>índice médio da disseminação da identidade cultural da comunidade</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de disseminação da identidade cultural da comunidade, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>DICC</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente promove disseminação da identidade cultural da comunidade e toma o valor 0 se essa entidade não promove disseminação da identidade cultural da comunidade <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMDICC</b> – índice médio de disseminação da identidade cultural da comunidade, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMDICC} = \frac{\sum \text{DICC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 1763** – Indicador que permite avaliar se uma qualquer entidade respondente é promotora de experiências intergeracionais por via das TIC

<b>Promoção de Experiências Intergeracionais por via das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProCul77
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Cultura
<b>Sigla</b>	<b>PEITIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Primário:</b> indicador obtido diretamente a partir de dados recolhidos através das questões (Q) respondidas ao inquérito por questionário (IQ)
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>Tema</b>	Sustentabilidade social
<b>Operacionalização</b>	O inquérito por questionário terá alguma(s) questão(ões), através da(s) qual(is) <b>cada uma das entidades respondentes</b> poderá informar sobre <b>promoção de experiências intergeracionais por via das TIC</b> . A partir destes dados será avaliada a capacidade de <b>promover experiências intergeracionais por via das TIC</b> , em cada uma das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	<b>IQ39</b> → promove a realização de experiências intergeracionais por via das TIC?
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de promover experiências intergeracionais por via das TIC
<b>Variáveis</b>	<b>PEITIC</b> – variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente promove experiências intergeracionais por via das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não promove experiências intergeracionais por via das TIC
<b>Forma de cálculo</b>	<b>Se (IQ39 - Promove experiências intergeracionais por via das TIC?) = Sim, então PEITIC = 1, senão, PEITIC = 0</b>
<b>Output</b>	Booleano
<b>Restrições</b>	Não aplicável

**Tabela 177** – Indicador que permite avaliar o índice médio da promoção de experiências intergeracionais por via das TIC das entidades respondentes

<b>Índice Médio da Promoção de Experiências Intergeracionais por via das TIC</b>	
<b>Código</b>	ProCul77A
<b>Dimensão</b>	<i>Progress</i>
<b>Subdimensão</b>	Cultura
<b>Sigla</b>	<b>IMPEITIC</b>
<b>Tipo de indicador</b>	<b>Derivado:</b> indicador calculado diretamente a partir do indicador <b>PEITIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b>
<b>Perspetiva</b>	Utentes, Fornecedores, Comunidade, Bancos, Doadores, Mecenas, Estado
<b>tema</b>	Ambiental, Social, Económico
<b>Operacionalização</b>	A partir do indicador <b>PEITIC</b> e do <b>total de entidades respondentes</b> com será calculado o <b>índice médio da promoção de experiências intergeracionais por via das TIC</b> , considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Periodicidade</b>	A recolha de dados para produzir este indicador deverá ser feita anualmente através de formulário disponibilizado online na plataforma digital <b>SomosIPSS</b>
<b>Pergunta(s)</b>	Não aplicável
<b>Uso/Objetivo</b>	Avaliar a capacidade de promover experiências intergeracionais por via das TIC, considerando o conjunto das entidades respondentes
<b>Variáveis</b>	<b>PEITIC</b> - variável dicotómica que toma o valor 1 se a entidade respondente promove experiências intergeracionais por via das TIC e toma o valor 0 se essa entidade não promove experiências intergeracionais por via das TIC <b>TR</b> - total das entidades respondentes <b>IMPEITIC</b> – índice médio de Promoção de experiências intergeracionais por via das TIC, considerando a totalidade das entidades respondentes
<b>Forma de cálculo</b>	$\text{IMPEITIC} = \frac{\sum \text{PEITIC}}{\text{TR}}$
<b>Output</b>	Real
<b>Restrições</b>	Não aplicável

promotores



universidade de aveiro  
theoria poiesis praxis



CNIS  
CENTRO NACIONAL  
DE INVESTIGACAO EM  
CIENCIA



POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

P.PORTO

programa

FCT

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

co-financiamento

CENTRO 2020

PORTUGAL  
2020



UNIAO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional